



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
Diário da Sessão

XII Legislatura

Número: 123

IV Sessão Legislativa

Horta, sexta-feira, 15 de setembro de 2023

Presidente: *Deputado Luís Garcia*

Secretários: *Deputados Marco Costa e Deputada Isabel Teixeira*

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 04 minutos.

Após a chamada dos/as Srs./as Deputados/as, deu-se continuidade ao debate do **Projeto de Resolução n.º 165/XII – “A promoção do livro e da leitura na Região Autónoma dos Açores como uma das estratégias de combate à pobreza e à exclusão social”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, no qual intervieram a Sra. Deputada Marta Matos (*PS*) e a Sra. Secretária Regional da Educação e dos Assuntos Culturais (*Sofia Ribeiro*).

Submetido à votação, o diploma foi aprovado por unanimidade.

Seguiu-se o **Projeto de Resolução n.º 148/XII – “Recomenda ao Governo Regional a implementação do Cheque Saúde nos Açores”**, apresentado pela Representação Parlamentar do CH.

A apresentação da iniciativa coube ao Sr. Deputado José Pacheco (*CH*), tendo usado da palavra os/as Srs./as Deputados/as Nuno Barata (*IL*), Ana Quental

(PSD), Carlos Furtado (*Independente*), Pedro Neves (*PAN*), António Lima (*BE*), Tiago Lopes (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*) e Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), bem como a Sra. Secretária Regional da Saúde e Desporto (*Mónica Seidi*).

No decurso de debate, usaram da palavra para um protesto e para um contraprotesto, respetivamente, o Sr. Deputado António Lima (*BE*) e a Sra. Secretária Regional da Saúde e Desporto (*Mónica Seidi*).

Ainda, a Sra. Secretária Regional da Saúde e Desporto (*Mónica Seidi*) intercedeu em defesa da honra, tendo o Sr. Deputado António Lima (*BE*), conseqüentemente, proferido explicações.

Submetido à votação, o diploma foi aprovado por maioria.

Proferiram declarações de voto os Srs. Deputados Carlos Furtado (*Independente*), José Pacheco (*CH*), Tiago Lopes (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*), António Lima (*BE*) e a Sra. Deputada Ana Quental (*PSD*).

Dando seguimento à agenda, o Sr. Deputado José Pacheco (*CH*) justificou o [Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 179/XII – “Recomenda ao Governo Regional, obedecendo ao código de contratação pública, recorrer ao serviço de empresas para assegurar a limpeza das ribeiras, linhas de água e sumidouros da Região”](#), apresentado pela Representação Parlamentar do CH.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Assim, passou-se ao debate e votação do [Projeto de Resolução n.º 179/XII – “Recomenda ao Governo Regional, obedecendo ao código de contratação pública, recorrer ao serviço de empresas para assegurar a limpeza das ribeiras, linhas de água e sumidouros da Região”](#), apresentado pela Representação Parlamentar do CH.

A apresentação da iniciativa coube ao Sr. Deputado José Pacheco (*CH*), tendo usado da palavra os Srs. Deputados Nuno Barata (*IL*), António Lima (*BE*), Ricardo Vieira (*PSD*), Carlos Furtado (*Independente*), Paulo Estêvão (*PPM*),

Pedro Pinto (*CDS-PP*), Vasco Cordeiro (*PS*), Manuel Ramos (*PS*) e a Sra. Deputada Sandra Faria (*PS*), bem como o Sr. Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (*Alonso Miguel*) e o Sr. Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Duarte Freitas*).

No decorrer de debate, usaram da palavra para um protesto e para um contraprotesto, respetivamente, o Sr. Deputado Vasco Cordeiro (*PS*) e o Sr. Deputado Pedro Pinto (*CDS-PP*).

Submetido à votação, o diploma foi aprovado por maioria.

Proferiram declarações de voto os Srs. Deputados Carlos Furtado (*Independente*), José Pacheco (*CH*), Paulo Estêvão (*PPM*), António Lima (*BE*) e a Sra. Deputada Sandra Faria (*PS*).

Prosseguiu-se para a apreciação da [Proposta de Resolução n.º 15/XII – “Orçamento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2024”](#), apresentada pela Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, tendo usado da palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado (*Independente*).

Submetida à votação, a iniciativa foi aprovada por maioria.

Posteriormente, o Sr. Deputado Flávio Soares (*PSD*) apresentou o relatório da [Petição n.º 42/XII – “Criação de condições condignas de trabalho para os funcionários dos Centros Ambientais dos Açores, afetos à Divisão de Gestão de Centros Ambientais do Gabinete de Planeamento e Promoção Ambiental da Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas”](#), apresentada por Paulo Alexandre Jacob Cristóvão Cebola, na qualidade de primeiro subscritor. Intervieram no debate os/as Srs./as Deputados/as Gustavo Alves (*PPM*), Alexandra Manes (*BE*), Joana Pombo (*PS*), Sabrina Furtado (*PSD*) e Pedro Pinto (*CDS-PP*).

Seguiu-se o [Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 180/XII – “Revogação do Despacho n.º 1556/2023, de 8 de](#)

setembro de 2023, e criação de apoios aos produtores para implementação de medidas de proteção das culturas”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE, cuja justificação coube ao Sr. Deputado António Lima (*BE*).

Submetido à votação, o pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão foi rejeitado.

Os Srs. Deputados António Lima (*BE*), Luís Soares (*PSD*), Paulo Estêvão (*PPM*) e Rui Martins (*CDS-PP*) proferiram declarações de voto.

Como tal, o Projeto de Resolução n.º 180/XII – “Revogação do Despacho n.º 1556/2023, de 8 de setembro de 2023, e criação de apoios aos produtores para implementação de medidas de proteção das culturas”, baixou à Comissão para parecer.

Avançou-se para o Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 96/XII – “Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 18/2004/A, de 13 de maio, que adapta à Região Autónoma dos Açores os Decretos-Lei n.ºs 550/99, de 15 de dezembro, e 554/99, de 16 de dezembro, que, respetivamente, estabelecem o regime jurídico da atividade de inspeção técnica de veículos a motor e seus reboques e o regime jurídico das inspeções técnicas de automóveis ligeiros, pesados e reboques”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS e pela Representação Parlamentar do PAN.

Feita a justificação pelo Sr. Deputado Pedro Neves (*PAN*), usaram da palavra os Srs. Deputados Nuno Barata (*IL*), Rui Martins (*CDS-PP*), José Pacheco (*CH*), Paulo Estêvão (*PPM*), bem como a Sra. Deputada Joana Pombo (*PS*).

Submetido à votação, o pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão foi aprovado por maioria.

Nesse seguimento, a Sra. Deputada Joana Pombo (*PS*) procedeu à apresentação do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 96/XII – “Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 18/2004/A, de 13 de maio, que adapta à

[Região Autónoma dos Açores os Decretos-Lei n.os 550/99, de 15 de dezembro e 554/99, de 16 de dezembro, que, respetivamente, estabelecem o regime jurídico da atividade de inspeção técnica de veículos a motor e seus reboques e o regime jurídico das inspeções técnicas de automóveis ligeiros, pesados e reboques](#)”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS e pela Representação Parlamentar do PAN, tendo intervindo os Srs. Deputados Pedro Neves (*PAN*), Carlos Freitas (*PSD*), Nuno Barata (*IL*), Paulo Estêvão (*PPM*), Rui Martins (*CDS-PP*), Carlos Furtado (*Independente*) e a Sra. Deputada Alexandra Manes (*BE*), bem como a Sra. Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (*Berta Cabral*).

Foi apresentado um requerimento de baixa à Comissão pelo Sr. Deputado Vasco Cordeiro (*PS*), o qual foi aprovado por unanimidade.

Dando seguimento à ordem de trabalhos, o Sr. Deputado Tiago Lopes (*PS*) justificou o [Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 181/XII – “Regulamentação urgente da atividade do enfermeiro de família”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Consequentemente, passou-se para o debate e votação do [Projeto de Resolução n.º 181/XII – “Regulamentação urgente da atividade do enfermeiro de família”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Feita a apresentação da iniciativa por parte do Sr. Deputado Tiago Lopes (*PS*), usaram da palavra os/as Srs./as Deputados/as Alexandra Manes (*BE*), Ana Quental (*PSD*), Nuno Barata (*IL*), Carlos Furtado (*Independente*), Pedro Pinto (*CDS-PP*), Pedro Neves (*PAN*) e Paulo Estêvão (*PPM*), bem como a Sra. Secretária Regional da Saúde e Desporto (*Mónica Seidi*).

Submetida à votação, a iniciativa foi aprovada por unanimidade.

Seguiu-se o [Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto](#)

[de Resolução n.º 182/XII – “Prorrogação do prazo para apresentação do relatório final da Comissão Eventual para a Reforma do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PPM.

Submetido à votação, o pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão foi aprovado por unanimidade.

Avançou-se para o [Projeto de Resolução n.º 182/XII – “Prorrogação do prazo para apresentação do relatório final da Comissão Eventual para a Reforma do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PPM.

Submetido à votação, o diploma foi aprovado por maioria.

Proferiram declarações de voto os Srs. Deputados Carlos Furtado (*Independente*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

Os trabalhos prosseguiram com a justificação, por parte do Sr. Deputado Paulo Estêvão (*PPM*), do [Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 183/XII – “Comparticipação financeira das obras do Furacão Lorenzo”](#), apresentado pelos Grupos Parlamentares do PSD, do CDS-PP e do PPM, tendo intervindo os Srs. Deputados Rui Martins (*CDS-PP*) e José Eduardo (*PS*).

Submetido à votação, o pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão foi rejeitado.

Proferiram declarações de voto os Srs. Deputados Carlos Furtado (*Independente*), Ricardo Vieira (*PSD*), Rui Martins (*CDS-PP*), José Eduardo (*PS*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

No decurso das declarações de voto, o Sr. Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Duarte Freitas*) usou da palavra para defesa da honra, tendo o Sr. Deputado José Eduardo (*PS*), consequentemente, proferido explicações.

Assim, o [Projeto de Resolução n.º 183/XII – “Comparticipação financeira das obras do Furacão Lorenzo”](#) baixou à Comissão para parecer.

Por fim, foi aprovada, por unanimidade, a **Proposta de Deliberação que declara findo o período legislativo de setembro de 2023.**

Os trabalhos terminaram às 20 horas e 43 minutos.

Presidente: Bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Eram 10 horas e 04 minutos.

Vamos dar início aos nossos trabalhos com a chamada.

Tem a palavra a Sra. Secretária para o efeito.

Secretária: Bom dia a todos.

Procedeu-se à chamada, à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

Andreia Martins Cardoso da Costa

Berto José Branco Messias

Carlos Emanuel Rego Silva

Célia Otelinda Borges Pereira

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Maria Isabel Góis Teixeira

Joana Pombo Sousa Tavares

João Vasco Pereira da Costa

José Manuel Gregório de Ávila

José António Vieira da Silva Contente

José Gabriel Freitas Eduardo

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

Mário José Dinis Tomé

Marta Ávila Matos

Patrícia Maria Melo Miranda

Rodolfo Paulo Silva Lorenzo da Franca

Sandra Micaela Costa Dias Faria

Tiago Dutra da Costa Rodrigues Branco

Tiago Alexandre dos Santos Lopes

Maria Valdemira Gouveia Andrade Carvalho

Vasco Alves Cordeiro

Partido Social Democrata (PSD)

Alberto Pacheco da Ponte

Ana da Ascensão Moniz Arruda Quental

António Vasco Vieira Neto de Viveiros

Carlos Eduardo da Cunha Freitas

Délia Maria Melo

Elisa Lima de Sousa

Flávio da Silva Soares

Maria Guilhermina Ourique Moniz Silva

João Luís Bruto da Costa Machado da Costa

José Joaquim Ferreira Machado

Luís Carlos Correia Garcia

Luís Carlos Cota Soares

Marco José Freitas da Costa

Nídia Manuela de Sousa Lopes Inácio

Paulo Duarte Gomes

Paulo Alberto Bettencourt da **Silveira**

Ricardo Beato Gomes **Vieira**

Sabrina Marília Coutinho **Furtado**

Maria **Salomé** Dias de **Matos**

Vitória Alexandra Correia **Pereira**

Partido Popular (CDS/PP)

Catarina Oliveira **Cabeceiras**

Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira **Pinto**

Rui Miguel Oliveira **Martins**

Bloco de Esquerda (BE)

Alexandra Patrícia Soares **Manes**

António Manuel Raposo **Lima**

Partido Popular Monárquico (PPM)

Gustavo Valadão **Alves**

Paulo Jorge Abraços **Estêvão**

Chega (CH)

José Eduardo Cunha **Pacheco**

Iniciativa Liberal (IL)

Nuno Alberto **Barata** Almeida Sousa

Partido Pessoas-Animais-Natureza (PAN)

Pedro Miguel Vicente **Neves**

Independente

Carlos Alberto Borges Rodrigues **Furtado**

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária.

Estão presentes 53 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum.

Declaro aberta a sessão.

Pode entrar o público.

Sras. e Srs. Deputados, uma saudação especial neste que é o Dia Internacional da Democracia, na Casa da Democracia dos Açores.

Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos. Estávamos no ponto 9 da nossa agenda: **Projeto de Resolução n.º 165/XII – “A promoção do livro e da leitura na Região Autónoma dos Açores como uma das estratégias de combate à pobreza e à exclusão social”**.

Ontem, quando encerramos os nossos trabalhos, estava inscrita a Sra. Deputada Marta Matos, a quem dou a palavra.

(*) **Deputada Marta Matos (PS):** Obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu, ontem, tinha, efetivamente, pedido a palavra na sequência da intervenção da Sra. Secretária porque entendo que há aspetos e questões que são importantes clarificar.

Em primeiro lugar, a Sra. Secretária referiu dificuldades na operacionalização do Ler Açores, mas fica difícil perceber quais são essas dificuldades e como é que as identifica, quando nunca pôs em prática este programa.

E se, efetivamente, identificou essas dificuldades, fica mais difícil perceber ainda porque é que, decorridos praticamente três anos, ainda nunca as corrigiu e nunca tomou medidas para ultrapassar essas dificuldades.

Eu recordo que, já no verão passado, quando este Governo Regional decidiu pela

não participação dos Açores na Feira do Livro de Lisboa, há precisamente 402 dias, a Sra. Secretária anunciava já a necessidade de redefinição do Ler Açores e a criação de uma estratégia regional de promoção da leitura. Pois, onde é que está esta estratégia? Onde é que está a redefinição do Ler Açores?

Depois, referiu-se também a uma reunião do Conselho Regional de Cultura, onde foi aprovada a revisão do Ler Açores. De acordo com o parecer a que tivemos acesso, do Conselho Regional de Cultura, nessa reunião, que ocorreu há precisamente 307 dias, ...

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Essa conta está bem feita?

A Oradora: ... foram decididas medidas como, por exemplo, a estruturação do Plano Regional de Leitura em novos escalões etários ou a elaboração de um plano anual de promoção da leitura, preparado pela Direção Regional dos Assuntos Culturais, em articulação com a Direção Regional da Educação.

Nós estamos no início de um novo ano letivo, Sra. Secretária. Onde é que está o Plano Regional de Leitura, estruturado com base em novos escalões etários? Onde é que está este plano de promoção da leitura?

Por último, não posso também deixar de assinalar que todas as ações que a Sra. Secretária referiu e apontou como exemplos de ações levadas a cabo para a promoção do livro e da leitura têm essencialmente como destino o público escolar e são aquelas que estão a ser desenvolvidas pelas bibliotecas públicas e pelas bibliotecas escolares, cujo trabalho e dinamismo aproveito para saudar e salientar. Mas a verdade é que ou não se compreendeu o que é o Ler Açores, ou, se se compreendeu o que é o Ler Açores, não se concorda com aqueles que são os seus objetivos e a sua estratégia. Onde é que está todo o resto? Onde é que está a articulação com a rede social? Onde é que está a participação dos museus, das sociedades recreativas, das filarmónicas? Onde é que está o envolvimento e a participação dos indivíduos e da sociedade açoriana?

A verdade é que são muitas as perguntas. E aquilo que, aqui, ontem, ficou

demonstrado é que a Sra. Secretária não tem respostas objetivas e concretas para dar, porque, na verdade, nos últimos três anos, nem reviu nem implementou o Ler Açores, de acordo com aqueles que eram os seus objetivos, de acordo com aquela que era a sua visão, a sua missão, no âmbito de uma visão alargada e transversal. E, no fundo, é este o objetivo, o propósito e a razão do nosso Projeto de Resolução: que se criem, efetivamente, condições para estimular a prática da leitura entre todos os açorianos, que, sabendo ler, não o fazem.

Há uma expressão muito simples, mas de conteúdo muito rico, que diz que “ler liberta”. Pois, que não percamos mais tempo no sentido de ser permitido aos açorianos, efetivamente, pensar, viver, agir, numa sociedade mais esclarecida e, conseqüentemente, mais livre.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Continuam abertas as inscrições.

Sra. Secretária Regional da Educação e Assuntos Culturais, tem a palavra.

(*) Secretária Regional da Educação e dos Assuntos Culturais (Sofia Ribeiro):

Muito obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em resposta à Sra. Deputada Marta Matos, ler liberta, mas o conhecimento também nos compromete.

Aquilo que dei nota ontem e que hoje reitero é que desenvolvemos um trabalho de articulação com quem tem a competência de aferir e acompanhar os trabalhos na cultura, com a identificação de problemas concretos que foram suscitados. A Sra. Deputada enunciou alguns, de entre aqueles que eu também apresentei ontem. E este Governo faz um trabalho em articulação com os seus parceiros, no respeito,

neste caso em concreto, pelo Conselho Regional de Cultura. E, portanto, recebemos do Conselho Regional de Cultura um caderno de encargos, que estamos a desenvolver. Vamos apresentar ao Conselho Regional de Cultura as medidas concretas, no sentido de dar resposta a esse caderno de encargos e para podermos dar provimento às situações futuras.

Muito obrigada.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional.

Pergunto se há mais inscrições. Não havendo, vamos passar à votação deste Projeto de Resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Projeto de Resolução n.º 65/XII foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos avançar na nossa agenda para o ponto 10: **Projeto de Resolução n.º 148/XII – “Recomenda ao Governo Regional a implementação do Cheque Saúde nos Açores”**. É uma iniciativa apresentada pela Representação Parlamentar do Chega.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco para a sua apresentação.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado. Bom dia.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Esta nossa proposta já tinha sido apresentada. No entanto, trabalho da Comissão, de algum diálogo entre vários partidos, fizemos uma proposta de alteração e melhoramento do próprio diploma.

Aqui, também, aproveito, e a democracia tem disto, para agradecer aqui à Sra. Deputada Ana Quental e ao Sr. Deputado Tiago Lopes os contributos também que deram, não só em Comissão, como também depois da Comissão, do diálogo que tivemos.

E eu penso que é assim, nós estamos aqui a falar de algo para todos os açorianos, de uma área que é, enfim, muito sensível aos Açores e aos açorianos.

Nós pretendemos com isso que se cumpra até o que está estipulado, que são os prazos máximos de consultas, os tempos, que muitas vezes são ultrapassados, por diversas dificuldades que o Serviço Regional de Saúde tem.

Recomendamos, também, aqui, ao Governo que a aposta na telemedicina continue. E que, nos casos que assim seja possível, se possa fazer este trabalho.

O que também é importante aqui perceber, e os açorianos sabem, é que, muitas vezes, nós estamos a pagar duplamente a saúde. Como? Aqueles que podem, não é que mais podem, mas que podem, por não conseguirem obter uma resposta do Serviço Regional de Saúde atempadamente, acabam por ir para o privado, obviamente, pagando mais uma vez para obter o serviço.

E quando nós estamos, aqui, também, a dizer, quando o Serviço Regional de Saúde não dá resposta, poder recorrer aos privados, nós estamos, também, aqui, a retirar alguma carga.

Não é destruir o Serviço Regional de Saúde, como se tentou de alguma forma desinformar, antes pelo contrário, é melhorar, porque, se retirarmos alguma carga deste serviço, nós conseguimos melhorar não só os tempos, mas também as condições de quem lá trabalha e a prestação do serviço.

No fundo, nós queremos que o Serviço Regional de Saúde, e está dito aqui, seja sempre a porta de entrada. Quando não for possível ou quando se prever... Isso também é muito importante, não é só, ao fim de uns meses, dizer: não é possível. Não, quando se prevê que já não vai ser possível... Posso-vos dar o meu caso pessoal: eu só consigo marcar uma consulta de médico de família daqui a um mês.

Deputado José Ávila (PS): E está cheio de sorte!

O Orador: E como eu, uma data de gente. Um mês ou dois. E, se calhar, estou cheio de sorte. Ainda há dias, ouvia aqui uma história de um diagnóstico, um exame, para 2025. E estas histórias são constantes.

Nós todos sabemos que a saúde é daqueles calcanhares de qualquer Governo. É difícil. É um sistema que está demasiado pesado. A verdade é que nós podemos ter ferramentas que nos possam ajudar. Pensamos nós, e se esta Assembleia assim achar, o Cheque Saúde pode ser uma ferramenta que poderá ajudar. Não é o milagre, não é o que vai resolver o problema do Serviço Regional de Saúde, há que ter esta humildade também de o dizer, mas é uma ferramenta que poderá ajudar.

E nós podemos dar um passo de cada vez. Eu confesso que muita impressão me faz, seja esta governação, seja ela qual for, quando a tarefa é demasiado grande, opta-se por não fazer nada porque a tarefa é demasiado grande.

Eu tenho e nós no Chega temos um ponto de vista diferente: fazer um pouco já é começar, já é dar passos em frente. E é isso que se pretende. E o Cheque Saúde é dar um passo em frente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentada a iniciativa, com o alerta de que houve uma substituição integral, como referiu o Sr. Deputado José Pacheco.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esse Projeto de Resolução do Chega vem ao encontro daquilo que a Iniciativa Liberal tem defendido, nomeadamente a nível nacional.

No entanto, é sempre bom lembrar os açorianos, através desta câmara, que a

prática na Região Autónoma dos Açores já assim funciona. De uma forma diferente, mas, na prática, as convenções que são feitas com privados para responder às carências do Serviço Regional de Saúde têm funcionado, na prática, dizia eu e repito, da mesma forma que funciona esta forma que o Chega agora nos apresenta.

O problema é: que privados vão fazer esse serviço? Que privados vão fazer esses exames? O Sr. Deputado José Pacheco falou ali de uma situação de um exame marcado para 2025. Isso passou-se comigo em julho. E eu não sou propriamente uma pessoa a quem não deem jeitos, mesmo que eu não os peça, que eu não os peço. Mas é normal, vendo o nome de uma pessoa numa requisição do Serviço Regional de Saúde, numa determinada clínica: vamos resolver o problema desse rapaz. Ora, isso passou-se comigo. Eu tenho exames requeridos em julho e estão marcados para 2025. Eu já morri. Não é caso de vida ou morte, mas é um facto.

E tenho um outro que pode ser um caso de vida ou morte, que ainda não está feito, desde julho até agora, no privado, porque não há privados com capacidade para o fazer também, até porque grande parte dos técnicos e dos médicos que estão no privado são os mesmos que estão no público. E, portanto, não há milagres.

Eu percebo a bonomia da iniciativa, até porque a Iniciativa Liberal também tem batalhado nesse assunto, mas o que é facto é que nós temos, a nível nacional e a nível regional, de tratar esse assunto de outra forma, mais na base do que no final da fileira, porque o final da fileira está entupido também, seja no público, seja no privado.

Mas, Sr. Deputado José Pacheco, pode contar com o voto favorável da Iniciativa Liberal, porque este é um diploma, eu diria, carregado de liberalismo.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Quental. Faça favor.

(*) **Deputada Ana Quental (PSD):** Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Antes de mais, Sr. Deputado José Pacheco, permita-me que lhe diga que nós estamos todos aqui para ajudar a contribuir para a melhor acessibilidade dos doentes. Portanto, todos os nossos contributos são bem-vindos e não é favor nenhum que estamos a fazer à nossa população.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Relembrar que está consagrado na Constituição da República Portuguesa que incumbe prioritariamente ao Estado “assegurar o direito à proteção na saúde, garantir o acesso de todos os cidadãos, independentemente da sua condição económica, aos cuidados de saúde preventivos, curativos e de reabilitação”.

E garantir, também, a equidade do acesso em termos financeiros e geográficos. Para que todos possam ter acesso equitativo à saúde, há que priorizar, visto a procura ser sempre maior do que a oferta.

As listas de espera de consultas de especialidade e de cirurgias no Serviço de Saúde, tanto nacional, como regional, são inevitáveis. A capacidade de resposta destas entidades é limitada e, por isso, têm sido tomadas medidas para encurtar os períodos de espera.

A Carta dos Direitos de Acesso aos Cuidados de Saúde garante a prestação de cuidados de saúde no Serviço Regional e no Serviço Nacional, pelas entidades convencionadas, em tempo considerado clinicamente aceitável à condição de saúde de cada utente. Este documento estabelece os direitos dos utentes aos cuidados de saúde e os direitos dos utentes a serem informados.

Assim, a fim de promover a acessibilidade e a universalidade em saúde, houve a necessidade de criar os tempos máximos de resposta garantidos, que são uma forma de garantir que os doentes não esperem para além daquilo que é clinicamente aceitável para aceder aos cuidados. Os tempos máximos de resposta garantidos estão definidos por lei, de 2014, e estabelecidos pela Portaria n.º

166/2015.

Os tempos máximos de resposta garantidos não são mais do que uma ferramenta que garante o direito de acesso dos utentes ao Serviço Nacional de Saúde, aos vários tipos de cuidados de saúde, sem caráter de urgência, em tempo considerado clinicamente aceitável para a sua condição de saúde. Cuidados de saúde, tais como: ambulatórios, em centros de saúde, cuidados domiciliários, consultas externas hospitalares, meios complementares de diagnóstico e terapêutica e cirurgia programada.

Este Governo de coligação tem trabalho feito neste sentido.

Relembro que, em 2019, o tempo médio de espera para uma cirurgia era de 486 dias, muito para lá do tempo máximo exigido. Em junho de 2023, estamos com 366 dias, ou seja, menos 100 dias de espera.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: Sabemos que ainda não chegamos ao ideal ou pelo menos ao que está estabelecido, que no caso das cirurgias são 270 dias, mas esperamos que com esforço lá chegaremos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

A Oradora: Mas, apesar de todo esse esforço, ainda não atingimos os tempos máximos de resposta garantidos.

A criação de mecanismos de apoio financeiro para a aquisição de serviços de saúde são, certamente, uma mais-valia para os utentes e para a sua saúde.

Relembramos que para as cirurgias já existe o chamado Vale Saúde. A proposta

que o Chega nos traz para a criação do Cheque Saúde pode, efetivamente, reduzir os tempos de espera de quem aguarda por uma consulta ou por um exame, desde que ultrapasse os tempos previstos, mas a verdade é que não poderá colidir com o que já existe. Sabemos que já existem convenções em determinadas áreas especializadas, como aqui já foi dito pelo Sr. Deputado Barata.

De qualquer modo, gostaria de saber, e talvez a Sra. Secretária, neste sentido, nos poderá elucidar melhor, quais as áreas que estão a ser convencionadas. Se é possível saber o número de atos realizados ou o próprio investimento que o Serviço Regional de Saúde tem feito com estas convenções.

Esta proposta apresentada aqui recomenda ao Governo que invista em recursos humanos e materiais. Sr. Deputado José Pacheco, este Governo muito tem feito neste sentido.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

A Oradora: Tem sido um esforço tremendo, nunca antes realizado em tão pouco tempo.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

Deputado Carlos Silva (PS): A Tarifa Açores...

A Oradora: Também ajuda, para transportar muitas das pessoas que querem ir a consultas e a exames!

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

A Oradora: Desde o início da legislatura, já iniciaram funções no Serviço Regional de Saúde cerca de 1145 profissionais.

Conseguiram-se acordos nunca antes conseguidos, ...

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... atualização de carreiras, acordos e incentivos à fixação de profissionais, cobertura de médico de família em 100% pelo menos em seis ilhas. Sabemos que ainda não temos para as nove ilhas. E não é fácil incentivar

profissionais para determinadas ilhas.

No que diz respeito a investir em recursos materiais, recordo a herança que recebemos: centros de saúde degradados e a precisarem de intervenções urgentes.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Caídos!

Deputado José Ávila (PS): Mas ao menos recebeu! É preciso fazer manutenção de vez em quando!

A Oradora: Quer que relembre, Sr. Deputado? Centro de Saúde das Lajes, Centro de Saúde da Ribeira Grande, Centro de Saúde do Nordeste, Centro de Saúde de Vila Franca! Quer mais, Sr. Deputado?

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: Ainda esta semana, o Sr. Presidente do Governo, na visita que fez ao Hospital de Ponta Delgada, anunciou um investimento necessário de cerca de 4 milhões, porque sabemos que a casa precisa de obras, há muito desejadas, ...

Deputado Carlos Silva (PS): Já anunciou para aí umas três vezes!

A Oradora: ... precisa de aumentar os espaços de consultas, os espaços de cirurgias, porque sem espaços físicos, só com recursos humanos, não podemos fazer tudo.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

A Oradora: Também anunciou a criação do Centro de Saúde da Lagoa, há tanto desejado. E, se calhar, mais alguns esclarecimentos, talvez, a Sra. Secretária melhor do que eu saiba elucidar-nos.

O Sr. Deputado do Chega recomenda, também, ao Governo que deve continuar a

apostar na telemedicina de forma mais frequente. Relembrar que a digitalização do Serviço Regional de Saúde é uma aposta e uma prioridade deste Governo. O Hospital Digital, a interoperabilidade dos sistemas informáticos, mitigando a realidade arquipelágica.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Na nossa realidade arquipelágica, não só a telemedicina, mas essencialmente a telessaúde, que é o termo mais lato, que, agora, engloba diferentes serviços, não só de teleconsulta, mas de assistência direta, diagnóstico, educação, etc., é e será uma mais-valia, melhorando a acessibilidade, a qualidade dos cuidados, além de reduzir os custos e deslocação de doentes e de profissionais.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

A Oradora: Até março de 2023, sabemos que os atos por telemedicina aumentaram significativamente, muito por via da pandemia e, conseqüentemente, pela aceitação por parte da sociedade.

Sabemos que as novas tecnologias ao serviço da saúde são parte da solução para responder às necessidades em saúde dos açorianos dispersos por nove ilhas.

Neste sentido, Sra. Secretária, já houve algum investimento em aquisição de material, para que a telemedicina seja uma realidade mais frequente?

Para terminar, dizer que esta iniciativa tem o mérito de discutirmos a necessidade de melhorar o acesso aos cuidados de saúde, mas saliento que deverá ser sempre vista como uma medida excecional a aplicar enquanto não atingirmos os tempos máximos de resposta garantida.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: O Governo tem dado provas nesta matéria. Muito foi feito, mas há sempre margem para melhorar. E é isso o proposto.

Disse.

Voices dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional da Saúde e Desporto. Faça favor, Sra. Secretária Regional.

(*) Secretária Regional da Saúde e Desporto (Mónica Seidi): Muito obrigada, Sr. Presidente.

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia, Exmas. Sras. e Srs. Deputados, Exmos. Srs. Membros do Governo:

Gostaria de começar a minha intervenção pegando, também, numa palavra que foi utilizada pelo Sr. Deputado José Pacheco, e muito bem, relativamente a esta iniciativa, quando diz que o Cheque Saúde é uma ferramenta. É mesmo nesse sentido que o Governo olha para esta Resolução, não deve substituir o Serviço Regional de Saúde, deve funcionar como forma complementar e, sim, como uma ferramenta, de forma a proporcionar aos utentes do Serviço Regional de Saúde uma acessibilidade ainda mais rápida à realização, quer de consultas, quer de exames complementares de diagnóstico.

E é neste contexto e é com este propósito que o Governo Regional concorda com aquilo que é proposto. E vai, obviamente, diligenciar para que, de forma rápida e célere, os utentes possam, ainda, ao longo deste ano, usufruir destes serviços. E, obviamente, para isso é necessário trabalhar em complementaridade com o setor privado.

Portanto, da nossa parte, toda a abertura e disponibilidade, porque, obviamente, o que aqui está em causa é uma melhor acessibilidade a todos os utentes do Serviço Regional de Saúde. E isso é um grande propósito deste Governo Regional.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Em segundo lugar, reconhecer que, efetivamente, há aqui um problema, se quisermos encarar desta forma: os tempos máximos de resposta garantidos não são cumpridos. E tenho, com toda a abertura e sinceridade, que assumir que é um problema com o qual temos que lidar. E daí que propostas como esta são bem acatadas dentro do Governo Regional, para podermos ultrapassar ou pelo menos tentar ultrapassar esta dificuldade.

E também falar que, efetivamente, se há mais exames e há mais pedidos de consulta, eles advêm de uma melhoria da acessibilidade dos utentes do Serviço Regional de Saúde, também, a primeiras consultas ou consultas, no âmbito dos cuidados de saúde primários.

E porque é que isto acontece? Acontece, porque, como já disse a Sra. Deputada Ana Quental, felizmente, ao longo desta legislatura, tem-se assistido a uma melhoria franca daquelas que são as taxas de cobertura de médicos no âmbito da medicina geral e familiar. Temos, neste momento, cerca de seis ilhas com uma taxa de cobertura de aproximadamente 100%. Temos a ilha de São Miguel muito próximo dos 100%, com cerca de 98% de taxa de cobertura. E que, ao longo do mês de outubro, com a finalização do concurso que pretende captar mais sete médicos de família, atingirá os 100%. Ficarão de fora a ilha Terceira, apesar de se ter assistido a uma melhoria da cobertura desde o início do ano, que em janeiro se situava na ordem dos 82% e que agora está nos 85%. E a ilha do Faial, em que, infelizmente, temos assistido a um retrocesso na taxa de cobertura de médicos neste sentido.

Se me perguntar: mas é isso que a descansa? Não, obviamente que não. Estamos a falar de taxas que correspondem, sobretudo, a utentes. Portanto, enquanto não tivermos a cobertura total, este Governo não baixará os braços na captação de mais médicos que queiram vir trabalhar para os Açores. Esse é também um desígnio deste Governo Regional.

Voices dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos

Membros do Governo: Muito bem!

A Oradora: Falar também daquilo que já foi aqui iniciado, quer pelo Sr. Deputado Nuno Barata, quer pela Sra. Deputada Ana Quental, no que concerne a convenções. Atualmente, já existem, é certo. Gostaríamos que, se calhar, funcionassem de forma diferente. Mas já temos uma rede considerável de entidades convencionadas e que prestam um serviço com aquilo que podem, com os meios que têm, quer do ponto de vista de equipamentos, quer do ponto de vista de recursos humanos. E, portanto, é, neste momento, uma parceria da qual nos orgulhamos, mas que, obviamente, reconhecemos que há aspetos que terão de ser melhorados.

Neste sentido e também respondendo a algumas das perguntas que já aqui foram colocadas, poderei elucidar aquilo que tem sido a evolução a nível do regime de convenções com as entidades na Região. E, obviamente, de forma bastante satisfatória, vão perceber que, ao longo dos anos, se tem assistido, quer ao aumento do número de atos, quer ao aumento do investimento que é feito pelo Governo Regional também neste setor.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Relativamente às áreas que, neste momento, estão convencionadas, temos dez especialidades médicas. E temos duas áreas no tratamento, nomeadamente a radioterapia e a procriação medicamente assistida. E também as análises clínicas. Temos dez especialidades médicas, com as quais temos vindo a trabalhar em estreita colaboração.

Relativamente ao investimento que tem sido feito pelo Governo Regional, para terem uma noção, posso dizer que, desde 2018, este valor tem vindo a crescer. Isso traduz, como já referi, que há, efetivamente, um aumento do número de consultas que são prestadas aos utentes do Serviço Regional de Saúde. E, obviamente, daí também advêm mais análises clínicas, mais pedidos de exames, mais pedidos de consulta no âmbito de especialidades diferenciadas e

especialidades hospitalares.

E também reconheço que nem sempre a resposta, do ponto de vista dos três hospitais da Região, tem sido satisfatória. Posso dizer, por exemplo, que, em 2019, foram gastos, no âmbito das convenções, cerca de 12,3 milhões de euros, sendo que, em 2021 e 2022, este número aumentou para 15,1 milhões de euros, e 16,5 milhões no último ano. Portanto, como bem perceberão, há, de facto, aqui um maior número de pedidos e uma melhor resposta aos utentes do Serviço Regional de Saúde.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: Contudo, se isso nos deixa satisfeitos? Não, não nos deixa satisfeitos. O que é que foi o propósito? O que é que tem sido o trabalho do Governo? Criar um grupo de trabalho, um grupo que tem vindo a estudar este fenómeno, de forma a tentar perceber o que é que se pode melhorar. Neste sentido, pedimos, obviamente, colaboração, quer das instituições do Serviço Regional de Saúde, para que identificassem aquilo que seriam as maiores dificuldades, de forma a ultrapassar este problema.

Efetivamente, há dificuldades. Há a perceção que nem sempre, também no âmbito das convenções, os utentes têm a realização dos exames atempadamente, tal como aconteceu ao Sr. Deputado Nuno Barata, que aqui trouxe o seu caso pessoal.

Há algo que está inerente a tudo isto, que se prende com os preços das convenções. E, pasme-se, a última revisão de preços aconteceu em 2014, há nove anos atrás.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ah, pois é!

A Oradora: Obviamente que pagar 9 euros para realizar uma ecografia abdominal não é atrativo para qualquer profissional de saúde. E também por aí é

o trabalho do Governo, de reconhecer que há aqui um pagamento que não é atrativo, que não conseguimos pôr médicos do Continente a virem fazer exames, por exemplo, à ilha Graciosa. Tem sido uma dificuldade.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

A Oradora: E é preciso também valorizar estes atos.

Deputado Nuno Barata (IL): Onde é que eles estão no Continente? Basta ouvir as notícias!

A Oradora: E, também, nesta perspetiva, é nesse sentido que o grupo de trabalho está a desenvolver um trabalho de reconhecer esses problemas, de pedir contributos às instituições do Serviço Regional de Saúde e, obviamente, também de pedir contributos àqueles que são os convencionados, para que, de forma cordial, se possa chegar aqui a um acordo unânime relativamente aos preços que podem vir a ser praticados e que podem ser atrativos, de forma a captar profissionais de saúde a desenvolver e a realizar mais exames na Região.

É neste sentido que estamos a trabalhar. Acreditamos que é este o caminho. E esperamos, obviamente, que, ao longo do próximo ano, já possamos ser mais consequentes e também trazer alguma melhoria naquilo que é praticado.

Esperamos, também, com esta medida, que acaba também por trazer algum reforço financeiro, ainda no decurso deste ano, mais uma vez, repito, possibilitar aos utentes do Serviço Regional de Saúde uma melhoria no acesso, quer às primeiras consultas no âmbito de especialidades hospitalares, quer também a nível dos exames complementares de diagnóstico.

Continuando a minha intervenção e também respondendo à Sra. Deputada Ana Quental, dizer que, paralelamente ao número e ao investimento que tem sido feito a nível da realização de exames e de outros atos, a nível de atos praticados, posso-lhe dar, por exemplo, os números que temos da imagiologia: desde 2019, tínhamos cerca de 108 mil atos praticados neste âmbito; em 2021, tivemos cerca de 87 mil; em 2022, perto dos 95 mil atos praticados. Portanto, há aqui um aumento

crescente. E, obviamente, nem sempre a resposta é aquela que gostaríamos, mas é aquela possível. E está, obviamente, interligada a este crescimento que temos vindo a assistir e que se deve a uma melhor acessibilidade dos utentes ao Serviço Regional de Saúde.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: Para terminar esta primeira intervenção, falar um bocadinho da telemedicina. O projeto de telemedicina ou de telessaúde, que, efetivamente, será o termo mais adequado para os dias que correm, é algo que já se pratica na Região. Com o que é que nós nos deparamos? Infelizmente, apesar da telessaúde ou da telemedicina já funcionar há mais de dez anos, nunca foi regulamentada. Parece algo que não deverá ser real para os dias que correm, mas contamos que, até ao final do mês de setembro, possamos aqui ter uma regulamentação desta atividade, até porque ela é extremamente necessária no âmbito do PRR. Como bem sabem, esta é uma das medidas que consta nas “metas A” do projeto. É uma das medidas que, tenho a certeza, facilmente a Região conseguirá alcançar, uma vez que os números que atualmente temos e que são praticados já vão ao encontro das metas exigidas neste projeto. O que falta aqui é sua regulamentação. Falta aqui uma entidade que reconheça e que defina, portanto, a forma como é feita e que contabilize também há os atos, para que sejam reconhecidos e enquadrados nas metas que temos que, obviamente, cumprir.

E gostaria, também neste âmbito, de dizer que, a nível de equipamentos, ainda no final do mês de setembro, será adjudicada uma verba no valor de 90 mil euros, para aquisição de equipamentos neste âmbito e que serão distribuídos por todas as unidades de saúde da Região.

Portanto, estamos, obviamente, aqui, a trabalhar, a contribuir para uma melhoria também deste serviço, porque acreditamos que, numa região arquipelágica como a nossa, fará todo o sentido investirmos nesta ferramenta, a par de outras que poderão ser trazidas e bem acolhidas nesta Casa.

Voices dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: Gostava de terminar, muito rapidamente, e falar investimentos. Já para nem falar nos recursos humanos, porque é notório, desde o início da legislatura, o investimento que este Governo fez na valorização dos profissionais de saúde e nas suas carreiras, nomeadamente a nível dos enfermeiros, a nível dos TSDT.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem lembrado!

A Oradora: Estamos em processo negocial com os médicos, com os farmacêuticos. Portanto, há, de facto, aqui, uma atenção deste Governo para com os profissionais de saúde.

Deputado Carlos Silva (PS): Está tudo uma maravilha!

A Oradora: Mas, também, assim de forma rápida, falar daquilo que têm sido os investimentos. E até posso dar exemplos em cada uma das ilhas. Se começarmos pelo Corvo, ...

Deputado Carlos Silva (PS): Há nove ilhas, Sra. Secretária!

A Oradora: ... iremos concluir até ao final deste ano o novo centro de saúde. A nível das Flores, iremos investir na piscina, que será mais uma ferramenta muito necessária para os tratamentos de fisioterapia, que durante a altura da Covid os senhores abandonaram para ficar de armazém. Iremos reabilitar todo o espaço,

para que os utentes das Flores possam ter tratamentos de fisioterapia diferenciados.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: A nível de Santa Maria, está, neste momento, a decorrer uma obra de beneficiação e ampliação da unidade de saúde de ilha daquela ilha, que permitirá a instalação de um aparelho de TAC, uma recomendação que também já foi aprovada nesta Casa...

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: ... e que até ao momento não foi possível dar sequenciação.

A nível da ilha de São Miguel, parece-me notório a falta de investimento, o que não foi feito ao longo dos últimos anos. O Centro de Saúde da Lagoa, que vamos conseguir criar oito Núcleos de Saúde Familiares, instalando cinco gabinetes de consulta que vão permitir este acesso.

A nível do Centro de Saúde da Povoação, que, também, durante a altura da Covid, a parte do internamento foi completamente abandonada, nós pretendemos agora reabrir, ...

Deputada Alexandra Manes (BE): E o da Ribeira Grande?

A Oradora: ... quer do ponto de vista do internamento, quer do ponto de vista também da possibilidade de termos lá cinco camas de cuidados continuados.

Portanto, este Governo está, obviamente, a trabalhar. A nível do Nordeste, até ao final do ano, iremos lançar uma empreitada que ronda os 900 mil euros, também de forma a reabilitar aquele centro de saúde, que foi abandonado ao longo destes anos.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos

Membros do Governo)

A Oradora: A nível do Faial, já inauguramos a unidade de saúde de ilha. São Jorge, na próxima semana, também, será presenteado com uma nova unidade de saúde de ilha.

Ilha Terceira, na próxima segunda-feira, iremos, obviamente, inaugurar um mamógrafo para o centro de oncologia, um investimento de mais de 200 mil euros. Pasmes só, o mamógrafo em funcionamento até então tem mais de 30 anos! Ora, se isto não é investimento deste Governo, eu não sei o que será.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ora, aí está!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: Contudo, gostaria de dizer, de forma a tranquilizar os açorianos, que, efetivamente, fizemos coisas boas, mas reconheço que ainda há um longo caminho a percorrer e reconheço que, diariamente, há dificuldades que têm que ser ultrapassadas. Enquanto não conseguirmos ultrapassar e dar uma melhor resposta, não baixaremos os braços.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Carlos Silva (PS): Falou 15 minutos e não falou da iniciativa!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado.

(*) **Deputado Carlos Furtado** (*Independente*): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu começava a minha intervenção por, em defesa do trabalho que tenho feito aqui nesta Assembleia, lembrar às Sras. e aos Srs. Deputados que, a 11 de maio de 2022, eu dei entrada nos serviços da Assembleia com uma iniciativa que versava precisamente sobre a telemedicina. Essa iniciativa foi relatada a 10 de outubro de 2022, portanto, antes da entrada dessa iniciativa que veio agora a discussão. E a mesma iniciativa, que versa sobre a telemedicina, nesta base, sai prejudicada agora pela iniciativa que estamos a debater. Eu acho que isso prejudica o meu trabalho parlamentar.

São situações que não se devem repetir. Lembro à câmara que é a segunda vez esta semana que acontece uma situação idêntica, porque, com a situação dos transportes coletivos, também tenho uma iniciativa no mesmo sentido e que a mesma também foi alvo do mesmo tipo de discriminação negativa. Não sei de quem é a responsabilidade, mas a realidade é esta.

Feita que está esta observação, passava a outras observações. Eu acho que para o pronto esclarecimento do diploma que estamos aqui a discutir faz falta na bancada do Governo o Sr. Secretário das Finanças.

Deputada Alexandra Manes (*BE*): O que é que isso tem a ver?

O Orador: E faz falta pelo seguinte: eu não acredito que os atos médicos que possam ser realizados através de um Vale Saúde ou de um Cheque Saúde possam ser feitos sem que daí tenha que existir uma dotação suplementar àquela que é a dotação para a saúde. Eu não acredito, porque essas coisas são assim, é com dinheiro que se fazem.

E reparemos no seguinte: se tivemos um orçamento para 2023 com endividamento zero e nesse orçamento para 2023, por aquilo que foram as palavras da Sra. Secretária, já se percebia que os tempos máximos tinham sido ultrapassados, já se

percebia que havia doentes a esperar tempo a mais por esses atos médicos, porque é que se insistiu no endividamento zero?

E a pergunta que ia fazer ao Sr. Secretário das Finanças, se aqui estivesse, é: o endividamento zero, não acautelando os possíveis atos médicos feitos através do Cheque Saúde, foi um ato de maldade ou de esquecimento?

Sr. Presidente, eu gostaria de terminar a minha intervenção, mas há já demasiado ruído na sala...

Portanto, se foi por maldade, muito mal fica um Governo que, por maldade... Não ouve, desde logo, a letra de lei, porque a dita Lei n.º 15/2014, que obriga a que se cumpram os tempos máximos, não está a ser cumprida. E aí estamos a falar de um Governo que não ouve a letra de lei. Estamos a falar de um Governo que, para além de não ouvir a voz da lei, não ouve a voz silenciosa e amargurada dos doentes. Parecendo, pelas explicações da Sra. Secretária, há condições para começar já com o Vale Saúde ou com o Cheque Saúde. Não o fizeram.

Ora bem, um Governo que não ouve a letra de lei e que não ouve a voz amargurada dos doentes, vai ouvir agora um Projeto de Resolução? Veremos até que ponto é que este Governo, que não ouve a lei nem a voz dos doentes, vai ouvir a voz do Chega. Não tenho dúvidas nenhuma de que vai ouvir, até porque a Sra. Secretária já confessou que o vai fazer.

Agora, convenhamos, conforme disse a Sra. Deputada do PSD, que as listas de espera baixaram de 486 dias para 364 dias, ou seja, baixaram 120 dias. Se tiveram a bonomia de baixar esses 120 dias, porque é que não tiveram a atitude de, quando existiu os 486 dias, começarem a contratualizar esses atos de saúde?

Essas são situações graves. Essas são situações que mostram que não tem havido a devida resposta e a devida atenção às queixas dos doentes. E isso mostra a desconexão daquilo que são os problemas dos mais carenciados da Região.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PAN associa-se a esta iniciativa, com algumas alterações na substituição integral feita pelo Chega. Tínhamos algumas dúvidas relativamente ao primeiro, mais concretamente por causa das urgências. E com esta mudança, nós vamos dar o voto favorável, obviamente, porque achamos que esta iniciativa até vem, não digo no *timing* certo, veio agora mesmo para que acelere a situação.

Mas também aproveito para perguntar à Sra. Secretária Regional da Saúde, porque eu estive a ouvir atentamente aquilo que foi dito, tendo em conta os investimentos, que são muito bons, da parte do Governo...

Eu acho que, em termos de saúde, a Sra. Secretária pode ser muito boa, mas, em termos de geografia, nem por isso, porque eu vi que a Sra. Secretária passou da Lagoa para o Nordeste, deu um pulo enorme, passou pela Ribeira Grande e não disse nada. Eu acho que é por causa disso que, se calhar, a coisa ainda não ficou resolvida, porque, como deu um pulo da Lagoa ao Nordeste, da mesma forma, se calhar, ainda não encontraram o terreno. Mas eu posso dar a minha ajuda, eu levo o GPS, vamos à procura de um terreno na Ribeira grande, porque dizem que o problema é que ainda não encontraram o terreno. Eu levo o GPS. Eu sei que o problema pode ser de geografia. Eu vou lá convosco, dou os meus préstimos em termos geográficos e topográficos, e nós arranjam um terreno. Porquê? Tendo em conta o investimento que foi dado, e, neste caso, a Sra. Secretária não disse sequer nada do segundo maior concelho de São Miguel, eu acho que faltou isso nessa intervenção, para todos os ribeiragrandenses, também para o centro de saúde que nós temos, que não tem condições nenhuma, nem para os utentes, nem para os profissionais. Já foi falado aqui várias vezes. Houve a promessa do Governo, a dizer que estão à procura de um terreno. Já encontraram o terreno? Se quiserem, eu posso ajudar com o GPS. Eu sou da Ribeira Grande, vivo mesmo ao lado do

centro de saúde, eu posso dar uma ajudinha.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

A Mesa não tem inscrições.

Sr. Deputado António Lima, faça favor.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

No dia em que se celebra mais um aniversário do Serviço Nacional de Saúde, ...

Deputada Alexandra Manes (BE): Muito bem!

O Orador: ... no qual se enquadra, naturalmente, o Serviço Regional de Saúde, que teve uma criação mais tardia, mas um momento histórico também, nós estamos aqui a debater uma proposta que pretende continuar e aprofundar definitivamente um esvaziamento que levará a prazo à destruição do Serviço Regional de Saúde tal como o conhecemos. Esse é, naturalmente, o objetivo último de quem apresenta esta proposta, com a bonomia de quem parece querer resolver os problemas imediatos do Serviço Regional de Saúde.

Ora, esta proposta é o corolário de um caminho. Ela não aparece do nada. Aparece após anos de desinvestimento e de subfinanciamento na modernização, nos recursos, nos recursos humanos também, do Serviço Regional de Saúde. Subfinanciamento esse que o Governo até já reconhece que continua, mas que continua em força com este Governo, aliás, até com mais força do que em anteriores Governos.

E é a direita, que chegou ao Governo pela voz do Secretário Clélio Meneses à data e do Presidente do Governo, que dizia que o subfinanciamento do Serviço Regional de Saúde ia acabar, que até ao fim da legislatura não existiria. Quando nós assistimos, neste ano, na reta final da legislatura, a resultados que são muito piores do que aqueles que já existiam no passado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isso não é verdade!

O Orador: Nós temos hospitais com resultados negativos de 27 milhões de euros. E temos uma coisa que é absolutamente grave, inusitada, que é o Governo não transferir as verbas para as unidades de saúde de ilha, como deveria transferir todos os anos. Mais de 30 milhões de euros para quase todas as unidades de saúde de ilha, exceto no Corvo, que o Sr. Deputado Paulo Estêvão não deixa.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O quê?

O Orador: Mas as outras estão à míngua.

E a Sra. Secretária o que é que diz? Bem, isto foi porque as unidades de saúde de ilha fizeram despesa que eu não autorizei.

Secretária Regional da Saúde e Desporto (Mónica Seidi): Não é verdade!

O Orador: Então, os conselhos de administração das unidades de saúde de ilha realizaram 30 milhões de despesa não autorizada pelo Governo?! Isso é legal?! Mas a senhora atira a responsabilidade para os conselhos de administração de oito unidades de saúde de ilha, de fazerem despesa ilegal, e assume isso na comunicação social perante toda a gente?! Bem, Sra. Secretária, eu lamento, mas não acredito.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não acredita no que está a dizer, é isso?

O Orador: Não acredito, porque não acredito que oito conselhos de administração tenham todos cometido a mesma ilegalidade, por coincidência, não pagando aos fornecedores. Porquê? Porque a senhora, o seu antecessor e o Governo de que a senhora faz parte não transferiram as verbas que eram devidas. E, agora, aparece a dizer que transferiu vinte e tal milhões de euros. Mas já transferiu aquelas que eram devidas do orçamento deste ano? Veremos, porque nós já perguntamos.

Mas falemos também de resultados... E só uma nota, porque o Sr. Deputado Nuno Barata disse algo muito interessante, há pouco, na sua intervenção. Diz o Sr. Deputado Nuno Barata: quais são os médicos que vão fazer as consultas que o Sr. Deputado José Pacheco, do Chega, quer que façam no privado? São aqueles que

trabalham no público.

Deputado José Pacheco (CH): Eu não quero nada! Eu quero é que se faça a consulta!

O Orador: Ou seja, esta proposta não aumenta recursos, os recursos são os mesmos, são as mesmas pessoas que irão fazer as consultas, seja no hospital ou na clínica privada. Então, porque é que nós não estamos a investir no aumento de recursos do Serviço Regional de Saúde?

Secretária Regional da Saúde e Desporto (Mónica Seidi): Mais?

O Orador: E vamos pagar mais para fazer exatamente o mesmo! Esse é o erro que esvazia o Serviço Regional de Saúde e que deixa as pessoas, no futuro, não é agora, é daqui a 5, 10, 15 anos, pior.

Deputado José Pacheco (CH): Daqui a 1 milhão de anos!

O Orador: Por isso é que isso é a morte a prazo do Serviço Regional de Saúde.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): O senhor esteve aí a defender a privada, a atacar o HDES! É preciso ter lata!

O Orador: E a única forma de salvar o Serviço Regional de Saúde é investir nos seus recursos humanos, nos seus recursos materiais. E falemos de recursos materiais, Sra. Secretária. Então, a Sra. Secretária foi ao Hospital de Ponta Delgada ainda esta semana falar de hemodiálise. E pergunto-lhe, Sra. Secretária, quando é que termina a obra da nova unidade de hemodiálise, aprovada neste Parlamento, no último orçamento? Quando é que termina a obra? E o que é que quer dizer com “vai contratualizar com clínicas privadas a hemodiálise”? Foi isso que o Sr. Presidente do Governo disse. Explique-nos! E diga-me, já agora, se já está em funcionamento a hemodiálise de alto fluxo, inaugurada há um ano. Fico à espera da resposta

E veremos, Sra. Secretária, outra questão muito importante que gostaria de colocar. A Sra. Secretária gosta muito de falar de números, dos números do Serviço Regional de Saúde. E eu tenho uma questão muito concreta para lhe

colocar. E perdoem-me por estar a focar esta parte da intervenção em alguns aspetos do Hospital de Ponta Delgada, ele não só foi focado pela Sra. Secretária, mas tem problemas efetivamente graves. Como sabemos, o serviço de urgência precisa de um investimento de fundo, urgente. E não é de agora, há muitos anos que se ouve falar da urgência em construir outro serviço de urgência. Então, se é urgente, de que é que este Governo está à espera? Já tem quase três anos. Nem lançou o projeto, quanto mais a primeira pedra. Nada, zero!

E explique-nos aqui um valor muito importante, Sra. Secretária: o Hospital de Ponta Delgada, relativamente a urgências, em 2022, teve 108 mil atendimentos, em 2018, teve 112 mil atendimentos, mas o tempo médio de permanência subiu uma hora e o tempo médio de permanência na triagem subiu mais de dez minutos. Ou seja, atende-se menos e as pessoas esperam mais. O que é que isto quer dizer? Menos recursos, pior serviço, pior resposta às pessoas.

Secretária Regional da Saúde e Desporto (*Mónica Seidi*): Não é verdade! O senhor não percebe nada de saúde!

O Orador: Este é apenas um exemplo da degradação do Serviço Regional de Saúde. Tenho, naturalmente, outros, mas guardarei para uma seguinte intervenção.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Tiago Lopes.

(*) **Deputado Tiago Lopes** (*PS*): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu penso que não se pode falar em mais instrumentos, como foi apelidada esta iniciativa do Chega, que propõe ou recomenda ao Governo que crie o Vale Saúde, quando estes instrumentos podem vir a onerar mais o Serviço Regional de Saúde e quando a capacidade instalada não está a ser devidamente utilizada.

Este Projeto de Resolução do Chega assenta em sete pontos resolutivos. Muito

sumariamente, o ponto primeiro, o segundo e o quinto recomendam ao Governo a criação e a emissão do Cheque Saúde sempre que se esgotem os tempos máximos de resposta garantidos no Serviço Regional de Saúde. O quarto, o sexto e o sétimo nada mais acrescentam para além daquilo que já deve ser prática atual, ou seja, que seja da responsabilidade do Serviço Regional de Saúde a prestação de cuidados nos tempos máximos de resposta garantidos, que o Governo continue a investir em recursos humanos e recursos materiais e que o Governo continue a apostar na telemedicina. Portanto, isto não acrescenta nada...

Deputado José Pacheco (CH): Mas lembra!

O Orador: ... àquilo que deve ser a prática deste e qualquer outro Governo Regional na gestão do Serviço Regional de Saúde.

A colaboração que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista deu relativamente a esta iniciativa, efetivamente, foi dada em Comissão de Assuntos Sociais. E foram colocadas questões muito concretos relativamente a esta matéria e que ficaram sem explicação, mas que constam ainda nesta proposta de substituição integral.

No ponto 3 deste Projeto de Resolução são especificadas as situações em que deve ser emitido o Cheque Saúde quando forem ultrapassados os tempos máximos de resposta garantidos. Nomeadamente, há aqui uma questão que eu coloquei em Comissão, que não foi esclarecida e que da parte do proponente e do Governo Regional não souberam explicar, que dou novamente a hipótese de poderem explicar, que é: o que é que entendem por avaliação para a realização de planos de cuidados de saúde programados?

E, depois, outra questão que eu tenho para colocar relativamente a esta iniciativa tem a ver com o ponto 5, em que é dito que, quando o Serviço Regional de Saúde não consiga dar resposta dentro do tempo máximo de resposta garantido, a unidade de saúde de ilha emite o Cheque Saúde. E eu questiono se é a unidade de saúde ilha mesmo, se é o hospital ou se são ambos. Porque nas situações em que

deve ser emitido o Cheque Saúde, aquilo que está plasmado no ponto 3 fala, por exemplo, em cuidados hospitalares. E, portanto, até que ponto é que deve ser a unidade de saúde da ilha a emitir esse Cheque Saúde? Por aquilo que entendo, é uma responsabilidade do hospital.

Por outro lado, esta iniciativa, pese embora estas lacunas, trouxe-nos a mais-valia de termos percebido que o Governo Regional não possui um diagnóstico de situação naquilo que diz respeito às listas de espera no Serviço Regional de Saúde. Importa recordar aquilo que foi a audição da Sra. Secretária Regional da Saúde e Desporto na Comissão de Assuntos Sociais, em que o Governo assumiu que não possui uma identificação da situação nem o levantamento concreto sobre o que está em atraso, que não conhece o tempo de espera para primeiras consultas de especialidade e que, por outro lado, referiu que, e estou a citar, “não há relatos de problemas com a realização de exames complementares de diagnóstico e outras especialidades maioritariamente não cirúrgicas”. E a questão que se coloca aqui é se o Governo não conhece aquilo que já é público e conhecido de todos nós, nomeadamente na Unidade de Saúde de Ilha do Pico, com os atrasos de meses na realização de ecografias.

E todo este desconhecimento que, entretanto, foi assumido pelo Governo Regional acaba por ser indissociável da promessa da criação de Entidade Gestora do Doente em Espera, em maio de 2022.

Secretária Regional da Saúde e Desporto (*Mónica Seidi*): Já sabe o que é a Entidade Gestora?

O Orador: Passado mais de um ano, a Entidade Gestora do Doente em Espera, que recebe reclamações dos utentes do Serviço Nacional de Saúde e que é responsável por gerir os tempos de espera naquilo que diz respeito à prestação de cuidados de saúde, é um mito urbano neste momento.

Portanto, esta iniciativa, como eu disse, desde já, pelo menos teve a pertinência de o Governo assumir, efetivamente, que não conhece, para além das listas de

espera cirúrgicas, as listas de espera naquilo que diz respeito a consultas, exames, tratamentos e outros cuidados de saúde. Isto acaba por ser uma questão que não é de somenos importância.

E, como eu estava a dizer, antes de pensarmos em mais instrumentos para combater as listas de espera, importa ter em consideração que nós temos, neste momento, nomeadamente, dois instrumentos que nos auxiliam nesse combate, nomeadamente no combate às listas de espera cirúrgicas: temos os planos CIRURGE e temos o Vale Saúde.

E, já aqui foi dito, relativamente às listas de espera e àquilo que, entretanto, são “os feitos” deste Governo Regional, eu penso que importa, aqui, mais do que atirar números latos e genéricos sobre aquilo que é a produção do Serviço Regional de Saúde, analisar em pormenor, especificamente, alguns dados que importam, depois, àquilo que são as reais necessidades dos utentes do Serviço Regional de Saúde. E naquilo que diz respeito ao CIRURGE, que foi criado em 2017, para já, eu penso que há uma tónica dominante por parte deste Governo, é que os números dos seus relatórios nunca batem certo.

Se nós virmos, em 2021, o relatório síntese do CIRURGE e do SIGICA e se virmos o relatório e contas do HDES de 2021, desde logo, o número de cirurgias no âmbito do CIRURGE não batem certo. Portanto, isto é uma falta de credibilidade tremenda para quem quer contribuir efetivamente com iniciativas para melhorar o Serviço Regional de Saúde.

Depois, por outro lado, em 2022, no relatório e contas do HDES importa, aqui, sim, mais do que aquilo que é o número de intervenções cirúrgicas realizadas, ver de que forma é que essas intervenções cirúrgicas foram realizadas. No relatório e contas do HDES de 2022, nós se virmos a produção programada em ambulatório, fizeram-se 3996 cirurgias, em produção programada de internamento 3402 e em produção urgente 2052, o que dá um total de 9450 cirurgias. Mas estes dados não desagregam a produção acrescida adicional, ou seja, que é algo que é feito com

recursos ou CIRURGE. E se nós fizermos essa desagregação, com base naquilo que também é conhecido através dos boletins do Hospital do Divino Espírito Santo, a produção programada diminuiu em cerca de 500 cirurgias e a produção acrescida aumentou em cerca de 1000, ou seja, fez-se menos no tempo normal de trabalho e fez-se mais para além do tempo normal de trabalho.

E, portanto, quando se diz que se contrataram mais médicos, mais enfermeiros, mais profissionais de saúde, está-se a produzir menos em horário normal de trabalho nas unidades de saúde da Região.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não, não estamos!

O Orador: E, portanto isto preocupa. Ou seja, o Serviço Regional de Saúde está a onerar mais por profissionais, muitos deles, que vêm de fora. E em tempos, eu recorde, o CDS chamava a esses profissionais de saúde de mercenários. E, portanto, está o Serviço Regional de Saúde a diminuir a sua produção em tempo normal de trabalho, para aumentar em acrescida. Isto levanta questões de eficiência, de enviesamento do sistema e de sustentabilidade.

Importa ter em conta a questão da sustentabilidade, quando, conforme o Bloco de Esquerda disse, e muito bem, temos unidades de saúde de ilha que não têm as transferências que estão previstas no orçamento, quando este Governo, recorde-se, fez uma cativação de 25% das verbas, também, que estão inscritas para este ano e quando, efetivamente, as unidades hospitalares da Região apresentam os piores resultados operacionais líquidos, apresentam uma tendência crescente no último ano, também, do tempo médio de pagamento a fornecedores.

E, portanto, todos estes aspetos nos devem preocupar antes de ponderarmos, efetivamente, sobre novos instrumentos, novas ferramentas, como eu disse, que podem vir a onerar ainda mais o Serviço Regional de Saúde e a agravar a sua falta de eficiência.

Naquilo que diz respeito às consultas, falou-se aqui, novamente, em jeito de propaganda, no número de consultas, no número de exames, no número de

profissionais de saúde...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Propaganda?! Isso é que é um debate elevado sobre saúde!

O Orador: Para além de já ter desmontado aqui a questão do CIRURGE, vamos então à questão das consultas. Peguemos em dois exemplos: a Unidade de Saúde da Ilha de São Miguel e a Unidade de Saúde da Ilha Terceira. No relatório e contas de 2022, só em consultas de nutrição, a Unidade de Saúde da Ilha de São Miguel diminuiu em 31,1% e em consultas de psicologia foi menos da metade, 52,7%. A Unidade de Saúde da Ilha Terceira, menos 5,7% de consultas de psicologia. E aí a nutrição foi menos 14,9%. Isto não é uma questão somenos, novamente. Isto, porquê? Falamos de nutrição e psicologia. A Região Autónoma dos Açores, naquilo que diz respeito à taxa de suicídio, em 2021, nós regredimos a valores de 2014, apresentando a taxa mais alta do país neste momento.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Pelo amor de Deus, falar nisso no pós-pandemia!

O Orador: Depois, naquilo que diz respeito ao excesso de peso e à obesidade infantil, agravámos as conquistas que se tiveram no último COSI que se fez, da avaliação da prevalência do excesso de peso e da obesidade infantil, agravámos esses dados. Portanto, quando se diz que se aumentou o número de consultas, isso não corresponde à verdade. E as pessoas sentem isso na sua vida e no seu dia a dia.

Naquilo que diz respeito à deslocação de especialistas, também é uma maravilha, segundo aquilo que são as palavras dos partidos da coligação e do Governo.

Secretária Regional da Saúde e Desporto (Mónica Seidi): Eu nem sequer falei nisso!

O Orador: Eu disse os partidos da coligação.

Vejamos o caso da Unidade de Saúde da Ilha Graciosa. Para 2022, estavam previstas quatro deslocações de cardiologista para a Unidade de Saúde da Ilha

Graciosa. Fizeram-se quantas? Zero! Medicina interna, quatro deslocações. Quantas é que foram realizadas? Zero! A que é que isso obrigou?

Secretária Regional da Saúde e Desporto (*Mónica Seidi*): Mentira!

O Orador: É mentira?! Está no relatório e contas, Sra. Secretária! A Sra. Secretária, para além de descredibilizar os conselhos de administração quando diz que eles assumem despesa quando não têm cabimento, agora está a dizer que os conselhos de administração também mentem nos relatórios e contas?!

Secretária Regional da Saúde e Desporto (*Mónica Seidi*): Não estou a dizer isso!

Deputada Andreia Cardoso (*PS*): A senhora está a dizer que é mentira, é a mesma coisa!

O Orador: Isso é gravíssimo! Quer dizer...

Isto consta do relatório contas da Unidade de Saúde da Ilha Graciosa e, portanto, não teve acesso a consultas de cardiologia conforme estava previsto. E isso obrigou à deslocação de 155 utentes para fora da sua ilha de residência.

Depois, naquilo que diz respeito à contratação de profissionais, aumentou-se também uma série de médicos e de enfermeiros no Serviço Regional de Saúde. Vou dar também só dois exemplos: o Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira tem, em 2022, o mesmo número de médicos que tinha em 2020, exatamente o mesmo; o Hospital da Horta, pelo contrário, diminuiu, face a 2020, o número de médicos e o número de enfermeiros. Portanto, dizer em termos latos fica muito bem, mas, na prática, as pessoas, em cada uma das suas ilhas de residência, sentem precisamente o contrário.

E, depois, temos aqui outro aspeto. Naquilo que diz respeito às carreiras da saúde, eu gostaria de perguntar, atendendo àquilo que foi a calendarização assumida por este Governo, se ainda mantém essa calendarização ou se, tal como o Hospital Digital, no âmbito do PRR, também vai ser revista pelos incumprimentos também de metas, objetivos e, neste caso, de compromissos assumidos com os

profissionais de saúde.

Eu recordo, naquilo que diz respeito aos enfermeiros, o SEP, já no ano passado, tinha alertado que um terço do calendarizado para 2021 não havia sido pago. E eu recordo que a promessa deste Governo foi pagar 12,1 milhões de euros em oito anos, divididos por 3,5 milhões em 2021 e 9,5 milhões em 2024. Até a este momento, este calendário não está a ser cumprido.

Depois, naquilo que diz respeito aos incentivos à fixação de profissionais, este Governo fala que aumentou o número de incentivos à fixação de profissionais. Nós vemos as taxas de execução daquilo que diz respeito à ação em concreto no Plano de Investimentos que é destinada aos incentivos à fixação de profissionais e tem, ao longo dos últimos dois anos, sempre, uma taxa de execução baixíssima. E, depois, vamos ver, em janeiro de 2023, um despacho que atribui incentivos de fixação a uma médica do Hospital do Divino Espírito Santo que exerce já desde novembro de 2021.

Secretária Regional da Saúde e Desporto (*Mónica Seidi*): De quando é esse despacho?

O Orador: E, portanto, é assim que se incentiva a fixação de profissionais, é demorando mais de um ano, entretanto, a atribuir esses mesmos incentivos à fixação?

E, portanto, eu gostaria, para além disso, que a Sra. Secretária, que foi Deputada nesta Casa em 2020, ...

Secretária Regional da Saúde e Desporto (*Mónica Seidi*): Ainda bem que fui!

O Orador: ... que questionou e criticou o Governo Regional da altura, uma vez que estamos, efetivamente, a analisar aqui a questão do Cheque Saúde, onde é que está o relatório de execução do Vale Saúde e do SIGICA de 2022? Onde é que está esse relatório de execução? Porque a Sra. Secretária, em 2020, criticava a então titular da pasta a dizer que não estava a cumprir a lei, porque era 15 de janeiro 2020, estava nesta Casa e não tinha o relatório do Vale Saúde e do

SIGICA. Eu pergunto, Sra. Secretária, que agora é titular da pasta: porque é que não está a cumprir aquilo que antes criticava?

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Há discursos da oposição que merecem ser aplaudidos. São tão maus, tão maus, tão maus e tão bons, tão bons para o Governo, que é isto que me apetece fazer.

Olhe, começo aqui com um juramento: eu juro, por minha honra, que, se alguma vez exercer funções no Governo, nunca criticarei quem me antecedeu e teve melhores resultados do que eu. Porque é estranho, é anacrónico, é surrealista que um governante que teve péssimos resultados, resultados muito piores do que aqueles que agora estão a ser obtidos, venha aqui criticar quem está a fazer muito melhor.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

É evidente, meus senhores, que tudo isto...

Deputada Andreia Cardoso (PS): E as senhoras?

O Orador: Meus senhores e minhas senhoras ou, se quiserem, para mim é sempre minhas senhoras e só depois meus senhores.

Mas o que eu quero aqui dizer, Sras. e Srs. Deputados, é que aqui é exigido a este

Governo, que ainda nem sequer tem três anos, que faça autênticos milagres, tendo em conta a herança que recebemos.

Secretária Regional da Saúde e Desporto (*Mónica Seidi*): Exatamente!

O Orador: Isto faz-me lembrar aqui um episódio bíblico. Eu vou aqui fazer uma alegoria melhor do que aquela que o Sr. Deputado Vasco Cordeiro fez em relação ao Barrabás, que continuo sem perceber.

Deputado Pedro Pinto (*CDS-PP*): Também não é difícil!

O Orador: Mas a questão é a seguinte: conhecem bem o episódio das bodas de Caná? O primeiro milagre de Jesus Cristo.

Deputada Andreia Cardoso (*PS*): Outra vez? Esse milagre tem rendido horrores!

O Orador: Esse milagre é pedido por Nossa Senhora. Nossa Senhora viu que faltava vinho. Dirigiu-se a Jesus Cristo e disse-lhe estas palavras: “Eles não têm mais vinho.” Jesus Cristo ficou um pouco chateado e disse: mas que tenho eu a ver com isso? E a resposta de Nossa Senhora foi: preparem os jarros com a água, que a coisa vai-se resolver.

Deputada Andreia Cardoso (*PS*): O senhor nessa alegoria é quem, Nosso Senhor ou Nossa Senhora? Só para eu perceber.

O Orador: E eu estou na mesma. Pedem-nos milagres, pedem milagres a este Governo. Os milagres são difíceis de fazer. É injusto que se peçam milagres, mas eles estão a ser feitos, estão a aproximar-nos desses resultados, que são verdadeiramente uma alteração revolucionária na área da saúde. Esses milagres, estamos próximos deles.

Deputado Nuno Barata (*IL*): E o Cheque Saúde?

O Orador: O Cheque Saúde é importantíssimo. E já lá chego. Isto é uma introdução, um contexto.

Nós temos, agora, no nosso Sistema Regional de Saúde, seis ilhas com cobertura a 100% de médicos de família. É ou não é um resultado extraordinário?

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: E em São Miguel estamos próximos dos 100%. Para o Sr. Deputado Tiago Lopes, isto é milagroso, verdadeiramente milagroso. Não é. É só trabalho, é só esforço, é só preparação, com o esforço e o apoio de todos neste âmbito.

A valorização das carreiras, durante tanto tempo desprezadas pelo Governo anterior, em relação aos enfermeiros, aos farmacêuticos, aos TSDT, ao aumento do número de camas de cuidados continuados, ao aumento do valor das diárias em 32% no âmbito no âmbito da saúde mental, etc., etc., etc. São resultados verdadeiramente entusiasmantes. Estamos a fazer a diferença na área da saúde.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): E incomoda!

O Orador: O que eu gostava de vos dizer em relação a esta matéria, a este contributo do Chega nesta matéria, aquilo que vem propor é que “proceda à criação, no Serviço Regional de Saúde, de um mecanismo de financiamento de despesa dos utentes com a aquisição de prestações na área de saúde, denominada Cheque Saúde”, nomeadamente, depois referido no ponto 4, “recomendar ao Governo que a emissão do Cheque Saúde se aplique aos seguintes cuidados de saúde: cuidados de saúde primários; primeiras consultas de especialidade hospitalar; avaliação para a realização de planos de cuidados de saúde programados; realização de meios complementares de diagnóstico e terapêutica.” Bem, nestas matérias, é evidente que o Governo, em menos de três anos, não resolveu o problema completamente, tendo em conta o passado, a herança desastrosa que recebemos. E é evidente que é preciso reforçar os mecanismos para solucionar este tipo de questões.

Diz o Bloco... Eu já sabia que o Bloco iria logo fazer um discurso absolutamente

dogmático, porque, para o Bloco, privados não podem existir. Portanto, é uma perspectiva dogmática, nada prática, que não tem em conta a realidade do mundo atual, que pura e simplesmente se encerra numa impossibilidade prática de resolver os problemas, por puro dogmatismo.

Deputada Alexandra Manes (BE): Chama-se coerência!

O Orador: Muitas vezes, o problema do Bloco de Esquerda é a ideologia, quando a ideologia impede que se possam tomar soluções práticas. E o Bloco de Esquerda tem este problema, é o dogmatismo ideológico, que lhe impede de observar com espírito prático para estas questões.

Por isso, o Sr. Deputado irá receber o voto favorável do PPM nesta matéria, porque nós, nesta questão, temos uma visão prática, de utilizar os recursos que estão à disposição na nossa Região, quer públicos, quer privados, para os direcionar para onde é necessário, que é para resolver os problemas dos utentes nos Açores. É isso que nos preocupa, preocupa-nos o resultado que queremos obter.

E, por isso, V. Exa., aqui, sugerindo e propondo estes mecanismos, tem o apoio do PPM, que votará favoravelmente.

Outros estão encerrados num passado medíocre no âmbito desta matéria. E outros ainda estão encerrados em jaulas dogmáticas, aí não há muito a fazer.

Nós queremos resolver esse problema. E é por isso que nesta matéria acompanhamos V. Exa. e a vossa proposta.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional da Saúde e Desporto. Faça favor.

(*) **Secretária Regional da Saúde e Desporto (Mónica Seidi):** Obrigada, Sr.

Presidente.

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia, Exmas. Sras. e Srs. Deputados, Exmo. Sr. Presidente e Vice-Presidente do Governo, restantes Secretários:

Sinceramente, há algo que eu não posso aceitar e que já assisti hoje de manhã por dois Srs. Deputados diferentes. Primeiro, é tentar descredibilizar a ação governativa, nomeadamente a postura da Secretária Regional da Saúde e Desporto. E tentar, também, desta forma, descredibilizar aquilo que eu acredito que é o maior objeto do Serviço Regional de Saúde: os utentes e os seus profissionais. E, portanto, não apoio e não posso aceitar que passem de forma leviana os comentários que foram aqui feitos, ...

Deputado Gustavo Alves (PPM): Muito bem!

A Oradora: ... quer pelo Sr. Deputado António Lima, quer pelo Sr. Deputado Tiago Lopes, a descredibilizar aquilo que tem sido um esforço hercúleo deste Governo face àquilo que herdou ao longo dos tempos.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: E até, pasme-se, depois da intervenção do Sr. Deputado António Lima, só posso crer que o senhor está contra os utentes do Serviço Regional de Saúde, ...

Deputado António Lima (BE): O quê?

A Oradora: ... porque nem sequer consegue compreender que há aqui um problema, um problema de resposta, para que se realizem atempadamente atos médicos. E é isso que esta ferramenta vem aqui trazer.

E, portanto, não posso aceitar. Não me revejo neste tipo de ações. E estamos cá para contrapor aquilo que foi dito.

Da mesma forma que o Sr. Deputado Tiago Lopes faz crer que a Sra. Secretária é uma impreparada porque nem sabe o número de consultas que estão por realizar. Isso não é verdade. Basta o senhor olhar com calma, que eu acredito que a tenha, para o relatório desta iniciativa e lá estão plasmadas quais são as especialidades que têm maior lista de espera nos três hospitais da Região. E o senhor sabe muito bem que lá está escrito que, a nível do HDES, a hematologia, a anestesiologia, a psiquiatria e a psicologia são as quatro especialidades onde também há lista de espera.

Mas também lhe digo que esperamos que, até ao final do ano, com o banco de médicos no âmbito da Estrutura para a Saúde Mental, essa situação possa ser ultrapassada.

E também lhe digo mais: sabe porque é que até agora não conseguimos avançar com o banco de médicos? Porque, pasme-se, ao longo de 20 anos, naquele hospital, houve um desinvestimento e há uma falta de pelo menos 20 gabinetes para fazer face às respostas que têm que ser dadas aos utentes do Serviço Regional de Saúde. É esta a herança que este Governo recebeu, mas também é esta a herança que este Governo irá ultrapassar, isso posso-lhe garantir!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: Dizer também que, a nível das unidades de saúde, esta Secretária, que não se prepara para as Comissões, tem, obviamente, os números. E se quiser de forma detalhada, posso dá-los.

Deputado Berto Messias (PS): Força!

A Oradora: Mas também pode muito bem fazer um requerimento, que a Secretaria responderá, com todo o gosto.

Acho isto de uma leviandade, que não posso, obviamente, aceitar.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: E acho que nem os profissionais de saúde nem os utentes do Serviço Regional de Saúde merecem ser tratados desta forma.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Em relação aos meus problemas com geografia, Sr. Deputado Pedro Neves, pois, eu sou uma mulher de ciências, mas fiz geografia até ao 9.º ano e, felizmente, sei bem chegar à Ribeira Grande. Portanto, o GPS dispenso.

Em relação ao centro de saúde, não fiz referência, a falha foi minha, mas posso dizer que o Centro de Saúde da Ribeira Grande não está esquecido. E de forma a que no próximo inverno não tenhamos os problemas que se têm vindo a suceder indevidamente lá, até ao final do ano, aquele centro de saúde terá um investimento de cerca de 30 mil euros.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Será possível, de forma segura, substituir as janelas onde, infelizmente, entra água. Melhorar a unidade de cuidados continuados. Será possível introduzir uma máquina *point-of-care*, para fazer análises no âmbito da unidade básica de urgência. E, ainda, aumentar o horário de funcionamento do raio-x, de forma a que se evitem transportes da Ribeira Grande para o HDES.

Deputada Délia Melo (PSD): Muito bem!

A Oradora: Em relação ao terreno, o terreno está identificado. E, portanto, o Centro de Saúde da Ribeira Grande será uma realidade com este Governo, fique descansado. Será um novo.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O terreno está identificado. Já visitei o terreno. Temos tido dificuldade em

identificar os proprietários. E, provavelmente, vamos ter que avançar por um processo de expropriação. O terreno está identificado e será uma realidade.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Deputado Pedro Neves (PAN): Estou a dar a minha ajuda apenas, a solução é vossa!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional.

Sr. Deputado António Lima, pede a palavra para...

Deputado António Lima (BE): Sr. Presidente, para um protesto.

Presidente: Tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O debate político tem, naturalmente, fases em que se utilizam expressões mais duras. Todos nós utilizamos, é normal, faz parte. E aceito com todo o *fair play* esse tipo de debate. O que não pode acontecer é, como fez a Sra. Secretária, acusar-me e ao Bloco de Esquerda de estar contra os utentes do Serviço Regional de Saúde!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

O Orador: Isso é inadmissível, Sra. Secretária!

Em nenhuma intervenção pública minha, ao longo de todo o tempo que tenho de exposição pública, a senhora pode encontrar alguma afirmação que a possa induzir a essa conclusão falsa, insidiosa e inaceitável!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Inaceitáveis são as condenações que o senhor fez de gente séria!

O Orador: Toda a intervenção pública que eu ou o Bloco de Esquerda tem tido ao longo da história é em defesa do Serviço Regional de Saúde, dos utentes do Serviço Regional de Saúde!

Pode discordar das soluções, tal como nós discordamos das vossas soluções muitas vezes. Não pode é dizer que estamos contra as pessoas! Isso é inadmissível por parte de um Membro deste Governo ou de qualquer outro Governo! Por isso, solicito que se retrate.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (*Artur Lima*): O senhor perseguiu e difamou pessoas!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sra. Secretária Regional, para um contraprotesto, tem a palavra.

(*) **Secretária Regional da Saúde e Desporto** (*Mónica Seidi*): Muito obrigada, Sr. Presidente.

De facto, quem ouve o Sr. Deputado António Lima agora falar, pensa que não foi a mesma pessoa que há bocadinho teve a intervenção que teve e que, infelizmente, agarrado à sua ideologia política, não consegue reconhecer que esta é uma boa medida.

E também não consegue reconhecer que este Governo Regional tem feito um esforço meritório para valorizar todos os profissionais de saúde, para dar resposta às dificuldades, àquelas que foram herdadas e àquelas que surgem diariamente, porque isto é um setor dinâmico, que requer esforço, dedicação e, sobretudo, muito trabalho.

Deputado José Ávila (*PS*): Ah, só agora é que o serviço é assim!

A Oradora: Este Governo está aqui para dar a resposta e assim continuará!

Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária.

Sras. e Srs. Deputados, vamos fazer um intervalo. Regressamos às 11 horas e 50 minutos.

Eram 11 horas e 31 minutos.

Presidente: Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Eram 11 horas e 53 minutos.

Estava inscrita e dou a palavra à Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

(*) Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estamos, agora, aqui, a debater este Projeto de Resolução do Chega, mas, na sequência de tudo o que já foi dito, e peço desculpa ao Sr. Deputado José Pacheco, vou ter que fazer aqui, também, algumas considerações daquilo que foi dito, antes de falar propriamente da iniciativa.

E há algo que eu acho que é unânime nesta câmara, é que, sem dúvida, se não tivesse existido o subfinanciamento que existiu ao longo dos anos no Serviço Regional de Saúde, hoje em dia estaríamos todos bem melhor e não estaríamos aqui a falar de determinadas questões.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Porque vem o Sr. Deputado do Partido Socialista fazer crer que no Serviço Regional de Saúde tudo estava bem, tudo estava perfeito e que nestes três anos tem sido o descalabro, a degradação total do Serviço Regional de Saúde nestes três anos.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Muito bem!

A Oradora: Como se o ponto de partida, todos nós nesta Casa, não sabíamos qual era. E o senhor ainda mais, com as responsabilidades que tinha.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: E, portanto, fazer crer que tudo estava bem, isso acho que não é também correto da sua parte.

E a verdade é que este Governo, mesmo perante todas as dificuldades que têm surgido, nomeadamente, também, no que confere aos recursos humanos, a

dificuldade que é conseguir angariar os médicos que são necessários, quer aqui, mas também quer a nível nacional, porque isso não pode ser um problema que é considerado por determinados partidos a nível nacional e não o é a nível regional, apesar de todas essas dificuldades, a verdade é que este Governo tem feito um trabalho persistente e contínuo de investimento no Serviço Regional de Saúde, que vai desde: o aumento do número de camas no âmbito dos cuidados continuados; o reforço em recursos humanos por toda a Região, com mais de 1100 profissionais na área da saúde; o aumento da cobertura de médicos de família, onde temos já seis ilhas com cobertura de médicos de família; ...

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: ... a valorização das carreiras dos profissionais de saúde, desde os enfermeiros, os TSDT, os farmacêuticos, negociações agora com os médicos, coisa que o anterior Governo não fez, foi este Governo que assumiu esse compromisso da valorização e de rever todas estas carreiras; ...

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: ... quer o investimento em equipamentos, desde os TAC, em que já temos o segundo equipamento TAC em funcionamento no HSEIT, o raio-x na Povoação, a máquina de líquidos biológicos no Pico, que também foi um compromisso assumido por este Governo, no âmbito até de uma iniciativa do Deputado Pedro Neves; ...

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Ouça, Sr. Deputado!

A Oradora: ... a melhoria das diversas infraestruturas, desde o Centro de Saúde das Velas, uma intervenção que ronda 2,5 milhões de euros, os investimentos também no Faial, no Corvo, a empreitada de remodelação da ampliação do recobro cirúrgico do HDES, um investimento de 3,2 milhões de euros, um planeamento ainda do anterior conselho de administração, presidido pela Dra. Cristina Fraga; ...

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: ... os compromissos assumidos por este Governo, também, naquilo que são os novos centros de saúde para a Ribeira Grande e para a Lagoa.

Veja lá se isto não é trabalho feito, se isto não é investimento no Serviço Regional de Saúde! E não pode o Sr. Deputado vir fazer crer a esta câmara que nada está a ser feito e que é a degradação total do Sistema Regional de Saúde!

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: Em relação à iniciativa que está aqui em causa, efetivamente, o que consideramos e o que o Grupo Parlamentar entende é que este, sem dúvida, é mais um instrumento disponível ao Governo Regional para dar resposta ao que efetivamente é necessário dar resposta. Esta é uma matéria que tem sido sempre uma preocupação do Grupo Parlamentar do CDS ao longo dos anos, de melhorar os cuidados de saúde aos utentes da nossa Região. Foi essa, sempre, uma preocupação deste Grupo Parlamentar, desde a criação do Vale Saúde em 2009, o mecanismo de combate também às listas de espera cirúrgicas, quer também, depois, o SIGIC, em 2016. E, portanto, essa tem sido uma preocupação do Grupo Parlamentar do CDS.

Esta proposta de substituição apresentada pelo Sr. Deputado deixa-nos, efetivamente, mais confortáveis, porque acreditamos que não deve existir uma substituição também daquilo que já existe.

E este Cheque Saúde, sem dúvida, é mais um instrumento, uma ferramenta, disponível para uma melhor resposta aos nossos utentes, que é isso que nos deve centrar, que é isso que para nós é fundamental, que é, sem dúvida, prestar uma melhor resposta aos nossos utentes, com vista a que estes tenham uma melhoria na sua qualidade de vida, naquilo que são os cuidados prestados. É essa a aposta

que tem sido feita.

Sabemos que, muitas vezes, não tem sido fácil, perante todas as dificuldades que têm surgido, nomeadamente naquilo que concerne aos profissionais de saúde e à falta destes médicos, mas a verdade é que nos parece que esta iniciativa será mais um contributo para, assim que atingido o tempo máximo de resposta garantido, que exista mais uma ferramenta que possa dar essa resposta. E não, nunca, e acredito que não é esse o entendimento do proponente nem também o entendimento do Grupo Parlamentar, uma desculpa para não se fazer uma aposta, que tem sido feita, e dar continuidade a esta aposta no nosso Serviço Regional de Saúde, ...

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: ... que deve ser sempre a primeira resposta. Os utentes não podem ficar à espera quando este sistema não consegue dar a resposta atempada.

E é isso que para nós também é importante, é que seja, realmente, cada vez mais, dada a resposta adequada aos nossos utentes.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) Deputado Pedro Neves (PAN): Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Secretária Regional da Saúde, descobrimos, então, que o problema é porque não teve negativa no 9.º ano em Geografia, ficamos contentes. Descobrimos, também, que não houve uma omissão da parte da Sra. Secretária relativamente ao Centro de Saúde da Ribeira Grande. Foi mesmo, se calhar, desinteresse. Se calhar,

a Ribeira Grande não é importante.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Não apoiado!

O Orador: Eu não preciso sequer de meter na minha intervenção. Sobre aquilo que, supostamente, já tinha pelo menos o primeiro passo, não disse. Então, foi, talvez, desinteresse da parte da Sra. Secretária.

Mas, pelo menos, já foi visto qual é o terreno que foi cedido pela Câmara Municipal da Ribeira Grande. Pelo menos, já temos boas notícias para os ribeiragrandenses.

E sabemos, também, que neste momento estão a ouvir. E, por isso, eu gostaria de perguntar à Sra. Secretária, que tivesse a amabilidade, pelo menos, de dizer onde é que é o terreno, para as pessoas se posicionarem pelo menos geograficamente dentro da Ribeira Grande, para saber onde é que será esse terreno. Apesar de ainda não termos projeto, esse será um segundo passo, mas, pelo menos, poderá já adiantar onde é que será o terreno na Ribeira Grande?

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

A Mesa não tem inscrições...

Sra. Deputada Ana Quental, faça favor.

(*) **Deputada Ana Quental (PSD):** Muito obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Depois daquilo que eu ouvi e ouvimos todos aqui falar sobre a desgraça que está o Serviço Regional de Saúde, gostava de relembrar, principalmente ao Sr. Deputado Tiago Lopes, que a legislação sobre os tempos máximos de resposta garantidos foi feita, e está aqui a Portaria, em dezembro de 2015, portanto, na época em que governava o Partido Socialista.

E, aliás, eles aqui o dizem, o objetivo era para reduzir as listas de espera cirúrgicas, de consultas e de meios complementares de diagnóstico e terapêutica. Portanto, não é este Governo que está atrasado em listas de espera e que não responde às

necessidades dos doentes, isto já vem de há muito e nunca conseguiram resolver este problema. Por isso, criticar e falar que números não interessam, interessam sim, senhor. Dizer que os doentes esperam menos de 100 dias do que em 2019 não interessa?! Então, não interessa para as pessoas?!

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: Em 2019, não havia pandemia, já havia o CIRURGE. Então, agora critica-se tanto o que se faz, para além do horário normal de serviço?! São menos 100 dias neste momento, depois de uma pandemia! Em 2023, são menos 100 dias que os doentes esperam por uma cirurgia!

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

A Oradora: Não é o ideal, não chegamos ainda aos 277 dias, mas havemos de lá chegar. É importante e é preciso que o nosso povo saiba isso.

Em relação, neste momento, aos pedidos de consulta, que está tudo muito mal, há muitas consultas à espera, são muitos exames atrasados, isso só significa que quanto maior é o número de pedidos...

Deputado Carlos Silva (PS): Ah, então a senhora confirma!

A Oradora: Sim, significa que a acessibilidade aos serviços de saúde é melhor, é maior.

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

A Oradora: Não são os doentes que prescrevem exames, não são os doentes que prescrevem consultas de especialidade, são os médicos. O que significa que, pelo facto de nós termos já seis ilhas com 100% de cobertura de médico de família, a acessibilidade é maior. São mais pedidos de exames, são mais pedidos de consulta. É evidente que o esforço tem que ser maior por parte dos serviços para

dar resposta a estes pedidos. Daí que este Cheque Saúde pode, eventualmente, ser uma ferramenta positiva para melhorar os tempos de espera.

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

A Oradora: Isto tem que ser dito à população. Não é só falar mal e dizer que está tudo mal.

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

A Oradora: Relembrar, também, que a nível da Graciosa, se bem me lembro, em 2022, havia um médico de medicina interna a trabalhar nessa ilha. Portanto, as consultas de medicina interna, penso, Sra. Secretária, ajude-me, foram feitas por ele. Não sei se, pronto...

Em relação às carreiras de enfermagem e à calendarização dos pagamentos, sim, este Governo teve a coragem de fazer uma calendarização de pagamentos. Sr. Deputado, durante a sua vigência como Diretor Regional, o que é que fez pelos enfermeiros e pela atualização das carreiras dos enfermeiros? Zero! Não fez absolutamente nada!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Foi este Governo que conseguiu fazer as negociações, chegar a acordos, calendarizar os pagamentos e legislar sobre várias situações muito específicas da carreira de enfermagem. Sabe perfeitamente, Sr. Deputado, que a nível dos especialistas, a nível dos enfermeiros que, não saindo do Serviço Regional de Saúde, mudaram de instituição, tudo isso são pequenos (grandes) pormenores que já foram e estão a ser resolvidos. Portanto, é importante relembrar tudo isto.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Deputado António Lima, faça favor, tem a palavra.

(*) Deputado António Lima (BE): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Antes de recolocar as questões que coloquei ao Governo e que não foram respondidas, gostaria de fazer aqui um pequeno ponto de situação neste debate, porque, é curioso, a coligação, ainda agora pelo PSD, há bocado pelo CDS, dizia: bem, estamos muito melhores, as pessoas esperam menos, o Serviço Regional de Saúde responde, temos médicos de família quase para toda a gente. Mas, então, para que é o Cheque Saúde?

Deputado Gustavo Alves (PPM): Não seja desonesto!

Secretária Regional da Saúde e Desporto (Mónica Seidi): A gente reconheceu o problema! O senhor não percebe nada disto!

O Orador: Se o Serviço Regional de Saúde está a responder efetivamente às pessoas, como os senhores dizem, então, para quê esta solução que querem aprovar? Bem, é uma contradição.

Isso só demonstra, por um lado, que não está tudo bem. E as pessoas sabem bem. Quem está a ouvir este debate, deve achar que a coligação vive num mundo paralelo, porque sabem que têm que ir, por exemplo, às 5h da manhã para a porta do centro de saúde para ter uma consulta do dia, por exemplo, em Ponta Delgada. Já lá fui. Sabem, por exemplo, que no Hospital da Ilha Terceira, como acontece no Hospital de Ponta Delgada, nos dois maiores hospitais a produção em horário normal, a produção, como já foi aqui dito, programada, que não é CIRURGE, está a descer, enquanto a produção através do CIRURGE, que basicamente é *outsourcing*, ...

Secretária Regional da Saúde e Desporto (*Mónica Seidi*): Então, as listas de espera estão a reduzir!

O Orador: ... que é mais cara, o que quer dizer que a capacidade de resposta do Serviço Regional de Saúde está pior, está a diminuir e que, a longo prazo, sairá cada vez mais caro. E a resposta estrutural que é preciso dar, com recursos do Serviço Regional de Saúde, com profissionais do Serviço Regional de Saúde, será cada vez pior. Ou seja, isto é um problema estrutural do Serviço Regional de Saúde, que os senhores não estão a resolver, estão é a tentar disfarçar.

E, por exemplo, mesmo em termos de listas de espera, é vergonhoso que haja 709 pessoas há mais de um ano à espera na neurocirurgia, no Hospital de Ponta Delgada. Esses são os casos concretos. Os números de redução de 5, 10, 15, 20, aquilo que seja de dias, de alguma estatística, que a Sra. Deputada há pouco nem referiu qual era, ...

Deputado Pedro Pinto (*CDS-PP*): Mas a redução é positiva ou negativa?

O Orador: ... não nos dizem nada, quando uma pessoa está há mais de um ano à espera de uma cirurgia, muito mais de um ano. Aliás, na neurocirurgia, todas as pessoas estão há mais de um ano, todas, praticamente.

Sobre a questão de financiamento, Sra. Secretária, coloco uma nova pergunta: o que é que já fez a EMaFiS, a tal estrutura de missão criada para fazer aquilo que devia ser o seu trabalho? Em termos de financiamento, o que é que já fez? Tem que prestar contas neste Parlamento!

Em segundo lugar, perguntei sobre a unidade de hemodiálise do Hospital de Ponta Delgada e o que é que quer dizer essa contratualização. Sra. Secretária, se calhar, é melhor ouvir, porque vou colocar a pergunta novamente e perdemos mais tempo. A unidade de hemodiálise do Hospital Ponta Delgada, em que ponto é que está a obra que foi aprovada neste Parlamento, por proposta do Bloco de Esquerda? E o que é que quer dizer essa externalização do serviço, que o Sr. Presidente do Governo referiu que iria fazer?

Secretária Regional da Saúde e Desporto (*Mónica Seidi*): Com certeza, é muito fácil!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Tiago Lopes, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Tiago Lopes** (*PS*): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Efetivamente, quando a Sra. Secretária teve a intervenção de há pouco, tentando desviar as atenções do debate, procurando personalizar o debate, quem desacredita este Governo não é nem o Partido Socialista nem o Bloco de Esquerda, quem desacredita este Governo é o próprio...

Deputado Manuel Ramos (*PS*): É verdade!

O Orador: ... com os números que apresenta, que não batem certo de relatório para relatório. Os números nunca conseguem bater certo. É desacreditado quando a Sra. Secretária fica muito empertigada, porque, digamos, enfia a carapuça ao dizer que não está bem preparada para as Comissões, quando ninguém lhe disse isso. Foram colocadas questões na Comissão, foram colocadas questões aqui, que não consegue responder.

Eu, ainda há pouco, perguntei-lhe, na sua intervenção não esclareceu, quanto é que foi gasto no Vale Saúde em 2022. Eu desafio a Sra. Secretária a apresentar, ainda durante esta manhã, o relatório de execução do SIGICA e do Vale Saúde de 2022.

Secretária Regional da Saúde e Desporto (*Mónica Seidi*): Era o que mais faltava!

O Orador: Apresente! Posso fazer um requerimento, diz a Sra. Secretária em aparte. É essa a centralidade do Parlamento, Sra. Secretária?

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

A Sra. Secretária citou o relatório da Comissão. E aquilo que eu que eu citei na minha primeira intervenção foi precisamente esse mesmo relatório. A Sra. Secretária é que assumiu que não possui uma identificação da situação nem o levantamento concreto sobre o que está em atraso.

Foi a Sra. Secretária que disse em Comissão que não há relatos de problemas com a realização de exames complementares de diagnóstico, quando é público o atraso nas ecografias na Unidade de Saúde da Ilha do Pico.

Secretária Regional da Saúde e Desporto (*Mónica Seidi*): E o que é que eu já disse aqui?

O Orador: E posso-lhe dar outro exemplo. A Sra. Secretária disse que entregou em Comissão o tempo de espera para consulta, mas das consultas hospitalares. E o resto? A senhora assumiu que não tem.

Secretária Regional da Saúde e Desporto (*Mónica Seidi*): Tenho, sim! Já disse que o senhor podia fazer um requerimento!

O Orador: Então, se tem, faça o favor de entregar. E desafio-a a entregar esses dados, bem como aqueles que também foram pedidos em Comissão, nomeadamente relativamente a outra iniciativa, que até neste caso é do PAN, que é dos cargos de direção médica.

Secretária Regional da Saúde e Desporto (*Mónica Seidi*): E aqueles que já foram entregues?

O Orador: Foram-lhe solicitados também esses dados. Desafio-a a entregar esses dados.

E desafio-a, ainda, a esclarecer as questões que lhe foram colocadas, que são: como é que é possível, com mais médicos, com mais enfermeiros, com mais profissionais de saúde, que não se tenha produzido mais em horário normal de trabalho? E, por outro lado, desafio-a a explicar o porquê de, com mais profissionais, não ter reaberto os Núcleos de Saúde Familiar do Porto Judeu, do

Posto Santo e da Terra Chã. Eu não quero acreditar que seja apenas e simplesmente por serem freguesias socialistas.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Secretária da Saúde e Desporto.

(*) Secretária Regional da Saúde e Desporto (Mónica Seidi): Obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu lamento esta postura do Sr. Deputado Tiago Lopes, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... porque não refere, por exemplo, que lhe foram facultados dados que seriam importantes para esta discussão, nomeadamente os números da telemedicina, que o senhor, como são números favoráveis, não os utiliza.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

E tenta aqui criar um caso, uma mesquinhez política, relativamente a freguesias socialistas, quando o senhor sabe muito bem que eu visitei a freguesia de Porto Judeu. E isso foi dado conhecimento público pela própria freguesia e foi feito um agradecimento a esta Secretaria.

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária.

Sr. Deputado Tiago Lopes, faça favor.

(*) **Deputado Tiago Lopes (PS):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Secretária, novamente, não respondeu às questões que eu coloquei, nem a Sra. Secretária nem o proponente.

A minha primeira intervenção cingiu-se apenas e exclusivamente sobre esta iniciativa. E coloquei questões concretas. Não me respondeu.

Eu desafio-a novamente: Sra. Secretária, apresente-nos, se faz favor, o relatório de execução do SIGICA e do Vale Saúde ainda durante esta sessão legislativa.

Muito obrigado.

Deputada Ana Luís (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Secretária, para lhe poupar uma intervenção, agradecia que respondesse às questões que coloquei há pouco.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sra. Secretária Regional, tem a palavra.

(*) **Secretária Regional da Saúde e Desporto (Mónica Seidi):** Sr. Deputado Tiago Lopes, listas de espera das unidades de saúde de ilha:

Unidade de Saúde da Ilha do Pico, mais de mil pedidos;

Unidade de Saúde da Ilha do Faial, mais de mil pedidos;

Unidade de Saúde da Ilha de São Miguel, não temos os dados concretos, mas posso-lhe assegurar que, a nível de exames que estão à espera, de TAC, uma média de espera de 50 dias; de ecografia mamária, sete meses de espera.

Convenções sem tempos de espera – análises clínicas, gastro, raio-x e ressonância,

anatomia patológica e densitometria;

Unidade de Saúde da Ilha de Santa Maria, 700 doentes à espera;

Unidade de Saúde da Ilha Terceira, 2800 doentes à espera de consulta;

Unidade de Saúde da Ilha Graciosa, 1700 utentes à espera;

Unidade de Saúde da Ilha de São Jorge, 780 doentes à espera.

Tenho ou não tenho os dados, Sr. Deputado?

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

E também lhe disse, em sede de Comissão, que este Governo está a trabalhar. E já tem produzido uma Portaria para centralizar esses pedidos, para que, da mesma forma que nós tínhamos acesso àquilo que se passa com o CIRURGE, possamos ter o mesmo para a realização de consultas e de exames complementares de diagnóstico. Este é o projeto do Hospital Digital. A parte teórica está feita, estamos em execução relativamente à ferramenta informática que permitirá esta centralização.

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sra. Secretária.

Tem a palavra o Sr. Deputado Tiago Lopes.

(*) Deputado Tiago Lopes (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A Sra. Secretária puxou do seu bloco de notas e disse o número de pedidos. O número de pedidos de quê, Sra. Secretária? De consulta de medicina geral e

familiar? De nutrição? De psicologia? De meios complementares de diagnóstico?
De tratamentos? De quê?

Secretária Regional da Saúde e Desporto (*Mónica Seidi*): O senhor faça um requerimento!

O Orador: Eu não percebo. A Sra. Secretária, por favor, esclareça. O número de pedidos de quê? Consegue escalonar isso por consultas, tratamentos, meios complementares de diagnóstico? É isso que nos interessa. É isso que interessa às pessoas que estão à espera de saber. Eu desafio-a a entregar a esta Assembleia e a publicar, porque os utentes têm o direito a saber! E se a Sra. Secretária tem esses dados, publique-os.

Para além disso, eu questionei-a relativamente àquilo que é a diminuição da produção em horário normal. E dei o exemplo do Hospital do Divino Espírito Santo, em 2022. Como é que a senhora, como titular da pasta da saúde, perspetiva isso? E o que é que vai fazer em contrário? Porque isso é inadmissível! Estarmos aqui a discutir mais instrumentos, como o Cheque Saúde, para canalizar para o setor privado e social, quando dentro de portas não se faz melhor com mais médicos e mais enfermeiros, isso não pode ter o aval do Partido Socialista.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional.

(*) **Secretária Regional da Saúde e Desporto** (*Mónica Seidi*): Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu acho piada porque não consigo ter outro tipo de atitude, que é: à medida que eu lhe vou dando respostas, o senhor vai dando cambalhotas e vai divergindo nos assuntos que quer tocar.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Se eu não tivesse resposta, o senhor continuava a insistir no mesmo assunto. Eu tenho resposta, o senhor vai divergindo. O Hospital Digital já não lhe convém falar porque eu já apresentei aqui números.

Mas eu tenho aqui mais. O Hospital Digital é um processo extremamente complexo, que o senhor fez parte e elaborou. Sabe qual foi o trabalho deste Governo para poder ser cumprido? Porque os senhores viviam numa utopia, produziram um projeto que é extremamente complexo e que a sua exequibilidade seria zero. Não, conseguimos uma reprogramação, redesenhamos, simplificámo-lo, sem que tivéssemos que, em nenhum nível, desinvestir naquilo que são as metas e naquilo que são os objetivos. Neste momento, estamos a trabalhar no Hospital Digital, foi redesenhado, vamos possibilitar, inclusive, que a Região tenha um aumento a nível da aquisição de equipamentos, que inicialmente se centrava nos 8 milhões e que vai ser possível subir para 11 milhões. Se isto não é mais, eu não sei o que é que o senhor está à espera que este Governo faça!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Para finalizar, responder só ao Sr. Deputado do Bloco de Esquerda, em relação à externalização da hemodiálise, que me parece, de facto, importante, porque é algo que não estamos habituados a ouvir.

Presidente: Agradeço que termine, Sra. Secretária.

A Oradora: Efetivamente, a Região Autónoma dos Açores é a única região do país que não recorreu à externalização da hemodiálise, e bem. E bem, porquê?

Porque temos ótimos serviços de hemodiálise na Região. Infelizmente, estamos a chegar a um ponto a nível do Hospital de Ponta Delgada em que, por falta de recursos humanos... Um nefrologista demora cinco anos a ser formado. Qual foi o investimento? Onde estão as vagas protocoladas ou as vagas especiais? O Governo Regional desinvestiu em trazer nefrologistas para esta Região. Além disso, temos outro problema: o espaço físico.

E, portanto, para não pôr em causa o tratamento de hemodiálise, que é um tratamento urgente e que é necessário e essencial à vida, temos que pensar na possibilidade de externalizar o serviço através de convenções, tal como já acontece a nível de Portugal Continental e a nível da Região Autónoma da Madeira, até porque, se a Região está a crescer a nível do turismo, este também é um tratamento essencial para podermos receber utentes que, durante três vezes por semana, precisam deste tratamento para se manterem vivos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Portanto, se esse for o caminho de forma a dar resposta, quer aos utentes do Serviço Regional de Saúde, quer àqueles que nos visitam, o Governo está cá para analisar, estudar a proposta e avançar, se for esse o caminho.

Muito obrigada.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Berto Messias (PS): A Sra. Secretária não diz nada, não assume nada, não se compromete com nada! Volta, Clélio, estás perdoado!

Presidente: Obrigado, Sra. Secretária Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) Deputado António Lima (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e

Srs. Membros do Governo:

Com mais calma, eu respondo à intervenção da Sra. Secretária Regional da Saúde e Desporto.

A Sra. Secretária, tirado a ferros, respondeu, finalmente, a uma pergunta que fiz no início do debate, há mais de uma hora. E responde fazendo perguntas ao Bloco de Esquerda. Porque é que não temos médicos? Porque é que não temos infraestruturas? Ó Sra. Secretária, mas quem é a Secretária Regional da Saúde aqui? Quem é que está há quase três anos no Governo? Quem tem que perguntar porque é que não há médicos somos nós, é este Parlamento, à senhora! E a senhora é que tem que responder porque é que não há!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: Quem tem que perguntar porque é que não há infraestruturas somos nós! E a senhora é que tem que responder! Porque se está aí sentada é para prestar contas! E não é ao Parlamento apenas, é ao povo! E a senhora não está a prestar contas, está a sacudir a água do capote, como faz esse Governo sempre que é apontado um problema. Sempre!

E vem dizer: ah, nós não podemos, não temos espaço, temos que contratualizar com uma clínica privada a hemodiálise. Qual clínica privada? Não sabe que não há nenhuma clínica privada de hemodiálise em São Miguel, que é preciso construir essa clínica?! Quem é que a vai pagar? Somos nós que vamos pagar para construir uma clínica privada, para mandar os doentes do Serviço Regional de Saúde, e essa clínica privada ganhar a dobrar?!

O que a senhora tem que fazer é construir aquilo que está no Orçamento, é construir uma nova unidade de hemodiálise, já! Não é esperar e pagar a alguém para construir, para ter uma renda garantida e enriquecer à custa dos doentes dos Açores, que é isso que vocês querem fazer, que é isso que este Governo quer fazer!

Deputada Alexandra Manes (BE): Muito bem!

Deputado Carlos Freitas (PSD): Votou contra o Orçamento!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sra. Secretária Regional, já não tem tempo. A Sra. Secretária Regional pede a palavra para...

Secretária Regional da Saúde e Desporto (*Mónica Seidi*): Defesa da honra em virtude das palavras proferidas pelo Sr. Deputado António Lima.

Presidente: Tem a palavra, Sra. Secretária Regional.

(*) **Secretária Regional da Saúde e Desporto** (*Mónica Seidi*): Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não posso aceitar que caracterizem a minha atuação e a deste Governo como “sacudindo a água do capote” e a ação “tirada a ferros”. E é nesse sentido que solicito a V. Exa. a defesa da honra.

Presidente: Faz favor.

A Oradora: Muito obrigada, Sr. Presidente.

Estou neste cargo há seis meses, com toda a dedicação que tenho tido e com toda a boa vontade em, obviamente, devolver e dar aos açorianos aquilo que nós melhor conseguimos no âmbito do Serviço Regional de Saúde.

Secretária Regional da Educação e dos Assuntos Culturais (*Sofia Ribeiro*):

Muito bem!

A Oradora: É, obviamente, uma tarefa difícil, é uma tarefa de desafios, mas não posso aceitar, quando, diariamente, todas as pessoas, quer do Serviço Regional de Saúde, profissionais, utentes, quer todos os trabalhadores da Secretaria Regional da Saúde e da Direção Regional da Saúde, por todo o empenho e dedicação que dão em prol do normal funcionamento e da resposta àquilo que têm sido as dificuldades, portanto, dizer que este Governo sacode a água do capote e não responde a perguntas, quando durante 22 minutos de debate eu não fiz outra coisa senão responder a perguntas, ...

Voices dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

Deputado Berto Messias (PS): Isso é falso!

A Oradora: ... não me revejo, não aceito e acho que é, efetivamente, uma falta de sensibilidade para as dificuldades e para aquilo que tem sido a tarefa deste Governo face àquilo que herdou após 24 anos de governação socialista, mas também face àquilo que são os desafios diários de um setor que está constantemente em evolução, constantemente com desafios.

E, pese embora todas as dificuldades que nos vão surgindo, temos tentado, pelo menos, e em muitos casos conseguido, dar a devida resposta aos utentes do Serviço Regional de Saúde.

Sabemos que há muito a fazer. Não vamos baixar os braços, enquanto, obviamente, recebermos queixas de utentes relativamente a atrasos nos exames, relativamente à falta de resposta, relativamente à ausência de camas de cuidados continuados ou de cuidados paliativos. Não vamos baixar os braços. E são essas dificuldades diárias que nos movem. Não são, antes, os sucessos que temos vindo a alcançar, mas é, sim, aquilo que ainda está por fazer e que, sim, efetivamente, ainda é muito.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Sr. Deputado António Lima, pretende dar alguma explicação? Faça favor, tem a palavra.

(*) Deputado António Lima (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Apenas dizer que em nenhum momento ofendi a honra do Governo, nem a Sra.

Secretária defendeu a honra do Governo. Fez uma intervenção a defender a política do Governo e não rebateu nenhuma das críticas, legítimas, normais, no Parlamento, que fiz em nome do Bloco de Esquerda, que são críticas normais.

Deputado Carlos Freitas (PSD): No Bloco de Esquerda são normais!

O Orador: E que reafirmo na sua totalidade, porque aquilo que disse relativamente ao serviço de hemodiálise de Ponta Delgada é a nossa opinião, é uma constatação de factos e uma análise à decisão política do Governo de contratar uma clínica que não existe, privada, para fazer aquele que é o trabalho do Hospital de Ponta Delgada.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

A Mesa não tem inscrições...

Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

(*) Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Dizer que é lamentável o que aconteceu aqui, ao longo desta manhã, no âmbito deste debate.

Deputado Berto Messias (PS): É verdade, a falta de respostas é lamentável!

A Oradora: Volto a recentrar, estamos a falar de uma iniciativa do Sr. Deputado José Pacheco, do Partido Chega, que permite implementar o Cheque Saúde. E, no fim, o que quiseram fazer aqui foi um debate de urgência sobre saúde, quando todos tiveram esse mecanismo à sua disposição.

E, depois, dizer que a oposição gosta, nomeadamente o Bloco de Esquerda e o Partido Socialista, de omitir aquilo que entende das nossas intervenções, das intervenções da Sra. Secretária. Dizer que a Sra. Secretária não respondeu, quando não fez outra coisa senão responder. Já no âmbito da Comissão, respondeu a todas as questões que foram colocadas. Aqui, voltou a responder a todas as questões que foram colocadas, independentemente da latitude dessas questões.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Quanto à iniciativa em causa, esteve sempre a responder. E, agora, querem fazer parecer a imagem que nada foi respondido, que nada foi dito.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Desonestos!

A Oradora: E, portanto, acho que isso não é correto também, porque a verdade é que ela esteve sempre a responder às questões que foram colocadas.

E mesmo vir dizer que os partidos da coligação querem fazer que está tudo um mar de rosas, não foi isso que nenhum de nós disse. Nós assumimos, sempre, as dificuldades que o Sistema Regional de Saúde continua a enfrentar, que já enfrentava no passado e continua a enfrentar. O que nós não admitimos é que venham dizer que estava tudo bem e que agora é que está tudo mal! Isso não é verdade!

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Criaram uma realidade paralela! Desçam à terra!

A Oradora: E não é por isso, não é pelos problemas que continuam a persistir, não é pelos problemas que existem, que nós reconhecemos que existem e que é necessário ultrapassar, que vai desvalorizar tudo aquilo que tem sido feito. E é isso que nós não vamos admitir! E é isso que trouxemos e relembramos a esta câmara, tudo aquilo que o Governo tem feito, porque isso também não pode ser desvalorizado em virtude do tanto que falta fazer. E foi essa a nossa postura ao longo deste debate e não aquilo que os senhores tentam passar.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: E finalizo. Em relação à questão da hemodiálise que foi aqui levantada e que não é o assunto que nos traz este ponto da agenda, mas dizer uma

coisa: o que é importante aqui é dar a resposta aos utentes, sejam eles em que área for. Para nós, isso é que é primordial.

E não podemos dizer que não deve ser tomado este caminho, quando não damos uma solução sobre qual o caminho que deve ser seguido.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Sra. Deputada Ana Quental, faça favor, tem a palavra.

(*) Deputada Ana Quental (PSD): Muito Obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Posso falar, ainda tenho seis minutos.

Depois daquilo que disse a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, gostava de relembrar aquilo que o Sr. Presidente do Governo Regional disse nas suas declarações, depois da visita ao Hospital de Ponta Delgada. Efetivamente, iriam, dentro do serviço de hemodiálise, ser criados mais 12 postos de diálise, que seriam adjudicados à Baxter por cerca de 150 mil euros para a sua execução.

Já não é de agora que há falta de postos de diálise no serviço. Isto já tem anos e anos e anos. Sempre me lembro da minha colega, chefe do serviço, estar sempre enrascada para arranjar horários, principalmente no verão e nas férias, quando vinham os nossos emigrantes, quando vinham os turistas, que precisavam efetivamente de três tempos por semana para efetuar a diálise, porque estas pessoas também gostam de vir de férias e também têm direito. Pronto, este problema não é de agora, agudiza-se mais porque nós temos mais pessoas a virem cá fazer férias, temos mais turistas. Portanto, isto é necessário.

Portanto, não há, neste momento, nenhuma clínica privada contratada, Sr. Deputado, mas, poderá, eventualmente... Se nós temos mais turistas, se nós temos mais emigrantes a virem cá, efetivamente, a população aumenta e temos que dar resposta, não podemos ficar parados.

Obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Claro!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Tiago Lopes, faça favor.

(*) Deputado Tiago Lopes (PS): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Efetivamente, da parte do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, na minha primeira intervenção, colocamos questões concretas sobre a iniciativa que o Chega nos traz relativamente ao Cheque Saúde, questões essas que não nos foram respondidas. Essas questões não nos foram respondidas.

Ao longo do debate, foram introduzidas outras matérias relacionadas com o Serviço Regional de Saúde, às quais também colocamos questões, questões essas que, novamente, não obtivemos resposta.

Secretária Regional da Saúde e Desporto (Mónica Seidi): E as que foram?

O Orador: Sra. Secretária, não podemos aceitar, como qualquer açoriana ou açoriano não pode aceitar, que uma titular da pasta venha falar em número de pedidos.

Eu não consigo especificar, por unidade de saúde, o número de pedidos de consulta de medicina geral e familiar, de enfermagem, de fisioterapia, de exames

complementares de diagnóstico. Isso é que era expectável de uma titular da pasta da saúde. E a senhora não nos conseguiu dizer isso.

Eu volto a desafiar, ainda temos o resto da tarde, que o Governo entregue os dados às Sras. e aos Srs. Deputados...

Deputado Joaquim Machado (PSD): O senhor nem sabe o que é que quer!

O Orador: ... relativamente à execução do Vale Saúde e do SIGICA, que estão relacionados diretamente com a iniciativa que o Chega nos traz, com a recomendação ao Governo para a criação do Cheque Saúde.

Não nos conseguiu explicar...

(Burburinho)

Presidente: Faz favor, Sr. Deputado.

O Orador: Estava eu a dizer que não nos conseguiu também explicar, e é uma matéria que nos preocupa e que deve preocupar a todos, nosso entendimento, como é que, dentro do horário normal...

Secretária Regional da Saúde e Desporto (Mónica Seidi): Mas eu não tenho tempo!

O Orador: Mas teve várias oportunidades para explicar, Sra. Secretária. Eu repeti duas vezes.

Secretária Regional da Saúde e Desporto (Mónica Seidi): Respondi a tanta coisa!

O Orador: É a terceira vez que eu estou a repetir.

Dentro do horário normal, dei o exemplo do Hospital do Divino Espírito Santo, que, em 2002, diminuiu a sua produção cirúrgica. Porquê? Como é que isso é possível, quando tem mais recursos humanos e mais recursos materiais? E, em oposição, aumentou a produção cirúrgica em horário adicional.

Portanto, aquilo que nós temos aqui em apreço, efetivamente, é uma iniciativa do

Chega. E, como eu já disse nas minhas intervenções, não podemos estar a ponderar a criação de novos instrumentos, quando aqueles que estão ao nosso dispor não estão a ser devidamente utilizados, de forma eficaz e eficiente.

Deputado Joaquim Machado (PSD): O PS não quer que as pessoas sejam tratadas!

O Orador: O PS quer que as pessoas sejam tratadas, Sr. Deputado Joaquim Machado. E por isso é que está a colocar essas questões, para elaborar políticas que, efetivamente, deem resposta.

O PS está, como sempre estive e sempre estará, ao lado das açorianas e dos açorianos.

Ao longo dos últimos anos, é da responsabilidade do PS a criação da Rede de Urgência e Emergência da Região Autónoma dos Açores, a criação da Rede de Cuidados Continuados e Integrados, a criação dos Núcleos de Saúde Familiar, com o médico de família e enfermeiro de família, que alguns deles foram desativados e ainda não foram ativados três anos depois. É da responsabilidade do PS a criação da Linha de Saúde Açores, que foi fundamental para o combate à pandemia. E, portanto, falar do legado do PS, da parte do Partido Socialista, temos todo o orgulho naquilo que foi feito e naquilo que dá resposta neste momento às necessidades em saúde das açorianas e dos açorianos.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Aquilo que nos preocupa, efetivamente, é a degradação do sistema. E é nesse sentido que nós iremos trabalhar. Iremos apresentar uma proposta, que dará entrada nesta Assembleia na próxima semana, que irá permitir uma melhor gestão das listas de espera fora do âmbito cirúrgico e irá permitir o encaminhamento quando os tempos máximos de resposta garantidos forem ultrapassados.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vendo a forma como este debate se arrastava, apetece-me perguntar como os homens da luta: “E o povo, pá?” Porque a verdade é que estamos aqui a debater uma proposta para dar resposta aos utentes dos Açores, para melhorar a resposta aos utentes dos Açores.

Deputado Nuno Barata (IL): O senhor está totalmente enganado!

O Orador: E o Partido Socialista o que fez aqui foi um comício das propostas, propondo aquilo que não fez. Aquele que não fez ao longo de 24 anos, é agora aquele que propõe.

Também há outra questão fundamental: o Sr. Deputado Tiago Lopes tem muitas perguntas para fazer, quase nenhuma sobre o Projeto de Resolução em causa. Mas sabe, Sr. Deputado Tiago Lopes, porque tem muitas perguntas para fazer? Porque o senhor foi incapaz de encontrar respostas durante o período em que teve responsabilidades. Como não conseguiu nenhuma resposta, o senhor, realmente, só tem perguntas para fazer.

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Diz-me V. Exa.: o meu orgulho é o Hospital Digital. O Hospital

Digital é o meu orgulho. Era a revolução. Ó Sr. Deputado, o senhor não nos deixou um projeto do Hospital Digital. O que o senhor nos deixou foi um anagrama. Um anagrama é o que o senhor nos deixou em relação ao Hospital Digital.

Ouçã, se o senhor não sabia as respostas, se o senhor não percebia o projeto, deixou um projeto para os outros que é algo absolutamente indecifrável. Perdemos algum tempo, muito tempo, a tentar dar um conteúdo mais ou menos explícito ao anagrama que V. Exa. nos deixou.

Por isso, finalmente... Sra. Deputada, inscreva-se, se faz favor, espero a sua presença nos debates há muito tempo.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Ah, tão saudoso!

O Orador: O que eu quero dizer aqui, finalmente, é o seguinte, sobre estas matérias: os senhores, realmente, aumentaram o número de profissionais, que são 1130...

Deputado Carlos Silva (PS): 15 mil!

O Orador: Não tenho agora aqui o número, não quero enganar-me, não quero diminuir os números alcançados. Seja como for, é um número muito significativo, aumentaram o número de profissionais.

E não é justo que se venha aqui fazer a desvalorização do trabalho que estes profissionais estão a desempenhar, a dizer que os enfermeiros ou os médicos têm menos produtividade. Não é justo que se faça este tipo de discurso contra os profissionais de saúde, que se faça essa desvalorização dos trabalhos na saúde.

Eu já encontrei aqui o número. Para o Governo, até faço sempre um desconto para não me enganar acima, como o Sr. Deputado Vasco Cordeiro. Por isso, são realmente 1145 até janeiro de 2023, ou seja, é um número muito significativo.

Por isso, meus senhores, os resultados estão aí. É evidente que há melhorias muito significativas. E o Partido Socialista não tem discurso para conseguir desmontar estes números, desmontar estes avanços. Por isso, o que fez aqui foi chicana política. Foi isso que os senhores fizeram.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Quental.

(*) Deputada Ana Quental (PSD): Obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para lembrar que o Governo já anunciou que a Portaria sobre a centralização dos pedidos de material já está feita, que falta apenas a parte da informática, que a DRS está a trabalhar conjuntamente com a equipa do HSEIT.

Obrigada.

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Berto Messias (PS): Ó Sra. Deputada, uma Portaria só vale quando é publicada! Até lá, não vale nada!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Tiago Lopes.

(*) Deputado Tiago Lopes (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Estêvão, é curioso falar de anagramas, sofismas, quando, aliás, o Sr. Deputado falava de anagramas, sofismas e mensageiros encapuzados relativamente a José Manuel Boleiro, em fevereiro de 2020.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Tragam o oxigénio, perdeu os sentidos!

O Orador: Portanto, deve ter havido aqui algum engano na pessoa a quem se dirigia. Devia estar a falar do Sr. Presidente do Governo, José Manuel Bolieiro, e não da minha pessoa.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Tenho um artigo de opinião, que depois posso entregar.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O que é certo é que os utentes do Serviço Regional de Saúde...

Presidente: Sr. Deputado, tem que terminar, se faz favor.

O Orador: ... denotam que, efetivamente, há sinais preocupantes naquilo que diz respeito à prestação de cuidados de saúde com a devida segurança e qualidade.

As pessoas querem um presente, um presente para o futuro. E não conseguem perspetivar esse presente para o futuro com esta governação.

E, portanto, é isso que as pessoas percebem, mesmo até destes debates, porque uma governação que umas vezes é social-democrata, outra vez é democrata-cristã, outra vez é popular-monárquica, outra vez é liberal, outras vezes até com algumas tendências antidemocratas, não serve efetivamente os interesses da população.

Deputado José Pacheco (CH): Antidemocratas?!

O Orador: Antidemocratas. Vivemos num sistema democrático. O Chega diz que é antissistema, portanto, depreendemos que é antidemocrático.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Sr. Deputado, tem de terminar, se faz favor.

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista, como eu disse, está, como sempre estive e sempre estará, ao

lado das açorianas e dos açorianos. E, por isso, na próxima semana, daremos entrada de uma iniciativa precisamente para resolver esta situação.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, faça favor.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tem razão V. Exa. em relação ao anagrama. Enganei-me no nome, devia ter escrito Tiago Lopes. E foi esse o erro, que me arrependo.

Mas, veja bem, leia os artigos que eu escrevi em relação ao Sr. Deputado Vasco Cordeiro. Pode ver que a minha literatura em relação ao Sr. Deputado Vasco Cordeiro é mais vasta.

Deputado Berto Messias (PS): Mais vasta, mas mais pobre!

O Orador: E eu penso que até é mais interessante.

Agora, Sr. Deputado, diz V. Exa. que tem uma ideia magnífica, uma ideia original, uma ideia que vai revolucionar tudo. Foi uma coisa que V. Exa. não conseguiu fazer enquanto teve as mãos na massa. Não teve essa ideia brilhante. Não teve essa luz, essa inspiração divina. Não teve essa inspiração. Não teve essa capacidade.

Deputado José Ávila (PS): Mas quem é que está no Governo?

O Orador: Quem é que está no Governo? Estamos há dois anos e pouco. Os senhores estiveram lá 24 anos. E, agora, exigem-nos milagres. E nós fazemos, mas não pode ser tanto.

Diz o Sr. Deputado: centralizamos, agora, os pedidos de consulta e exames. A ideia original de V. Exa. Ouça, o senhor leu isso nos jornais! Isso foi anunciado

pelo Sra. Secretária! Olhe que ideia maravilhosa!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Termino já, Sr. Presidente. É uma ideia original, diz V. Exa. Olhe, vou-lhe fazer aqui um elogio e vou-lhe dizer: foi a melhor ideia que V. Exa. teve, depois de copiar a ideia que teve a Secretária em relação a esta matéria.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

É a primeira coisa que eu posso aplaudir. É esta ideia que V. Exa. cabulou...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... e que está nos jornais, é público. Então, V. Exa. vai fazer uma coisa que foi anunciada pelo Governo?! E porque é que não o fez e porque é que não o anunciou enquanto esteve no poder? E o Sr. Deputado Vasco Cordeiro também não o fez.

Presidente: Sr. Deputado, tem de terminar, se faz favor!

O Orador: Tenho que terminar, Sr. Presidente.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Que pena!

O Orador: Que pena, não. O Sr. Deputado Tiago Lopes excedeu largamente o tempo. Mas, Sr. Presidente, correspondo ao seu pedido e termino aqui, até porque isto terminou em grande com o elogio à cábula que o Sr. Deputado Tiago Lopes acabou de fazer.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Não havendo, vamos passar à votação do Projeto de Resolução n.º 148/XII – Recomenda ao Governo Regional a implementação do Cheque Saúde nos Açores.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O Projeto de Resolução n.º 148/XII foi aprovado, com 20 votos a favor do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 1 do Deputado independente; 2 votos contra do BE; e 24 votos de abstenção do PS.

Presidente: Sr. Deputado Carlos Furtado, pede a palavra para...

Deputado Carlos Furtado (Independente): Para uma declaração de voto.

Presidente: Para uma declaração de voto, tem a palavra.

(*) Deputado Carlos Furtado (Independente): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Votei favoravelmente essa iniciativa aqui trazida pelo Chega, porque, neste momento, o melhor que podemos fazer pelos açorianos é diligenciar a todo o nível para que os cuidados de saúde sejam prestados a este povo.

Não acreditando, no entanto, que essa iniciativa se venha a revelar um sucesso, porque, se não aconteceu por força de lei, se não aconteceu por força da necessidade da voz silenciosa dos doentes, acho pouco provável que aconteça pela voz de um Projeto de Resolução, aprovado por maioria nesta Casa.

No entanto, e percebendo que estamos em altura de proximidade de atos eleitorais, provavelmente, a iniciativa até de alguma forma vai ser acautelada nos próximos dias, nem que seja para satisfazer as chantagens, que o partido Chega diz que não

aceita que o façam, mas que gosta de as fazer.

Presidente: Sr. Deputado Carlos Furtado, na declaração de voto não se pode dirigir às outras bancadas.

Sr. Deputado José Pacheco, para uma declaração de voto.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de felicitar os açorianos, porque são os açorianos que estão em causa. Aqui, foi reconhecida a importância de mais esta ferramenta. O ideal seria não necessitamos dela. Foi reconhecido que nem tudo está bem e é preciso melhorar. Foi reconhecido que também no passado se fizeram coisas boas. E tanto é verdade que a lei dos tempos máximos é de 2014, com regulamentação em 2015. Tudo isto está certo. O que não está certo é nós pegarmos nisto e fazermos três horas de debate, que não foi necessariamente sobre isto.

Deputada Alexandra Manes (BE): Foi!

O Orador: Sr. Presidente, é disto que os açorianos em casa nos acusam. É isto que não dá o prestígio à Assembleia. E o Chega luta contra esse tipo de sistema. O regime democrático, vamos lutar até à última gota de sangue. Um sistema que utiliza as ferramentas parlamentares, para depois andar aqui aos ziguezagues e a fazer acusações vis, não é correto. Aqui estava em causa a melhoria do tempo de espera. Aqui estava em causa a senhora que teve que esperar por um diagnóstico e, quando o teve, já tinha um cancro. É isto que está aqui em causa! Não está em causa o boletim na urna! Não está em causa as vossas vaidades! Está em causa a saúde dos nossos filhos, dos nossos pais, dos nossos amigos, dos nossos vizinhos, enfim, de todos os açorianos!

E parabéns, açorianos! Mais uma vez, com o Chega, nós conseguimos levar mais uma à frente.

Presidente: Pergunto se há mais inscrições para declaração de voto.

Sr. Deputado Tiago Lopes, faça favor.

(*) **Deputado Tiago Lopes (PS)**: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Da parte do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, justificar o nosso sentido de voto. Não votámos contra a iniciativa apresentada pelo Chega, porque consideramos que, melhorando ou otimizando, tanto o Cheque Saúde, como o Vale Saúde, os instrumentos que já existem, podem vir a dar, efetivamente, resposta às necessidades naquilo que diz respeito à ultrapassagem dos tempos máximos de resposta garantidos e naquilo que diz respeito à prestação de cuidados de saúde. E não votámos a favor por aquilo que eu tive oportunidade de dizer na minha intervenção, porque pode vir a contribuir para aquilo que é notório, é evidente e é transmitido pela população, dos sinais e sintomas de degradação do Serviço Regional de Saúde. E, portanto, é nesse sentido que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista se absteve relativamente a esta iniciativa.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, faça favor, para uma declaração de voto.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM)**: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós, PPM, consideramos foi que esta iniciativa era uma iniciativa válida, no sentido que reforçava as respostas dirigidas à nossa população, no sentido de melhorar os serviços.

Mas não tivemos nesta matéria o condicionamento dogmático de alguns. Não tivemos em relação a esta matéria que ter aqui um pensamento estratégico de que vamos gastar menos dinheiro, de que vamos gastar mais dinheiro. Vamos tentar é que, realmente, este conjunto de medidas chegue ao conjunto da população.

E, depois, também, quero aqui referenciar que o nosso sistema democrático é tão forte, tão forte, tão forte, que esta medida, como muitas outras, foi aqui votada favoravelmente, graças aos partidos que apresentam as iniciativas, claramente, mas também aos outros que as votam favoravelmente. Há também outros partidos que as votam favoravelmente e que têm a mesma perspetiva, a perspetiva de melhorar, se considerarem que o mecanismo que está a ser proposto é um mecanismo favorável.

Por isso, nesta proposta ganharam pelo menos duas entidades, dois conceitos: ganharam os utentes, porque têm uma resposta reforçada, sem qualquer tipo de engulho ideológico; ganhou a democracia, porque a democracia faz-se através do debate, do argumento e do contra-argumentos. Mas ganhou a democracia porque aqui foi aprovada uma medida que irá favorecer os utentes dos Açores.

E é esse o nosso objetivo desde o início. É esse o nosso propósito. E é isso que nós estamos a conseguir (quando digo nós, digo coligação e Governo).

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) Deputado António Lima (BE): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Votamos contra este Projeto de Resolução, porque ele não só está enquadrado numa política de quem já teve no seu programa medidas que defendiam claramente que o Estado devia deixar de disponibilizar serviços de saúde, de educação...

Deputado José Pacheco (CH): Isso é mentira!

O Orador: ... e agora pretende disfarçar esse programa com medidas como esta,

que é o Cheque Saúde, mas, principalmente, votamos contra porque ela não resolve nenhum problema do Serviço Regional de Saúde, pelo contrário, promoverá o desinvestimento nos recursos humanos do Serviço Regional de Saúde, em médicos, em enfermeiros, em outro pessoal de saúde, nos equipamentos e recursos, optando por uma solução que parece milagrosa, que é dar um cheque à pessoa e ela desenrascar-se onde bem quiser.

Ora, essa solução, para além de não resolver o problema a médio prazo e a longo prazo da saúde de todas as pessoas, é o caminho para, no médio prazo e no longo prazo, o Serviço Regional de Saúde não ter recursos. Já tem muitas dificuldades. Mas esse caminho é, efetivamente, um caminho de degradação permanente e irreversível do Serviço Regional de Saúde.

Até por quem apoiou esta medida e a defende do ponto de vista ideológico, ficou demonstrado, houve quem dissesse isso mesmo, que os recursos humanos, por exemplo, os médicos (a quem se quer entregar o cheque, para o doente ir a esse médico) são os mesmos do Serviço Regional de Saúde, ou seja, não cria nenhum tipo de recursos, não melhora a resposta, apenas transfere recursos do Serviço Regional de Saúde para o setor privado. E esse é um caminho que nós não podemos concordar, porque esses recursos têm que ser investidos já na resposta urgente que é preciso dar às pessoas.

E os recursos que são necessário investir no Serviço Regional de Saúde tardam. E a cada dia, a cada mês, a cada ano que não são investidos é uma perda para as pessoas. É mais um dia, mais um mês e mais um ano que ficam à espera da resposta que precisam.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Ana Quental, para uma declaração de voto, tem a palavra.

(*) Deputada Ana Quental (PSD): Obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD apoia esta iniciativa e votou a favor, porque temos

a consciência de que, efetivamente, será mais uma ferramenta para ajudar a aproximar e melhorar a acessibilidade dos utentes ao Serviço Regional de Saúde. Não é uma varinha de condão, mas será parte da resolução do problema.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Estamos sempre ao lado das boas iniciativas. Nunca nos vamos demitir do trabalho e do caminho que ainda nos falta percorrer para melhorar a saúde dos açorianos.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições para declarações de voto. Não havendo, vamos encerrar os nossos trabalhos para o almoço.

Regressamos às 15 horas.

Eram 12 horas e 59 minutos.

Presidente: Boa tarde. Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 05 minutos.

Por solicitação do Governo e aprovado por unanimidade na Conferência de Líderes, vamos, neste início de tarde, passar aos pontos 13 e 14 da nossa agenda. O ponto 13 é o seguinte: **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 179/XII – “Recomenda ao Governo Regional,**

obedecendo ao código de contratação pública, recorrer ao serviço de empresas para assegurar a limpeza das ribeiras, linhas de água e sumidouros da Região”. É uma iniciativa apresentada pela Representação Parlamentar do Chega.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco para justificar a urgência.

(*) Deputado José Pacheco (CH): Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Justificamos a urgência pela época em que já estamos, em que começam as chuvadas. E, realmente, pelo estado em que estão as ribeiras e as consequências que daí já vieram em algumas localidades, para que se evitem novos eventos daquela natureza.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Justificada a urgência, pergunto se há mais intervenções no âmbito da urgência. Não havendo, vamos passar à votação deste pedido de urgência.

(Pausa)

Nada como uma votação para preencher a sala...

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O pedido de urgência foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Tendo sido aprovado o pedido de urgência, dou a palavra novamente ao Sr. Deputado José Pacheco para apresentar a iniciativa.

(*) Deputado José Pacheco (CH): Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

À semelhança do que já tínhamos trazido e sendo aprovado aqui nesta câmara, trouxemos uma Resolução que recomenda ao Governo, desta vez, que se faça a

devida limpeza, vigilância também e fiscalização das ribeiras, linhas de água e sumidouros.

Isto na sequência, também, do trabalho que já tínhamos feito de levantamento nalgumas localidades e de algum *feedback* que vamos recebendo, de algumas denúncias que vamos recebendo.

A verdade é que não queríamos ter razão, porque ninguém quer ter razão numa situação destas, mas aconteceu, na Bretanha aconteceu, em consequência, obviamente, daquilo que tínhamos denunciado ou que nos tinham denunciado e que nós demos voz.

E, neste sentido, achamos por bem fazer isto, para que fique também registado o que é que se deve, ou não, fazer nisto.

Também, no sentido do outro diploma que aqui aprovamos, sempre que o Estado, neste caso o Governo, a Região, não conseguir, se possa fazer através da contratação, através de empresas privadas ou empresas que se constituem para isso, dentro daquilo que são as regras da transparência, legais, para se fazer esse trabalho.

Aqui, alerta que as ribeiras, algumas delas, são muito longas. Sobre isso, obviamente, não estou a dar aqui novidade. A limpeza das ribeiras não pode ser aquilo que a vista alcança, tem que ser até lá, até à sua nascente, se possível.

Há uma série de coisas que estão a ser ditas por pessoas que têm pastagens lá perto das ribeiras, que há, realmente, uma data de lixo. Há lixo que é natural, árvores que vão caindo, etc. E há lixo que não é natural, porque é lixo mesmo. Uns chamam-se detritos, digamos assim. E o outro é apenas lixo.

Essa fiscalização tem que ser feita. Olhe, até dou a sugestão, Sr. Secretário, e penso que a Secretaria já adquiri alguns *drones*, que se utilize esta tecnologia para fazer a observação e a possível fiscalização.

Também é verdade, que é uma coisa que ainda o outro dia uma pessoa mais antiga me explicava, que antigamente havia pessoas que utilizavam essa madeira das

ribeiras para negócio, para vender, etc. Hoje, já não há tanto esta necessidade. A verdade é que as árvores que vão caindo, vão lá ficando e vão obstruindo. Numas ribeiras o caso não se nota tanto, são ribeiras mais profundas. Noutras ribeiras nota-se, formam-se diques e, depois, quando arrebetam, é o que é.

Eu alertava que nós fizemos uma pequena alteração aqui. É apenas uma questão que podia, depois, criar aqui algum entrave jurídico.

E nestes pontos resolutivos, temos aqui o primeiro, que é: “Avance, de imediato, com o levantamento das necessidades de limpeza e manutenção das ribeiras, linhas de água e sumidouros da Região.”

Eu, infelizmente, vi na Bretanha um sumidouro onde já nascem canas há muito tempo.

É também preciso dizer que isto não é um problema que tem um ano, dois ou três, isto é um problema que, arrisco-me a dizer, em alguns casos tem algumas dezenas de anos.

Isto é preciso fazer. Nós não podemos ter sumidouros, enfim, quem minimamente percebe disto, que servem para o escoamento da água e, depois, aquilo está completamente entupido. Eu vi, não me contaram. Eu vi e fotografei. Completamente entupido. Isto não pode ser, tem que haver aqui um cuidado.

No ponto n.º 2: “Verifique, *in loco*, o estado das linhas de água e reponha, se necessário for, o curso adequado das mesmas.”

Esta é uma das coisas que as pessoas mais antigas sempre me explicaram, que a água procura o seu caminho. Procurando o seu caminho, se nós desviarmos – e há casos em que até foram cimentados, etc., isto ainda foi denunciado no outro dia numa reportagem da RTP, no telejornal –, a água vai procurar o seu caminho e, às vezes, vai procurar da pior forma. Nós sabemos que também a própria evolução, o alcatroar caminhos... Aliás, aconteceu nos Arrifes, fruto disto tudo, acabou por, depois, a água não fazer o escoamento. Há alguns anos atrás, em Santa Clara, tivemos o que tivemos. Teve que se reparar. Reparou-se, e bem, fez-se e

está feito. E percebeu-se. Pronto, as coisas são assim mesmo. O alcatrão acaba por ser impermeável e água não vai escoando.

Ponto n.º 3: “Crie um plano de limpeza das ribeiras, linhas de água e sumidouros da Região em função do seu nível de necessidade visível.”

Ou seja, há que criar aqui um plano e perceber onde é que é mais urgente, menos urgente, onde é que podemos ter maior risco ou menor risco. Eu não conheço se existe.

Deputado António Lima (BE): Sr. Secretário, isso existe?

O Orador: Tentamos encontrar, não encontramos. Se calhar, há a necessidade de fazer isto.

Ponto 4: “Recorra à contratação de empresas, sempre que necessário, e obedecendo ao código de contratação pública, para assegurar a limpeza das ribeiras, linhas de água e sumidouros da Região.”

É claro que o Bloco de Esquerda nunca concorda com nada disso, que isto bom é pôr o pessoal dos programas a limpar ribeiras. Aliás, o que eu digo aos senhores dos programas é: façam uma empresa, concorram...

Deputado António Lima (BE): Façam uma empresa?!

O Orador: Mas os senhores acham que não, que não se devem fazer empresas. É tudo para dentro do Estado. E, depois, se muito deste trabalho não está feito é porque também ninguém os vigia, não é? E eles nem motivados estão para isso. Eu acho que a iniciativa privada é que motiva as pessoas, não é propriamente esta coisa...

E isto é fundamental. Se nós temos um problema, temos que o resolver. E estamos abrindo aqui uma porta para que as pessoas possam, por livre iniciativa, poderem trabalhar, poderem dignamente ganhar o seu ordenado, tendo direito às suas férias, tendo direito ao subsídio de Natal, tendo direito, se quiserem fazer um investimento, de fazer.

Também alerto que é importante neste aspeto nós darmos algumas garantias a

estas empresas, alguma continuidade do trabalho, caso contrário não se consegue contratar um trabalhador por seis meses. Não estamos a dar garantia de coisa nenhuma.

Ainda o outro dia, encontrando um jardineiro, conversávamos sobre isso, ele dizia: pelo menos três anos para nós podermos ter alguma continuidade e estabilidade dos trabalhadores.

No ponto 5 fizemos uma pequena alteração para juridicamente ser mais correto, que é: “Estude um regime de coimas que, de forma eficaz, seja dissuasor de quem, de forma irresponsável, deite detritos nas ribeiras, obstruindo as mesmas, dificultando o escoamento (...)”.

O existir, existe, Sr. Deputado. O problema é que, se as pessoas não levam coimas adequadas, às vezes, a multa não representa nada.

Deputada Alexandra Manes (BE): É aplicar!

O Orador: Com certeza. Se não se aplicar, se não tivermos um regime de coimas que seja realmente dissuasor, não serve para nada. Simplesmente, não serve para nada. Tem que haver qualquer coisa que diga às pessoas: se tu agires mal, vais ter aqui uma coima pesada para não voltares a fazer.

Deputada Alexandra Manes (BE): Também para os foguetes e para as roqueiras!

O Orador: Os senhores querem brincar com esse assunto? Depois, quando houver uma calamidade, são os senhores do Bloco de Esquerda que vão aparecer junto das pessoas. Não se brinca com assuntos sérios!

Deputada Alexandra Manes (BE): Os foguetes não são sérios?!

O Orador: Nós estamos aqui a falar de um assunto muito sério. E os senhores estão a brincar com um assunto sério, como é costume.

“Ação os meios humanos necessários para reforçar a fiscalização nas ribeiras, sumidouros e linhas de água.”

No fundo, o que tinha dito de início, nós temos que fazer essa fiscalização. Pode ser humana. Há sítios em que é difícil por meios humanos, é verdade. Pode ser

por meios tecnológicos. Hoje, até são baratos. Já se consegue fazer.

Há coisas que não se faz porque não se quer ou porque não se pensou ou porque não se viu. Pronto, está aqui escrito. É fácil fazer.

(Aparte inaudível)

Pronto, agora tenho uma voz do além, o Deputado do Ilhéu das Formigas...

Nós temos que fazer as coisas como deve ser. E o que nós temos aqui é um problema muito grave. E isso aconteceu.

(Aparte inaudível)

O senhor está falando? Faz o favor de fazer pouco barulho!

Nós temos que ter cuidado com isso. Não me dá satisfação nenhuma, Sr. Secretário, chegar a uma terra, dizer uma coisa e, 15 dias depois, ir lá dizer que eu tinha razão. Acredite, não me dá satisfação. E muito menos o que eu vi na Bretanha. Não me dá. Eu vi pessoas desoladas. Eu vi pessoas que perderam os seus haveres. Coisas que parecem tão simples para nós, mas uma máquina de lavar que foi comprada a muito custo, há dois ou três meses que tinha sido comprada, e a pessoa ter perdido aquilo e ainda, se calhar, está a pagar, é muito difícil.

São estas coisas que nós temos que evitar. Cada um tem os problemas na dimensão que tem. E nós (Estado), nós que aqui estamos, temos a obrigação de prevenir.

Nós não podemos evitar uma catástrofe. Não, não podemos. Mas se soubermos prevenir, muitas catástrofes podem ser evitadas ou minimizadas.

Sr. Presidente, muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Continuam abertas as inscrições.

Sr. Deputado Nuno Barata, faça favor.

(*) **Deputado Nuno Barata** (*IL*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A iniciativa que aqui nos traz o Chega reveste-se de alguma pertinência, mas há duas ou três coisas que é preciso dizer sobre ela.

Em primeiro lugar, dizer que essa iniciativa não seria necessária se o Estado cumprisse uma das suas principais funções, que é a segurança dos cidadãos. E é de segurança dos cidadãos que estamos a tratar.

Em segundo lugar, e vou fazê-lo também em abono deste próprio Estado, é manifestar algum desconhecimento sobre a realidade do relevo das nossas ilhas e acreditar que alguma vez o Estado conseguirá limpar os cursos de água que existem na Região Autónoma dos Açores.

Eu convido os Srs. Deputados a fazerem um pequeno exercício: aqueles que são de São Miguel, por exemplo, desçam à freguesia das Feteiras, onde tem existido problemas graves nos últimos meses, e, entre as Feteiras e o final da freguesia dos Ginetes, tentem contar quantas linhas de água existem. Se não tiverem paciência de ir ao terreno ou se não quiserem ir ao terreno, o Google Maps ajuda bastante.

Os que são do Faial, basta sair aqui de Castelo Branco em direção ao Capelo para descobrirem, desde caminhos rurais que já não existem, que estão tomados por silvas, caminhos rurais esses que eram linhas de água de esgoto pluvial sempre que ocorria grande pluviosidade, linhas de água, lagoeiros, uma série de coisas. E é só de Castelo Branco até ao Capelo, que é a zona que eu conheço melhor. Se darem a volta à ilha, vão encontrar milhares de linhas de água. Mas a zona onde, de facto, existem mais, e quem viaja de avião com certeza que percebe isso facilmente, é aquela zona entre as Feteiras e os Mosteiros, porque, de facto, basta olhar para aquelas falésias para perceber de que é que estamos a falar. É humanamente impossível resolver esse assunto.

Mas há coisas fáceis de resolver. Desde o inverno passado, e nós já estamos a entrar no outono de 2023, a zona baixa da Península das Sete Cidades está em

estado calamitoso. Não foi lá feito nada. Os troncos continuam lá, a lama continua por remover.

Deputado Pedro Neves (PAN): O Sr. Secretário foi lá! Tem lá uma fotografia!

O Orador: A erva continua por cortar. Não foi feito nada, mas rigorosamente nada.

Eu posso remeter à câmara vídeos e fotografias capturadas esta manhã, enquanto não estamos aqui a discutir a Resolução sobre a saúde.

E aí é fácil de trabalhar. Aí não basta alindar aquela parte que foi alindada pelo Governo anterior e manter aquilo limpo, é preciso tratar do resto. E, aliás, aquela é uma zona extremamente nobre da bacia da Lagoa das Sete Cidades.

E é neste sentido que nós vamos aprovar a Resolução do Chega, porque, de facto, se não for o Parlamento dos Açores a fazer um esforço de alertar o Governo para a necessidade dessas intervenções, as coisas não acontecem.

O que é facto, e honra seja feita, foi uma Resolução aqui aprovada que levou a que, três dias depois, a Sra. Secretária Regional “dos Estudos” mandasse homens para as estradas limpar as estradas. É um facto.

E, portanto, se calhar, também, vamos ter que vir aqui todos os meses trazer Resoluções para coisinhas muito pequeninas, porque nem as coisinhas pequeninas esse Governo consegue acudir convenientemente.

E é nesse sentido que é preciso também alertar os açorianos para uma coisa que eu tenho feito já há algum tempo, que é a necessidade de mantermos o pluralismo deste Parlamento, a necessidade de mantermos representados nesta Casa os partidos que também olham para as coisas pequenas, que chamam a atenção do Governo para as coisas pequenas e que trazem a esta Casa as causas que são grandes e as causas que são pequenas. E isto os açorianos têm que perceber de uma vez por todas, quando forem escolher nas próximas eleições. Uma maioria absoluta não traz nada de novo à autonomia dos Açores.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Olha a campanha!

O Orador: As maiorias relativas obrigam os Governos a fazer melhor.

Deputado José Pacheco (CH): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sra. Deputada Sandra Dias Faria.

(*) Deputada Sandra Faria (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O diploma aqui em análise traz-nos uma problemática que, desde sempre, foi acompanhada pelo Grupo Parlamentar do PS. Por diversas vezes, chamamos a atenção à necessidade de acudir a este que é um problema verificado em várias das nossas ilhas, com maior relevo em zonas onde a geografia e a natureza dificultam o tratamento destas ribeiras, destas linhas de água, que atingem populações. Nos últimos tempos, têm vindo a agravar-se, quer no número de vezes que ocorrem, quer na gravidade com que ocorrem.

Temos o caso das Feteiras, uma intempérie que teve lugar no dia 31 de dezembro de 2021. Tivemos oportunidade de visitar a freguesia no passado mês de julho de 2023, portanto, passados 18 meses. Aquele que é o principal problema que esteve na origem da derrocada e da inundação que ocorreu naquela freguesia, com as graves consequências que todos nós conhecemos, pelo que nos foi relatado, até ao momento, a bacia de retenção que ali existe ainda não foi intervencionada. E, portanto, estamos à porta de mais um inverno, o segundo ou terceiro inverno depois desta intempérie, ...

Deputado Joaquim Machado (PSD): No tempo do PS era só verão, não havia inverno!

A Oradora: ... e continuamos a ter aquela situação por resolver, com os riscos que isto traz para aquela freguesia.

Também é verdade, e aqui já foi relatado pelo Sr. Deputado Nuno Barata, a situação da Lagoa das Sete Cidades, em que continua, desde a mesma data,

portanto, mais de 20 meses, por intervencionar, por corrigir aqueles que foram os resultados da intempérie.

Mas, acima de tudo, aquilo que nos preocupa é evitar que situações dessas ocorram com a frequência que têm ocorrido, com o prejuízo que traz para as populações e o risco que traz para as populações.

Estamos a falar de situações em que, muitas vezes, são os bens que estão em causa, mas também a própria vida. Aliás, ainda esta semana, tivemos o Presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada a dizer que, por milagre, ainda não houve mortes naquelas que foram as situações registadas, ainda este mês de agosto, na freguesia, por exemplo, da Ajuda da Bretanha.

O que é certo é que esta é uma preocupação por nós veiculada já há muito tempo, à qual temos chamado a atenção.

A Resolução trazida aqui pelo Chega dá nota de que é preciso fazer um levantamento do estado das ribeiras. Recordo que existe um relatório onde esta informação já existe. Agora, obviamente, há que trabalhar de acordo com essa informação, estabelecidas prioridades e intervencionar.

O que é certo é que verificámos que aquela que era a capacidade instalada tem vindo a diminuir e aquilo que é a execução, por exemplo, do Governo, no ano passado, nesta área, ficou muito aquém daquela que deveria ter sido, abaixo dos 40% aquela que era a execução nos recursos hídricos.

Os resultados estão à vista, com as intempéries a terem cada vez mais consequências, porque, recordo, quer as ribeiras, quer as linhas de água, territorialmente, têm diferente responsáveis pela limpeza.

Mas de nada serve aquelas que estão sob a alçada das Juntas de Freguesia, e vamos começar por aquelas que estão mais abaixo, limparem, quando a montante, se não estiver limpo, Sr. Secretário... É o que acontece. Limpamos aquela que é a nossa zona, se as Câmaras Municipais também fizerem o seu trabalho, se a montante não for limpo, obviamente, o problema mantém-se, todos os detritos que existem

nos leitos das ribeiras, nas linhas de águas, as infrações ou os desvios que possam ser feitos, acabam por trazer, sempre, para junto das populações aquilo que tem sido evidente nas últimas intempéries.

Quero recordar que, ainda a propósito da intempérie do mês de agosto, temos o caso da Câmara Municipal de Ponta Delgada, que chamo a atenção para a intervenção do Governo Regional e a necessidade de o Governo Regional fazer aquela que é a sua parte, também, na interação quer com Câmaras, quer com presidentes de Junta. Os presidentes de Junta, em reunião com o mesmo município, fazem o mesmo alerta da necessidade de coordenação entre as várias partes para a resolução deste problema. E, ainda hoje, a Junta de Freguesia do Pico da Pedra, que deve conhecer bem, faz a mesma nota, de que há necessidade desta coordenação.

De facto, se bem se recorda, no evento da ANAFRE, no Coliseu Micaelense, em julho de 2022, eu própria coloquei esta situação, em que o Sr. Secretário lembrou que esta era uma prioridade deste Governo. E a minha questão é: o que é que foi feito? Porque, de facto, nos últimos meses, continuamos a assistir à falta de capacidade deste Governo em resolver este problema...

Deputado Flávio Soares (PSD): A senhora pergunta e responde ao mesmo tempo!

A Oradora: ... e, acima de tudo, vemos que, simultaneamente, são retirados recursos às Juntas de Freguesia, às Câmaras, que respondem da mesma forma. E o Governo continua a empurrar para a frente uma Resolução.

Neste momento, a nossa preocupação, e creio que é a mesma do proponente e de qualquer Deputado nesta Casa, é salvaguardar o bem-estar das nossas populações e garantir que no inverno que está à porta não tenhamos casos em que, à primeira chuvada, as famílias vejam as suas casas inundadas...

Deputado Gustavo Alves (PPM): Isso também não é assim em todo o lado!

A Oradora: ... ou, mesmo não havendo inundações, também há casos desses,

ficam impedidas de entrar ou de sair das suas casas durante horas a fio e com todas as consequências que isso traz. Basta pensar termos alguém a precisar de ser evacuado da sua moradia por questões de saúde e, pura e simplesmente, não o consegue fazer.

Portanto, neste momento, é isto que tenho a dizer. E aguardo as respostas do Sr. Secretário.

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) Deputado António Lima (BE): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A limpeza de cursos de água nas nossas ilhas é uma matéria de grande importância, porque, efetivamente, esse trabalho é essencial à segurança das populações, é essencial para a preservação do bom estado dos cursos de água, do ponto de vista ambiental, mas é, como referi, importante e fundamental para a segurança das populações.

E esse trabalho tem sido feito, ao longo dos anos, por autarquias, pelo Governo, umas vezes melhor, outras vezes pior, sem dúvida, com mais ou menos recursos, sem dúvida. E tem que continuar a ser feito, cada vez melhor.

E nós temos assistido, efetivamente, a episódios, naturalmente, na sequência de intempéries graves, principalmente na ilha de São Miguel, no último ano e meio, dois anos, que têm causado estragos muito graves, com perigo até para as populações, que é preciso refletir sobre eles. E é preciso refletir sobre eles de uma forma séria, não só no que diz respeito à intensidade desses fenómenos, que é uma questão que, naturalmente, pode ser uma consequência até de alterações

climáticas, mas sempre aconteceram desastres naturais, os Açores têm esse registo e terão sempre, mas, efetivamente, é preciso perceber o que é que está a acontecer ao nível da limpeza dos cursos de água, mas não só.

Em primeiro lugar, antes de ir à questão mais detalhada da proposta, nós temos um problema que já está identificado. O Sr. Secretário sabe muito melhor do que eu que há zonas, até nesses locais, na zona oeste da ilha de São Miguel, onde isso acontece muito, zonas de altitude que foram impermeabilizadas por pastagens, zonas que deviam ser trufeiras, que, efetivamente, levam a que ruas inteiras se transformem em ribeiras. Ou seja, nós cometemos erros históricos ao longo dos anos em impermeabilizar zonas que não deveriam ser pastagens, que deveriam ser floresta ou trufeiras. E estamos a pagar por isso e vamos pagar durante décadas! É preciso pensar em reconverter solos de altitude que não têm qualquer apetência para a agropecuária. O Secretário da Agricultura saberá melhor do que eu. Não têm apetência para agricultura. As vacas vão lá meia dúzia de dias durante o verão e não têm que lá estar. O que tem que lá estar são trufeiras, são zonas de floresta, porque é melhor para os recursos hídricos e é melhor para a segurança das pessoas. E nós estamos a pagar por isso. E isso é grave. É preciso começar a reconverter estas zonas de pastagem em altitude para outro uso, que é o uso que protege melhor as populações e protege melhor o ambiente. Esse é a primeira nota que gostaria de deixar.

E há zonas onde têm existido inundações recorrentes durante os últimos anos, que nem há ribeiras, não há uma única ribeira, o que há são escorrências das pastagens que inundam as casas – nos Arrifes, nas Capelas. E tenho visto isso diariamente, porque transito nessas zonas. E isso é dramático.

Relativamente à proposta que aqui traz o Grupo Parlamentar do Chega, nós compreendemos toda a necessidade de se melhorar o que tem sido feito ao nível da limpeza das ribeiras, como é evidente. Se há poucos recursos humanos, então é preciso contratá-los, porque, se eles estavam ao abrigo de programas

ocupacionais, a solução não era mandá-los embora, era contratá-los, era integrá-los nas Juntas de Freguesia, nas Câmaras Municipais, no Governo Regional.

Se se mandou as pessoas embora, agora o que é que vamos fazer? Vamos pagar mais para fazer o mesmo serviço! Contratar empresas para fazer aquilo que sempre foi feito pelos serviços.

Deputado José Pacheco (CH): O trabalho precário é que é a solução?

O Orador: Ora, isso não faz sentido, por isso nós não podemos acompanhar essa proposta. Nós não podemos acompanhar essa proposta, porque a solução é a contratação, era e continua a ser, dos recursos humanos e materiais necessários para manter as ribeiras em condições.

Segunda parte da proposta, bem, o que diriam do Bloco de Esquerda se viesse aqui propor que se implementasse um diagnóstico do estado das ribeiras? Que existe, chama-se Relatório do Estado das Ribeiras. As cobras e lagartos que diriam do Bloco de Esquerda.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Ah, eu não diria nada.

O Orador: Eu fico à espera do que dirá o Sr. Deputado Paulo Estêvão desta proposta. Fico à espera.

E, Sr. Secretário, eu acho que até é quase ofensivo se a coligação aprovar uma proposta que diga para o Governo fazer o trabalho que já fez.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas.

(*) Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (Alonso Miguel):

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Como sabem todos, os efeitos das alterações climáticas já têm vindo a fazer-se sentir nos Açores, enfim, de forma evidente, através, nomeadamente, de fenómenos meteorológicos extremos, com grandes rastos de destruição, como se verificou com o furacão Lorenzo, como se verificou com várias depressões, a

Efrain, a Óscar, como se verificou com as intempéries do final de 2021 e como se verificou, muito mais recentemente, no passado mês de agosto, com as intempéries que afetaram várias freguesias do concelho de Ponta Delgada, nomeadamente Bretanha, Santo António, Ajuda da Bretanha, Capelas, Ginetes, Mosteiros, um conjunto de freguesias.

Infelizmente, nós já sabemos que a tendência futura é para que esse tipo de eventos possa acontecer cada vez com maior frequência e cada vez com maior intensidade. E, portanto, é, de facto, fundamental preparar a Região para mitigar os efeitos das alterações climáticas, mas, sobretudo, é preciso preparar a Região para a sua adaptação a esta nova realidade. E, nesse sentido, o Governo Regional tem feito um conjunto de esforços muito significativos, com diversas iniciativas, das quais eu destacaria a implementação do projeto Life IP Climaz, para a operacionalização do Programa Regional para as Alterações Climáticas, o desenvolvimento do Roteiro da Neutralidade Carbónica dos Açores, a criação de cartografia de risco para mitigação e adaptação às alterações climáticas, o desenvolvimento de sistemas de alerta de cheias em bacias de risco, o processo de revisão dos Planos de Ordenamento da Orla Costeira, o Plano de Gestão do Risco de Inundações da Região – 2.ª Fase, e com a criação do regime jurídico-financeiro de apoio à emergência climática, que foi uma ferramenta extraordinária criada por este Governo e que já provou a sua utilidade no apoio a muitas famílias na sequência de intempéries como aquelas que foram ficadas recentemente e que já permitiu apoiar as famílias em mais de 110 mil euros, quando os restantes sistemas de apoio não têm enquadramento.

Relativamente a esta iniciativa que nos traz o Chega a este Parlamento, dar nota desde logo que, naturalmente, enfim, concordamos com estas preocupações. Nós temos esta como sendo uma das nossas prioridades de atuação.

E quanto aos pontos resolutivos propriamente ditos, importa dar nota seguinte: as propostas apresentadas nos primeiros três pontos resolutivos refletem

procedimentos, efetivamente, que a Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas já adota, através da Direção Regional do Ordenamento do Território e dos Recursos Hídricos, nomeadamente no âmbito do Relatório do Estado das Ribeiras dos Açores (RERA).

De facto, com base nos dados do RERA, anualmente, o Governo Regional faz um levantamento do estado das linhas de água, avalia as situações mais urgentes, de forma a poder priorizar e definir a urgência das intervenções.

Relativamente a este ponto 4, na ausência de capacidade de intervenção por parte da Administração Pública com recursos próprios, naturalmente, a Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas procede, sempre que necessário, à contratação de serviços externos.

Relativamente ao ponto 5, sendo certo que não é possível ignorar um quadro normativo e contraordenacional que já está em vigor, é sempre possível fazer uma avaliação de outras formas, para dar maior eficácia ao processo de fiscalização e ao processo de vigilância que nós fazemos, inclusive foi falado há pouco de *drones*. Efetivamente, a Secretaria já adquiriu um conjunto de *drones*, que foram distribuídos por todos os Serviços de Ambiente e Alterações Climáticas, que dão, de facto, um contributo importante nestas ações de vigilância e de fiscalização.

Em relação ao ponto 6 e último deste Projeto de Resolução, de reforço dos meios humanos para fiscalização das linhas de água, relembro também que recentemente foi anunciado e, de facto, está já em fase final de conclusão, o procedimento de contratação, para reforço do corpo de vigilantes da natureza, de mais 12 efetivos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E, portanto, os Açores terão mais 12 profissionais vigilantes da natureza a exercer esta função que lhes cabe.

No entanto, e apesar de no âmbito do RERA 2022 ter sido possível fazer uma monitorização de 560 quilómetros da rede hidrográfica, é preciso que haja noção que nenhum reforço que possa ser técnico ou financeiramente exequível permitirá

fazer uma avaliação e uma monitorização constante e em simultâneo de uma extensão tão grande de rede hidrográfica como a nossa, que ultrapassa os 7 mil quilómetros. E, portanto, é preciso que se tenha noção disto. Por isso mesmo é que se fazem priorizações de intervenções.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Mas aproveitando esta discussão, atendendo às manifestações públicas que foram feitas por vários partidos com assento parlamentar, às Juntas de Freguesia e às Câmaras Municipais e também para que todos nós, desde logo os Srs. Deputados, que são legítimos representantes dos açorianos, possam ter noção do seguinte: a responsabilidade relativamente à intervenção, requalificação e manutenção das linhas de água não é apenas do Governo Regional dos Açores, ...

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... como por aí se faz crer muitas vezes. E não se trata de sacudir qualquer tipo de responsabilidade. O Governo Regional assume todas as suas responsabilidades...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... e, inclusive, assume muitas responsabilidades que não são suas, mas por solidariedade.

Neste sentido, o que a Lei da Água diz é que estas responsabilidades são dos municípios nos aglomerados urbanos, dos proprietários nas frentes particulares fora dos aglomerados urbanos e dos organismos dotados de competência própria ou delegada para a gestão de recursos hídricos na área nos demais casos, ou seja, do Governo Regional neste caso em concreto.

E é preciso, de facto, que cada proprietário, cada açoriano que tem terrenos nos leitos e nas margens da ribeira, tenha a noção que tem que ter a responsabilidade de os manter limpos e desobstruídos.

Mas também é preciso que os municípios, as Câmaras Municipais, tenham noção

que têm que assumir as suas responsabilidades na intervenção dentro dos aglomerados urbanos, em vez de apontarem o dedo ao Governo Regional, como recentemente fez a Câmara Municipal de Ponta Delgada.

(Aplausos de alguns Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e do Secretário Regional das Finanças)

Não é possível que se faça isso sem nós, antes, assumimos integralmente cada um a nossa responsabilidade. Este é um esforço conjunto, que implica o esforço dos açorianos proprietários de terrenos nas margens e nos leitos das ribeiras, das Juntas de Freguesia quando estas competências lhes forem delegadas, dos municípios, das Câmaras Municipais e também do Governo Regional dos Açores. E, portanto, com certeza que é preciso que o Governo, desde logo, faça um esforço cada vez maior para exercer competentemente as suas competências, passo o pleonasma.

E, portanto, nesta matéria, da parte do Governo Regional, tem, de facto, sido feito um esforço muito significativo para dar resposta, desde logo, às necessidades de requalificação da rede hidrográfica, com a construção de infraestruturas de minimização de riscos ou também para limpeza, desobstrução e manutenção da rede hidrográfica através das operações que são feitas pelos serviços da Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas ou então através de contratação externa.

Já durante este mandato, foram feitas diversas intervenções de requalificação da rede hidrográfica. E eu destacaria as obras de construção de valas de recolha e de canais de planificação de caudais, como aconteceu na Ribeira da Prainha, no Pico, ou na Ribeira da Vinha Brava, na ilha Terceira. Foi construída uma bacia de retenção dos Arrifes, na ilha de São Miguel.

E, Sra. Deputada Sandra Dias Faria, a freguesia das Feteiras não tem qualquer

bacia de retenção, portanto, se a senhora foi para o campo, saberia que aquela freguesia não tem bacias de retenção. Não sei do que é que está a falar.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Sabe, sim!

O Orador: Estão também em curso e estarão concluídas até ao final de 2023 as 12 bacias de retenção da zona sudoeste da ilha Terceira. E, a breve trecho, será também lançado o procedimento para a construção de uma nova bacia de retenção em Santa Bárbara, na ilha de São Miguel.

Para além disso e como referido, com base nos dados do RERA, são programadas as intervenções dos serviços operacionais da Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas e com recurso a contratação externa, sempre que necessário.

Dar nota que, neste momento, está em fase final também a contratação de 18 operacionais para os serviços dos recursos hídricos, a distribuir pelas várias ilhas dos Açores, no âmbito do projeto Life IP Climaz.

Para além disso, a Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas, como sabem, também dá um contributo e uma colaboração significativa com Juntas de Freguesia no âmbito do programa ECO-Freguesias.

Mas, Sras. e Srs. Deputados, permitam-me aproveitar esta oportunidade e esta discussão para tecer algumas considerações em relação a algumas posições públicas, nomeadamente aquela que foi demonstrada pelo Sr. Deputado Vasco Cordeiro, líder do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, que numa nota de imprensa diz que a falta de limpeza das ribeiras e linhas de água é consequência da quase destruição da capacidade operacional dos serviços responsáveis pelo atual Governo Regional. Extraordinário, Sr. Deputado! Extraordinário! A demagogia tem limites.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Vejamos, então, quem é que destruiu a capacidade operacional dos serviços.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: O Sr. Deputado Vasco Cordeiro foi membro de Governos Socialistas durante 17 anos, como Secretário Regional da Agricultura e Pescas, como Secretário Regional da Presidência, como Secretário Regional da Economia, como Presidente do Governo Regional dos Açores. E eu pergunto ao Sr. Deputado se tem noção do estado de degradação em que deixou o parque de máquinas...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem lembrado! Muito bem!

O Orador: ... e o parque de equipamentos desta Região, nas obras públicas, na agricultura, no ambiente e nos vários departamentos. Tem noção, Sr. Deputado?

O Sr. Deputado sabe, nos 17 anos em que fez parte de cinco Governos, cinco Executivos Socialistas, quantas máquinas ou camiões foram comprados para intervenção nos 7200 km de rede hidrográfica, nas mais de 700 bacias hidrográficas dos Açores, distribuídas pelas nove ilhas? O senhor sabe? Eu sei e digo: zero! Foram comprados zero equipamentos, Sr. Deputado!

Deputado João Vasco Costa (PS): Isso é que é demagogia! O senhor sabe mais do que isso! Não esperava isso de si!

O Orador: Portanto, ao fim de 24 anos, faça, por favor, o Sr. Deputado, o favor de dizer aos açorianos que equipamentos é que foram deixados à tutela do ambiente para tão exigente responsabilidade.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Eu digo: foram deixadas duas máquinas retroescavadoras que tinham 22 anos, as duas, quando este Governo tomou posse, nem sequer reuniam condições para passar na inspeção, uma miniescavadora, duas bobcat, todas em São Miguel. Zero camiões. As outras ilhas tinham zero equipamentos. Zero equipamentos, Sr. Deputado! É isto que o senhor deixou. Nas outras ilhas, zero. Portanto, foi esta a herança que o Partido Socialista deixou aos Açores para intervir numa rede hidrográfica tão extensa, Sr. Deputado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Mas mais, vamos também ver, ao nível dos recursos humanos, quem é que degradou a capacidade de intervenção nas ribeiras, por parte do Governo Regional. O XII Governo Regional, liderado por si, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, reduziu os recursos humanos afetos aos serviços hídricos da ilha de São Miguel, entre 2017 e 2020, em 43%, Sr. Deputado! Em 43%!

Deputado Carlos Silva (PS): Está ao contrário!

O Orador: Não está ao contrário, Sr. Deputado Carlos Silva!

Eram 138 operacionais em 2017, 111 operacionais em 2018, 90 operacionais em 2019 e 78 operacionais em 2020. 43% de redução entre 2017 e 2020, Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Na verdade, e para utilizar uma expressão que recentemente o Partido Socialista utiliza muitas vezes, isto sim é desleixo, isto sim é desmazelo.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Portanto, é, com certeza, lamentável esta falta de investimento que houve, além de ser falsa esta acusação que é feita ao XIII Governo Regional dos Açores. E, portanto, esperávamos mais responsabilidade da sua parte, Sr. Deputado.

Diz o Sr. Deputado que está preocupado com as chuvas do próximo inverno. Sr.

Deputado, este Governo está preocupado com as chuvas dos próximos 20 invernos, não é do próximo inverno!

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: E, como tal, além dos reforços que já evidenciei ao nível da contratação de vigilantes da natureza, ao nível da contratação de operacionais, queria também dar nota e anunciar ao Parlamento Regional dos Açores que do Plano Anual Regional para 2024 fará parte uma verba muito significativa, uma verba de 2 milhões de euros, para investir especificamente na capacitação da Administração Pública Regional para intervir nas linhas de água, para comprar equipamentos para todas as ilhas dos Açores, no sentido de podermos trabalhar preventivamente e no sentido de darmos também uma resposta em situações de ocorrências.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Uma verba de 2 milhões de euros, que é, com certeza, muito importante para a capacitar a Administração Pública, mas que é também fundamental para corrigir um problema criado pelo Partido Socialista ao longo de 24 anos e uma pesada herança que deixaram aos açorianos ao nível da sua proteção e salvaguarda.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos

Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Vieira.

(*) Deputado Ricardo Vieira (PSD): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Chega traz-nos aqui um Projeto de Resolução que, atendendo à nossa natureza, é de relevante importância.

Sr. Deputado José Pacheco, notamos aqui, com agrado, as suas alterações ao Projeto de Resolução inicial, nomeadamente ao parágrafo do projeto inicial que dizia: “Considerando que o Estado tem a obrigação de impedir situações (...)”. Ora, isso estava a levantar-nos aqui alguns entraves, visto que, mais do que criar uma falsa sensação de segurança nas populações, existem situações que estão fora do controlo do Estado. Ou seja, nós podemos apostar na prevenção, mas não quer dizer que vá impedir que alguma desgraça aconteça.

Relativamente aqui ao ponto 5, e o Sr. Deputado José Pacheco explicou, e bem, também tínhamos aqui alguns entraves, nomeadamente o que o senhor explicou dos entraves jurídicos. E, portanto, nós também notamos isso com agrado.

Portanto, naturalmente, o Partido Social Democrata irá acompanhar esta iniciativa, até porque o que está explanado nela tem vindo a ser o que é a atuação do Governo nesta matéria. Portanto, nós não vemos aqui nada que seja impeditivo à sua aprovação.

Deputado José Ávila (PS): Claro, já está feito!

O Orador: Notar aqui com agrado também o anúncio do Sr. Secretário na aposta da renovação do parque de máquinas. Dando aqui um exemplo, tivemos recentemente jornadas parlamentares em São Miguel, onde visitámos a Delegação dos Serviços Florestais do Nordeste. E, para meu espanto, não consegui encontrar nenhum equipamento que fosse mais novo do que eu. Eu nasci em 1995. Portanto,

às vezes, é caso para dizer: saudoso Dr. Mota Amaral!

Obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado.

(*) Deputado Carlos Furtado (Independente): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A iniciativa que estamos a discutir, agora, esta tarde, faz parte daquilo que já vem sendo um ritual habitual nas discussões de Plenário de sexta-feira à tarde.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: Dizia eu que a iniciativa que estamos aqui a discutir faz parte de um ritual de iniciativas que vão entrando todos os meses com pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão e que à sexta-feira à tarde são debatidas em jeito de, sem querer estar a ser perverso, dança nupcial, que é: apresenta-se a iniciativa, o Governo diz que está a fazer o que recomenda fazer, diz que não está a fazer o que recomenda que não se faça, os partidos da coligação dizem que está tudo muito certo, mas, mesmo assim, vamos aprovar, não vá o Diabo tecê-las, portanto, assim como que desacreditando as palavras do Secretário que fica habilitado a responder à iniciativa em questão. E, pronto, todos os meses é isso. Portanto, basta só fazer uma revisitação àquilo que têm sido os trabalhos parlamentares da sexta-feira à tarde, que é rico em momentos anedóticos destes.

Deputado Joaquim Machado (PSD): O Sr. Deputado também faz sempre essa intervenção na sexta-feira à tarde!

O Orador: Não estou a falar consigo, Sr. Deputado! O senhor pode-se inscrever,

tem tempo bastante.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Mas eu falo consigo!

O Orador: Pronto, e é isso.

Sinceramente, eu até fico na dúvida se hei de votar a favor ou contra. Votar a favor, sim, porque entendo que, realmente, esta é uma matéria que merece mesmo a atenção e que deve ser tida com a devida atenção, tanto mais que todos nós constatamos que, efetivamente, há falta de recursos para fazer face às necessidades nesta matéria.

Mas há falta de recursos. E não posso concordar consigo integralmente, Sr. Secretário, porque o senhor diz que não foram feitos investimentos nos últimos 20 anos em equipamentos. Aí até podemos concordar consigo. E o seu Governo, entretanto, ajuda à festa, que é: não se compram equipamentos, mas a gente, agora, deixa de ter o pessoal dos programas para utilizar os equipamentos. Agora, o senhor fala na aquisição de equipamentos. Pois, a questão é: daqui a dias, quem é que vai andar com os equipamentos, se depois não tem pessoal? Isso é interessante. Os senhores quiserem acabar, a todo o vapor, com os programas ocupacionais para calar uma incidência parlamentar e, agora, ficam sem pessoal para dar cumprimento àquilo que a própria incidência parlamentar já vos exige. É um paradoxo que merece estudo.

E eu percebo, Sr. Secretário das Finanças, que a alternativa passará, seguramente, por alocar mais recursos a esse trabalho que é preciso fazer. E a minha pergunta, Sr. Secretário, vai para si: o Governo tem condições para alocar mais recursos a essa matéria? Sim, porque essa matéria só se resolve com dinheiro.

Aproveitando ainda a oportunidade, Secretário das Finanças, e estou a dirigir-me a si, agradecia também um esclarecimento a esta câmara, Sr. Secretário das Finanças: tem sido falado, esta semana, nos corredores, que o Governo Regional arranhou um “tacho” para a minha filha. Eu agradecia ao Sr. Secretário das Finanças que informasse ou procurasse informar ainda essa tarde se fez algum

despacho para qualquer tipo...

Presidente: Sr. Deputado, isso não está na agenda nem é o local próprio para se falar desse assunto.

O Orador: Sr. Secretário, isso é um assunto que precisa de ser esclarecido!

Fala-se em cães, gatos e galinhas da sogra aqui dentro...

Presidente: Aqui dentro, eu não ouvi falar em nada disso. Portanto, não será isso esclarecido aqui dentro!

O Orador: Portanto, Sr. Secretário, logo que possível, esclareça a câmara relativamente a isso!

Muito obrigado.

Presidente: Sra. Deputada Sandra Dias Faria, tem a palavra.

(*) Deputada Sandra Faria (PS): Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Na sequência daquelas que foram as respostas do Sr. Secretário e da explanação que fez sobre a recomendação feita pela Representação Parlamentar do Chega, o que nos disse é que tudo aquilo que é aqui recomendado, o Governo já está a fazer e com os resultados visíveis para todos nós.

Aquela que é a nossa posição, do Partido Socialista, e que no nosso entender pode responder neste momento da melhor forma àquela que é a urgência de se acautelar a segurança das pessoas e dos bens, será articular uma estratégia junto dos municípios e do poder local, com as Juntas de Freguesia, que são aqueles que conhecem melhor os terrenos, que conhecem melhor os problemas e que também conhecem melhor a forma como poderão dar resposta.

Como sabe, e isto não será novidade, já foi aqui referenciado, parte deste trabalho era feito em coordenação com os municípios e com as juntas, recorrendo àqueles que eram os programas ocupacionais. Deixou de haver esta solução – uma decisão deste Governo, mas o que é certo é que isto deixou, quer a Juntas de Freguesia, quer as Câmaras Municipais, diminuídas na sua capacidade de resposta.

E, atenção, se os programas ocupacionais aqui não são tidos como resposta, veja-se o caso na educação, que ainda há dias foi anunciado que irão recorrer a programas ocupacionais para suprimir as necessidades que existem nas várias escolas da Região em termos de assistentes operacionais.

Portanto, a minha questão é: como é que o mesmo Governo faz uma avaliação diferente deste recurso num setor e noutra setor.

Mas aquela que é a nossa posição, que acreditamos que será a que responderá melhor a esta urgência e a esta necessidade, é de haver uma articulação mais próxima junto dos municípios e junto das freguesias. Aliás, não somos só nós a defender isso, os próprios municípios e as próprias Juntas de Freguesia têm defendido isto e têm pedido ao Governo Regional que tenha esta abertura para que, num trabalho conjunto e de maior proximidade, possamos dar resposta às nossas populações.

E, portanto, não havendo tempo útil, que acreditamos que aquela que é a solução apresentada pelo Sr. Deputado José Pacheco, e que o Sr. Secretário faz-nos acreditar que já contratam este serviço, não terá capacidade de resolver, até porque nas nove ilhas não existem empresas instaladas com capacidade para dar resposta a todas as necessidades. Mesmo na ilha de São Miguel, pela sua dimensão, não existe capacidade instalada para o resolver.

E, portanto, neste próximo inverno e atendendo àquela que é a gravidade... Não nos interessa vir aqui resolver um problema que já existia e que resposta vamos dar às pessoas que ficaram sem habitação e que perderam todos os seus bens. Interessa-nos antecipar exatamente isto e acautelar que não aconteça.

E, portanto, é essa a nossa proposta, é esse o entendimento do Partido Socialista, de haver uma maior articulação, como há meses tem sido defendido e tem sido por diversas vezes reclamado, quer por presidentes de junta, quer por municípios, nas várias ilhas da nossa Região.

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, descentrar um bocadinho debate só para fazer um pequeno exercício de história do Parlamento dos Açores e da autonomia açoriana. É importante fazê-lo de vez em quando.

Eu bem percebo que o Sr. Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas é um rapaz novo, está há pouco tempo na vida política, mas também já foi Deputado desta Região. E, certamente, deve conhecer o histórico do CDS nesta matéria. E eu não sou advogado, muito menos advogado de defesa do Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Bem lembrado!

O Orador: Mas permita-me, Sr. Secretário, que lhe diga que os parques de máquinas da Região Autónoma dos Açores foram desmantelados, e bem, a partir de 1997, porque o CDS assim o exigiu em sede de aprovação do Programa do VI Governo Regional e em sede de aprovação do Orçamento da Região de 1997.

Deputado João Vasco Costa (PS): Está a ver, Sr. Secretário? Perdeu uma boa oportunidade de estar calado!

O Orador: Mas eu posso falar, ou não posso falar?

Inclusivamente, o CDS obrigou ao Governo a inclusão de um autocolante amarelo nas viaturas e nas máquinas da Região, onde estava escrito: “Para uso exclusivo oficial.”

Deputado Joaquim Machado (PSD): O senhor está a defender-se é a si!

O Orador: Eu estou defendendo o meu liberalismo, Sr. Deputado Joaquim

Machado, que é uma coisa que o senhor passa a vida a acusar.

E foi precisamente essa medida que foi tomada naquela altura que permitiu que hoje haja privados na Região Autónoma dos Açores que tenham parques de máquinas, quando não, o que estava a acontecer neste momento era o que acontecia no tempo dos Governos Dr. Mota Amaral, em que se iam dar jeitos a casa de uns e de outros com as máquinas do Estado, em que se iam dar jeitos a casa de uns e de outros com os camiões do Estado! E não vale a pena esconder isso e dizer que não é verdade, porque é verdade, eu estava lá e eu via, daí ter sido essa a primeira medida que o CDS tomou aqui nesta Casa, logo na aprovação do Programa do VI Governo Regional dos Açores e no Orçamento de 1997.

Sr. Secretário, ficámos agora a saber que o CDS deixou de ser liberal e agora é só conservador.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Tendo sido colocadas aqui algumas questões em relação à Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública, eu gostaria de dar nota do seguinte: nos mapas de recrutamento anuais, que, por regra, devem sair no final do ano anterior a que dizem respeito, são definidas prioridades em relação às contratações para os vários departamentos do Governo.

Como penso que é público, em 2022, a prioridade foi dada aos assistentes operacionais na área da saúde e na área da educação, razão pela qual houve um conjunto de admissões, nomeadamente na área da educação, para assistentes operacionais.

A verdade, como se sabe, também, é que há situações, sempre, que são

imprevisíveis. E era imprevisível que mais de 200 destes assistentes operacionais estivessem de baixa no início deste ano letivo.

Deputado António Lima (BE): Foi só agora!

Deputada Alexandra Manes (BE): Eles meteram na véspera!

O Orador: E, portanto, tem que se encontrar soluções para estas situações e, naturalmente, tomar as devidas providências. Mas, já em 2023, as prioridades não foram as mesmas, as prioridades já foram para assistentes operacionais para a área da agricultura e também das obras públicas. Para 2024, iremos definir as prioridades. Sempre com o objetivo, como já foi aqui referido e é de novo reiterado, de a prazo fazer corresponder necessidades permanentes a contratos efetivos.

E, portanto, é evidente, Sr. Deputado António Lima, que não podemos resolver isto de um ano para o outro. O senhor, eventualmente, acharia que poderíamos resolver de um ano para o outro, mas não é possível, nem este nem qualquer Governo.

Agora, esta linha de rumo, de fazer corresponder a necessidades permanentes contratos efetivos, é aquela que tem vindo a ser seguida e que continuará a ser seguida.

Deputado António Lima (BE): Não se nota!

O Orador: Nunca ouvi uma palavra da sua parte de elogio a esta estratégia. Nunca ouvi da sua parte uma palavra de elogio ao combate à precariedade que temos vindo a fazer, quer seja na área pública, quer seja na área privada.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): Muito bem!

O Orador: Mas devo dizer que continuaremos com este rumo, respondendo ao Sr. Deputado Carlos Furtado, de tentar conseguir, não só em termos de equipamentos, como o Sr. Secretário do Ambiente e Alterações Climáticas já referiu, mas também naquilo que são os elementos operacionais, para poder dar

resposta a essa situação.

Agora, este esforço que vamos fazer em termos de equipamentos e estamos a fazer em termos pessoal tem que mesmo ser feito, porque aquilo que herdámos não permitia dar resposta aos problemas. Se acontecer hoje um problema nas ribeiras dos Açores, a responsabilidade é mais daqueles senhores do que destes senhores.

Deputado José Ávila (PS): Era o que faltava!

O Orador: É preciso que não se esqueçam disto, porque foram anos e anos de desleixo, de desinvestimento, que levaram a um falhanço total nos equipamentos e nos serviços nesta Região Autónoma dos Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Digo mais, em relação à preocupação de algumas pessoas com os programas ocupacionais, quando tinham 80 e 100 pessoas de programas ocupacionais nas suas autarquias, estavam felizes. Agora que essas pessoas têm contratos efetivos, já estão aborrecidos.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

80! E havia Juntas de Freguesia com 200! Mas estavam felizes, porque estavam ali aquelas pessoas em programas ocupacionais, de mão estendida. Agora que têm empregos efetivos, devíamos todos estar satisfeitos e felizes por isso, mas, infelizmente, há ainda quem não esteja suficientemente atento a isto nem se consiga alegrar por termos a maior população empregada de sempre, por termos a maior população ativa de sempre, por termos o melhor número de desempregados inscritos de sempre! São enormes vitórias deste Governo!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Para terminar, Sr. Deputado Carlos Furtado, em relação às contratações, em relação às mobilidades intercarreiras ou em relação às pré-reformas, há despachos definidos, há regras definidas. E, da nossa parte, não nos interessa se é A, B ou C, quem entra ou quem não entra, quem está ou quem não está, as coisas são feitas com o máximo de rigor.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E o Secretário das Finanças, quando despacha algum processo de mobilidades intercarreiras, de contratação ou de pré-reformas, não sabe quem é a pessoa que se trata.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputada Alexandra Manes (BE): Na Praia da Vitória, há uma taxa de emprego naquela Câmara...

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): Tenha calma! Atrás de um dia vem outro!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Nuno Barata, olhe para aqui.

(Neste momento, o Deputado Paulo Estêvão mostrou uma imagem à câmara)

Este aqui escapou-se-lhe, Sr. Deputado. No seu afã de abate de veículos, este aqui é 1991, deu tempo para que V. Exa. entrasse no Parlamento, regressasse 20 anos depois e ainda estava ao serviço dos Governos do Partido Socialista. É este calhambeque.

Sra. Deputada Alexandra Mendes, isto é que são cartazes e fotografias como deve ser!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Sr. Deputado Nuno Barata, o Sr. Deputado veio aqui assumir as dores da governação do Partido Socialista e dizer: fui eu que mandei abater.

Deputado Nuno Barata (IL): Não, não!

Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (Alonso Miguel):

Sim, sim!

O Orador: Disse o CDS. O CDS, na altura, era V. Exa.

Deputado Nuno Barata (IL): Muito me honra!

Deputada Andreia Cardoso (PS): E de V. Exa. também!

O Orador: Ou seja, fui eu que mandei abater os veículos. Ó Sr. Deputado, o parque de máquinas, o que o CDS defendeu na altura...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, isso não são apartes, isso é uma gritaria!

Sr. Deputado Paulo Estêvão, faça favor.

O Orador: Muito obrigado, Sr. Presidente. Mas eu resisto a tudo. Eu consigo, mesmo assim, continuar a discursar.

Mas o que eu queria dizer-lhe, Sr. Deputado, antes de ser interrompido, era que, de facto, V. Exa. tem aqui uma memória seletiva. O que foi solicitado foi, obviamente, que fosse feito o abate dos veículos que não estavam em condições, coisa que não foi feita, o abate dos veículos e a renovação da frota. Agora, em nenhum momento o Partido Socialista o fez. O que acontece é que continuou a degradar-se o parque de máquinas, não renovou o parque de máquinas.

Deputado José Contente (PS): Isso não é verdade!

O Orador: Não reforçou o quadro de pessoal, pelo contrário, diminuiu o quadro

de pessoal. Diminuiu a qualidade dos equipamentos. E, portanto, o Partido Socialista é largamente responsável pela situação em que estamos.

Mas a situação em que estamos é uma situação perfeitamente diagnosticada, porque, de acordo com o Decreto Regulamentar Regional n.º 20/2022/A, de 4 de outubro de 2022, compete à Divisão de Prevenção dos Riscos Hidrológicos fazer o quê? Assegurar a elaboração e a atualização do Relatório do Estado das Ribeiras dos Açores. É isto que compete e que está na lei. E que o Governo fez. Aqui temos o Relatório do Estado das Ribeiras dos Açores, bastante pormenorizado.

(Neste momento, o Deputado Paulo Estêvão mostrou um documento à câmara)

Aliás, com o maior número de sempre de registos, 533 registos. Nunca, na história dos Açores, nesta área, se tinha feito um registo tão alargado em relação ao estado das ribeiras dos Açores. A verdade é esta. Ou seja, este Governo é o Governo que está mais atento, é o Governo que estudou mais esta situação, para que possa monitorizar. E isto é importante. E quem quiser verificar, poderá verificar esta situação de forma detalhada.

É necessário, no entanto, assinalar que, nesta matéria, e é preciso transmitir para a opinião pública a verdade, esta situação está a ser acompanhada. Obviamente, os municípios têm competências nesta matéria, que têm que exercer. Os particulares também têm competências nesta matéria. E o Governo Regional, obviamente. Todos somos responsáveis por melhorar a situação. E deveremos estar atentos.

Portanto, da parte do Parlamento, a notícia que tem que sair, ...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Ah, a notícia que tem que sair. Quer dizer, já receberam orientações...

O Orador: ... e é aquilo que temos o dever de fazer, é que, sim, estamos preocupados. Mas não há o desleixo que foi dito e que foi referenciado nesta

conferência de imprensa pelo Sr. Deputado Vasco Cordeiro. E isto não é a realidade.

O Sr. Deputado Vasco Cordeiro está, agora, numa recuperação da imagem, tornando-se menos arrogante. Eu vejo, está sempre mais simpático. Eu gosto desta nova imagem, está sempre mais simpático, mais dialogante. O Sr. Deputado Vasco Cordeiro, nesta matéria, além de ter mudado a sua expressão facial, também deveria fazer outra coisa, e digo sem qualquer tipo de ofensa, que ninguém fica ofendido se lhe disser que o senhor está mais simpático... Portanto, o Sr. Deputado Vasco Cordeiro, com certeza, não está aborrecido comigo por lhe dizer. Se eu lhe estivesse a dizer que está mais carrancudo, o Sr. Deputado ficaria, com certeza, zangado. Mas está mais simpático.

Mas, já agora, há outra coisa que é necessária também nesta reconstrução da imagem eleitoral, que é também um reconhecimento dos erros cometidos. E, V. Exa., nesta conferência de imprensa e noutras e na intervenção que espero que realize deve dizer: é minha culpa nesta matéria, descuidei muitas infraestruturas, descuidei muito a capacidade do ponto de vista do recrutamento dos recursos humanos que são necessários e muitíssimos equipamentos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: E, portanto, eu tenho muita culpa nesta matéria e não voltarei a pecar. É isto que V. Exa. tinha que dizer no seu discurso e não atribuir a culpa aos outros, de responsabilidades, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, que são essencialmente suas. Porque este Governo, como fica demonstrado neste relatório, está a fazer o seu trabalho. E, mais do que isso, comprometemo-nos ainda a fazer melhor, sendo que o nosso melhor é muito melhor do que vocês conseguiram fazer ao longo de 24 anos!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra Sr. Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas.

(*) Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (Alonso Miguel):

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Nuno Barata, uma intervenção muito rápida para dizer-lhe, com certeza, numa nota pessoal, política, que a última pessoa nesta Casa que eu entendo que deveria falar do histórico do CDS era do senhor, mas isso, com certeza, fica à sua consideração. Mas se o fizer, por favor, diga as coisas como elas são e faça o histórico como deve ser. O que o senhor disse não corresponde à verdade.

E fica claro na sua intervenção duas coisas: a primeira, que o senhor entende que o parque de máquinas não deve ser renovado. Portanto, ao fim de 30 anos, temos as mesmas máquinas que tínhamos em 97. Era isso que o senhor entendia. E quando precisarmos de máquinas, na sequência de ocorrências, ficamos seis meses à espera das empresas, porque, muitas vezes, é isso que acontece, e nós não temos capacidade de intervir nós próprios.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

A segunda coisa que resulta, claro, é que para o Sr. Deputado Nuno Barata o que importa são os arranjos paisagísticos da margem da Lagoa das Sete Cidades. Com certeza que são muito importantes, Sr. Deputado, mas não têm perigo iminente, muito menos quando comparado com as situações que nós verificamos naquelas freguesias que foram afetadas e onde nós tivemos os nossos técnicos metidos até ao pescoço dentro das ribeiras, sem capacidade, sem equipamentos, a fazer

limpeza, Sr. Deputado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto.

(*) Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente à iniciativa que o Chega apresenta, o que se nos oferece dizer é o seguinte: já ficou aqui bem patente que o Governo tem feito trabalho nesta matéria, na limpeza de ribeiras e conservação dos leitos, tem feito os levantamentos e os estudos necessários para identificar as necessidades mais urgentes de intervenção, como muito bem o Sr. Deputado Paulo Estêvão já o demonstrou. Só isso é mais do que o que foi feito nos Governos anteriores. E, portanto, rejeitamos qualquer crítica oportunista, obviamente, que o Partido Socialista queira endereçar a este Governo, acusando-o de inoperação.

Se querem acusar o Governo de chover muito, bom, obviamente que o podem fazer, mas isso, obviamente, tem uma avaliação, seria patológico fazê-lo.

E, portanto, sabemos, e já o sabemos há vários anos, que vivemos num quadro de alterações climáticas, onde as chuvas são mais frequentes e mais acentuadas, onde o calor é também mais extenso, mais extremo. Portanto, estamos numa situação em que o clima não é tão moderado quanto isso e temos mais frequência de fenómenos extremos, seja de seca, seja de chuva. E esta alternância entre seca severa e chuva intensa também provoca erosão, também provoca alterações nos leitos e isso tem influência na capacidade dos solos para absorver a chuva. E, portanto, tudo isso tem consequências a jusante dos nossos leitos e das ribeiras. E, portanto, não podemos culpabilizar o Governo por esta situação.

Como muito bem o Sr. Secretário disse, está sendo feito tudo o que é possível para minimizar os impactos destas alterações climáticas. Mas como muito bem também já foi explicitado neste debate, a responsabilidade não é exclusiva do Governo. Há responsabilidades que são repartidas entre o Governo, os municípios – municípios esses que podem e geralmente delegam essas suas competências nas Juntas de Freguesia – e os privados, por onde as ribeiras passam nos seus terrenos. E, portanto, isto é, tem que ser um trabalho conjunto da sociedade, de todos.

E trazer para o debate político a culpabilização no caso do Governo, num ano em que sabemos que se aproximam as eleições e, portanto, a motivação é uma motivação eleitoral, não é um discurso favorável à conservação das ribeiras, porque é um discurso que desresponsabiliza uma parte considerável dos responsáveis pela manutenção dos leitos das ribeiras, que são os proprietários e os municípios.

Isto é um problema de todos, é um problema da nossa sociedade e deve ser encarado de uma forma pedagógica por todos nós.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Também, já aqui ficou explicitado a herança que recebemos. E, neste momento, não vou entrar por esse debate.

E, portanto, salientar que, da parte do CDS, somos favoráveis a estas recomendações, na certeza de que o Governo está alertado para estas necessidades, muito antes sequer da Resolução. Está atuando na medida do possível e das limitações, quer de recursos humanos, quer de maquinaria. E, portanto, o Sr. Secretário também já anunciou que para o próximo Orçamento já há uma verba para equipamento para todas as ilhas. Acho que isto é uma notícia fantástica.

E, portanto, devemos trabalhar, sim, todos, no âmbito das nossas responsabilidades políticas enquanto Deputados nesta Casa, mas muitos de nós também com responsabilidades autárquicas, no sentido de que também nas nossas

terras se faça o trabalho que tem que ser feito, porque temos a certeza de que o Governo, dentro daquelas que são as suas possibilidades e as suas limitações, está fazendo o que pode.

Muito obrigado.

Voices dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) Deputado António Lima (BE): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Não era para intervir mais, só o faço porque fui chamado ao debate pelo Sr. Secretário Regional das Finanças e Administração Pública.

Sr. Presidente... Eu acho que os apartes são regimentais, mas o diálogo não é.

Como estava a dizer, só intervenho porque fui, efetivamente, chamado ao debate pelo Sr. Secretário Regional das Finanças. Até pensava que ele ia responder à intervenção de culinária do Sr. Deputado Carlos Furtado, mas não o fez.

Mas para dizer o seguinte, Sr. Secretário, sobre contratações para Administração Pública: nós não podemos nem ficar satisfeitos e muito menos elogiar a política de contratações para a Administração Pública do Governo, quando nós ouvimos notícias, como ouvimos nesta semana, no telejornal, em que há pais e mães que têm que sair do trabalho para prestar apoio aos filhos nas escolas na hora de almoço, porque não há ninguém para lhes dar de comer. Ora, quando nós ouvimos notícias chocantes deste tipo, devido à política do Governo Regional e às suas opções, nós não podemos ficar satisfeitos.

E não foram as baixas médicas, que sempre houve, sempre há e sempre haverá. Foi a política de recursos humanos do Governo que depauperou e depauperou as escolas de recursos humanos e que leva a estes resultados que nós estamos a ver. E, certamente, outros problemas aparecerão ao longo do ano letivo, porque as escolas estão a precisar de muito mais gente. Por isso, Sr. Secretário, não posso elogiar políticas dessas.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado.

(*) Deputado Carlos Furtado (Independente): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário das Finanças, dei como respondida e adequada a resposta que me deu relativamente à alocação de recursos para a matéria que estamos a analisar neste Projeto de Resolução.

A sequência que mostrou aqui de contratações, especialmente de assistentes operacionais, pareceu-me adequada. Primeiro, atender às necessidades dos serviços de saúde e de educação, depois obras políticas, agricultura e, também, agora, nessa matéria, ambiental. Acho que foi uma linha adequada.

Comentar, ainda, quando diz relativamente à responsabilidade deste Governo ou do Governo anterior na gestão desses espaços, dessas linhas de água, que a responsabilidade é total, é do Governo anterior, é deste Governo, é de cada cidadão.

E quando acontecem as desgraças, são infortúnios da vida que devem ser estudados, devem ser resolvidos com os recursos que existem. Não devem é ser utilizados para aproveitamento político no momento. E, infelizmente, o que vemos, normalmente, nesses momentos dramáticos, nesses momentos muitas vezes de sofrimento para as pessoas, é o uso abusivo, por alguns políticos, desses momentos para cavalgarem na infelicidade dos demais.

Entretanto, Sr. Secretário, não posso agradecer também à segunda pergunta que

lhe fiz, Sr. Secretário, porque ficou por responder. Diga-me, taxativamente, sem espinhas. Informe-se, por favor. E numa oportunidade, esta tarde, diga-me: está contratada alguma Mariana Sousa Furtado para algum serviço do Governo? É importante que essa resposta seja dada aqui nesta Casa, porque está em causa não só o bom nome do Deputado Carlos Furtado, mas da filha dele, que não tem necessidade de ser comentada nesses corredores!

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

(*) Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Secretário Regional pretendeu convencer esta Assembleia e pretende convencer os açorianos lá fora do seguinte: hoje, a limpeza de ribeiras e, já agora, a limpeza de estradas está melhor do que estava nos Governos do Partido Socialista. Não é isso que eu vejo nem é isso que as pessoas me contam.

O problema que aqui está, Sr. Secretário, parece-me ser o seguinte, que, aliás, acontece nessa área, como acontece noutras áreas: os senhores preocuparam-se, sobretudo, em, sem critério e indiscriminadamente, destruir aquilo que vinha de trás.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isso não é verdade!

O Orador: Não estão a revelar-se capazes de construir aquilo que é necessário fazer.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não é verdade!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Os anteriores Governos Regionais focaram-se no essencial.

Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (Alonso Miguel): O

essencial é isto!

O Orador: E o essencial, Sr. Secretário, não é a compra de camiões ou de retroscavadoras, o essencial é garantir a limpeza das ribeiras.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

O Orador: E fizemo-lo, como? Fizemo-lo contratando empresas privadas. Fizemo-lo reforçando a capacidade de municípios e de freguesias. E fizemo-lo utilizando programas ocupacionais para trabalharem, também, nessas áreas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Uma pena acessória para a pobreza!

O Orador: E o que é que os senhores fizeram? Os senhores destruíram a capacidade operacional. Os seus acabaram com programas ocupacionais. Os senhores retiraram programas e recursos humanos às freguesias e aos municípios. E, agora, dizem: mas as freguesias e os municípios também têm que ajudar.

E o problema está é exatamente aqui, é que os senhores destruíram aquilo que vinha de trás.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Convive muito mal com o maior número de empregados de sempre nos Açores!

O Orador: Por preconceito, por vingança, por querer acabar com aquilo que vinha de trás, estão a prejudicar, claramente, aquilo que interessa, que é manter as ribeiras limpas, que é manter as estradas limpas. E a culpa é do Governo do Partido Socialista. Não, a culpa é vossa!

O Sr. Secretário diz que, para o ano, vamos ter aqui mais um volume significativo de verba. O Sr. Secretário coloca o problema exatamente onde, na minha opinião, ele está, não é na falta de verba, é na sua incapacidade de utilizar essa verba para aquilo que é necessário fazer.

Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (Alonso Miguel): E a sua capacidade?

O Orador: O Sr. Secretário, em 2022, executou, na implementação de sistemas de alerta de cheias para bacias de risco, para intervir na minimização de riscos,

3,77%.

Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (*Alonso Miguel*):

Isso é um projeto de dois anos, Sr. Deputado!

O Orador: Isso quer dizer que, por cada 1000 euros que o senhor disse que ia investir, 960 euros ficaram sem utilização.

Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (*Alonso Miguel*):

Não ficaram nada, é até ao final deste ano!

O Orador: O senhor disse que ia investir no planeamento dos recursos hídricos. Aquilo que o senhor conseguiu executar do que prometeu investir no planeamento dos recursos hídricos, o senhor apenas executou 14%.

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Não é verdade!

O Orador: Isso quer dizer, para quem nos ouve, que, de 1000 euros que o senhor se comprometeu a executar nessa área, mais de 800 euros ficaram na gaveta.

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Isso não é verdade!

Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (*Alonso Miguel*):

Não, não ficaram, são executados este ano!

O Orador: O senhor comprometeu-se na monitorização e na manutenção da rede hidrográfica e executou apenas metade do que aquilo que se tinha comprometido executar.

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Não é verdade!

O Orador: Isso quer dizer que, por cada 1000 euros, 500 euros ficaram na gaveta, para fazer aquilo.

Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (*Alonso Miguel*): E o ECO-Freguesias?

O Orador: Eu estou-me a guiar pelos dados do próprio Governo, que é o relatório da execução do Plano de 2022.

O senhor, por cada 1000 euros que disse que ia executar nos recursos hídricos desta Região, mais de 600 euros ficaram na gaveta. E vem culpar o Governo

anterior?!

Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (*Alonso Miguel*):

Venho!

O Orador: E espera que acreditemos que agora é que vai ser?! Não, o problema está exatamente aí, é na incapacidade do Governo de executar e de cumprir aquilo a que se compromete, simultaneamente, destruindo aquilo que vinha de trás!

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto.

(*) Deputado Pedro Pinto (*CDS-PP*): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Esta intervenção que o Sr. Deputado Vasco Cordeiro acabou de ter é uma intervenção importantíssima nesta legislatura. O responsável máximo pelo Governo anterior, finalmente, preto no branco, admitiu que muitas das coisas que eram feitas, fossem pelos serviços do Governo, das Câmaras, das Juntas de Freguesia ou mesmo instituições apoiadas, eram feitas à custa de mão de obra mal remunerada, ...

Deputado Vasco Cordeiro (*PS*): Eu não disse nada disso!

Deputado Joaquim Machado (*PSD*): Disse e continua a defender!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: ... mão de obra precária, mão de obra que transitou de programa para

programa, em que alguns dos programas não tinham retenções para a Segurança Social e, portanto, não contavam para a carreira contributiva.

E eu atrevo-me a dizer: isto é mão de obra escrava!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Em pleno em pleno século XXI, isto é mão de obra escrava!

Deputado Berto Messias (PS): Diga isso à Sra. Secretária da Educação!

O Orador: E, portanto, Sras. e Srs. Deputados, esta intervenção do Deputado Vasco Cordeiro é muito importante e muito esclarecedora de como a Região foi governada nos últimos anos.

Esta coligação está pondo a casa em ordem. Nós acabamos, convictamente, com os programas, para libertar essas pessoas, para elas poderem procurar um emprego, para poderem ter um salário em troca de trabalho, para poderem ter uma carreira contributiva, para poderem merecer, no fim da sua carreira contributiva, uma pensão.

Portanto, Sras. e Srs. Deputados, é difícil manter o mesmo nível de execução quando não há mão de obra escrava, é verdade, mas, como muito bem o Sr. Secretário disse, os Governos anteriores foram responsáveis pela redução do número de efetivos na Secretaria afeta às limpezas das ribeiras, segundo me recorde, dos recursos hídricos.

E, portanto, foi uma conjugação de fatores, que este Governo está tentando emendar. É difícil? É, mas está sendo feito o possível. Porque os programas e programinhas eram pagos com dinheiro da União Europeia, do Fundo Social Europeu, que era destinado à educação, à formação. E não foi para a formação, não foi para as escolas profissionais, foi para os programas.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: É fácil governar com o dinheiro dos outros. É fácil contratar pessoas com o dinheiro dos impostos europeus.

Estamos pondo ordem na casa. Estamos pondo ordem nos Açores. É difícil. Não há recursos financeiros. Não há recursos humanos. Estamos fazendo o possível. Muito obrigado.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente...

Presidente: Está inscrito. Eu pensei que era para se inscrever. Então, diga para que é.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Quando eu tiver oportunidade, digo-lhe.

Presidente: Faça favor.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de usar esta intervenção para um protesto quanto à intervenção desbragada do Sr. Deputado Pedro Pinto e para repudiar por completo...

Presidente: Sr. Deputado Vasco Cordeiro, tem que, primeiro, justificar o protesto.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): É isso que eu estou a fazer, Sr. Presidente.

Presidente: Não, o senhor já está reagindo à intervenção.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Ó Sr. Presidente...

Presidente: Quais foram as expressões do Sr. Deputado Pedro Pinto que fundamentam.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Então, dizer que eu reconheci que tinha utilizado mão de obra escrava?!

Presidente: Então, tem a palavra para um protesto. Isso é diferente de o senhor estar a fazer uma intervenção.

(*) Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de protestar e de repudiar, através desta figura regimental, a intervenção desbragada do Sr. Deputado Pedro Pinto e, sobretudo, repudiar a acusação que ele me dirigiu.

Eu percebo que o Sr. Deputado Pedro Pinto, aliás, isso foi visível, esteja nervoso, inquieto, mas julgo que é necessário ter mais algum cuidado em relação à terminologia que se utiliza aqui nesta Casa.

E, sobretudo, para além de tudo isto, a intervenção do Sr. Deputado Pedro Pinto é contraditória, quando, ainda recentemente, a própria Sra. Secretária da Educação admitiu a necessidade de recorrer a programas ocupacionais.

Deputado Francisco Coelho (PS): Trabalho de escravo!

O Orador: E, portanto, desse ponto de vista, acho que se excedeu, excedeu-se não apenas na caracterização da minha atuação, como se excedeu na caracterização da situação de pessoas que receberam uma determinada prestação pecuniária da Região e que contribuíram com o seu trabalho, também, para a essa prestação pecuniária.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

Deputado Joaquim Machado (PSD): O senhor é que não contribuiu para a dignificação deles!

O Orador: E, portanto, gostava de deixar este protesto registado.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Pedro Pinto, para um contraprotesto, tem a palavra.

(*) Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Vasco Cordeiro, eu exagerei, mas fi-lo intencionalmente, fi-lo para provocar V. Exa. E fi-lo porque foram demasiados anos a haver demasiados concidadãos a serem explorados pelos programas e, por isso, pela existência dos programas, não terem oportunidade de emprego.

Deputado Manuel Ramos (PS): Os senhores fazem exatamente a mesma coisa!

O Orador: Os programas eram utilizados pelo Governo, pelas Câmaras Municipais, pelas Juntas de Freguesia, pelas Instituições Particulares de Solidariedade Social. Havia Câmaras que tinham dezenas de pessoas nos programas.

Deputado Manuel Ramos (PS): E ainda há!

O Orador: E destinavam pelas várias Juntas de Freguesia essas pessoas, pelas escolas. E, portanto, enquanto os postos de trabalho estavam ocupados pelas pessoas ao abrigo dos programas ocupacionais, não havia oportunidades de emprego.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: E, portanto, as pessoas encontravam-se numa situação precária. E foi isso que eu quis sinalizar.

Abusei no termo escravo? Sim, abusei, mas abusei intencionalmente para provocar V. Exa.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Ambiente.

(*) Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (Alonso Miguel):

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Sr. Deputado Vasco Cordeiro, não, o senhor não vai passar uma esponja em 24 anos de governação socialista! O senhor não vai passar uma esponja em 17 anos da sua presença em Executivos Socialistas! E não vai passar uma esponja em 8 anos da sua liderança de Governos Socialistas!

Quem começa a redução do efetivo dos serviços hídricos de São Miguel é o senhor! De 2017 a 2020, foram menos 43%, Sr. Deputado. E se nós não estamos a investir no capítulo certo, na maquinaria e na capacidade de intervenção nas ribeiras, vá dizer às pessoas, quando acontecerem as desgraças, que o Governo não tem capacidade para intervir nas ribeiras porque não tem meios próprios para o efeito, Sr. Deputado. É isso que o senhor está a dizer aos açorianos.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Mais lhe digo, Sr. Deputado, o senhor fazia uma série de contas com projetos que são de dois anos, não é de um, são do REACT-EU, a concluir até ao final deste ano.

E vou-lhe dizer uma coisa, eu vou falar de execução, em dois anos, executamos mais fundos no ECO-Freguesias do que o último Governo durante quatro anos! Quatro anos, Sr. Deputado!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

E termino, Sr. Deputado, dizendo que o senhor saberia o que é que está a dizer, se em vez de mandar pessoas tirar fotografias às Sete Cidades e aos outros sítios, se fosse lá ver, porque senão o senhor nunca defenderia arranjos paisagísticos em vez de intervenções em ribeiras, onde as pessoas corriam riscos iminentes.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Portanto, o senhor tem que ir para o campo, como todos nós vamos, para saber o que é que diz antes de o dizer!

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

(*) Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Sr. Secretário Regional do Ambiente, eu penso que é desnecessário o senhor apontar-me o dedo. E, aliás, também é desnecessário dirigir-se a mim nesse tom,

porque, julgo eu, nunca me dirigi a si nesse tom.

Sr. Secretário, quem tirou as fotografias fui eu. Quem foi às Sete Cidades fui eu. Quem foi à Bretanha fui eu. E quem foi às Feteiras fui eu. E a tantos outros sítios onde eu vou. O senhor não esteve lá. Esteve lá agora nas Sete Cidades.

Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (*Alonso Miguel*):

Estive, estive, só não dei nota pública como o senhor!

O Orador: Sr. Secretário, a arrogância é má conselheira, porque, se V. Exa. fosse tão competente e diligente como é arrogante, teria muito melhor trabalho feito.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Não havendo, vamos passar à votação.

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Sr. Presidente...

Presidente: Os senhores parece que estão mais preocupados em atacar o Sr. Deputado Vasco Cordeiro do que a se inscreverem. Se estivessem atentos à condução dos trabalhos, quando eu perguntei se havia mais inscrições... Não, os senhores estavam berrando contra o Deputado Vasco Cordeiro.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Pedro Pinto, eu percebo a sua indignação, eu partilho a sua indignação, porque, de facto, vir aqui defender que a solução para a mão de obra para trabalhar nas ribeiras é continuar com os programas ocupacionais, com trabalhadores que tinham os seus direitos laborais reduzidos e que não tinham

futuro profissional, de facto, é indignante. E eu percebo a sua indignação e o seu tom de voz, Sr. Deputado. Partilho inteiramente a sua indignação nesta matéria. Essa não era a solução.

E o facto de se estar agora a notar que eles são necessários só mostra que aquele trabalho precário, afinal, era um trabalho permanente, com necessidades permanentes.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Em segundo lugar, disse, também, o Sr. Deputado Vasco Cordeiro: não, não apostámos em equipamentos, em novas máquinas. Não?! Então, era o quê? Era pá e picareta?! Os trabalhadores não merecem ter o acesso às tecnologias e a todo o equipamento que lhes permita fazer um trabalho mais eficaz e com melhores condições laborais? Se temos a tecnologia e se temos o equipamento que pode auxiliar esses trabalhadores, não lhes vamos dar essas condições? Vamos continuar com a pá e a picareta que foram necessárias para o Canal de Suez, no século XIX, ou vamos dar as competências que permitem agora acesso a novas tecnologias e a condições de trabalho muito melhores?

Sim, sim, Sr. Secretário, a sua aposta é correta! Sr. Secretário, os 2 milhões de euros que vai investir em equipamentos? Sim, sim, Sr. Secretário, é a estratégia correta! Continuar com trabalho de pá e a picareta é que não era, de certeza absoluta!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Ramos.

(*) Deputado Manuel Ramos (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A segurança dos açorianos e dos seus bens tem de estar no topo da hierarquia das

prioridades dos Governos Regionais, das autarquias, das freguesias, de todos nós. E, como em tudo, a prevenção é o melhor remédio. É fundamental que haja uma prevenção adequada, para que as populações mantenham, também, de certa forma, as linhas de água e as ribeiras limpas.

No entanto, andamos aqui de Projeto de Resolução em Projeto de Resolução para propormos ao Governo que faça o que já é da competência do Governo. Alguma coisa está mal, ou o Governo não está a fazer como deve ser, ou então os seus próprios colegas da coligação ou apoiantes estão a tentar passar um atestado de incompetência a este Governo.

O debate tem tentado ofuscar de certa forma o património que os Governos do PS têm sobre o ambiente, sobre a conservação ambiental. Se hoje somos o destino turístico que somos, deve-se a esse trabalho que o PS fez nestes últimos 24 anos para a preservação da natureza.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Em pouco mais de três anos, os diversos departamentos do Governo Regional que têm a seu cargo este tipo de equipamentos têm perdido, de certa forma, a capacidade de os manter nas devidas condições. É o caso das estradas, que, apesar de termos aprovado um Projeto de Resolução, ainda continuam por limpar, e das ribeiras. Eu percebo que é um trabalho contínuo, mas é preciso ampliar a abrangência desse trabalho.

E é preciso ter em atenção o que as Juntas de Freguesia também recomendam ao Ambiente. Chegam-nos notícias de várias freguesias que alertam os Serviços de Ambiente para a perigosidade que existe em diversas ribeiras, em diversos locais. Eu conheço um caso concreto de um presidente de Junta, que elaborou o orçamento, fez a proposta, entregou à Secretaria Regional do Ambiente, foram feitas deslocações ao local. E, no fim, o que é que foi feito? Um estudo. E a Junta

de Freguesia não tem qualquer conhecimento desse estudo. Eu não estou a falar de ontem nem de anteontem, estou a falar de pelo menos há um ano ou dois.

Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (*Alonso Miguel*):

Está a falar de há 10 anos!

O Orador: Não, há um ano ou dois. O senhor sabe de quem é que eu estou a falar.

Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (*Alonso Miguel*):

Sei muito bem!

O Orador: Então, quando não se quer fazer ou quando não se tem capacidade financeira para fazer determinada coisa, faz-se um estudo. Um estudo é a forma de resolver alguns problemas.

No entanto, é preciso perceber que, se o senhor não tem capacidade, nem mão de obra, nem maquinaria, porque é que cede os operacionais do ambiente ao Município de Santa Cruz da Graciosa para cortar as bermas da estrada? Se não tem para fazer os trabalhos de manutenção nas ribeiras, tem capacidade para ceder operacionais para trabalhar para um município que tem muito mais capacidade de operacionais do que V. Exa.?

Eu penso que o que está em causa aqui é que existem prioridades que são fundamentais, que é manter a segurança das pessoas e dos bens. Isso é fundamental.

A questão financeira e a falta de mão de obra não podem ser desculpa. Se, ainda há pouco tempo, S. Exa. o Presidente do Governo Regional propôs pagar 40% dos ordenados dos jornalistas, ó Sr. Secretário, canalize essa verba para a limpeza das ribeiras.

Disse.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto.

(*) **Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O debate já vai longo, mas importa recentrá-lo naquilo que é esta recomendação ao Governo. Sim, estamos dispostos e abertos a novos desafios. Sim, é difícil, com a exiguidade de recursos humanos existentes, acorrer a todas as situações. Mas o Governo está atuante. E o Governo tem atuado preventivamente.

Sim, é assertivo e é correto o investimento que o Sr. Secretário já anunciou na aquisição de máquinas no Orçamento do próximo ano, que vai equipar todas as ilhas e, portanto, melhorar a capacidade de resposta em todas as ilhas, seja para a prevenção, seja para acudir a qualquer necessidade na sequência de algum fenómeno meteorológico mais acentuado e adverso. E, portanto, sim, a estratégia do Governo está correta, é assertiva.

O caminho não é fácil, nós sabemos. Mas não nos andamos a lamentar nem a queixar das dificuldades por que passamos e das dificuldades que temos.

E, portanto, Sras. e Srs. Deputados, os termos desta Resolução são aceitáveis, são exequíveis e, portanto, obviamente, vão ter o apoio com o voto favorável do CDS. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra, Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma intervenção muito rápida, só para repor a verdade histórica. Sabem que eu,

ponto de vista da história, gosto sempre de factos. Facto: tenho na minha mão o Plano Anual para 1997. Não fala em abate de máquinas, fala em renovação do parque de máquinas. Isto é importante para repor a história.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Secretário Regional, tem um minuto.

(*) Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (Alonso Miguel):

Muito obrigado. Muito rapidamente, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Manuel Ramos, tem alguma coisa contra a colaboração com os municípios?

Deputado Manuel Ramos (PS): Não, não! O senhor é que disse que não tinha disponibilidade!

O Orador: São os homens que nós dispensamos para colaborar, que conseguem fazer intervenções que requerem maquinaria nas ribeiras.

Sr. Deputado Vasco Cordeiro, com certeza que a minha intervenção nunca é para ofendê-lo, seguramente, mas o senhor vem fazer uma intervenção para dizer que a arrogância é má conselheira, para ser arrogante; para eu não lhe apontar o dedo, para depois me apontar o dedo. Portanto, não percebi o âmbito da sua intervenção, se não disfarçar, também, aqueles que foram os resultados de 24 anos.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário Regional.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Secretário Regional, tem meio minuto.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

(Duarte Freitas): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Para dar nota que o nome referido não consta, segundo informação da DROPEP, dos registos do SIGRHARA.

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Carlos Furtado, tem sete segundos.

(*) Deputado Carlos Furtado (Independente): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, muito obrigado pela informação. Foi determinante para o esclarecimento do bom nome da minha filha e do pai dela.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Já terminarei.

Agradecer, ainda, às senhoras e aos senhores que nos corredores deste Parlamento tiveram a hombridade de me informar daquilo que se estava a passar nas minhas costas, difamando a minha filha.

Muito obrigado.

Presidente: Pergunto se há mais inscrições.

Vamos votar o Projeto de Resolução n.º 179/XII – “Recomenda ao Governo Regional, obedecendo ao código de contratação pública, recorrer ao serviço de empresas para assegurar a limpeza das ribeiras, linhas de água e sumidouros da Região”.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretário: O Projeto de Resolução n.º 179/XII foi aprovado, com 23 votos a

favor do PS, 20 PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN; 2 votos contra do BE; e 1 voto de abstenção do Deputado independente.

Presidente: Obrigado.

Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado.

(*) **Deputado Carlos Furtado** (*Independente*): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Depois do debate que se registou aqui esta tarde em torno dessa iniciativa e com base nos esclarecimentos prestados, quer pelo Sr. Secretário das Finanças, quer pelo Sr. Secretário do Ambiente e Alterações Climáticas, entendi que a votação mais adequada seria o voto abstenção.

Portanto, recomendar a essas duas entidades que fizessem aquilo que já fazem, no meu entender, era chover no molhado. Dou o benefício da dúvida a essas duas entidades e, por enquanto, confio no trabalho que eles mostraram aqui que tecnicamente estão a executar.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto, tem a palavra, Sr. Deputado José Pacheco.

(*) **Deputado José Pacheco** (*CH*): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Com alguma satisfação, vemos a aprovação desta proposta, desta recomendação ao Governo Regional.

E que fique mais este alerta. Se calhar, não havia grande necessidade, mas assim nos obrigaram os factos anteriores, os factos que tivemos aqui em agosto. E é esta uma das nossas funções, aliás, de quem anda no terreno e vê as coisas. Quem não anda no terreno e não vê as coisas, fala de cor.

Muito bem e muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Sandra Dias Faria, tem a palavra.

(*) **Deputada Sandra Faria (PS)**: Muito obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para frisar que aprovámos este Projeto de Resolução, reiterando aquela que é a nossa preocupação com a salvaguarda das nossas populações, com a sua segurança. E ver aqui nesta recomendação mais um apelo ao Governo Regional para que, em cooperação com as várias entidades, possa encetar esforços para que, nos tempos que se avizinham, possamos dar uma resposta mais eficaz às nossas populações.

Dizer, ainda, que continuamos a defender a ideia de um trabalho de maior proximidade. Aquela que é a proposta trazida pelo Chega remete para a contratação, que o Sr. Secretário diz já existir. A ver que não será suficiente para de responder àquelas que são as necessidades, reiteramos aquela que é a nossa posição de uma maior cooperação entre o Governo, as Câmaras e as Juntas, sempre em defesa dos açorianos e dos seus interesses.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições para declaração de voto.

Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM)**: Muito obrigado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma intervenção breve para assinalar o seguinte: ficou provado o empenho do Governo na resolução desta matéria. Ficou provado também que há um trabalho de preparação, um trabalho de verificação. Há um trabalho que vem sendo feito cada vez com maior intensidade. Nunca tinham sido verificados tantos locais, tantas bacias hidrográficas, como se constata do Relatório do Estado das Ribeiras dos Açores de 2022. E, portanto, esta é uma matéria que tem sido seguida pelo Governo, em que há intensidade do ponto de vista da verificação das situações.

Também se constatou com o número de situações mais graves tem vindo a

aumentar, o que tem muito a ver também com este processo das alterações climáticas e, portanto, que é preciso ter em atenção nestas matérias. E é por isso que também é preciso um empenho muito grande.

E isso ficou provado através do anúncio que foi feito aqui por parte do Governo Regional, no sentido de um investimento em equipamentos muito grande, de cerca de 2 milhões de euros, que será feito em todas as ilhas, para reforçar os nossos equipamentos, para reforçar a nossa capacidade.

Ficou aqui provado também que houve uma desvalorização imensa nos últimos anos, nas últimas décadas, do ponto de vista dos equipamentos e da mão de obra que a Região Autónoma dos Açores tem ao seu dispor para trabalhar nesta matéria, para fazer aquilo que é necessário fazer, para que as populações corram menos riscos. Por isso, o trabalho que está a ser feito é um trabalho meritório.

E, para mim e para o PPM, como apoiante deste Governo, fico muito orgulhoso pelo trabalho feito. E ainda fico mais pelo facto de o Governo Regional ter a coragem de assumir que ainda quer fazer melhor e ainda quer obter melhores resultados.

Durante muitos anos, ouvi o discurso do já fizemos, já estamos bem. Era o discurso do conformismo.

Deputado Tiago Branco (PS): Isso é falso!

O Orador: Este Governo mantém sempre um discurso de ambição, não é conformista, fez melhor que o outro, mas ainda quer fazer melhor.

Deputado Berto Messias (PS): Os senhores estão numa realidade paralela! Que horror, gente inteligente a fazer esse papel!

Presidente: Sr. Deputado António Lima, para uma declaração de voto, faça favor.

(*) Deputado António Lima (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda votou contra este Projeto de Resolução por dois motivos. Em primeiro lugar, porque ele propõe um conjunto

de medidas, aliás, reconhecidas pelo Governo, que já estão cumpridas e que são feitas regularmente. Logo, a esse nível, não tem sequer novidade nem pertinência. Em segundo lugar, em vez de recomendar a contratação dos recursos humanos necessários para a Administração Pública, para fazer o trabalho de limpeza das ribeiras, que tem de ser feito, ele remete para uma solução que sairá mais cara, contratando externamente, que, naturalmente, por isso, também, não é a solução que melhor defende o interesse público, a segurança das populações e os direitos dos trabalhadores que farão esse trabalho.

Esse trabalho deve ser feito em primeiro lugar por trabalhadores da Administração Pública, que devem ser contratados, com direitos, para esse fim, como deveria ser feito por regra. E, em casos excepcionais, por via de algum acontecimento extraordinário, por falta de recursos, aí, sim, essa opção de contratação excepcional de serviços externos pode ser ponderada.

Mas aquilo que se propôs com esta proposta é, efetivamente, o caminho inverso, é ser esta a primeira opção, porque é a única que a esse nível é proposta neste Projeto de Resolução. Não se propõe contratar os recursos necessários para limpar as ribeiras, propõe-se contratar serviços externos para limpar as ribeiras. E isso faz toda a diferença.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições para declaração de voto. Não havendo, vamos voltar atrás na nossa agenda para o ponto 11 – **Proposta de Resolução n.º 15/XII – “Orçamento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2024”**. É uma proposta apresentada pela Mesa da Assembleia.

Rege esta matéria o artigo 36.º da Orgânica dos Serviços da Assembleia.

O orçamento foi elaborado pelo conselho administrativo e mereceu parecer favorável, quer da Mesa, quer da Comissão competente, a CAPADS.

Está ao dispor das Sras. e dos Srs. Deputados o respetivo relatório.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Carlos Furtado, faça favor.

(*) **Deputado Carlos Furtado** (*Independente*): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Conforme já vem sendo habitual, vou, novamente, votar contra o orçamento da Assembleia, pelas mesmas razões, compreendendo perfeitamente e confiando no trabalho do Sr. Presidente e da equipa que o ajuda neste processo, compreendendo também as obras a realizar para manter em bom estado ou resolver os problemas de mau estado de alguns dos edifícios que são pertença da Assembleia, mas, mesmo assim, entendo que havia espaço para termos um orçamento mais curto se, por parte daquilo que não é responsabilidade dos funcionários da Assembleia e do Presidente da Mesa da Assembleia, se, por parte de outros intervenientes, houvesse outras preocupações no sentido diminuir essas despesas.

Eu, como representante dos açorianos, na minha leitura, entendo que não posso votar favoravelmente esse orçamento.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Vamos então votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Resolução n.º 15/XII foi aprovada, com 23 votos a favor do PS, 20 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN; e 1 voto contra do Deputado independente.

Presidente: Avançamos para o ponto 12 da nossa agenda: **Petição n.º 42/XII – “Criação de condições condignas de trabalho para os funcionários dos Centros Ambientais dos Açores, afetos à Divisão de Gestão de Centros**

Ambientais do Gabinete de Planeamento e Promoção Ambiental da Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas”, apresentada por Paulo Alexandre Jacob Cristóvão Cebola, na qualidade de primeiro subscritor.

Vamos começar primeiro pela apresentação do relatório.

Tem a palavra o Sr. Relator da Comissão de Política Geral, o Sr. Deputado Flávio Soares.

Deputado Flávio Soares (PSD): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Sr. Membros do Governo:

RELATÓRIO E PARECER

Petição n.º 42/XII – “Criação de condições condignas de trabalho para os funcionários dos Centros Ambientais dos Açores, afetos à Divisão de Gestão de Centros Ambientais do Gabinete de Planeamento e Promoção Ambiental da Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas”

INTRODUÇÃO

A Comissão Permanente de Política Geral reuniu no dia 2 de março de 2023, presencial e com recurso a meios telemáticos, para audição do primeiro subscritor, apreciação e relato sobre a Petição n.º 42/XII – “Criação de condições condignas de trabalho para os funcionários dos Centros Ambientais dos Açores, afetos à Divisão de Gestão de Centros Ambientais do Gabinete de Planeamento e Promoção Ambiental da Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas”.

A presente Petição reúne um total de 343 (trezentas e quarenta e três) assinaturas, tendo como primeiro subscritor, Paulo Cristóvão Cebola, e deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a 10 de outubro de 2022.

Por despacho do Presidente da Assembleia Legislativa Regional da Região Autónoma dos Açores, a referida Petição foi remetida à Comissão Permanente de Política Geral, por se tratar de matéria da competência desta – administração pública regional, conforme determina o artigo 3.º da Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 1/2021/A, de 6 de janeiro, alterada pela Resolução n.º 49/2021/A, de 11 de agosto e pela Resolução n.º 52/2021/A, de 25 de outubro.

CAPÍTULO I

ENQUADRAMENTO JURÍDICO

O direito de petição enquadra-se no âmbito do artigo 52.º da Constituição da República Portuguesa e exerce-se nos termos do disposto no artigo 9.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro, nos artigos 189.º a 193.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e na Lei n.º 43/90, de 10 de agosto, na atual redação.

A apreciação da petição e a elaboração do respetivo relatório cabe à Comissão Especializada Permanente competente em razão da matéria, nos termos do disposto nos artigos 190.º e 191.º do Regimento, bem como do n.º 4 do artigo 73.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores.

CAPÍTULO II

ADMISSIBILIDADE

Verificada a conformidade do exercício do direito de petição com os requisitos legais (Lei n.º 43/90, de 10 de agosto, na sua redação atual) e regimentais (artigo

189.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores), a Comissão Permanente de Política Geral procedeu à apreciação da sua admissibilidade, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 190.º do referido Regimento e deliberou admiti-la por unanimidade, em reunião ocorrida a 25 de outubro de 2022.

CAPÍTULO III

OBJETO DA PETIÇÃO

Os subscritores da presente Petição, vêm, através deste instrumento de participação política democrática, solicitar à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a adoção das medidas necessárias com vista à proteção dos Funcionários dos Centros Ambientais dos Açores, afetos à Divisão de Gestão de Centros Ambientais e do Gabinete de Planeamento e Promoção Ambiental da Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas, no que concerne aos seus vínculos laborais estáveis e horários condignos – que, segundo os mesmos, urge prontamente resolver, e cujos fundamentos abaixo se transcrevem:

“(…)no âmbito do processo de integração dos trabalhadores da AZORINA, S.A., os trabalhadores afetos aos Centros Ambientais passam a possuir vínculo de emprego público por tempo indeterminado ou vínculo de emprego público a termo resolutivo incerto, sendo que todos os trabalhadores passarão a vínculo de emprego público por tempo indeterminado, nos termos previstos no diploma que procedeu à extinção da AZORINA, S.A., o qual tem sido atrasado para que o Regulamento Interno da Secretaria seja aprovado.

De acordo com os termos da nossa Constituição da República Portuguesa, nomeadamente do seu artigo 59.º, "1. Todos os trabalhadores, sem distinção de idade, sexo, raça, cidadania, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, têm direito: (...)”

b) A organização do trabalho em condições socialmente dignificantes, de forma a facultar a realização pessoal e a permitir a conciliação da atividade profissional com a vida familiar;

c) A prestação do trabalho em condições de higiene, segurança e saúde;

d) Ao repouso e aos lazeres, a um limite máximo da jornada de trabalho, ao descanso semanal e a férias periódicas pagas;"

Ou seja, em termos Constitucionais, estão implícitos valores de obrigatoriedade do descanso semanal após 5 dias de trabalho.

Embora o Governo Regional dos Açores se suporte na Lei n.º 35/2014 da LGTFP para sustentar o cumprimento das 35 horas semanais aprovado pela Lei n.º 7/2019, de 12 de fevereiro do Código do Trabalho, está a obrigar os seus funcionários a exercer as suas funções durante 56 horas seguidas em média, e em alguns casos 70 horas, violando alguns artigos e suas alíneas:

Artigo 71.º LGTFP

A) Respeitar e tratar com urbanidade e probidade o trabalhador;

C) Proporcionar boas condições de trabalho, tanto do ponto de vista físico como moral;

D) G) Prevenir riscos e doenças profissionais, tendo em conta a proteção da segurança e saúde do trabalhador, devendo indemnizá-lo dos prejuízos resultantes de acidentes de trabalho;

Artigo 72.º LGTFP

A) Opor-se, por qualquer forma, a que o trabalhador exerça os seus direitos, bem como aplicar-lhe sanções disciplinares ou tratá-lo desfavoravelmente por causa desse exercício;

C) Exercer pressão sobre o trabalhador para que influencie desfavoravelmente nas condições de trabalho próprias ou dos colegas;

Artigo 15.º - Integridade física e moral - Código de Trabalho

O empregador, incluindo as pessoas singulares que o representam, e o trabalhador

gozam do direito à respetiva integridade física e moral

Artigo 29.º - Assédio

2 — Entende-se por assédio o comportamento indesejado, nomeadamente o baseado em fator de discriminação, praticado aquando do acesso ao emprego ou no próprio emprego, trabalho ou formação profissional, com o objetivo ou o efeito de perturbar ou constranger a pessoa, afetar a sua dignidade, ou de lhe criar um ambiente intimidativo, hostil, degradante, humilhante ou desestabilizador

Artigo 127.º

3 - O empregador deve proporcionar ao trabalhador condições de trabalho que favoreçam a conciliação da atividade profissional com a vida familiar e pessoal. Assim, nos termos constitucionais aplicáveis, os signatários apresentam à Assembleia Legislativa Regional o pedido de aplicação do regime jurídico, bem como do AGI 38/2014 publicado em DR II, J3, n.º 65, de 2 de abril de 2014 assinado pelo Gabinete do Secretário Regional dos Recursos Naturais da Região Autónoma dos Açores e o Sindicato dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais do Sul e Regiões Autónomas e do e do AGI 71/2014 publicado DR II, J3, n.º 108, de 5 de junho de 2014 assinado pelo Gabinete do Secretário Regional dos Recursos Naturais da Região Autónoma dos Açores SINTAP - Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública e de Entidades com Fins Públicos.”

CAPÍTULO IV

DILIGÊNCIAS EFETUADAS

Na reunião da Comissão, ocorrida a 25 de outubro de 2022, esta deliberou ouvir, presencialmente, o primeiro peticionário, o membro do governo com competência na matéria, bem como as duas Centrais Sindicais, designadamente, o representante da CGTP-IN/Açores e o representante da UGT/Açores.

Da audição ao primeiro subscritor da Petição, ocorrida a 29 de novembro de 2022: O primeiro subscritor, senhor Paulo Cristóvão Cebola, iniciou a audição com uma apresentação genérica do objeto da Petição, referindo que a mesma tem como objetivo a criação de condições condignas de trabalho para os funcionários dos Centros Ambientais dos Açores, afetos à Divisão de Gestão de Centros Ambientais do Gabinete de Planeamento e Promoção Ambiental da Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas. Durante alguns meses foi alertando para o facto de serem praticados horários de forma abusiva, irregular e ilegal, tendo inclusive denunciado junto da Secretaria Regional com responsabilidades e de outras entidades desses factos.

Esclareceu que após várias denúncias e alguma insistência sua e do Senhor João Decq Mota (CGTP-IN/Açores) foi possível realizar reunião com o Senhor Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas, Dr. Alonso Miguel, para analisar e discutir o assunto. Ora, explica o Senhor Paulo Cebola, que ficou confirmado que há uma interpretação abusiva, por parte do Governo dos Açores, da Lei nº 35/2014 da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, e nesse seguimento apresentou queixa formal na Inspeção-Geral do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, mas que remeteu para a Inspeção Regional do Trabalho, mais concretamente para o Serviço Inspetivo da Horta e de seguida para Inspeção Administrativa Regional, da Transparência e do Combate à Corrupção, tendo informado que até à data não recebeu qualquer informação sobre a queixa apresentada. Considerou a situação injusta para alguns trabalhadores, dando o exemplo de uma mãe solteira com dois filhos menores a trabalhar durante dez dias consecutivos, decidiu avançar com a Petição para defender estes casos e pedir ajuda na defesa dos trabalhadores dos Centros Ambientais dos Açores.

Seguidamente o Senhor Deputado Tiago Branco (PS) pediu para que o primeiro peticionário fizesse um enquadramento mais profundo, não obstante o que está

explícito na própria Petição, sobre as horas de trabalho e as questões relacionadas com os 10 dias consecutivos de trabalho. Pediu também para explicar o que, na sua perspetiva, está a ser abusivo à Lei n.º 35/2014, se estas situações estão relacionadas com a extinção da Azorina e quando tempo demorou para efetivar a reunião com o Senhor Secretário Regional.

O Senhor Paulo Cebola começou por esclarecer que desde a publicitação dos horários que começaram a tentar agendar uma reunião para dialogar sobre o problema e encontrar a melhor solução. Apesar de não conseguir precisar quanto tempo, deixou a garantia que não foi demorado, uma vez que também as Centrais Sindicais tomaram diligências para a realização da reunião. Não obstante, após a referida reunião e até ao momento não houve qualquer evolução, nem qualquer informação lhe foi enviado. Considerou também que percebe que existam colegas que preferem ter 8 dias de trabalho e 4 de folga, mas que este exemplo não pode ser replicado em todos os Centros Ambientais, uma vez que cada um tem a sua própria afluência e a sua especificidade. Quantos aos horários, deu nota que foram apresentados outros horários por parte de alguns trabalhadores e que foram sempre negados por não serem, na interpretação da Secretaria Regional, viáveis e justos para todos os trabalhadores, deixando como exemplo o facto de o Centro de Interpretação do Vulcão dos Capelinhos abrir ao público às 9 horas e os trabalhadores iniciarem o seu turno também às 9 horas, o que implica que os trabalhadores terão de abrir a bilheteira ao mesmo tempo que terão de ligar os diversos equipamentos existentes.

Informou ainda que para além do problema com os horários existem Centros Ambientais sem condições de trabalho, alguns com o equipamento de ar condicionado avariado há dois anos, o que na altura de maior calor vem dificultar muito o trabalho e não ser atrativo para quem visita os Centros, de tal forma que houve visitantes que se sentiram mal. Referiu que em alguns turnos existe apenas um trabalhador no interior dos Centros Ambientais e que este facto faz com que

esse trabalhador não consiga controlar a bilheteira e outros afazeres que são da sua responsabilidade e ainda acudir as pessoas que, como já referiu, se sentem mal. Salientou que desde a extinção da Azorina e a tomada de posse do Governo Regional que os horários deixaram de ser elaborados pelos responsáveis que conhecem o seu grupo de colaboradores e, portanto, teriam maior aptidão para adaptar às realidades existentes. Toda a situação tem feito com que alguns colaboradores da Secretaria Regional tenham solicitado mobilidade para outros serviços ou departamentos, o que tem obrigado à contratação de outras pessoas, por recibos verdes, para fazer face às necessidades, onde existem técnicos superiores a ganhar menos que os assistentes técnicos que estão no quadro e assistentes técnicos a recibos verdes a ganhar abaixo que o salário mínimo.

A Senhora Deputada Joana Pombo Tavares (PS) começou por recordar que durante o último ano verificaram-se diversas reclamações nos Centros Ambientais dos Açores por falta de acompanhamento e de condições para os visitantes e questionou qual foi o máximo de rotações que foram feitas, lembrando que o Senhor Paulo Cebola já tinha mencionado que tinha havido rotações de 8 e 10 dias. Perguntou se a opção do Governo Regional será reduzir o número de colaboradores existentes nos Centros Ambientais, colocando em causa as atividades que traziam dinâmica e interação com os visitantes e ainda o porquê de ter mencionado o artigo 29.º do Código do Trabalho, uma vez que este artigo se destina a questões relacionadas com assédio no trabalho.

O Senhor Paulo Cebola começou por responder que as atividades com o parque escolar ou algumas visitas guiadas deixaram de existir, uma vez que a própria Secretaria Regional deixou de fornecer os planos de atividades aos Centros Ambientais, ao contrário daquilo que era praticado pela Azorina, onde enviava um plano com diversas atividades e que eram executadas por cada centro e que a diminuição do número de colaboradores tem obrigado a que não existam visitas guiadas nos Centros de interpretação, dando nota que estas visitas guiadas eram o

ex-libris dos Centros e que não acontecem porque os colaboradores têm outras tarefas para cumprir, nomeadamente a limpeza dos recintos, bilheteira, entre outras. Referiu ainda que não tem havido manutenção adequada e especializada às infraestruturas, o que provoca um maior desgaste das mesmas, com algumas delas a apresentar infiltrações graves. No que concerne ao equipamento existente, disse que existem alguns com necessidade de serem substituídos ou reparados, dando o exemplo de haver televisões que estão avariadas há largos meses.

Relativamente ao assédio, o Senhor Paulo Cebola referiu que foi enviado um correio eletrónico a solicitar os contactos dos funcionários dos Centros e que, para além do pedido, era referido no mesmo correio eletrónico que quem não quisesse indicar o seu contacto não sofreria qualquer tipo de represália. Disse existirem telefonemas fora de horas e aos gritos de deixar trabalhadores a chorar e de responsabilidades que foram imputadas a trabalhadores que não têm sequer aquelas responsabilidades. Para terminar, informou que foi alvo de um processo disciplinar por uma queixa de procedimentos apresentada por uma colega sua.

A Senhora Deputada Sabrina Furtado (PSD) começou por perguntar se todos os artigos explanados na petição foram infringidos, solicitando que sejam dados exemplos práticos, como fez o a questão do assédio. Perguntou ainda se o Senhor Paulo Cebola tem alguma proposta de esquema da rotatividade necessária e as condições de trabalho que estão em falta para que possa ir ao encontro das ambições dos colaboradores dos Centros Ambientais.

O Senhor Paulo Cebola respondeu referindo que é necessário a criação de condições dignas para os trabalhadores dos Centros Ambientais dos Açores, nomeadamente na elaboração de horários dignos e na atribuição salários justos e adequados às funções que possam desempenhar, lembrando os dez dias consecutivos de trabalho e os baixos salários dos trabalhadores por recibo verde. Disse também que os trabalhadores dos Centros estão expostos a temperaturas que podem ser altas ou baixas, dependendo do Centro Ambiental onde estejam a

trabalhar, e que não é compreensível que, por exemplo, os Vigilantes da Natureza tenham direito a fardamento e que os funcionários dos Centros não, alertou também para o facto de alguns Centros não disporem de água potável. Quanto aos horários que melhor correspondessem às ambições dos trabalhadores referiu que antes praticaram jornada contínua de trabalho, ou seja, sem interrupção para almoço e que nessa altura tinha a ideia de que os turnos corriam de melhor forma daquilo que acontece hoje. Disse ainda que não existe copa ou sala de refeições em alguns Centros Ambientais, o que obriga os trabalhadores de almoçar em espaços sem condições nem equipamentos para preparar as suas refeições de forma adequada, dando o exemplo da aquisição de um micro-ondas por parte dos próprios trabalhadores.

A Senhora Deputada Alexandra Manes (BE) começou por perguntar de que forma é que a jornada contínua era favorável ao funcionamento dos Centros Ambientais e também se o funcionamento dos Centros não melhorou após o encerramento de algumas valências, como bar ou lojas, como referiu anteriormente. Por fim, perguntou se os assistentes técnicos que estão a ganhar abaixo do salário mínimo estão a prestação de serviços, ou seja, a recibos verdes e se consegue prova concreta dessa situação.

O Senhor Paulo Cebola respondeu que, efetivamente, são os assistentes técnicos contratados a recibos verdes a ganhar abaixo do salário mínimo, uma vez que têm de realizar os respetivos descontos, nomeadamente 17% de imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) e 21,4% para a segurança social. Quanto à questão se o funcionamento dos Centros não melhorou após o encerramento de algumas valências, como bar ou lojas, referiu que o encerramento dessas valências faria com que os trabalhadores alocados às mesmas passariam a desempenhar outras funções, no entanto isto não se veio a confirmar, uma vez que alguns trabalhadores tiraram licença sem vencimento e outros encontram-se de baixa médica.

O Senhor Deputado Pedro Pinto (CDS-PP) começou por perguntar se as duas categorias profissionais que referiu, assistente técnicos e técnicos superiores, tinham outros vencimentos antes da extinção da Azorina e em caso afirmativo que valores eram praticados. Quanto à falta de condições para realizarem as suas refeições e outras perguntou se também isto só aconteceu após a extinção da Azorina ou já acontecia antes.

O Senhor Paulo Cebola respondeu que relativamente aos vencimentos que apresentou são de trabalhadores que se encontram em regime de prestação de serviços, ou seja, a recibos verdes. Quanto à falta de condições referiu que também acontecia antes da extinção da Azorina, no entanto a diferença reside na jornada contínua, ou seja, não havia 1 hora para almoço e estar a aguardar durante essa hora.

O Senhor Deputado Flávio Soares (PSD) pediu a palavra para perguntar se os vencimentos referidos pelo primeiro peticionário eram os mesmos que eram praticados pela Azorina, independentemente de serem a recibos verdes ou não, onde o Senhor Paulo Cebola respondeu que só poderia responder pelo seu vencimento e que no seu caso o vencimento não era igual tendo em conta que teve uma requalificação e passar a ser contemplado com a renumeração complementar e que neste sentido acredita que todos os restantes trabalhadores estão na mesma situação que a sua.

Da audição do representante da CGTP-IN/Açores, ocorrida a 9 de janeiro de 2023: O representante da CGTP-IN/Açores, senhor João Decq Mota, iniciou a audição referindo que situação exposta na petição é do conhecimento do Governo dos Açores uma vez que a CGTP-IN/Açores reuniu com o Senhor Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climática, Dr. Alonso Miguel, sobre esta temática. Disse ainda que a CGTP-IN/Açores já manifestou o seu total descontentamento, quer através de ofícios, comunicados ou até através da própria greve, convocada

a 14 de outubro de 2022, onde uma das reivindicações era precisamente a falta de entendimento com a Secretaria Regional. Afirmou que o Acordo Coletivo de Entidade Empregadora Pública (ACEEP) nº 38/2014 aplica-se também aos trabalhadores dos Centros Ambientais dos Açores, afetos à Divisão de Gestão de Centros Ambientais do Gabinete de Planeamento e Promoção Ambiental da Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas, mas que não é este o entendimento do Senhor Secretário Regional que nega a sua aplicabilidade.

O Senhor João Decq Mota referiu que a CGTP-IN/Açores contestou esta posição, considerando que o ACEEP em questão foi assinado pela Secretaria Regional dos Recursos Naturais, que tinha na sua tutela a área do ambiente e, respetivamente, todos estes trabalhadores. Relembrou que os Acordos Coletivos de Entidade Empregadora Pública não caducam ou deixam de ser aplicados consoante a alteração do executivo regional ou da sua orgânica.

Disse ainda que foi solicitado para que essa revisão sobre o regulamento interno de funcionamento de horário de trabalho da Secretaria Regional acontecesse apenas em julho, mas de imediato mereceu a oposição da CGTP-IN/Açores, considerando que este regulamento coloca em causa tudo aquilo que combateram, principalmente no que concerne ao desrespeito pelos horários laborais, mas independentemente da aplicação do ACEEP, reafirmou que os horários praticados são ilegais.

Relembrou que está implícito na Constituição da República Portuguesa valores de obrigatoriedade de descanso semanal após cinco dias de trabalho, pelo que se depreende existir uma maior exigência na atribuição dos dias de descanso, por mais não seja por uma questão de segurança no trabalho, uma vez que a acumulação de trabalho, sem os necessários intervalos regulares de descanso, poderá potenciar acidentes no trabalho e danos na saúde física e psicológica destes trabalhadores.

Continuou referindo que a legislação de trabalho e, essencialmente, a Constituição

da República Portuguesa não definem cinco dias de trabalho inutilmente, aliás a legislação específica que o descanso tem de ser após cinco dias de trabalho. Deu nota que as doenças provocadas pelo excesso de trabalho são um assunto sério e cada vez mais discutido na nossa sociedade, devendo cada vez mais ser uma preocupação das entidades empregadoras e sobretudo do Estado e da Administração Pública.

Para terminar, voltou a afirmar que os horários impostos aos trabalhadores dos Centros Ambientais não cumprem com a exigência legal, na medida em que estes trabalhadores estão a desempenhar funções durante sete a dez dias consecutivos de trabalho e sem qualquer descanso semanal e neste deveriam ser compensados com o acréscimo retributivo aplicável ao trabalho suplementar realizado em dias de descanso, com a aplicação do regimento jurídico decorrente em matéria de retribuição.

A Senhora Deputada Joana Pombo Tavares (PS) perguntou se a CGTP-IN/Açores tinha conhecimento do horário que era praticado anteriormente, ou seja, até à época alta do ano 2020 e se esse horário estava em conformidade com a legalidade ou não.

O Senhor João Decq Mota começou por responder que o horário praticado anteriormente, ou seja, até ao ano de 2020 cumpria com aquilo que está estabelecido na Lei. Referiu que não compreende a teimosia da Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas em relação a esta matéria, uma vez que existiu uma situação idêntica na mesma Secretaria Regional, no caso dos Vigilantes da Natureza, que são regulados pelo Acordo Coletivo de Trabalho n.º 33/2014, e que foi encontrada uma solução com um horário legal para estes trabalhadores.

A Senhora Deputada Joana Pombo Tavares (PS) voltou a usar da palavra para questionar se tem conhecimento, tendo em conta as conversações que têm mantido com funcionários e a Secretaria Regional, de alguma rotação semelhante

para a próxima época alta.

O Senhor João Decq Mota respondeu referindo que as reuniões mantidas com o Senhor Secretário Regional têm demonstrado pouca abertura para a alteração dos horários praticados, mas a CGTP-IN/Açores vai continuar a denunciar estas situações até que seja reposta a legalidade, uma vez que o objetivo é que seja cumprido aquilo que está determinado na Lei.

Da audição do representante da UGT/Açores, ocorrida a 9 de fevereiro de 2023:

O representante da UGT/Açores, Senhor Luís Carlos Armas, iniciou a audição referindo que não iria preannunciar-se sobre as temáticas de assédio ou de falta de condições de trabalho nos Centros Ambientais que estão explanadas na própria petição, uma vez que nunca recebeu qualquer informação ou reclamação sobre situações destas. Por seu turno, em relação aos horários de trabalho que são praticados nos Centros Ambientais, assumiu que tem recebido diversas queixas do abuso que é realizado.

Referiu que no passado dia 23 de junho de 2022 a UGT/Açores recebeu uma proposta de regulamento de horário de trabalho da Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas para diversos departamentos pertencentes a esta Secretaria Regional, nomeadamente: Gabinete de Planeamento e Promoção Ambiental; Direção Regional do Ambiente e Alterações Climáticas; Direção Regional do Ordenamento do Território e Recursos Hídricos; Serviços de Ambiente e Alterações Climáticas de Ilha e Inspeção Regional do Ambiente. Deu nota que o Sindicato deu parecer no passado dia 11 de julho de 2022 sobre esta proposta de regulamento.

Disse também que os Centros Ambientais dos Açores estão abrangidos pela modalidade de horário rígido ou horário desfasado, mas que até ao momento o horário em causa não foi devidamente publicado e que sem a sua publicação este não deve entrar em vigor. Continuou dizendo que existem muitos trabalhadores a

solicitar a prática da jornada contínua, através de requisitos explanados na Lei, nomeadamente por terem filhos com menos de 12 anos de idade, filhos com necessidades especiais, entre outros requisitos, mas que esta solicitação está a ser indeferida sem qualquer justificação ou fundamentação para a sua recusa.

O Senhor Luís Carlos Armas disse ainda que a Secretaria Regional está a dar orientações para que cada Centro Ambiental comunique, com a devida antecedência, as consultas médicas ou outras ausências dos seus trabalhadores, alegando que a Secretaria Regional se baseia na Diretiva Comunitária n.º 2003/88/CE do Parlamento Europeu e do Conselho onde refere no seu artigo 3.º que “Os Estados-Membros tomarão as medidas necessárias para que todos os trabalhadores beneficiem de um período mínimo de descanso de 11 horas consecutivas por cada período de 24 horas”. Ora, explicou o Senhor Luís Carlos Armas que nenhuma diretiva comunitária poderá sobrepor-se à legislação do Estado Membro.

Para terminar a sua primeira intervenção, o representante da UGT/Açores referiu que existe, efetivamente, descontentamento em relação aos horários que são praticados, lembrando os trabalhadores ficaram satisfeitos com a sua forma de integração decorrente da extinção da Azorina.

O Senhor Deputado Pedro Pinto (CDS-PP) pediu a palavra para perguntar se seria possível identificar possíveis razões para haver várias queixas sobre os horários de trabalho que são praticados nos Centros Ambientais e também quais são os mecanismos que o empregador tem ao seu dispor para o caso de haver algum funcionário, por qualquer razão, que tenha de faltar ao trabalho.

O Senhor Luís Carlos Armas respondeu que as queixas apresentadas estão relacionadas com os horários que têm vindo a ser praticados nos Centros Ambientais. O horário rígido ou até mesmo desfasado obriga a que se pratique cinco dias de trabalho e dois dias de descanso e nunca aquilo que esteve em prática onde havia trabalhadores a cumprir mais que trinta e cinco horas semanais.

Quanto à pergunta sobre as substituições por faltas imprevisíveis, o Senhor Luís Carlos Armas respondeu que deve ser solucionado da mesma forma que é praticado nas Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) e Misericórdias onde o trabalhador que está de folga substitui.

O Senhor Deputado Pedro Pinto (CDS-PP) perguntou ainda se seria possível repor os horários que eram praticados pela antiga Azorina, uma vez que não havia reclamações sobre esses horários e também se todos os pedidos para realização de jornada contínua eram aprovados pela Azorina.

O Senhor Luís Carlos Armas reforçou que a solução que apresentou em relação às substituições era apenas uma solução pontual e não uma solução definitiva para as faltas que poderão ocorrer. Lembrou que na Azorina a prática das jornadas contínuas não precisavam ser aprovadas, uma vez que não se tratava da função pública. Voltou a defender que os horários praticados são excessivos e devem ser revistos o mais breve possível para que se cumpra a Lei que define as condições de trabalho.

A Senhora Deputada Sabrina Furtado (PSD) perguntou quais são os princípios de uma jornada contínua e o porquê do pedido para a realização dessa mesma modalidade de horário e ainda quantos casos de indeferimentos tem a UGT/Açores conhecimento

O Senhor Luís Carlos Armas respondeu que um dos requisitos onde existe a possibilidade para solicitar jornada contínua é, precisamente, o facto de ter à sua responsabilidade filhos com menos de 12 anos de idade ou portadoras de deficiência e que existem casos com estes requisitos que estão a ser indeferidos sem qualquer justificação ou fundamento desse indeferimento, lembrando que todos os indeferimentos carecem de fundamentação clara e objetiva. Quanto ao número de indeferimentos à prática de jornadas contínuas deu nota que não pode adiantar muitos números porque não existem associados da UGT/Açores em todos os Centros Ambientais em todas as ilhas, mas que tem conhecimento de terem

sido indeferidos cerca de seis casos na ilha do Pico.

A Senhora Deputada Vera Pires (BE) perguntou se a UGT/Açores considera legal um horário que tenha oito dias de trabalho consecutivos como tem surgido e o horário com rotação de quatro dias de trabalho e dois dias de folga e o primeiro dia do conjunto seguinte de trabalho, o que daria trinta e cinco horas de trabalho. O Senhor Luís Carlos Armas respondeu que um horário legal e justo deve ser de cinco dias de trabalho e dois de folga. Deu nota que há a sensação de que possa existir falta de trabalhadores nos Centros Ambientais para que se cumpra este tipo de horários de mais de cinco dias de trabalho sem descanso.

Da audição do Secretário Regional do Ambiente e Alterações, ocorrida a 9 de fevereiro de 2023:

O Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas, Alonso Miguel, iniciou a audição referindo que, de acordo com os contratos de trabalho em funções públicas celebrados, os trabalhadores estão sujeitos a um período normal de trabalho diário de 7 horas e um período normal de trabalho semanal de 35 horas. Acresce que, atendendo às especificidades dos Centros Ambientais, foi previamente estipulado nos contratos celebrados que a semana de trabalho dos trabalhadores afetos aos Centros Ambientais é de 5 dias, considerando-se dias normais de trabalho todos os dias da semana em que os Centros de interpretação ambiental exercem a sua atividade. Ora, na generalidade dos trabalhadores afetos aos Centros Ambientais encontram-se em cada período de 7 dias, tendo em conta a semana de segunda a domingo, a trabalhar 5 dias e a descansar 2 dias consecutivos e que, considerando cada semana de segunda a domingo, estes trabalhadores não trabalham mais de 5 dias consecutivos ou mais que 35 horas semanais.

Esclareceu que aquilo que tem vindo a acontecer é que, por exemplo, a pessoas trabalhar no final de uma semana e no início da semana seguinte, poderá

efetivamente ultrapassar os 5 dias consecutivos, ou seja, juntando as 2 semanas, mas em cada semana essa situação não acontece. Deu nota ainda que as situações de 10 dias de trabalho consecutivas acontecem excepcionalmente e com o acordo do trabalhador, mas garantiu serem situações pontuais e que decorrem do gozo de férias, de licenças de faltas, ou de outros imprevistos onde há a necessidade de recorrer a trabalhadores que deviam estar em gozo de descanso. Estas necessidades foram colmatadas com a prestação de trabalho suplementar e foram sempre remuneradas nos termos legais e atendendo aos limites previstos na legislação aplicável.

Todas estas situações têm sido previamente acordadas com os trabalhadores e todas as possíveis soluções têm sido comunicadas por forma de perceber se vão ao encontro das necessidades dos trabalhadores e das suas vontades. Aliás, todas estas situações poderiam facilmente serem resolvidas com a eliminação de rotações, ou seja, fixar os dias de trabalho e os dias de descanso, mas naturalmente a generalidade dos trabalhadores não estão interessados, uma vez que isso significaria que, em muitos casos, nunca teriam a possibilidade de ter dias de descanso ao fim de semana, o que causaria situações de desigualdade. Exemplificou que no caso dos trabalhadores do Centro de Interpretação do Vulcão dos Capelinhos, estes fizeram chegar à Secretaria Regional a sua vontade, quer por correio eletrónico, quer depois numa reunião realizada entre o Senhor Secretário Regional e estes trabalhadores, onde a grande maioria manifestou a sua concordância com os horários que estão a ser praticados atualmente.

Referiu ainda que a Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas está sempre disponível para ouvir os trabalhadores, promover melhorias de condições de trabalho, entre outras e que na próxima época alta irá haver uma tentativa de horários que não preveem a prestação de mais de 6 dias de trabalho consecutivos. Relativamente à indisponibilidade para reunir com trabalhadores, o Senhor Secretário Regional esclareceu que até à data reuniu com todas as pessoas que

solicitaram, quer sejam trabalhadores da Secretaria Regional ou outra e que, até ao momento, não tinha recusado qualquer reunião, mas que efetivamente nunca recebeu qualquer pedido de reunião por parte do primeiro peticionário, o Senhor Paulo Cebola. Salientou ainda que os únicos pedidos de reunião que o Senhor Paulo Cebola realizou à Secretaria Regional foi para reunir com as respetivas chefias para tratar de assuntos de foro pessoal e que esses pedidos foram executados.

O Senhor Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas continuou dizendo que é falso que os horários deixaram de ser feitos pelos responsáveis dos Centros Ambientais quando este Governo Regional tomou posse e afirmou que esta prática já havia sendo feita e centralizada na administração da Azorina, antes sequer da tomada de posse deste Governo Regional. Outra questão que entendeu esclarecer prende-se com a quantidade de pedidos de mobilidade de trabalhadores para saírem desta Secretaria Regional, informando que nos anos de 2021 e 2022 deram entrada de 26 pedidos de saída e 32 pedidos de entrada, o que vem demonstrar que aquilo que foi afirmado pelo primeiro peticionário não corresponde à verdade. Relativamente às questões de relacionadas com as reclamações nos Centros Ambientais, o Senhor Secretário Regional esclareceu que há efetivamente um aumento de reclamações no Centro de Interpretação do Vulcão dos Capelinhos tendo em conta o encerramento do bar, mas que brevemente o bar terá a sua reabertura.

No que concerne à extinção dos parques escola e aberto e de que essas atividades já não são realizadas, informou que esse programas foram apenas reformulados, integrando-os numa única oferta educativa, oferta educativa de atividades de sensibilização ambiental escolar e que ao longo de 2022 e 2023 já foram levados a cabo no âmbito desta oferta, cerca de 750 sessões que envolveram cerca de 15.200 participantes. Quanto a questões levantadas sobre as visitas guiadas, comunicou que não tem conhecimento de situações de inexistência de visitas

guiadas, no entanto as visitas são autorizadas superiormente, tendo em conta que as taxas são fixadas através de portaria e essa competência é do Senhor Secretário Regional.

Relativamente a questões relacionadas com assédio disse que este não passou de um simples pedido de contactos telefónicos dos trabalhadores dos Centros Ambientais e passou a citar o respetivo correio eletrónico que dizia que “Caros. Gostaria de ter uma listagem com os contactos móveis dos colaboradores afetos à divisão de gestão de Centros Ambientais. Obviamente que não é obrigatoriedade e quem preferir não facultar o seu contrato está no seu direito, sem qualquer tipo de represália. Quem não se importar, agradeço que o faça porque às vezes o assunto pode ser tratado diretamente sem ter de incomodar o responsável do Centro. Também posso garantir que só o farei em situações limite e que os mesmos não serão partilhados. Agradeço aos responsáveis de Centros que vejam com os colaboradores que não se importem e que me enviem um e-mail com os contatos. Obrigada e podem dar a todos os colaboradores do meu contato. Cumprimentos.”. Considerou que, efetivamente, o termo “represália” foi infeliz, mas se tratou de um correio eletrónico cordado e educado, com pedido de resposta facultativa, e longe de configurar um ato de assédio. Disse ainda que não tem conhecimento de nenhuma situação de ter havido chamadas aos gritos e de colocar funcionários a chorar, mesmo depois de questionar pessoalmente os trabalhadores sobre isso. No caso mencionado pelo primeiro peticionário acerca do procedimento disciplinar que lhe foi instruído, este está relacionado com uma exposição apresentada superiormente por uma colaboradora e tendo-se verificado que os factos relatados podiam consubstanciar uma infração disciplinar, nomeadamente a violação do dever de obediência, foi instaurado um procedimento disciplinar ao Senhor Paulo Cebola, que correu nos termos da legislação aplicável e com o devido direito de contraditório.

O Senhor Secretário Regional referiu ainda que quanto à falta de condições de

trabalho, nomeadamente a avaria no sistema de aquecimento, ventilação e ar condicionado (AVAC), esta foi detetada em agosto de 2021 e quando a Secretária Regional teve conhecimento desta anomalia iniciou aos procedimentos para a sua resolução e o mesmo acontece com todos os equipamentos onde são detetadas anomalias ou avarias. Outra questão levantada pelos peticionários prende-se com falta de condições, em alguns Centros, para a realização de refeições por parte dos trabalhadores, o Senhor Secretário reforçou que têm vindo a configurar os espaços de outras formas para dar melhores condições, quer em termos de espaço ou na aquisição de equipamentos e materiais que possam colmatar essas necessidades, permitindo a criação de uma zonas de refeições condignas. Salientou também que todos os Centros que não possuem água potável estão a ser dotados com dispensadores de água para consumo, com exceção ao Centro de Interpretação do Vulcão dos Capelinhos que é abastecido pela rede pública e que está a ser adquirido um purificador de água para este caso.

A Senhora Deputada Joana Pombo Tavares (PS) pediu da palavra para questionar por que razão é que não é possível ter horários de 5 dias de trabalho e 2 de folga, uma que era possível e foram praticados pela Azorina. Perguntou ainda quais foram as horas extra cabimentadas no ano de 2022 e quais são as que prevê a Secretaria Regional para 2023 e o porquê da não aplicação do Acordo Coletivo de Trabalho n.º 38/2014 aos funcionários que transitaram da Azorina.

O Senhor Secretário Regional respondeu que as condições de trabalho são muito importantes, sobretudo no contexto do funcionamento de Centros de interpretação ambiental que têm especificidades muito próprias e que é realizado um esforço grande por parte de todos, quer das equipas e dos seus responsáveis, quer mesmo da própria Secretaria Regional para reunir o maior consenso possível e auscultar os trabalhadores para encontrar as melhores soluções para os seus horários. Reforçou que existe situações esporádicas de trabalho de 8 e 10 dias, mas que são situações que têm desde logo o acordo dos trabalhadores e também a totalidade

horária não ultrapassa as 35 horas semanais nem os 5 dias consecutivos numa semana. Relembrou que a solução mais fácil seria de fixar horários e folgas, mas que a Secretaria Regional não tem essa pretensão uma vez que esta penaliza muitos os trabalhadores e seria criar ainda mais desigualdades. Aquilo que é feito é colocar os dias de descanso sempre de forma consecutiva para se seja mais justo e adequado porque, matematicamente, é impossível praticar o horário que referem que a Azorina praticou ao longo dos anos e deixou a nota que a Azorina não tinha registo qualquer registo dos horários praticados. Quanto às horas extra, o Senhor Secretário Regional referiu que é natural que exista a práticas de horas extra e que essa estão de acordo com a legislação em vigor e que, portanto, não poderá ultrapassar 60% da remuneração base do trabalhador. No que concerne aos Acordos Coletivos de Trabalho, informou que neste momento não existe qualquer acordo celebrado com estes trabalhadores e que o único acordo existente se aplica apenas à Direção Regional do Ambiente e Alterações Climáticas e aos Serviços de Ambiente e Alterações Climáticas de Ilha e que estes não têm qualquer aplicabilidade a estes trabalhadores. Quanto aos valores estimados para o ano de 2023 de horas extra o Senhor Secretário Regional deu nota que não tem presente os valores solicitados.

A Senhora Deputada Vera Pires (BE) pediu para o Senhor Secretário Regional esclarecer como é possível afirmar, enquanto o horário semanal de segunda a domingo é de 5 dias de trabalho e 2 dias de descanso e afirmar que no próximo ano tentará não ultrapassar os 6 dias consecutivos de trabalho para 2 dias de folga e se solicitou parecer à Direção Regional da Organização, Planeamento e Emprego Público sobre este assunto dos horários praticados nos Centros Ambientais.

O Senhor Secretário Regional respondeu que se deve considerar uma semana a começar a segunda e terminar ao domingo para se verificar e confirmar que neste caso não existe nenhuma pessoa a trabalhar mais que as 35 horas semanais e 5

dias consecutivos. Salientou que os casos esporádicos e excepcionais que são praticados de trabalhar 10 dias estão relacionados com a necessidade de suprir faltas por doenças, por ausências prolongadas imprevistos e, portanto, decorre da necessidade de recorrer a trabalho suplementar remunerado. Deu nota ainda que não foi pedido nenhum parecer sobre os horários dos Centros à Direção Regional da Organização, Planeamento e Emprego Público sobre este assunto dos horários praticados nos Centros Ambientais.

A Senhora Deputada Sabrina Furtado (PSD) pediu para usar da palavra para perguntar se existe alguma ilegalidade praticada nos horários nos Centros Ambientais, se tem queixas registadas, se tem algum conhecimento de alguma denúncia, eventualmente, registada nas instâncias judiciais que que não seja do conhecimento da Secretaria Regional e se a Secretaria possui algum regulamento de ética em vigor. Questionou ainda sobre as condições de trabalho e a avarias de equipamento.

O Senhor Secretário Regional começou por responder que não existe qualquer ilegalidade com os horários que têm vindo a serem praticados pelos Centros Ambientais por todas as razões que já detalhou anteriormente. Quanto às queixas de assédio informou que não há registo de qualquer queixa, nem sequer em termos informais, uma vez que o Senhor Secretário Regional reuniu com todos os trabalhadores dos Centros Ambientais no sentido de perceber se poderia haver questões pendentes, o que não veio a acontecer. Deu nota também que existe um código de conduta e de ética, onde foi enviado para todos os trabalhadores e que está explanado precisamente todas as questões de assédio que podem acontecer. Quanto à falta de condições alegadas por avarias em equipamentos, o Senhor Secretário respondeu que ao longo dos vários anos tem havido investimento, por parte do Governo dos Açores, no sentido de colmatar necessidades de manutenção e também de apetrechar os Centros Ambientais das condições necessárias para atribuir um melhor serviço a quem os visita, mas também a quem neles trabalha.

O Governo dos Açores, após a extinção da Azorina, tomou posse dos Centros Ambientais e desde esse momento deu indicações para resolver problemas de manutenção e de avarias de equipamentos que foram deixados por resolver, tanto pela Azorina, como pelos anteriores Governos. Relembrou que está inscrito no Plano de Investimento cerca de 1 milhão de euros para a gestão dos Centros Ambientais dos Açores.

O Senhor Deputado Berto Messias questionou a forma como o Senhor Secretário Regional reuniu com os trabalhadores, a reunião aconteceu com que critérios, se reuniu o plenário de trabalhadores, se de forma individual, se apenas com as chefias ou se de alguma outra forma e com quantos trabalhadores dos Centros Ambientais esteve reunido.

O Senhor Secretário Regional começou por esclarecer que nem todos os peticionários são trabalhadores dos Centros Ambientais, lembrando que os que são é uma percentagem bastante reduzida, e que as reuniões decorreram aquando das deslocações suas àquelas ilhas, mas que assim conseguiu ir reunindo com todos trabalhadores em cada centro em forma de reunião de grupo de trabalhadores daquele centro.

O Senhor Deputado João Vasco Costa (PS) perguntou se existe alguma definição dos mapas de horários dos trabalhadores e, em caso afirmativo, se podia o Senhor Secretário Regional facultar esses mapas.

O Senhor Secretário Regional respondeu afirmando a programação dos serviços e dos horários é feita com 30 dias de antecedência, tendo em conta que os serviços funcionam por época, época baixa e época alta, e terminou dizendo que fará chegar toda a informação solicitada.

CAPÍTULO V

CONCLUSÕES

No âmbito da apreciação da Petição n.º 42/XII – “Criação de condições condignas de trabalho para os funcionários dos Centros Ambientais dos Açores, afetos à Divisão de Gestão de Centros Ambientais do Gabinete de Planeamento e Promoção Ambiental da Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas”, a Comissão de Política Geral aprovou, por unanimidade, as seguintes conclusões:

- 1) A Petição foi subscrita por mais de 300 cidadãos, pelo que, deve a mesma ser apreciada em Plenário da Assembleia Legislativa, nos termos e para os efeitos do disposto no respetivo Regimento;
- 2) As pretensões espelhadas na Petição em apreço surgem na sequência da reivindicação de criação de condições condignas de trabalho para os funcionários dos Centros Ambientais dos Açores, afetos à Divisão de Gestão de Centros Ambientais do Gabinete de Planeamento e Promoção Ambiental da Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas;
- 3) Considera-se legítima a iniciativa peticionária;
- 4) Os Funcionários dos Centros Ambientais dos Açores, afetos à Divisão de Gestão de Centros Ambientais e do Gabinete de Planeamento e Promoção Ambiental da Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas deverão ver a adoção de medidas necessárias, para colmatar eventuais exceções pontuais, no que concerne a vínculos laborais estáveis e horários condignos, sempre que estes não sejam aplicados;
- 5) As pretensões dos peticionários são acompanhadas pelas Centrais Sindicais, nomeadamente a CGTP-IN/Açores e UGT/Açores, por admitirem que estão a ser praticados horários de forma abusiva, a cerca de seis trabalhadores sindicalizados, tendo em conta a obrigatoriedade de descanso semanal após cinco dias de trabalho que está implícito na Constituição da República Portuguesa;
- 6) As entidades ouvidas em comissão reconhecem as especificidades singulares que os Centros Ambientais dos Açores possuem, principalmente por se tratar de

entidades que praticam horário desfasado;

7) O Governo Regional dos Açores assumiu ter reunido com todos os trabalhadores dos Centros Ambientais dos Açores com o objetivo de encontrar uma solução mais justa e equitativa, apesar de, matematicamente e por rotatividade, as fórmulas rígidas de dias de trabalho mais reduzido, com folgas imediatamente posteriores a estes novos horários a praticas, precisar de ajustamentos, e recusou estar a ser praticados horários ilegais e abusivos;

8) Do presente relatório deve ser dado conhecimento ao primeiro subscritor, bem como às Centrais Sindicais entidades ouvidas em comissão e ao membro do Governo Regional com competência na matéria.

CAPÍTULO VI

SÍNTESE DAS POSIÇÕES DOS DEPUTADOS

De modo genérico, os Deputados que integram a presente Comissão revelaram-se esclarecidos quanto à pretensão plasmada na presente Petição, reconhecendo a sua pertinência.

Ponta Delgada, 2 de março de 2023

O Relator, Flávio Soares

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

A Presidente, Elisa Sousa

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentado o relatório da Comissão de Política Geral. Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Gustavo Alves, faça favor.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Sr. Membros do Governo:

Está em apreciação a Petição n.º 42/XII, trazida pelo 1.º subscritor, o Sr. Paulo Cebola. Em primeira instância, através de si, cumprimento todos os subscritores. Após uma análise cuidada às audições realizadas em sede de comissão parlamentar, entendemos que nem todos os subscritores se sentirão representados pelas declarações do Sr. Cebola, porquanto as mesmas são inflamadas, acusatórias e infundadas. Essa situação é um desrespeito por todos os visados, onde se incluem os deputados e o próprio Parlamento.

Dito isto, relacionado com o chorrilho de assuntos invocados durante a audição do 1.º subscritor, ficou bem visível que a petição foi criada à volta de assuntos pessoais, onde condenamos veementemente a manipulação deste legítimo instrumento que a nossa democracia e autonomia permite.

Nada opomos à questão da reivindicação relativa à manutenção no edifício do Centro Interpretativo do Vulcão dos Capelinhos e de alguns equipamentos que já têm muitos anos e cederam ao tempo. Até pelo contrário, entendemos e aceitamos essa chamada de atenção. No entanto, desde a data desta inusitada audição, naturalmente, já existem melhoramentos a esse nível.

As questões que pareciam ser mais dramáticas, em relação aos horários abusivos e ao alegado assédio, caíram todas por terra, desde logo pelas declarações do 1.º subscritor.

Resumindo e concluindo, todas as questões do Sr. Cebola foram rebatidas pelo Sr. Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas, de forma elevada, honesta e esclarecedora, como é o seu timbre.

Pelo exposto, ficou evidente que os objetivos da presente petição não são em defesa daquele serviço, nem dos seus funcionários, que são colegas do 1.º subscritor.

Deixo só uma nota final, fazendo uma pequena referência a um dado factual. Eu, no ano de 2020, ainda antes de pensar em ser deputado, visitei o Centro Interpretativo do Vulcão dos Capelinhos e tive oportunidade de fazer várias

observações àquele serviço e instalações, de como as coisas funcionavam e quem deu apoio a quem. Portanto, essa experiência que vivenciei e a audição do 1.º subscritor, infelizmente, em nada me surpreende.

Bem hajam a todos os outros subscritores que assinaram esta petição de boa-fé. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Alexandra Mendes, tem a palavra.

Deputada Alexandra Manes (BE): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Sr. Membros do Governo:

Sr. Presidente, as minhas primeiras palavras dirijo-as a si, porque sei que o senhor pretende todo o respeito pelas petições e pelos peticionários. E aquilo a que nós acabamos de assistir aqui, infelizmente, foi uma falta de respeito pelo primeiro signatário e por todas as pessoas que assinaram a petição por concordar com ela.

Posto isto, o Bloco de Esquerda começa por saudar as e os peticionários, na pessoa do seu primeiro signatário Paulo Alexandre Cebola, pelo exercício do seu direito democrático de nos fazerem chegar as suas reivindicações, através desta ferramenta democrática. Sr. Deputado Gustavo, é uma ferramenta democrática!

A petição que nos trazem vem solicitar a adoção das medidas necessárias para a criação de condições condignas de trabalho para os funcionários dos Centros Ambientais dos Açores, afetos à Divisão de Gestão de Centros Ambientais do Gabinete de Planeamento e Promoção Ambiental da Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas, cujo Sr. Secretário que tutela esta Secretaria não se encontra nesta sala.

O Bloco de Esquerda considera que as pretensões explícitas nesta petição sugerem

que a gestão dos recursos humanos feita nos Centros Ambientais não respeita os direitos dos trabalhadores destes serviços. E falamos desde os horários de trabalho abusivos, passando pela falta de manutenção adequada das infraestruturas e equipamentos, e até mesmo à acusação de perseguição laboral.

Estranho é o Sr. Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas, em relação a este assunto, ter dito em sede de comissão que não tinha conhecimento de qualquer tipo de situação de perseguição, que em relação a problemas com equipamentos estava tudo a ser resolvido e que relativamente a horários laborais, passo a citar, “todas estas situações têm sido previamente acordadas com os trabalhadores e todas as possíveis soluções têm sido comunicadas por forma de perceber se vão ao encontro das necessidades dos trabalhadores e das suas vontades”.

Portanto, para o Sr. Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas está tudo a correr às mil maravilhas.

No entanto, estamos, aqui, hoje, a falar sobre uma petição que contava à altura com 343 assinaturas. Bem, afinal, não deve estar tudo a correr assim tão bem.

Primeiro, não se compreende como é possível que o Sr. Secretário tenha o entendimento de que o Acordo Coletivo de Trabalho n.º 38/2014, de 24 de março, não se aplique a estas pessoas.

Não compreendemos e não concordamos, até porque este acordo foi assinado à altura pela Secretaria Regional dos Recursos Naturais que tutelava a área do ambiente, e estes acordos não caducam assim de repente ou deixam de ser aplicados com a alteração do executivo regional ou da sua orgânica.

E, neste acordo, no n.º 1 da Cláusula 5.ª, que diz respeito ao período normal de trabalho e a sua organização temporal, refere que, e passo a citar novamente, “a duração semanal de trabalho é de 35 horas, distribuídas por um período normal de trabalho diário de sete horas, de segunda a sexta-feira, sem prejuízo da existência de regimes legalmente estabelecidos de duração semanal inferior,

previstos no presente acordo.

Compreendemos que no caso dos Centros de interpretação ambiental se considerem todos os dias da semana como dias normais de trabalho, não podemos é aceitar o desrespeito que há nesta situação.

Não é de modo algum aceitável que se façam períodos de trabalho consecutivos tão longos e sem dias de descanso!

Em comissão, o Sr. Secretário disse, e eu torno a citar: “na generalidade dos trabalhadores afetos aos Centros Ambientais encontram-se em cada período de sete dias, tendo em conta a semana de segunda a domingo, a trabalhar cinco dias e a descansar dois dias consecutivos e que, considerando cada semana de segunda a domingo, estes trabalhadores não trabalham mais de cinco dias consecutivos ou mais que 35 horas semanais.”

Depois, já referiu que, afinal, podia haver algumas situações excecionais, que isso não acontecia sempre, mas que previamente eram acordadas com os trabalhadores. Mas, infelizmente, as situações não são assim tão excecionais e acontecem com muita frequência!

O Bloco de Esquerda teve acesso a mapas de horários mensais onde se vê que diversos funcionários, por diversas vezes, fazem mais do que cinco dias consecutivos de trabalho. Não os vamos mostrar aqui pelo respeito ao nível da privacidade e da confidencialidade destes trabalhadores e trabalhadoras.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Quem é que lhe deu esses mapas?

A Oradora: E para evitar que os mesmos sejam alvo de represálias, que está a acontecer frequentemente.

Salientamos que as próprias Centrais Sindicais, nomeadamente a CGTP-IN/Açores e a UGT/Açores, que foram ouvidas em comissão, acompanham, e bem, as pretensões dos peticionários, admitindo que estão a ser praticados horários de forma abusiva, tendo em conta a obrigatoriedade de descanso semanal após cinco dias de trabalho, que está implícito na Constituição da República

Portuguesa.

O Sr. Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas, infelizmente, não se encontra presente, saiu há pouquinho.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Não pode intervir no debate!

Deputado Carlos Silva (PS): Mas pode ouvir, não pode?

A Oradora: É fundamental garantir que estes funcionários e estas funcionárias que trabalham nestes Centros Ambientais dos Açores tenham condições de trabalho que lhes confira a dignidade!

Disse.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra a Sra. Deputada Joana Pombo Tavares.

(*) Deputada Joana Pombo (PS): Obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Sr. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista lamenta o desrespeito apresentado ao primeiro peticionário, nas palavras anteriormente, uma vez que o que foi feito nesta Assembleia foi um direito que assiste ao cidadão Paulo Cebola, nos seus livres direitos.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Mas não só no dele, assim como também aos 343 peticionários que assinaram a petição e que, por isso, acham de igual forma o assunto, que não foi referido nas declarações anteriores, que é a aplicação abusiva de horários, que são considerados ilegais, obrigando os seus funcionários a efetuar as rotações de oito a dez dias.

Assim, nós congratulamos, então, o primeiro peticionário, em que na sua petição alega que o Governo Regional dos Açores está a obrigar os seus funcionários a exercerem as suas funções durante 56 horas seguidas, em média, e em alguns

casos 70 horas. É o que está na petição.

Relembro que a Rede de Centros Ambientais dos Açores foi iniciada com a inauguração do Centro de Visitantes da Gruta das Torres há 18 anos e que atualmente conta com 20 valências distribuídas em todas as ilhas dos Açores.

Os Centros Ambientais foram criados, então, para serem a porta de visitação dos Parques Naturais dos Açores, realçando em cada um deles a simbiose entre o patrim nio ambiental, turístico e cultural.

Desde 2010, os Centros Ambientais passaram a ser geridos pela empresa pública Azorina, S.A., em que os seus funcionários afetos aos Centros efetuavam os horários rotativos em época alta, muitos deles adaptados às realidades de cada um dos Centros, em horários devidamente registados em folhas de ponto.

Desde maio de 2022, os antigos funcionários da Azorina passaram a ter vínculo de emprego público indeterminado ou a termo resolutivo incerto, afetos à Secretaria Regional do Ambiente e Altera es Climáticas.

Os peticionários informam que foram aplicadas, durante a época alta de 2022, e que estavam a ser planeadas para a época alta de 2023 e que sabemos que foram aplicadas na época alta de 2023, rota es de oito a dez dias de trabalho sem um único dia de descanso, realçando que na Constitui o da República Portuguesa estão implícitos os valores da obrigatoriedade de descanso semanal após cinco dias de trabalho.

Ouvidos em Comissão, a CGTP/Açores refere já ter demonstrado, à data da audi o, o total descontentamento dos horários que se encontram a ser aplicados. E passo a citar o que está escrito no relatório de Política Geral: “Os horários impostos aos trabalhadores dos Centros Ambientais não cumprem com a exigência legal, na medida em que estes trabalhadores estão a desempenhar fun es durante sete a dez dias de trabalho consecutivos e sem qualquer descanso semanal e neste deveriam ser compensados com o acréscimo retributivo aplicável ao trabalho suplementar realizado em dias de descanso, com a aplica o do

regimento jurídico decorrente em matéria de retribuição.”

A CGTP acrescenta ainda que “o horário praticado anteriormente pela Azorina cumpria com aquilo que estava estabelecido em lei”.

Também, a UGT-Açores, ouvida em Comissão, refere ter recebido queixas, que os horários são excessivos, devem ser revistos o mais breve possível e que se cumpra a lei que define as condições de trabalho, informando ainda existirem muitos funcionários a solicitar jornadas contínuas e que estas estão a ser indeferidas sem qualquer justificação ou fundamentação para a sua causa.

Ou seja, desde que Azorina entrou em funcionamento, existiu rotação de horários em épocas altas, inclusive com aberturas ao sábado em épocas baixas em muitos Centros Ambientais, sem que tenha alguma vez havido horários abusivos e que colocaram em causa o descanso ou até mesmo a saúde dos funcionários.

Os funcionários de todos os Centros de Interpretação Ambientais desempenham atendimento ao público, um atendimento de excelência, com informações turísticas, ambientais, culturais e, muitas das vezes, de cariz científico, sendo impensável que sejam aplicados de forma sistemática horários superiores a cinco dias de trabalho sem descanso, muito menos que haja funcionários a trabalhar dez dias sem qualquer descanso, com consequências pessoais e até mesmo consequências familiares.

O Governo Regional, mais concretamente algumas das suas Secretarias, contrariam-se nas suas decisões, pois, se por um lado a Sra. Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas pretende combater a sazonalidade e para isso deverão os turistas ter o que visitar, ter informações, em que em muitas das ilhas estas são das poucas valências para isso, por outro lado o Sr. Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas encerra os Centros Ambientais durante quinta-feira à tarde, sexta-feira e Domingo de Páscoa, sendo que até a Câmara de Comércio e Indústria de Ponta Delgada considerou esta decisão como incompreensível, definindo que esta decisão como contraditória para o combate

da sazonalidade.

Todas essas questões, com destaque para a incapacidade do cumprimento de horários condignos, demonstram, mais uma vez, a falta de planeamento aquando da decisão do encerramento da Azorina, que demonstram, mais uma vez, que o Governo não se encontrava preparado, como avisou inclusive o PS na altura, e desconhecia por completo as valências e as necessidades que a Azorina tinha e com que regras é que ela se lidava.

Ora, adicionamos o exemplo do fecho das lojas e dos bares às corridas, com ordem imediata para tirarem os produtos das prateleiras e fecharem portas, pois, afinal, a Secretaria não podia faturar os produtos que se encontravam à venda quando abriu pela manhã, em janeiro de 2022, permanecendo alguns bares fechados por cerca de dois anos.

Assim, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista lamenta que a Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas tenha imposto aos seus funcionários horários até dez dias consecutivos sem descansos semanais, mesmo com todos os alertas, seja dos seus funcionários, seja dos sindicatos, que consideram os horários aplicados excessivos, abusivos e ilegais.

Com esta explanação feita e todos os alertas efetuados, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista só tem a agradecer aos funcionários dos Centros Ambientais o esforço pessoal e familiar para desempenhar as suas funções em prol da divulgação e promoção do património natural dos Açores.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Sabrina Furtado.

(*) Deputada Sabrina Furtado (PSD): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas, que se encontra na sala, tem sido muito chamado por vários partidos, que estavam a sentir a sua falta, estavam com certeza com saudades suas, apesar de regimentalmente o senhor não poder intervir nas petições.

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: Mas ainda bem que cá está para que ouça, novamente, as barbaridades que se dizem e que se replicam através de algumas audições que foram feitas. E é exatamente por aí que eu vou começar, porque acho curioso... aliás, não acho curioso, eu acho incrível o Partido Socialista e o Bloco de Esquerda virem aqui falar, principalmente, na questão dos horários destes trabalhadores, que, neste momento, foram integrados na Administração Pública Regional e que, depois, não teriam direito às folgas e às tolerâncias de ponto que toda a outra Administração Pública Regional teria, como é a Páscoa, Sra. Deputada!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Essa é que é essa! Toda Administração Pública Regional dos Açores teve tolerância de ponto na Páscoa. E os trabalhadores dos Centros Interpretativos, pelo Partido Socialista, não poderiam ter tolerância de ponto na Páscoa, ...

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... porque são trabalhadores de outra natureza. Eu sei que era isso que estavam habituados a fazer na Azorina, mas os tempos mudaram.

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

A Oradora: E, portanto, agora, todos os direitos e todos os deveres e todas as regras servem exatamente a todos!

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

A Oradora: Isto foi só um pequeno apontamento, porque agora é que vou começar.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Eu fico muito feliz, Sr. Presidente, sempre que chega a esta Casa uma petição pública.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Também eu!

A Oradora: E cada vez mais temos vindo a discutir atempadamente, porque noutros tempos elas arrastavam-se no tempo, na secretaria do Parlamento e nunca eram discutidas petições públicas nesta Casa. O que também significa que, hoje, nos Açores, podem-se fazer petições públicas...

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... sem ter receio de amanhã voltar ao seu local de trabalho, porque é reconhecidamente um direito que assiste a qualquer cidadão e a qualquer açoriano.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: O facto é que há petições... e petições. O que não pode acontecer, no nosso entender e dando razão numa parte da intervenção do Sr. Deputado Gustavo Alves, é: não se pode escrever nas petições uma coisa e nas audições dizer outra!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (Alonso Miguel):
Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Isso não! Porque a falta de respeito não é do Sr. Deputado Gustavo Alves. A falta de respeito é do seu primeiro subscritor, o Sr. Cebola – sim, porque esta petição até dá vontade de chorar, às vezes, quando se lê –, em relação aos seus 300 companheiros que assinaram de boa-fé aquela petição e que mais não fez do que duas coisas nas audições na Comissão de Política Geral, neste Parlamento: a primeira, não conseguir justificar questões tão graves que lá estão escritas quanto a assédio, por mais que fosse questionado; e a segunda, foi mesmo insultar alguns Deputados desta Casa que lhe estavam a pedir esclarecimentos.

Deputado Flávio Soares (PSD): É verdade!

A Oradora: Portanto, foi esta a postura. E, realmente, Sr. Deputado Gustavo Alves, eu sei que o senhor estava lá, naturalmente, houve quem não estivesse, mas aconselho toda a gente a ver a audição.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Começando do início. Este Governo, assim que tomou posse, teve consciência de que teria que fazer uma reestruturação séria no Setor Público Empresarial Regional. E uma das empresas que extinguiu foi exatamente a Azorina. O que é que fez aos trabalhadores da Azorina? Integrou-os com contratos por tempo indeterminado. Para os que quiseram, porque aqui ninguém é obrigado a nada, Sra. Deputada, vai quem quer. E essa é a grande diferença.

Deputada Joana Pombo (PS): Obrigaram-nos a trabalhar!

A Oradora: Não, eu já lá vou aos “obrigados a trabalhar”. A senhora, se calhar, vai ter que provar o que disse.

Foi integrado quem quis, na Administração Pública Regional. Passaram de 40 horas semanais para 35 horas semanais. Foram atualizados os salários, que não eram atualizados há muitos anos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

A Oradora: E, portanto, estamos, agora, aqui, a dizer que os trabalhadores que fazem mais do que o seu horário normal, fazem-no obrigados, como se não fosse

de pleno acordo com o trabalhador. Aliás, isto é a lei. O trabalhador, para fazer trabalho extraordinário, tem que concordar com ele. E como se essas horas não fossem pagas além do acréscimo do próprio salário que estes trabalhadores também tiveram.

Eu sei que a realidade é dura para o Partido Socialista, mas, as atualizações, foi assim que foram feitas.

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: Quem ler esta petição, o que vai ver é: criação de condições condignas de trabalho para os funcionários dos Centros Ambientais dos Açores. Pois, tem toda a razão. Quem não tem razão é o Partido Socialista e o Bloco de Esquerda virem agora dizer que é este Governo Regional que não dá as condições aos trabalhadores no Centro Ambiental, porque isso são as exatas mesmas condições que existiam na Azorina. Era o exato mesmo refeitório. Sim, porque nós estamos a falar de avarias de micro-ondas, Sr. Presidente. A refrigeração, eu ainda consigo perceber, mas nós estamos a falar da avaria de um micro-ondas. E, por isso, faz-se uma petição, como se não fosse de fácil resolução de um dia para o outro. É disto que nós estamos a falar!

E quando falamos de assédio, como está aqui escrito nestes três pontos da Constituição, porque a petição são três pontos constitucionais. E é óbvio que quem assina concorda com eles. Quem assina esta petição, é óbvio que concorda com ela, porque a criação das condições está no título. E abaixo temos três pontos patentes na Constituição da República Portuguesa. Também eu assinaria esta petição, obviamente.

Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (Alonso Miguel):

Até eu!

A Oradora: Mas, quando falamos de assédio nesta petição, e foi isso que não foi conseguido justificar... E, depois, naturalmente, na audição com o Sr. Secretário Regional, há uma chefe de divisão que envia um e-mail a solicitar, facultativamente (sublinho, facultativamente!), os contactos dos trabalhadores, para ser mais fácil contactá-los. Portanto, para que se desmistifique, é deste tipo de assédio que estamos a falar. Uma chefe de divisão a pedir, se o trabalhador quiser facultar, o seu contacto. Se ele quiser facultar.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Mania da perseguição!

A Oradora: E, Sra. Deputada Alexandra Manes, os seus mapas informativos, se não se importar, por favor, peça para distribuir. Nós também gostávamos de conhecê-los, apesar de dizer que não ia revelar as suas fontes.

Mas, sabe, em vez de mapas, nós fomos para o terreno e fomos falar com alguns trabalhadores, que nos confirmaram tudo o que o Sr. Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas disse na Comissão, de que, de facto, sempre que há mais turnos e mais horas, sempre que aquele trabalhador faz mais tempo de trabalho, é sempre com o seu acordo.

Presidente: Sra. Deputada, tem que terminar, se faz favor.

A Oradora: Vou terminar, Sr. Presidente, dizendo, e vou repetir porque o Sr. Presidente interrompeu-me, para que se ouça bem lá em casa, que, sempre que há trabalho extraordinário, uma jornada contínua ou uma semana que cola à outra a nível de horário, é sempre com o acordo do trabalhador. E, naturalmente, tem a sua remuneração garantida, como, aliás, já tinha dito aqui ao Sr. Presidente, como está patente na lei que é possível.

Portanto, a palavra “obrigado” a fazer, ...

Presidente: Sra. Deputada...

A Oradora: ... acho que é uma palavra muito forte e completamente descabida para este debate.

Obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Berto Messias (PS): Alonso, quem te viu e quem te vê! Os ares do poder o que te fizeram, não eras assim! Onde anda o Deputado Alonso Miguel?

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Pedro Pinto, faça favor.

(*) Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Estamos fazendo a apreciação de uma petição onde o Governo não tem, regimentalmente, direito a intervir, só os Deputados e por uma única intervenção. A intervenção da Sra. Deputada Sabrina Furtado, que me antecedeu, já explicitou o conteúdo da petição, que é um conteúdo que eu julgo que qualquer um dos presentes nesta sala subscreveria. São princípios gerais e genéricos patentes na Constituição, direitos constitucionais. E, portanto, quem pode estar contra esses princípios?

A petição deu entrada nos serviços desta Assembleia a 10 de outubro de 2022, há quase um ano. Havia queixas sobre horários de trabalho, queixas sobre condições de trabalho nos Centros, queixas sobre as condições em que os funcionários poderiam fazer a sua refeição no intervalo de almoço, nos Centros. E, portanto, foi isto que nos foi apresentado no momento da audição do Sr. Paulo Cebola, o primeiro subscritor desta petição.

Estamos convencidos que qualquer dos colegas deste primeiro peticionário assinou de boa-fé o texto da petição, porque é um texto que reclama por melhores condições de trabalho. Quem não assinaria a petição? Creio que todos

concordamos.

Mas vamos então à audição, ao conteúdo da audição. Vamos confrontar essas declarações do primeiro subscritor com o conteúdo da petição. Percebemos, claramente, que uma coisa não joga com a outra. Ficamos convencidos que o primeiro subscritor estava mais preocupado em resolver problemas pessoais, particulares, do que propriamente os problemas do conjunto de funcionários que haviam subscrito a petição. Basta ver o vídeo e percebemos isso claramente.

Este primeiro peticionário ainda teve o atrevimento de insultar este Parlamento. Insultou um membro deste Parlamento. E isso é inaceitável!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

O Orador: Nós estamos aqui no exercício de um mandato. Estamos aqui na representação do povo açoriano. Um insulto ao Parlamento, um insulto a qualquer membro desta Assembleia é um insulto ao povo açoriano.

Deputado João Vasco Costa (PS): É o que o senhor está fazendo neste momento!

O Orador: E, portanto, não podemos aceitar. E, obviamente, é merecedor de referência crítica neste debate esta atitude do Sr. Paulo Cebola.

E, portanto, isto marcou a audição. E percebemos, claramente, que não havia interesse em debater e em apresentar o conteúdo legítimo do texto da petição, mas, sim, havia aqui outros interesses não declarados.

Um ano passou. Daqui a dias, passa um ano desde a entrada desta petição nos serviços da Assembleia. Passou mais um verão. Não creio que neste verão de 2023 tenha havido queixas de que os horários de trabalho violentaram os direitos dos trabalhadores. Não creio, senão, obviamente, teria havido manifestações dos peticionários. Seguramente, o Bloco de Esquerda ou o Partido Socialista teriam já vindo aqui a esta Assembleia alertar para o facto de o Governo manter uma prática violadora dos direitos. Não aconteceu.

Deputado João Vasco Costa (PS): O senhor diga isso no jornal, para ver o que é que acontece a seguir!

O Orador: E, portanto, que direitos foram esses que foram violentados? Deixaram de trabalhar 40 horas por semana, para passar a trabalhar 35 horas?! Deixaram de ter um vínculo a uma entidade privada, para passarem a ter um vínculo vitalício na função pública?! É isto que é a violentação dos direitos?! Obviamente, trabalham menos cinco horas por semana. Isto é um grande constrangimento para quem tem que fazer horários de trabalho. É, são menos cinco horas de trabalho por cada funcionário. Dificulta a vida a quem tem que fazer horários de trabalho? Dificulta, com certeza. Mas o Governo conseguiu, em diálogo com os trabalhadores e com a concordância deles, contornar esses constrangimentos.

Os funcionários trabalham mais de cinco dias seguidos? Trabalham, mas é quando concordam com esse trabalho. Se trabalham mais de sete horas no dia? Trabalham, com a sua concordância. E recebem a respetiva remuneração.

Portanto, que direitos é que estão a ser violados? A lei está sendo cumprida. Portanto, que outros direitos é que estão a ser violentados? Avariou um micro-ondas no refeitório ou no bufê?

Deputado João Vasco Costa (PS): Foi só um fusível!

O Orador: Têm que comer num vão de escada? Mas quem é que construiu os Centros, foi este Governo ou foram os Governos anteriores? Porque é que os Centros anteriores projetaram o local de repouso e de refeição dos funcionários debaixo de um vão de escada e não fizeram uma instalação mais condigna? São estas as queixas com que nos confrontamos nesta petição.

Os bares? Os bares eram assegurados pelos Centros. Agora, o Governo não pode cobrar a venda de uma bebida. Mas o Governo já concessionou o bar do Vulcão dos Capelinhos e já concessionou o bar da Casa da Montanha.

Deputado Tiago Branco (PS): Dois anos fechados!

O Orador: O Governo está trabalhando.

Que crítica é que vamos fazer mais? O que há mais para criticar, Sras. e Srs.

Deputados?

Deputado Carlos Silva (PS): A gente já sabe que não se pode criticar!

O Orador: E, portanto, é nossa convicção que os colegas deste primeiro subscritor se sentiram ludibriados, porque o que aconteceu na audição não tinha nada a ver com o texto da petição.

E, portanto, Sra. Deputada Alexandra Manes, nós percebemos a sua veia reivindicativa...

Deputada Alexandra Manes (BE): E o ar-condicionado?

O Orador: ... e a teatralidade fleumática com que V. Exa. empresta às suas intervenções.

Presidente: Sr. Deputado, tem de terminar.

O Orador: Desculpe, Sr. Presidente, já termino.

Mas, Sra. Deputada, qualquer semelhança entre a intervenção que teve e a realidade é pura fantasia.

Muito obrigado.

Deputada Alexandra Manes (BE): O senhor está a chamar de mentirosos aos signatários!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais intervenções para apreciar esta petição. Não havendo, vamos encerrar este ponto da nossa agenda.

Sras. e Srs. Deputados, vamos fazer um intervalo de 10 minutos. Regressamos às 17 horas e 55 minutos.

Eram 17 horas e 44 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos recomeçar.

Eram 17 horas e 56 minutos.

Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos com o ponto 15 da nossa agenda: **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 180/XII – “Revogação do Despacho n.º 1556/2023, de 8 de setembro de 2023, e criação de apoios aos produtores para implementação de medidas de proteção das culturas”**. É uma iniciativa apresentada pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda.

Para justificar a urgência, tem a palavra o Sr. Deputado António Lima. Faça favor.

(*) Deputado António Lima (BE): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O pedido de urgência deste Projeto de Resolução justifica-se pelo facto de o Despacho n.º 1556/2023 permitir, durante o período de dois meses, ou seja, de 11 de setembro a 11 de novembro, o abate de uma espécie de ave protegida pela Diretiva Aves. E, naturalmente, durante esse período, se essa urgência não for aprovada, esse Despacho estará em vigor. A autorização para correções populacionais, sem limites para abate das aves, estará em vigor.

Nesse sentido, é, naturalmente, urgente que esse assunto seja debatido e que o Parlamento se pronuncie, mas que também se pronuncie sobre a necessidade de criar medidas de proteção das culturas, que também propomos, e, naturalmente, com menos urgência, mas com igual pertinência, o estudo das populações da avifauna selvagem dos Açores e das suas interações com a agricultura, para que as decisões políticas sobre esta matéria sejam o mais fundamentadas possível em conhecimento científico.

É esse o sentido da urgência. Este Projeto de Resolução deve ser debatido nesta sessão plenária. Efetivamente, o Despacho tem uma vigência de dois meses. E se não for neste mês, um dos meses terá passado até outubro, pelo menos.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições no âmbito da urgência. Não havendo, vamos passar à votação deste pedido de urgência.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: O pedido de urgência colocado à votação foi rejeitado, com 20 votos contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado independente; 23 votos a favor do PS, 2 do BE e 1 do PAN.

Presidente: Tendo sido chumbado o pedido de urgência, a iniciativa seguirá para respetiva Comissão.

Sr. Deputado, para uma declaração de voto, faça favor.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Esperando, naturalmente, que as declarações de voto não sirvam para fazer o debate, porque ninguém se inscreveu no pedido de urgência, foi rejeitado sem justificação. Agora, há declarações de voto, e espero, naturalmente, Sr. Presidente, fazendo um apelo à Mesa, com o respeito que a Mesa merece e o Sr. Presidente em particular, que o debate não seja feito na declaração de voto, porque o espaço para o debate existiu.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Isso não é uma declaração de voto!

O Orador: É um alerta. Existiu e não foi feito.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Faça a sua declaração de voto!

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda votou favoravelmente este pedido de urgência, porque ele permitia debater uma questão que é central na questão ambiental e na agricultura dos Açores. Permitiria debater aqui, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E vai permitir!

O Orador: ... com urgência, uma decisão do Governo Regional que pode

significar, em primeiro lugar, o abate indiscriminado de centenas ou milhares de indivíduos de uma espécie protegida, sem qualquer controle. É um Despacho que não indica quais são os métodos de abate, não indica os limites do número de indivíduos a abater e permite o seu abate em todas as ilhas, inclusive aquelas onde não há vinha, que é, pelos vistos, a justificação que o Governo indicou para autorizar este abate.

Pior do que isto, esta decisão e este voto contra impede o debate sobre uma matéria importantíssima para a agricultura regional. Nós não podemos ter uma agricultura regional que se queira vender, mostrar e promover como uma agricultura que é feita em sintonia com o ambiente e, depois, a primeira solução ao primeiro problema ser o abate de aves protegidas.

Nós não podemos ter uma agricultura regional que não promove o respeito pelo ambiente. E nós não podemos ter um setor vitivinícola que esteja associado ao abate de milhares de aves.

Pior, este chumbo não permite o debate dos estudos que o Governo tem na sua posse e que não enviou ao Parlamento, que nós solicitamos.

Deputado Pedro Neves (PAN): É verdade! É a rapidez!

O Orador: O Governo tem em sua posse. Mas fazer chegar à Mesa esses estudos, que indicam, claramente, que a ave que querem abater, a rola-de-colar, não tem qualquer impacto nas vinhas na Região Autónoma dos Açores, qualquer impacto. E farei chegar esse estudo encomendado pelo Governo Regional, não por este, pelo anterior Governo Regional, que foi pago, que é o estudo do Centro de Investigação CIBIO da Universidade do Porto.

E esse estudo, certamente, ajudará, quando esta matéria vier aqui, certamente, depois de mortas milhares de aves, que toda a gente perceba que aquilo que se decidiu foi um erro tremendo, que terá impactos na biodiversidade e terá impactos reputacionais para os Açores, porque não há região que se possa dizer que está em harmonia com a natureza quando ao primeiro problema a solução é matar a tiro

as aves protegidas.

Isso, para nós, é inaceitável! E este chumbo permite que isso aconteça. E quem o chumbou é responsável por isso.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Soares.

(*) **Deputado Luís Soares (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Nós votámos contra esta urgência porque, no nosso entendimento, estas aves estão a provocar graves prejuízos na agricultura açoriana. Portanto, nós não podemos, de forma nenhuma, discordar com as medidas que foram tomadas pelo Governo Regional, que são no sentido de proteger os agricultores açorianos, os viticultores açorianos.

Portanto, entendemos que esta matéria deve ser estudada de forma séria, em Comissão, porque podemos estar aqui na presença até de um fenómeno bem mais grave do que aquela forma como ele se apresenta.

Portanto, nós votamos com a convicção de que estamos a fazer o melhor pelos agricultores dos Açores, pela economia açoriana.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições para declaração de voto.

Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muitas vezes, quando não se quer que um assunto se discuta, aprova-se a urgência e discute-se a matéria, para matar o assunto desde já.

Deputado António Lima (BE): E o prazo?

O Orador: Ora, não foi essa a opção do Grupo Parlamentar do PPM.

Nós temos a absoluta convicção que o Governo Regional teve razões fundamentadas para tomar as decisões que tomou. Se assim não for, em Comissão, ouvindo especialistas, consultando dados, ficará provado que assim não foi.

Por isso, o que nós queremos é que esta situação seja analisada, que sejam ouvidos diversos intervenientes, que seja devidamente avaliada a situação.

E, por isso, da nossa perspetiva, o Governo Regional tomou a decisão que temos a convicção que foi fundamentada, temos essa convicção, temos esse testemunho.

Deputado Pedro Neves (PAN): Muito bem fundamentada!

O Orador: E, agora, não temos medo que esta questão seja devidamente analisada, com contraditório, com a presença de especialistas, com a análise de relatórios. Nós, da nossa parte, temos até o maior interesse em que esta questão seja devidamente discutida no âmbito da Comissão.

E eu gostava de ser respeitado na minha posição democrática, como eu respeito a posição democrática dos outros. Eu aceito sempre as decisões que são tomadas democraticamente pelos diversos Deputados e Grupos Parlamentares. A minha posição aqui não corresponde à posição de outros Deputados e de outros Grupos Parlamentares, mas é esta que acabei de transmitir, ou seja, a absoluta convicção que este é um assunto que merece e vai ser amplamente discutido no âmbito da Comissão, com todo o conjunto de dados disponíveis, com todo o conjunto de especialistas que é necessário ouvir. E, portanto, é essa a matéria que eu considero que é fundamental.

Dizer apenas, para terminar, que a análise prévia que já fiz a esta documentação e à fundamentação da mesma também justificam esta tomada de posição, na medida em que há aqui um conjunto de afirmações, um conjunto de avaliações

que não correspondem de forma nenhuma à verdade. Teremos tempo para avaliar esta questão no âmbito da discussão em Comissão, que irá acontecer já nas próximas semanas.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Rui Martins.

(*) **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do CDS votou contra esta urgência por considerarmos que, efetivamente, não estavam reunidas as condições para se fazer. Impõem-se, talvez, outras diligências para que se possa, eventualmente, averiguar aquilo que é a razão que levou o proponente a trazer este documento.

E devo dizer que a palavra-chave aqui é, efetivamente, equilíbrio.

Deputado António Lima (BE): Tempo!

O Orador: E, como foi dito, também, até pelo proponente, sintonia.

E devo dizer que deixar que uma espécie cresça de forma excessiva, sem controlo, colocando em causa, também, a própria sobrevivência de outras espécies protegidas, o equilíbrio dos ecossistemas e, ainda, também, prejudicando gravemente importantes setores socioeconómicos, parece-nos que cabe ao Governo, tal como previsto na regulação...

Se eu puder fazer a minha declaração de voto, se eu não estiver a incomodar muito os Srs. Deputados do PAN e do Bloco de Esquerda... Peço desculpa estar a interpelar, mas, Sr. Presidente...

Por isso, parece-nos que cabe ao Governo, tal como previsto na legislação comunitária e regional, tomar as medidas previstas para garantir que há esse equilíbrio e essa sintonia.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições no âmbito de justificarem o seu voto.

Não havendo, vamos passar então para a urgência seguinte: **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 96/XII – “Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 18/2004/A, de 13 de maio, que adapta à Região Autónoma dos Açores os Decretos-Lei n.ºs 550/99 e 554/99, que, respetivamente, estabelecem o regime jurídico da atividade de inspeção técnica de veículos a motor e seus reboques e o regime jurídico das inspeções técnicas de automóveis ligeiros, pesados e reboques”**. É uma iniciativa apresentada pelo Grupo Parlamentar do PS e pela Representação Parlamentar do PAN.

Para justificar a urgência, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) Deputado Pedro Neves (PAN): Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta urgência tem a ver com uma justificativa, tendo em conta que há uma iniciativa também do IL relativamente ao mesmo tema, mas não é sobre a mesma situação. E isto, porquê? Porque a iniciativa do IL é uma iniciativa a fundo sobre as inspeções dentro dos Açores, e nós só queremos uma única coisa: que haja uma igualdade entre os territórios a nível nacional. Visto que tínhamos a mesma Portaria, houve uma alteração no Continente, nós queremos que haja justiça aqui nos Açores. É apenas para dois tipos de veículos: motociclos e ciclomotores. Não queremos mudar qualquer regra em termos de inspeção, dos Centros de Inspeção ou de quaisquer outros veículos, é apenas para dois tipos de veículos com motor. E isto tem a ver, obviamente, com uma reivindicação feita pela Associação de

Motociclos da Região, nomeadamente, depois das reuniões que houve com todos os partidos, da associação de Santa Maria.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Iniciativa Liberal vai votar contra essa urgência, precisamente por ter dado entrada nos serviços da Assembleia de um documento que não só resolve este problema que querem resolver agora, mas adapta toda a legislação que existe neste momento e que está obsoleta, aliás, no seguimento daquilo que aqui foi dito neste Parlamento pela Sra. Secretária Regional dos Transportes de então, na legislatura anterior. É um documento que está a necessitar de muita adaptação. Independentemente do teor ideológico que a Iniciativa Liberal possa ter colocado na sua proposta, ela pode ser alterada por proposta dos outros partidos.

E isso não deixa de colocar a Iniciativa Liberal numa posição de não estar disponível para discutir agora, com esta urgência, apenas parte do diploma. Acho que os dois diplomas devem ser aprofundados na Comissão, devem ser vistos na Comissão com muito cuidado. E, então, subirão ao Plenário quando estiverem relatados.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Martins.

(*) **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do CDS também não irá acompanhar este pedido de urgência...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, permitam que o Sr. Deputado Rui Martins faça a sua intervenção.

Faz favor, Sr. Deputado.

O Orador: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Dizia eu que o Grupo parlamentar do CDS não poderá acompanhar este pedido de urgência por duas ordens de razões. A primeira, exatamente, subscrevendo aquilo que foi dito pelo Sr. Deputado Nuno Barata, que se prende com o facto de estar em Comissão um diploma que já tem, inclusivamente, diligências para que se possa adensar o conhecimento sobre esta problemática. E, obviamente, esta proposta devia, eventualmente, seguir o mesmo caminho em Comissão. E, nestas diligências, que possa sair da Comissão, então, uma reformulação total.

Isso leva-me à segunda ordem de razão pela qual o CDS vota contra esta urgência, porque não conseguimos conceber como é que o Partido Socialista considera agora urgente retalhar mais uma vez, porque os diplomas que estão aqui a ser alterados e que regem aquilo que são as inspeções regionais seria mais ou menos um volume de folhas igual a este, ...

(Neste momento, o Deputado Rui Martins mostrou um volume de folhas à câmara)

... ou seja, é retalho, sobre retalho, sobre retalho.

A própria urgência, os diplomas que são mencionados, um está revogado na totalidade, o outro não tem regulamentação.

E, depois, estranhámos muito que, em 2019, o Partido Socialista tenha votado contra uma proposta do PPM, que era exatamente no mesmo sentido, ...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Ah!

O Orador: ... prometendo a esta câmara e prometendo aos açorianos que iria trazer a esta câmara a reformulação de todo o pacote legislativo, para deixar de ser uma manta de retalhos. Isso foi a promessa do Partido Socialista nessa altura, ...

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Não cumprida!

O Orador: ... não cumprida. E, entretanto, agora, o Partido Socialista o que faz é: em 2019, não, não pode ser porque nós vamos trabalhar nisto a fundo; e na primeira oportunidade de trazer o diploma aqui, é exatamente fazer o que o PPM fez e, agora, é urgente. Nós não consideramos que seja urgente, por isso votamos contra.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Joana Pombo Tavares.

(*) Deputada Joana Pombo (PS): Obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Realçar que esta necessidade do pedido de urgência é, sim, para se poder igualar as condições de inspeção e de periodicidade. Mas consideramos que a proposta que está em análise, da Iniciativa Liberal, não invalida a que nós estamos a discutir agora. E porquê? Porque a urgência que se assenta a este pedido e a esta alteração é para poder igualar o Decreto-Lei que deu entrada agora, que foi publicado em 2023 e que entra em vigor a 01 de janeiro de 2024.

Deputado Joaquim Machado (PSD): E então?

A Oradora: A proposta que está em análise, do Sr. Deputado, realmente, pede para entrar em análise, mas tem uma nota dos serviços, na nota técnica, que diz: “Considerando, no entanto, o período que medeia a tramitação do processo legislativo (entre a sua admissibilidade e posterior apreciação plenária), sugere-se o aperfeiçoamento, por parte do proponente, da estatuição do artigo 48.º, para que a produção de efeitos se concretize com a publicação do orçamento subsequente.”

Ou seja, solicita que seja alterado para 01 de janeiro de 2025, o que faz com que tenhamos agora um ano outra vez de vazio, não igualando à nacional e prejudicando assim os açorianos em relação à periodicidade das inspeções.

E lembrando, realmente, o que foi dito em 2019, lembro que o Sr. Secretário de então não se comprometeu a alterar a periodicidade das inspeções. O que prometeu foi fazer uma revisão mais vasta, mas não se comprometeu a fazer a alteração da periodicidade.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Uma revisão?! Isso é que era a mudança!

A Oradora: Agora, o que estamos a fazer, e consideramos muito bem, é poder na Região igualar o que está feito a nível nacional já a 01 de janeiro de 2024, não impedindo todo o processo de análise da proposta do Sr. Deputado Nuno Barata.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco.

(*) Deputado José Pacheco (CH): Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Da parte do Chega, nós vamos aprovar a urgência, pela simples razão de que, da reunião que tivemos, assumimos o compromisso que iríamos aprovar se entrasse como urgente, apesar de eu ter alertado que havia uma outra iniciativa muito mais robusta, mais abrangente e que trata de um assunto que eu tenho sido questionado imensas vezes ao longo dos anos, que são os IPO.

No entanto, palavra dada, palavra honrada. E assim vou fazer.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

A ética parlamentar é fundamental e é algo que o PPM se esforça por cumprir.

Nós consideramos aqui que, existindo uma proposta da Iniciativa Liberal nesta matéria, que está a ser discutida em Comissão, que é uma proposta com uma abrangência maior, que esse foi exatamente o argumento que o PPM aceitou na legislatura anterior e que foi avançado pelo Governo Regional na altura... Veja-se que, na altura, quando apresentei uma proposta similar, o Governo Regional da altura, liderado pelo Sr. Deputado Vasco Cordeiro, o que se comprometeu foi a apresentar até ao final da legislatura uma iniciativa muito mais abrangente e que resolvesse o conjunto de problemas que nesta matéria se verificava.

E as minhas últimas palavras sobre esta matéria foram as seguintes... Retirei a iniciativa, tendo em conta o compromisso que o Governo Regional assumiu nessa matéria. E, depois, digo o seguinte: “Pronto, cumpri a palavra dada, retiro então a iniciativa que está em discussão, tendo em conta o compromisso que o Governo Regional assumiu nesta matéria.”

Como se sabe, o Governo Regional não cumpriu a palavra nesta matéria, não apresentou a iniciativa.

Agora, estou numa situação similar, que é: há uma proposta que está a ser analisada em Comissão, muito mais abrangente, que estará em condições de ser votada muito brevemente neste Parlamento.

Deputado Carlos Silva (PS): Como é que o senhor sabe?

O Orador: E, portanto, há alguma coisa que justifique que o PPM altere a sua posição de princípio nesta matéria? Não.

Na altura, acedemos perante o argumento apresentado por parte do Governo Regional, que tinha uma proposta muito mais abrangente e que era muito mais positivo resolver o conjunto de problemas que afetavam o setor, a legislação em causa. Aceitamos isso e, por isso, retiramos a nossa iniciativa. E, agora, vamos fazer a mesma coisa, ou seja, nós vamos ficar a aguardar que a proposta da Iniciativa Liberal seja também votada neste Parlamento, exatamente pelos mesmos motivos que me levaram em 2019 a retirar a minha iniciativa.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Não havendo, vamos votar este pedido de urgência.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: O pedido de urgência foi aprovado, com 23 votos a favor do PS, 2 do BE, 1 do Chega e 1 do PAN; 19 contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado independente.

Presidente: Tendo sido aprovada a urgência...

Sra. Deputada Joana Pombo Tavares, faça favor.

(*) Deputada Joana Pombo (PS): Obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Essas contas estão bem feitas?

A Oradora: Isso é uma interpelação? Posso prosseguir?

Deputado Joaquim Machado (PSD): Eu não sei, não tenho a certeza...

A Oradora: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Como foi já explicado inicialmente, a proposta conjunta entre o Partido Socialista e o PAN o que sugere é uma segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 18/2004, de 13 de maio, que adapta à Região Autónoma dos Açores os Decretos-Lei n.ºs 550/99 e 554/99, que, respetivamente, estabelecem o regime jurídico da atividade de inspeção técnica de veículos a motor e seus reboques e o

regime jurídico das inspeções técnicas de automóveis ligeiros, pesados e reboques.

Ou seja, em 2004, a Região antecipa-se, antes de qualquer legislação, a poder fazer o seu Decreto-Lei, que regulamenta as inspeções técnicas de automóveis através do Decreto Legislativo Regional n.º 18/2004, que é alterado através do Decreto Legislativo Regional n.º 40/2006/A, de 13 de outubro, assim, antecipando-se a qualquer legislação nacional, atendendo à segurança das pessoas na condução dos seus veículos.

Entretanto, com a publicação do Decreto-Lei n.º 29/2023, de 5 de maio, há uma terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 144/2012, de 11 de julho, que adequa à Diretiva n.º 2014/45/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 3 de abril, e que transpõe também a Diretiva Delegada (EU) 2021/1717 da Comissão, alterando, assim, a periodicidade de motociclos, triciclos, quadriciclos, bem como reboques e semirreboques.

Ou seja, considerando esta última alteração, consideramos que a legislação regional existente se encontra desfasada do restante regime regulatório nacional a partir do dia 01 de janeiro de 2024, pelo que, pelo que já explicamos na urgência, importa equiparar os proprietários dos motociclos da Região, equipados com motor de combustão superior a 125 de cilindrada, com os restantes do território continental português e, assim, corrigir a injustiça que existia sobre este assunto. Introduzimos, também, e consideramos de extrema importância, a prevenção rodoviária, a sensibilização para a prevenção rodoviária, considerando que deverão ser estabelecidos, pela tutela do departamento competente, protocolos com associações que possam ter interesse nessa sensibilização, esperando nós a diminuição, assim, de acidentes rodoviários.

Introduzimos, também, através de Portaria o estabelecimento de tarifa única de inspeção e reinspeção para esses motociclos.

Obrigada.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) Deputado Pedro Neves (PAN): Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PAN já reparou que há aqui um histórico relativamente ao regime de inspeções, que nós não temos nada a ver com isto, isto é esta legislatura.

Eu tenho que informar à câmara, porque em muitos apartes, sobre a intervenção do Sr. Deputado Paulo Estêvão, relativamente à ética parlamentar... Não falou sobre o PAN, obviamente, estava a querer atacar o PS, mas nós somos um dano colateral. Peixe miúdo, mas o peixe miúdo gosta de falar. E eu, como tenho a voz grossa e sou um bocadinho alto, eu gosto de me meter em pontas dos pés.

No dia 21 de julho, o PAN teve uma reunião com a Associação de Motards de Santa Maria. No dia 21 de julho, eu fiz um comunicado, foi público, toda a gente pode ver, em 21 de julho de 2023, que nós queríamos alterar em setembro, só dava com uma urgência, apenas um único ponto do regime de inspeção, que era só os motociclos e os ciclomotores, a isenção dos ciclomotores e, obviamente, que para os motociclos, em termos de inspeção, fosse exatamente igual ao Continente, porque, no Continente, quando saiu a Portaria, como vocês sabem, em 2014 ou em 2015, houve uma manifestação em Lisboa, que eu até fiz parte, por isso é algo que até sei bem o que é que aconteceu, nos Açores cumpriram.

Quando, agora, temos essa inspeção também no Continente, nós vemos aqui que não há uma igualdade entre os mesmos territórios, apesar de termos essa autonomia. Mas não é justo para quem tem outro tipo de veículo, que serve por um lado para lazer, mas há muitas pessoas que usam não por lazer. E também é o meu caso, eu tenho um motociclo que o uso não só para lazer, mas também para

o trabalho. É uma opção, ponto final. Não gosto de estar nas filas. Não tenho paciência para filas. É uma viatura em que, se vou sozinho, ocupo muito menos espaço nas vias públicas em Ponta Delgada para estacionar e na Delegação de São Miguel.

E não foi aqui para tentar retirar alguma coisa da iniciativa do IL. Eu não sabia sequer. Eu falo pelo PAN e o PS fala pelo PS, apesar de a gente ter esta proposta conjunta.

E, depois, vi, obviamente, que o IL já estava a preparar. Sei bem que não o fez após o comunicado do PAN. Sei disso. É um DLR muito profundo. É matéria que o PAN não está sequer capacitado para o fazer. Nós tínhamos que fazer uma investigação prévia. Sei que demorou o seu tempo. Aqui não houve falta de ética ou deixar de ter ética, foi apenas uma coincidência. Nós queremos fazer uma coisa. O IL quer fazer um regime, neste caso, profundo de todos os veículos a motor, sejam os motociclos ou sejam os ciclomotores.

E aqui nós temos a diferença. É uma reivindicação de uma associação. Não é só de uma, mas de todas as associações de motociclos nos Açores. E queremos só criar uma justiça. Essa justiça é apenas relativamente aos motociclos. E que seja exatamente igual ao Continente. Não é o que é que acontece nos nossos Centros de Inspeções, que há muita coisa que poderia melhorar, e bem. E aí temos a iniciativa do IL que podemos aprovar.

Sobre a contagem de urgência, eu sei que dói, mas a contagem de urgência... Isto foi aprovado. E ainda bem que a Mesa deixou que a gente estivesse a apresentar esta iniciativa, porque foi mesmo aprovado com a maioria dos Deputados. A democracia é linda quando ela resolve para o nosso lado.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas. Faça favor.

(*) **Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas** (*Berta Cabral*): Muito obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Srs. Deputados proponentes desta iniciativa e todos os restantes desta câmara, gostaria de dizer que, efetivamente, aquilo que aqui foi dito na altura da discussão da urgência é uma realidade. Nós estamos perante uma autêntica manta de retalhos no que diz respeito a este regime jurídico da atividade de inspeção técnica de veículos, quer seja dos veículos a motor, de motociclos, quer sejam os que constam do Anexo I, quer sejam os que constam do Anexo II, do Decreto Legislativo Regional n.º 18/2004.

E é uma manta de retalhos na medida em que nós temos quatro diplomas em vigor para a mesma matéria. Temos, a nível regional, o Decreto Legislativo Regional n.º 18/2004, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 40/2006/A, que altera mas não republica. E, portanto, são dois diplomas que estão em vigor. E cada um destes remete para a legislação nacional, que é o Decreto-Lei n.º 144/2012 e o Decreto-Lei 29/2023, que foi a última adaptação em função de diretivas comunitárias que se vão aplicar a partir de janeiro de 2024. Portanto, estamos perante um conjunto enorme de diplomas que tem que conduzir a uma revisão geral desta matéria.

E não há dúvida que, havendo uma iniciativa legislativa já entregue na Assembleia sobre a inspeção de veículos, faria todo o sentido que fosse discutida em conjunto, de forma integrada, harmoniosa, complementar, para que saísse daqui um diploma robusto e capaz de dar resposta a todas as situações, harmonizadas com a legislação nacional e com a legislação europeia.

Deputado Carlos Silva (PS): Ninguém está contra isso, Sra. Secretária!

A Oradora: Mas também devo dizer que esta alteração é de tal forma cirúrgica que também não prejudicará essa adaptação e essa nova legislação que tem que sair desta Assembleia.

E, portanto, para dizer o quê? Obviamente que seria mais coerente e mais correto fazer uma alteração substancial a todo o regime, uma revisão geral e estrutural, mas também, havendo uma intervenção cirúrgica, não vai prejudicar a manta de retalhos que nós temos, porque, de facto, é uma alteração muito pontual. Queria deixar aqui esta posição, dizendo que, da nossa parte, não nos vai complicar mais do que aquilo que já está a aplicação destes vários diplomas sobre esta matéria.

Muito obrigada.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem, Sra. Secretária!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional.

Tem a palavra a Sra. Deputada Alexandra Manes.

(*) Deputada Alexandra Manes (BE): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Como já foi aqui dito e agora confirmado pela Sra. Secretária, esta alteração ao diploma regional vem ao encontro da legislação nacional, consagrando um regime mais favorável na Região Autónoma dos Açores, onde se pretende que produza efeitos também a 01 de janeiro de 2024, sendo assim benéfico para as pessoas que residem nos Açores e que utilizam este meio de transporte.

Entretanto, já foi adjetivado como manta de retalhos, como sendo, talvez, um pouco incoerente a entrada desta urgência quando existe uma proposta robusta a ser analisada em Comissão. No entanto, há aqui duas questões que é importante colocar. Tendo em conta que é necessário que seja feita esta alteração até 01 de janeiro de 2024, para não prejudicar ainda mais as pessoas que utilizam estes meios de transporte, eu tenho duas questões a perguntar, que são: esta manta de retalhos vai, ou não, beneficiar as pessoas nos Açores? E, realmente, perguntar se a proposta que se encontra em análise na Comissão está apta a vir a debate, ser debatida e, depois, vigorar até 01 de janeiro de 2024. Porque é isto aqui que nós temos que perceber, para dar o sentido de votação a esta proposta.

Não se pode chegar simplesmente aqui e dizer que há uma proposta em análise,

que esta proposta acaba por ser uma manta de retalhos, incoerente, incongruente e uma data de coisas, alegando que há uma outra proposta em análise, se essa proposta em análise a gente não sabe quando é que sobe a Plenário nem sabe se ela está pronta a vigorar até 01 de janeiro de 2024. E, portanto, convém saber disto aqui, para perceber se as pessoas serão prejudicadas ou não serão prejudicadas futuramente, até porque a Sra. Secretária disse, e bem, que o que se pretende aqui não invalida nada da proposta que está em Comissão.

Portanto, o que eu quero saber é se esta manta de retalhos, realmente, beneficia as pessoas nos Açores. E se a proposta que está em análise está pronta a vigorar a partir de 01 de janeiro de 2024.

Deputado Nuno Barata (IL): É preciso ter pachorra para isto!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Carlos Freitas, tem a palavra.

(*) Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Como deste lado estamos sempre de boa-fé, isto tem sido bem visível ao longo desta semana e de todas as semanas que vimos a esta Assembleia, e corroboro tudo aquilo que já foi dito sobre as intenções do PS, mais uma vez, neste diploma em concreto, a verdade é que estamos aqui, como já disse, de boa-fé, com ideias também de podermos melhorar este documento, que não passa de um... não é um remendo, é um remendinho.

E, então, passava a explicar duas possíveis propostas de alteração, se forem aceites, que é o artigo 6.º-B e o artigo 4.º – Norma revogatória, n.º 2. Então, passava a explicar. Artigo 6.º-B. Passa-se o seguinte em algumas ilhas, nomeadamente com as inspeções dos tratores agrícolas: o Centro de Inspeções desloca-se a alguns concelhos que são mais distantes do Centro de Inspeção fixo nessa mesma ilha. E, depois, para fins das autoridades é válido, como é óbvio, a data da matrícula do trator e não a data da execução da própria inspeção. E, assim,

acontece que, muitas vezes, um trator inspecionado há dois ou três meses deixa de ter inspeção válida porque a data de matrícula assim não corresponde. Isto era uma forma de acautelar essas situações, que são imensas, no nosso arquipélago. A segunda situação é revogar o Decreto Legislativo Regional n.º 17/83/A, de 11 de maio. É uma situação que tem que ver com as placas refletoras, nomeadamente nos carros ligeiros, nas carrinhas de caixa e reboques. Esta é mais uma situação que, realmente, nunca foi colocada em prática, uma vez que as autoridades também se regem pela lei nacional, e os Centros de Inspeção pela lei regional. E, então, as placas refletoras servem apenas para fins, digamos assim, de inspeção e transitar na inspeção, mas, depois, não têm qualquer efeito para fins das autoridades, nomeadamente polícia e GNR. Ou seja, isto é mais um dispêndio que tem havido ao longo destes 30 anos para quem usufrui deste tipo de veículos. Acho que é totalmente desnecessário. E é uma oportunidade que temos de eliminar esta mesma situação.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Nuno Barata, faça favor.

(*) Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não era para intervir neste debate, mas, depois da intervenção da Sra. Deputada Alexandra Manes, não me resta outra alternativa.

Eu penso que todos os Deputados que estão nesta Casa, estão aqui para ajudar os açorianos, uns fazem-no com coisinhas pequeninas, outros fazem-no com

coisinhas muito maiores, sem que essas coisas tenham valorização. Umas são válidas mesmo pequeninas e outras podem não ser válidas sendo grandes.

Mas isto veio revelar que houve aqui uma tentativa de ultrapassar pela direita um diploma que está na Comissão, que é um diploma profundo.

E confesso, Sr. Presidente, o que me apetecia agora, neste momento, era pegar no meu diploma completo e entregá-lo aqui como proposta de alteração a este. Eu quero ver se alguém ficava aqui até ao fim da semana que vem para o discutir.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): V. Exa. está coberta de razão!

O Orador: Isto é ultrapassar pela direita um diploma que está na Comissão, ...

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Pela esquerda!

O Orador: ... para agradar a uma pequena faixa de açorianos. Não é para resolver os problemas dos açorianos todos, é para agradar a uma pequena faixa dos açorianos, com a qual eu também estou preocupado, porque eu tive as mesmas reuniões que todos os Grupos e Representações Parlamentares tiveram.

E mais, o Partido Socialista teve muito tempo para alterar a discrepância entre a lei nacional e a lei regional! Mais, foi o Partido Socialista que pôs na lei regional essa discrepância! O Partido Socialista, que tinha sentada na sua bancada uma Deputada com ligação à pessoa que trouxe esse problema aos Grupos Parlamentares! Portanto, estamos aqui a falar de chicana política com um assunto sério e passar pela direita uma iniciativa que está na Comissão e que deu muito trabalho ao Deputado da Iniciativa Liberal para fazer!

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(Pausa)

Sr. Deputado Paulo Estêvão, quer usar da palavra? Faça favor.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não tinha reparado, Sr. Presidente, que me tinha dado a palavra. Sabe que eu sou sempre muito lesto a utilizar a palavra. E é com gosto que uso a palavra. Sr. Presidente, quero subscrever integralmente aquilo que o Sr. Deputado Nuno Barata acabou de dizer, até porque eu, digamos assim, utilizando a linguagem adequada, sou um dos acidentados neste processo.

O Governo do Partido Socialista tinha-se comprometido a realizar estas alterações em 2015. Depois, o que aconteceu foi que eu apresentei a proposta em 2017. E o Partido Socialista o que é que disse na altura? Disse o seguinte: “O PS quer ver uma revisão global [isto em 14 de dezembro de 2017], integrada, que avalie o tipo de centros, os veículos que estão sujeitos ou não, a sua periodicidade, a introdução ou não de inspeções técnicas na estrada, um vasto conjunto de questões que têm que ser alteradas e que o PS considera que também devem ser refletidas por todos nós.”

Portanto, o que o Partido Socialista queria em 2017 era esta alteração ampla em relação à legislação.

E o Membro do Governo diz a mesma coisa, além de se comprometer a fazer a tal alteração em 2018, alteração a que já se tinham comprometido em 2015.

Deputado Joaquim Machado (PSD): A Covid não deixou!

O Orador: E, agora, de repente, perdem as eleições. E o que é que pensa o Partido Socialista nesta matéria? Pensa em fazer uma alteração global com todos estes aspetos? Não, mesmo estando uma proposta que altera globalmente o conjunto de documentos e a legislação nos seus vários aspetos. Quer fazer esta alteração? Não,

não quer. Agora, então, já não necessita de revisões, já não necessita de avaliações, já não necessita de relatórios, já não necessita de nada disto. Agora, já não é necessária uma alteração global, mesmo estando ela em Comissão.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Exatamente!

Deputado Carlos Freitas (PSD): Uma chico-espertice!

O Orador: Isto é que desacredita a política. Um comportamento de quando se está no Governo, em que se fazem promessas sucessivas, 2015, 2018, em que não se fazem as alterações, em que se está à espera de tudo e mais alguma coisa e, agora, há uma proposta de um partido, numa Comissão, e o que se faz é correr para ficar em primeiro lugar ali na fotografia, para dizer às pessoas: estão a ver? Eu é que sou o campeão desta matéria. Eu, que em 2015 não fiz o que prometi. Eu, que em 2018 não fiz o que prometi. Eu, que agora quero aparecer aqui na meta como, afinal, o grande salvador desta questão.

E, portanto, o Partido Socialista nesta matéria está extremamente fragilizado do ponto de vista ético.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Vai fazer uma nota de imprensa!

Deputado Carlos Freitas (PSD): Um *outdoor*!

O Orador: Está completamente fragilizado nesta matéria. E é isso que eu acho que é importante aqui referenciar.

Mas, mesmo assim, por parte da coligação, o que se fez foi ter aqui também uma postura prática. Já que se vai resolver este conjunto de questões, também se introduzem mais algumas alterações.

Deputado Carlos Silva (PS): Não concordam, mas vão fazer uma alteração!

O Orador: Vamos também a ter oportunidade de fazer a tal reforma, quando a proposta da Iniciativa Liberal aqui for votada.

Mas o único propósito do Partido Socialista nesta matéria foi a corrida eleitoral em que já está metido nesta época do ano. É só isso. É só aparecer para a fotografia. É só uma corrida desesperada contra tudo e contra todos. Mais, contra

as suas posições anteriores, contra a sua própria história nesta matéria. É o que o Partido Socialista está a fazer. E é evidente que não se pode deixar de assinalar estas contradições enormes do Partido Socialista nesta matéria.

O povo não é estúpido. O povo é muito mais inteligente do que muita gente pensa. O povo está atento, está a ver este tipo de manobras e não vai valorizar, como muitos pensam que irá acontecer. Não, o povo de certeza absoluta que irá olhar para isto como uma chico-espertice, que é o que isto é.

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP e do PPM:
Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Martins.

(*) Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu julguei que tinha sido claro quando votámos a urgência. E, obviamente, nós, por convicção, dado aquilo, em nosso entender, que deve ser o trabalho parlamentar, e acontece frequentemente, aliás, na grande maioria das vezes, quando há diplomas que versam sobre a mesma matéria, têm audições conjuntas, sobem a Plenário, eventualmente, no mesmo período legislativo. E foi exatamente por isso.

Depois, o segundo aspeto que frisei era o facto de isto ser uma manta de retalhos. Já é uma manta de retalhos, Sra. Deputada Alexandra Manes, há muitos anos, não é de agora, a manta de retalhos não começou ontem. Aliás, isto remete para diplomas de 99 revogados, para outro de 99 que não está regulamentado, tem um Decreto Legislativo Regional de 2004, ou seja, isto é uma grande manta de

retalhos. Por exemplo, o regime sancionatório ainda é mais engraçado, porque o regime sancionatório não existe em lado nenhum. E, então, há uma Circular...

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Exatamente!

O Orador: ... que diz: aplique-se aquilo que na República disser que sanciona. Pronto, é cómico haver esse tipo de manta de retalhos. Uma pessoa, para perceber o que é que tem que fazer do ponto de vista inspetivo, enfim, tem que ler vários compêndios.

O que é que acontece? Por esse motivo é que, obviamente, o que criticámos, e critiquei eu o Partido Socialista, era a falta de coerência, obviamente, em que aquilo que é urgente agora para os motociclistas, para nós também é urgente.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Claro!

O Orador: Agora, havia a questão da praxe parlamentar, daquilo que, para nós, é praxe parlamentar e que nos parece que é uma questão de bom senso e até de lealdade uns para com os outros relativamente ao trabalho parlamentar.

Mas não é por isso que nós deixamos de considerar que os motociclos, obviamente, já estavam nesta situação de desigualdade há muitos anos. E, por isso, obviamente, votámos contra, mesmo sabendo que a probabilidade de a urgência ser chumbada era muito baixa, porque o Deputado José Pacheco já tinha anunciado o seu compromisso. Nós sabíamos que ia votar a favor e que, por isso, passava.

Por isso, preparamos, também, um conjunto de alterações. Uma vez que isto é já uma manta de retalhos e se estamos a tocar no diploma, por que motivo é que os motociclistas têm esta urgência e não podem ser prejudicados? Porque a iniciativa da Iniciativa Liberal, passo a redundância, poderá demorar mais tempo a entrar em vigor e então eles seriam prejudicados. Então, porque é que os tratores agrícolas têm que ser prejudicados até sair o diploma da Iniciativa Liberal?

Deputado João Vasco Costa (PS): Como é que o senhor sabe? Até pode retirar!

O Orador: Ah, agora, Sr. Deputado João Vasco Costa, é que lhe fugiu a boca

para a verdade!

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Exatamente! Muito bem!

O Orador: É exatamente a tal ultrapassagem à direita que queriam fazer, que é: façam isto, para depois poder chumbar, legitimamente, a iniciativa do Sr. Deputado Nuno Barata!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Sim, senhor. Fugiu-lhe a boca para a verdade, Sr. Deputado João Vasco Costa.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Exatamente!

O Orador: Percebi, ficou registado. Julgo que todos percebemos.

E, por isso, Sra. Deputada Joana Pombo Tavares, Sra. Deputada Alexandra Manes e Sr. Deputado Carlos Silva, que não se inscreveu, mas em apartes tentou alegar uma certa incoerência.

Deputado Carlos Silva (PS): Porquê, não posso comentar?

O Orador: Com toda a legitimidade. Eu só estou a explicar porque é que lhe estou a responder quando não se inscreveu e não houve intervenções.

Deputado Carlos Silva (PS): Tenho que pedir autorização para me inscrever?

O Orador: O senhor, se quiser inscrever-se, inscreve-se. Eu é que lhe estou a responder.

Presidente: Sr. Deputado Rui Martins, não pode estar em diálogo com o seu colega!

O Orador: Sim. Mas, em Diário das Sessões... Parece-me que eu não posso dizer “Sr. Deputado Carlos Silva”. E quem for ler o Diário das Sessões, o Sr. Deputado Carlos Silva não falou.

Presidente: Então, o senhor vai responder aos apartes...

O Orador: Por uma questão até de coerência de quem vier a consultar, se é que

alguém vai consultar. Mas quem vir a consultar, pelo menos vai ver essa coerência.

E a questão é exatamente essa, Sr. Deputado Carlos Silva, é que aquela que é a urgência para os motociclistas, nós consideramos que é a mesma para este caso. E são coisas pequenas também, que não parece que necessitem, da mesma maneira que a proposta do Partido Socialista e do PAN não necessita, de uma, digamos, investigação aturada, porque é bastante claro aquilo que está proposto. E as propostas que a coligação e a Iniciativa Liberal subscreveram, também, parecem-nos bastante óbvias. Inclusivamente, têm a ver com a questão do dístico, que também ajuda os motociclistas, porque, muitas vezes, nos motociclos é mais difícil manter em permanência, em visibilidade e em boas condições o dístico. Em Portugal Continental já não há essa obrigatoriedade. E nós, aqui, também a retiramos, que beneficia, obviamente, todos os açorianos.

Nós nunca estivemos contra, obviamente, aquilo que era a proposta que o Partido Socialista e o PAN aqui apresenta.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: E gostava só de dizer mais uma coisa, que é para abreviar e, assim, já não intervirei no debate na especialidade. Relativamente ao conjunto de propostas que o Partido Socialista e o PAN aqui nos trouxeram, devo dizer que estranhámos muito, no CDS, sobretudo, e falo pelo CDS, obviamente, que haja aqui um aditamento ao artigo 12.º-A, que é a prevenção rodoviária, em que remete para associações sem fins lucrativos as ações de sensibilização para prevenção e segurança rodoviária. Isto, para nós, parece-nos algo meio duvidoso, porque a prevenção rodoviária é, efetivamente, uma obrigação do Governo e do Estado. E, por isso, nós não iremos acompanhar esta pretensão.

(Aparte inaudível)

Pronto, mas se fazem... A questão é que nós gostamos de transparência. E eu não sei quem é que são estas associações sem fins lucrativos, nem quem são as pessoas que estão lá, nem sequer o que é que levou a que estes partidos fizessem essa consideração. Para nós, é o Estado.

Muito obrigado.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Alexandra Manes.

(*) Deputada Alexandra Manes (BE): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Faço esta intervenção, suscitada por aquelas que foram as intervenções, dirigidas a mim, do Sr. Deputado Nuno Barata e do Sr. Deputado Rui Martins. Eu não teçi qualquer tipo de comentário desmerecedor à proposta da Iniciativa Liberal que se encontra em análise. O que eu fiz foi ouvir atentamente o que a Sra. Secretária disse. Dentro do discurso da mesma, disse que não havia qualquer problema em aprovar esta proposta e depois integrá-la naquela que se encontra em análise. E, portanto, não percebi como é que a minha intervenção suscitou tanta irritação por parte da Representação Parlamentar da Iniciativa Liberal e da bancada parlamentar do CDS. Continuo sem perceber.

Tal como continuo sem perceber...

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Veja o vídeo!

A Oradora: ... se a aprovação desta proposta que se encontra agora aqui em debate é, ou não, benéfica para os muitos ou poucos utilizadores dos motociclos. E é isto que eu, realmente, pretendo saber. Porque da parte do Sr. Deputado Carlos

Freitas, quando ele explicou as alterações que propõem, eu percebi. Isto beneficia estes utilizadores. Agora, sinceramente, à parte daqueles muitos ou poucos utilizadores dos ciclomotores, eu não percebi ainda se essa proposta, a ser aprovada, se os beneficia ou não. Porque uma coisa é certa, a 01 de janeiro, eles começam a ser prejudicados se nada for feito. E é esta dúvida que ainda permanece aqui.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Ah, a urgência é para janeiro!

A Oradora: Eu não estou a desmerecer nenhuma proposta, estou simplesmente a tentar perceber o que é que encontram nesta proposta para a chumbar. Até agora, eu ainda não assisti a um único argumento válido. Compreendo a insatisfação do Sr. Deputado Nuno Barata, compreendo-a. Eu não sei se foi um golpe à direita...

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Esquerda baixa!

A Oradora: ... ou se foi um golpe à esquerda baixa, como o Sr. Deputado Pedro Pinto adjetivou a esquerda de esquerda baixa. Sinceramente, não sei. Agora, uma coisa é certa, eu estou aqui para perceber e para debater esta proposta que está aqui. E é legítimo porque foi aprovada esta urgência.

E, até agora, o que eu não percebi ainda é se esta proposta... Já percebi que não causa problemas com a sua aprovação e a sua integração na proposta que se encontra em análise, mas ainda não percebi, a 01 de janeiro, se isto não for aprovado, se há pessoas que vão ser prejudicadas. E é isso que eu pretendo saber, porque é para isso que estamos aqui.

Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

A Mesa não tem inscrições...

Sr. Deputado Carlos Furtado, faça favor.

(*) **Deputado Carlos Furtado (Independente):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu bem percebo a indignação do Sr. Deputado Nuno Barata. Eu acho é que ele

escolheu mal o alvo, não acertou na rola certa.

Eu acho que o Partido Socialista e o PAN têm o direito de apresentar as iniciativas que entenderem, no tempo que entenderem, mais completas ou menos completas, conforme entenderem. É um direito que lhes assiste. Não sei porquê a indignação do Sr. Deputado Nuno Barata relativamente a essa situação.

O pior dessa situação é que foram precisamente aqueles que deviam ter sido os mais amigos do Sr. Deputado Nuno Barata que lhe traíram, não foi Partido Socialista nem o PAN. Não foi o Partido Socialista nem o PAN que entenderam que o trabalho que o Sr. Deputado Nuno Barata e a equipa dele tiveram para realizar esse Projeto de Decreto Legislativo Regional que está atualmente na Assembleia, não foi o Partido Socialista nem o PAN que desvalorizaram o trabalho, que compararam os trabalhos. Houve alguém que entendeu que um Decreto Legislativo Regional igual ao da Iniciativa Liberal, seguindo o processo legislativo da maneira que estava, tinha igual valor e teor à iniciativa apresentada pelo Partido Socialista com o PAN. Portanto, o problema disso é saber quem é que traiu em votação o Sr. Deputado Nuno Barata. Não foi o Partido Socialista nem o PAN. A pessoa está identificada. Portanto, é alguém que depois vai fazer uma nota de imprensa a dizer que o partido X resolveu o problema dos motards de Santa Maria. Não resolveu, foi a cavalo da iniciativa de outros.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Vasco Cordeiro, pede a palavra para uma interpelação? Tem a palavra. Faça favor.

(*) **Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Presidente, eu quero, em primeiro lugar, dizer o seguinte, no seguimento daquilo que tem sido o debate à volta desta matéria: o Grupo Parlamentar do Partido Socialista vai, por meu intermédio, apresentar um requerimento ao

Plenário para a baixa deste diploma à Comissão. Faço-o porque o erro a que levou é da minha responsabilidade. Faço-o com a aquiescência, não exatamente com a concordância, do coautor desta iniciativa, que é o PAN. Mas faço-o, porque, efetivamente, o erro e a falha é minha.

Peço desculpa à câmara pelo facto de isto ter acontecido. É um facto, também, a proposta, se calhar, até, de acordo com o artigo 126.º, devia ter sido mandada para a Comissão e não propriamente incluída na agenda, mas o erro inicial é meu. E eu estou aqui a assumir o erro que cometi.

Agradeço, naturalmente, ao PAN a compreensão quanto a um erro em que o próprio PAN foi induzido da minha parte.

E, portanto, o requerimento para a baixa à Comissão é entregue neste momento na Mesa para votação.

E agradeço a compreensão de todos.

(Neste momento, o Deputado Vasco Cordeiro entregou o requerimento à Mesa)

Presidente: Rececionado o requerimento, vamos pô-lo à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam com o requerimento que requer a baixa deste diploma à Comissão façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O requerimento foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos avançar na nossa agenda para o ponto 19: **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 181/XII – “Regulamentação urgente da atividade do enfermeiro de família”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Para justificar a urgência, tem a palavra o Sr. Deputado Tiago Lopes. Faça favor.

(*) **Deputado Tiago Lopes (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Muito sumariamente, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista solicita à câmara

a apreciação do presente Projeto de Resolução com pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão, atendendo a que o mesmo surge decorrente da aprovação, nesta Assembleia, de um Decreto Legislativo Regional que procedeu à implementação da atividade do enfermeiro de família na Região Autónoma dos Açores e que dispunha, num dos seus artigos, a regulamentação dessa atividade. O Governo dispunha de um prazo de 120 dias para o fazer. Não fez até ao momento. E, portanto, nesse sentido, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresenta este Projeto de Resolução com o devido pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições. Não havendo, vamos passar à votação deste pedido de urgência.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O pedido de urgência foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Tiago Lopes para apresentar a iniciativa. Faça favor.

(*) Deputado Tiago Lopes (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Como eu referi há pouco na apresentação do pedido de urgência, em maio de 2021, esta Assembleia foi unânime ao considerar que a implementação do enfermeiro de família se constituiu como um passo decisivo para a reforma dos cuidados de saúde primários e para a implementação, nos Açores, de cuidados de saúde de proximidade, como foi o exemplo a criação dos Núcleos de Saúde Familiar.

Assim, foi aprovada e publicada a legislação que veio estabelecer os princípios e o enquadramento da atividade do enfermeiro de família no Serviço Regional de

Saúde.

Contudo, publicada em junho de 2021 a referida legislação, o Governo Regional dos Açores dispunha de 120 dias para proceder à sua regulamentação. Não o fez. Está há 20 meses sem o fazer. E, nesse sentido, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe a esta Assembleia que recomende ao Governo Regional a regulamentação urgente, no prazo de 30 dias, da atividade do enfermeiro de família.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentada a iniciativa. Estão abertas as inscrições.

Sra. Deputada Alexandra Manes, faça favor, tem a palavra.

Deputada Alexandra Manes (BE): Muito obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O debate da presente iniciativa reflete o estado desorganizado com que PSD, CDS e PPM governam esta Região.

E para um debate honestamente intelectual é necessário proceder a uma resenha cronológica que se inicia no ano de 2008, quando nesta mesma sala o então Deputado e agora Vice-Presidente, Artur Lima, apresentou a intenção do Grupo Parlamentar do CDS em apresentar uma proposta para a criação do enfermeiro de família, assumindo-se como uma, e passo a citar, “oposição construtiva e, por isso, também apresentamos as soluções”.

O CDS, para as eleições regionais no período 2008-2012, plasmou no seu programa eleitoral essa mesma promessa, tendo apresentado a proposta para a criação do enfermeiro de família, que, no entanto, foi retirada ainda em debate.

Nessa altura, referiam que, e passo novamente a citar, “os Deputados do CDS-PP esperam poder ver aprovada a iniciativa a curto prazo para que a sua entrada em vigor seja possível ainda este ano”.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: E ainda: “O CDS-PP está na política com uma atitude construtiva. Queremos melhorar o que está menos bem, sabendo aprovar o que de bom se propõe nesta Assembleia.”

(Aplausos do Deputado Rui Martins)

Já na atual legislatura, em 2021, e suportando (imaginem lá!), fazendo parte do atual Governo, o Grupo Parlamentar do CDS apresenta novamente a proposta pelo Sr. Deputado Pedro Pinto, que dizia, e passo a citar: “O CDS-PP Açores continua a acreditar e não desistiu da implementação do enfermeiro de família no Serviço Regional de Saúde.” E ainda disse, e passo a citar: “A implementação do enfermeiro de família nos Açores constituirá um passo decisivo para a reforma dos cuidados primários de saúde, no sentido de alterar o paradigma centrado na cura para um paradigma centrado na prevenção.”

Ainda, o mesmo Sr. Deputado Pedro Pinto, eleito pelo CDS, dizia (ouçam bem o que ele disse!), e passo a citar: “Finalmente, após doze anos, esta iniciativa do CDS-PP vê a luz do dia.” Frisando: “E estamos convictos de que a criação do enfermeiro de família constituirá um passo decisivo para a reforma dos cuidados primários de saúde nos Açores.”

Estamos em setembro de 2023.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): 12 anos?

A Oradora: Portanto, dois anos após a aprovação por unanimidade da proposta do CDS, 20 meses após o prazo para a sua regulamentação, constata-se o óbvio: não há regulamentação para aquela que era uma das grandes aspirações do CDS,

partido, novamente digo, que está no Governo.

Dois anos após a sua aprovação, 20 meses após o prazo para a sua regulamentação, após a saída de três Secretários, inclusive o da saúde, e de duas Secretárias, dois Diretores da Cultura, doravante designada por assuntos culturais, ...

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): O que é que isso tem a ver?

A Oradora: ... e uns quantos rodopios de cadeiras, pasmem-se, a regulamentação do enfermeiro de família nunca viu a luz do dia.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Quer falar do Governo da República?

A Oradora: Aliás, do enfermeiro de família só se conhecem os *outdoors* do CDS, que, tal e qual o avião cargueiro, nunca levantou voo dos *outdoors*.

Não sabemos a razão para tal, se por demora num grupo de trabalho que tinha somente três meses, se por falta de enfermeiros – calculo que sim, porque ainda hoje é capa no “Açoriano Oriental” a falta de 350 enfermeiros, denunciada pelo Presidente da Ordem dos Enfermeiros, Dr. Pedro Soares –, se por desorganização no Sistema Regional de Saúde. Confesso que não sei.

De duas coisas temos a certeza: os incentivos à classe de enfermagem nunca passaram de uma norma no Orçamento e de pouco servem as propostas do CDS, pois nem no Governo as conseguem cumprir.

E outra coisa é certa: tal como dizia o Sr. Vice-Presidente, à altura Sr. Deputado, “a história não se reescreve”. E esta história fica muito mal, mas muito mal exatamente ao CDS, porque nem no Governo regulamenta aquilo que legisla.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Quental.

(*) **Deputada Ana Quental (PSD):** Muito obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista traz-nos a este Plenário um Projeto de Resolução que recomenda ao Governo a regulamentação urgente da atividade do enfermeiro de

família.

Na introdução inicial da proposta, faz uma resenha histórica do que tem sido a evolução da enfermagem ao longo destes anos no que respeita à criação do enfermeiro de família, nomeadamente o colégio da especialidade, as competências específicas do enfermeiro de família, do programa formativo e das suas competências, dos padrões de qualidade, entre outros.

No entanto, convém acrescentar alguma legislação que foi decorrendo ao longo destes anos, desde 2011: o Decreto-Lei n.º 118/2014, de 5 de agosto, que definiu e define o enfermeiro de família; a Circular Normativa n.º 17/2015 da DRS, que cria os Núcleos de Saúde Familiar.

Em 2015, o então Presidente da Ordem dos Enfermeiros – só para lembrar alguns, era o Sr. Enfermeiro Tiago Lopes – ...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Isso é amor!

A Oradora: ... afirmava que havia falta de vontade política para implementar o enfermeiro de família, uma vez que já havia, em 2010, uma experiência-piloto que teria tido muito sucesso, mas que, infelizmente, o Governo, na altura, não teve coragem política para avançar com o enfermeiro de família.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): E quem era esse enfermeiro?

A Oradora: Relembro isto, porque, efetivamente, o Governo anterior poderia ter feito, mas não o fez. Foi preciso este Governo, nesta legislatura, através do Decreto Legislativo Regional n.º 19/2021, 21 de junho, aprovar, por unanimidade, nesta Casa, o então DLR, que estabeleceu os princípios e o enquadramento da atividade do enfermeiro de família no âmbito das unidades prestadoras de cuidados do Serviço Regional de Saúde.

Este DLR teve o mérito de colmatar aquela que era a falha desde 2014, altura em que foi aprovado o DL n.º 118, que já disse, de 2014, que definiu o enfermeiro de família como sendo o profissional de enfermagem que, integrado na equipa profissional de saúde, assume a responsabilidade de prestação de cuidados de

enfermagem globais às famílias em todas as fases do ciclo da vida e no contexto da comunidade. Com a publicação deste diploma, encerrou-se assim um processo legislativo que teve início em 2012.

Não temos qualquer dúvida de que a população açoriana vai beneficiar com a presença do enfermeiro de família. Estes que se assumam como profissionais de saúde em posição privilegiada pelas suas competências, conhecimentos e capacidades na mobilização de recursos disponíveis para prestar melhores cuidados de saúde, respondendo de forma atempada, personalizada e integrada às suas necessidades. O enfermeiro de família será, assim, um gestor de saúde dos utentes ao nível dos cuidados de saúde primários.

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

A Oradora: Tal como estava previsto, a adequada implementação do mesmo implicava a sua regulamentação, que não está efetivamente concluída, em grande parte porque não é possível fazer tudo em tão pouco tempo.

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

A Oradora: Ser-nos-á sempre difícil conseguir compensar o tempo que foi perdido no passado. Na realidade, entre 2014 e 2020, este assunto não teve qualquer desenvolvimento. Seis anos!

Deputado Flávio Soares (PSD): Ora bem!

A Oradora: Apenas em 2021 e fruto de uma iniciativa que o Grupo Parlamentar do CDS em boa hora trouxe a este Parlamento, demos o primeiro passo desta jornada.

A grave carência de recursos humanos e físicos que enfrentamos nestes dois anos e meio de legislatura constituíram aquele que foi o foco da governação deste Governo, condição essencial e prévia à boa regulamentação deste DLR.

Disse.

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Nuno Barata, faça favor, tem a palavra.

(*) Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente. Estamos perante um Projeto de Resolução, eu diria, que talvez fosse escusado. Mas o que nós nos temos habituado com o atual Governo Regional é precisamente a Assembleia ter que estar a fazer Resoluções em cima de Resoluções para fazer cumprir aquilo que já devia ter sido cumprido.

Coisas tão simples, como há um mês aprovámos para se cortar as relvas, uma coisa simples. Ainda hoje aprovamos para limpar grotas e ribeiras, uma coisa simples. Mas, pasme-se, esse Projeto de Resolução, que vamos (presumo eu) aprovar, é mais grave do que mandar limpar relvas e mandar limpar grotas.

Deputado Tiago Lopes (PS): Tal e qual!

O Orador: É tão simplesmente para o Governo regulamentar uma coisa que ele próprio fez e nos trouxe aqui para nós aprovarmos.

Mas, então, como é que se governa esta Região? É só trazendo à Assembleia coisinhas para nós aprovarmos e, depois, põe-se na gaveta? Não se acabam os diplomas? O diploma só acaba quando é regulamentado.

Deputado António Lima (BE): É pôr publicidade no Facebook!

O Orador: E nós vamos chegar aqui, no dia a seguir aprovamos um diploma, como o Deputado José Pacheco, sai um retratinho, um meme no Facebook, que ele gosta muito também de fazer e, depois, põe-se da gaveta. Não se regulamenta, que é para não ter que fazer aquilo que a Assembleia aprovou.

Eu vou-me ver obrigado qualquer dia a fazer diplomas com a regulamentação toda. E, depois, não me acusem, como a Sra. Secretária Regional “dos Estudos”

já uma vez me acusou de ter tido uma Resolução demasiado específica. Por acaso, a coisa até correu mal. Imaginem se a Resolução não tivesse sido tão específica, ainda tinha sido pior.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vamos, certamente, votar favoravelmente esse Projeto de Resolução. Mas também deixar aquela nota de apelo ao Governo para que regulamente, como todos os diplomas que saem desta Casa e que carecem de regulamentação, com a brevidade que eles exigem, para não termos que chegar aqui dois ou três meses depois e estamos a fazer Projetos de Resolução para obrigar o Governo a fazer aquilo que ele próprio se propôs a fazer.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Carlos Furtado, faça favor.

(*) Deputado Carlos Furtado (Independente): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Bem, eu vou começar a minha intervenção por dizer que vou votar favoravelmente esse Projeto de Resolução, porque não há razão nenhuma, no meu entender, que justifique que este diploma esteja a aguardar regulamentação há dois anos. E não há, principalmente, uma vez que esse diploma nos foi trazido aqui pelo Governo. Eu julgo que deveria ter feito parte do trabalho da iniciativa enquanto proposta de Decreto Legislativo Regional, paralelamente ao trabalho de desenvolver a iniciativa, desenvolver de vez a regulamentação, sendo que ela, no limite, ficaria a aguardar que essa Proposta de Decreto Legislativo Regional fosse aprovada nesta Casa, para, no seguimento, acabar a regulamentação. E o que vemos é que não. A iniciativa veio para aqui e parece que nem sequer acreditavam que fosse aprovada. E se for aprovada, eventualmente, havemos de pensar na regulamentação.

Atenção, estamos a falar de um assunto bastante sério, como já foi aqui dito por outras intervenções antes de mim. É que ficar dois anos... Ou seja, a questão do enfermeiro de família é algo que tem sido defendido pelos partidos todos.

No limite, podia não ter sido aprovado o artigo 4.º ou o artigo 5.º com a redação que estava, mas havia de ser aprovado. Mas não, ficamos aqui mais de dois anos à espera que haja uma regulamentação.

Deputado Joaquim Machado (PSD): São oito anos!

O Orador: Não, o que foi aprovado em 2021, são dois anos.

Deputada Ana Quental (PSD): Não foi feito em 2015!

O Orador: Não foi feito em 2015. Então, como não foi feito em 2015, já não é preciso fazer. Por analogia, se o Governo anterior não fez, este também não precisa fazer. As coisas não são assim! Aliás, se um dos emblemas dessa governação é o novo paradigma, acho que o novo paradigma não pode copiar paradigmas antigos, principalmente nessa área.

Portanto, o apelo que deixo é que a Sra. Secretária ponha os juristas da sua Secretaria a trabalhar, que faça o trabalho que tem que ser feito, porque isso é algo que os açorianos estão à espera que se resolva. E a senhora sabe isso melhor do que eu. Eu não preciso de lhe estar dando lições de moral de uma coisa que a senhora sabe melhor do que eu.

E espero que o tempo que é proposto aqui nesse Projeto de Resolução do Partido Socialista seja cumprido, para, finalmente, termos esse diploma pronto a entrar em vigor.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições...

Sr. Deputado Tiago Lopes, faça favor.

(*) **Deputado Tiago Lopes (PS):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A grande diferença, Sra. Deputada Ana Quental, é que, enquanto fui dirigente da Ordem dos Enfermeiros e proferi essas declarações, eu proferi essas declarações em 2015. E a Sra. Deputada acabou por referir que foi publicada uma Circular Normativa que criou os Núcleos de Saúde Familiar com o enfermeiro de família. Houve ou não houve coragem política? Portanto, a grande diferença foi essa.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Mas quem disse que não houve coragem política foi o senhor!

O Orador: Agora, a grande diferença é para agora, que o Governo trouxe a esta Assembleia uma proposta de Decreto Regulamentar Regional, em que o próprio é que propõe uma regulamentação no prazo de 120 dias, passam mais de 20 meses e não o faz! Então, onde é que está a coragem política, afinal? Em 2015, eu, enquanto dirigente da Ordem, disse: o Governo fez. O Governo, agora, em 2021, propõe regulamentar em 120 dias, passam 20 meses e não faz nada. Onde é que está a coragem política, afinal? A grande questão é essa!

Deputado José Contente (PS): Muito bem!

O Orador: E digo-lhe mais, Sra. Deputada, eu vou citar o Governo Regional a 18 de maio de 2021. Dizia, então, o titular da pasta: “Entendemos essencial a criação deste grupo de trabalho (...)”. Um grupo de trabalho que, eu recorde, vem de ano para ano com uma verba de 25 mil euros inscrita no Plano de Investimentos para o seu trabalho. Não conhecemos qualquer trabalho feito desse grupo de trabalho nem quem é o grupo de trabalho. Mas dizia, então, o titular da pasta: “Entendemos essencial a criação deste grupo de trabalho, que tem um prazo de três meses determinado. A própria norma prevê que tenha um prazo de regulamentação. E o que pretendemos é que, antes de terminar esse período, já tenhamos concluído tudo aquilo que levará à regulamentação do enfermeiro de família.” Isto, em 18 de maio 2021. Estamos em setembro de 2023!

E dizia na altura o titular da pasta, e passo a citar: “Não estamos perante aqueles grupos de trabalho que, muitas das vezes, são a desculpa para não se fazer.”

Afinal, parece que sim, era mesmo desculpa para não se fazer.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Quental.

(*) Deputada Ana Quental (PSD): Muito obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Tiago Lopes, eu, quando falei no Presidente da Ordem dos Enfermeiros na altura, estava a falar no enfermeiro Tiago Lopes, não estava a falar no político. Portanto, as declarações que eu apresentei aqui foi para justificar o que não foi feito pelo Governo na altura, que por acaso era um Governo do PS.

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

A Oradora: Portanto, na altura, o senhor, como Presidente da Ordem... Por acaso, há bocadinho disse, mas, já agora, aproveito para dizer: “Procurarmos resolver [efetivamente, era o seu papel como Presidente da Ordem dos Enfermeiros], sem sucesso, alguns constrangimentos detetados, nomeadamente, no que se refere aos sistemas de informação. Não só não vimos o problema resolvido, como o vimos agravado. Foi retirada a plataforma informática que suportava os registos de enfermagem dos enfermeiros de família e, com eles, a evidência dos ganhos em saúde.” Portanto, isto foi em abril de 2015. O Sr. Deputado, quando entrou para o Governo, em 2016/2020, poderia ter tido essa oportunidade de fazer aquilo que o Governo anterior não fez, simplesmente!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Berto Messias (PS): Dois anos e meio sem regulamentar um diploma, e a culpa é do Tiago Lopes, em 2015?! Nossa Senhora!...

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Pedro Pinto, tem a palavra.

(*) Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A iniciativa do enfermeiro de família, proposta nesta Assembleia pelo CDS, desde o ano de 2008, é um salto qualitativo nos serviços de saúde a prestar aos cidadãos. Acontece que, por falta de vontade política naquela época, a iniciativa não foi aprovada em 2009. Entretanto, passaram-se vários anos, como já ficou patente no debate que tivemos até agora, sem que os Governos anteriores, da responsabilidade do Partido Socialista, tivessem avançado com a implementação do enfermeiro de família.

Finalmente, em 2021, voltamos a apresentar a esta Assembleia o mesmo texto que havíamos submetido em finais de 2008. Em 2021, esse texto já foi aprovado, por unanimidade.

Pois bem, na altura, o Governo tinha 120 dias para regulamentar e não regulamentou. Já foi aqui escalpelizado no debate todas as circunstâncias que envolveram a pasta da saúde. E, portanto, isso, também, obviamente, provocará constrangimentos na execução de assuntos que estejam pendentes.

Não é isto desculpa nem nós estamos a apresentar qualquer desculpa em nome do Governo, mas compreendemos que, numa circunstância em que há mudança de titular de pasta e de gabinetes, há assuntos que, obviamente, ficam pendentes. E leva o seu tempo até que os novos titulares e o novo gabinete voltem a retomar os assuntos e a colocar em dia tudo o que esteja pendente para resolução.

E, portanto, nessa matéria, estamos confiantes que, oportunamente, o Governo irá implementar o enfermeiro de família, através de uma regulamentação. E teremos,

finalmente, nos Açores, a implementação dessa figura, que, já é a nossa convicção desde 2008, será um salto muito qualitativo na prestação de cuidados de saúde aos açorianos.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional da Saúde e Desporto.

(*) Secretária Regional da Saúde e Desporto (Mónica Seidi): Muito obrigada, Sr. Presidente.

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia, Exmas. Sras. e Srs. Deputados, Exma. Sra. Secretária, Exmos. Srs. Secretários:

Assisti, com alguma perplexidade, àquilo que foi o início deste debate. Efetivamente, esta não é uma matéria nova discutida nesta Assembleia. Acho que aquilo que nos une a todos será, sem dúvida, aceitarmos que esta é uma iniciativa que, obviamente, beneficiará os utentes do Serviço Regional de Saúde.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: E aí estaremos todos de acordo, independentemente das ideologias políticas que nos aproximam ou que nos afastam.

Mas, de forma inequívoca, o enfermeiro de família é, sem dúvida, uma medida que este Governo quer e vai implementar, porque, efetivamente, é uma medida necessária.

Fico, contudo, perplexa, às vezes, com o radicalismo que aqui se observa. Se, por um lado, tudo aquilo que a direita faz ou o Governo de coligação faz é mau, por outro, tudo aquilo que o Governo ainda não fez é que é bom.

E, meus senhores, fico, de facto, perplexa, porque, ao fim de seis meses em que

estou aqui neste cargo, de facto, tenho tido um trabalho do qual me orgulho e que é um desafio diário, primeiro, de organizar a casa e, segundo, de efetivamente perceber quais são as prioridades e aquilo que ficou por fazer.

Deputada Joana Pombo (PS): Antes, estava desarrumada?

A Oradora: Efetivamente, o enfermeiro de família é algo que está pendente já há algum tempo, mas que não é apenas da Região Autónoma dos Açores.

Deputado José Ávila (PS): Isso é mais grave então!

A Oradora: E se olharmos para aquilo que se passa a nível nacional, desde 2014 que a nível nacional existem projetos-piloto relacionados com o enfermeiro de família, mas, pasme-se, até agora não foi regulamentado.

E, portanto, este não é um mal só apenas do Governo Regional, mas, efetivamente, porque há dificuldade em encontrar pontos comuns à sua regulamentação.

Contudo, estranho, de forma curiosa e, se calhar, até um pouco irónica, que, na semana passada, tenha tentado perceber em que ponto de situação estava a Resolução do enfermeiro de família, mas fico contente porque esta semana assistimos a uma urgência da parte do Partido Socialista para a sua regulamentação.

E, portanto, estamos cá para trabalhar. Obviamente que será uma tarefa que, digo já, merecerá todo o empenho da parte da Secretaria Regional e da Direção Regional. Mas, volto a referir, será uma tarefa difícil de cumprir, porque, efetivamente, há pontos e características do projeto em si que, infelizmente, nós vamos ter algumas dificuldades em ultrapassar.

E a prova de que o Governo tem vindo a trabalhar neste projeto é que, apesar de não ser algo fácil pela característica inerente ao mesmo, o facto de o enfermeiro de família ter a seu cargo uma família e de acompanhar a família ao longo de todo o seu ciclo, conseguimos perceber que este projeto-piloto poderá arrancar na ilha de São Miguel e na ilha Terceira. E também já conseguimos perceber que, eventualmente, a nível do concelho da Povoação, será, sem dúvida, uma mais-

valia para implementarmos, como projeto-piloto, esta medida. A nível da ilha Terceira, eventualmente nas freguesias de São Sebastião e de Santa Bárbara, que são aquelas que reunirão, à partida, as melhores condições.

Portanto, dizer que o Governo nada fez? Não me revejo nestas críticas, não as poderei aceitar.

Reconhecer que ainda há um longo trabalho a fazer? Sim, é verdade, estamos cá para o fazer.

Relativamente àquilo que o Sr. Deputado Tiago Lopes falou, em virtude de os Núcleos de Saúde Familiar estarem aqui associados a este projeto, também lhe tinha ficado bem, talvez, fazer uma resenha histórica e perceber porque é que os Núcleos de Saúde Familiar foram instalados na Região. Pois, ora bem, o Partido Social Democrata, na altura, na oposição, ter-se-á lembrado que as Unidades de Saúde Familiar seriam uma boa medida a implementar na Região e poderiam ir ao encontro daquilo que é uma organização mais estruturada, mais direcionada à família e ao utente.

Infelizmente, essa medida não foi acatada nesta Assembleia e foi necessário responder com a criação dos Núcleos de Saúde Familiar. Pois, muito bem, estranho que, ainda ontem, mesmo a nível nacional, o Ministro da Saúde tenha assumido que as Unidades de Saúde Familiar seriam o futuro relativamente à organização dos cuidados de saúde primários (um socialista reconheceu que a medida era boa). Estamos cá para acompanhar a evolução e para tentar perceber que dentro da organização do setor será efetivamente uma mais-valia com a introdução do enfermeiro de família.

E, obviamente, iremos cumprir aquilo que são, não digo as ordens, mas as recomendações desta Assembleia. E tudo faremos para, no prazo que está na Resolução, conseguir regulamentar de forma eficaz e efetiva o enfermeiro de família na Região Autónoma dos Açores.

Muito obrigada.

Voices dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional.

Sra. Deputada Alexandra Manes, faça favor, tem a palavra.

(*) Deputada Alexandra Manes (BE): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Faço esta última intervenção, espero ser a última, suscitada pela intervenção do Sr. Deputado Pedro Pinto, diga-se e quero registar, muito menos efusivo do que aquilo que é habitual nas suas intervenções. Foi muito calmo, a tentar argumentar e a desculpar aquela que é manifestamente uma falta de vontade política nesta regulamentação, ...

Secretária Regional da Saúde e Desporto (Mónica Seidi): Não é!

A Oradora: ... ou então tem as prioridades trocadas. E vou-lhe passar a explicar.

Sra. Secretária, não é para si, não estava aqui na altura.

O Bloco de Esquerda fez aprovar uma proposta nesta Casa, ainda na passada legislatura, que resultou no Decreto Legislativo Regional n.º 28/2020/A, de 19 de outubro, que pretendia o fim do uso do glifosato em espaços públicos. Diga-se, foi publicado a 19 de outubro. Vêm as eleições, o PS ganha, a direita forma maioria. E passados pouco mais de três meses, conseguiram despachar a regulamentação e inverter a proposta. Portanto, pouco mais de três meses serviram para regulamentar aquela proposta. Portanto, nota-se que, quando é um ataque ao ambiente, há muita facilidade em regulamentar. Quando é para as pessoas, vamos com calma que isto é para se ir fazendo. Portanto, Sr. Deputado Pedro Pinto, a sua intervenção não resultou muito bem.

Eu também tenho visto, aqui, ao longo destes debates todos, nestes três anos em que me encontro aqui, com uma interrupção de seis meses, que é prática do CDS-PP culpar o Partido Socialista por 24 anos, 12 anos, seja o que for...

Eu dei-me ao trabalho de ir verificar o vosso sentido de voto nos Orçamentos daquele Governo que era terrível para o CDS. Inclusive, esse Governo impediu aquela proposta do enfermeiro de família, que acabou por ser retirada. E, pasmem-se só, este CDS de agora que está aqui, à exceção, pronto, do Sr. Deputado Rui Martins, pode ter sido apanhado aqui nalguma destas votações, vamos ver, de 2008 a 2020, este CDS votou contra apenas três vezes o Orçamento e fez oito abstenções, somente oito abstenções.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Eu estava lá!

Deputado Carlos Freitas (PSD): E o Bloco?

A Oradora: Mas nós somos coerentes.

E, pasmem-se, nos anos piores que podia haver do Governo Socialista, 2019 e 2020, o CDS aprovou, exatamente, os Orçamentos. Ó Srs. Deputados, decidam-se, expliquem o que é que se passava naquela altura e que agora criticam tanto! É porque nem no ano em que apresentaram a proposta para o enfermeiro de família votaram contra aquele Orçamento.

Deputado Luís Soares (PSD): E o enfermeiro? Onde está o enfermeiro?

A Oradora: Ou seja, é uma incoerência total! Agora são os vilões e os maus, mas na altura deu-vos jeito, porque nem no Orçamento, no ano da proposta para o enfermeiro de família, votaram contra. Portanto, Srs. Deputados do CDS e Sra. Deputada, a vossa coerência está mais que explicada aqui.

Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Pedro Neves, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PAN vai votar favoravelmente esta iniciativa. Esta é uma iniciativa que reforça, mete um peso sobre aquilo que supostamente já é lei.

E apesar de, na teoria, na troca de testemunho, não se pode sentir algum atraso relativamente ao Governo e às suas tutelas, mas nós sabemos que somos todos seres humanos e há sempre um atraso para o acompanhamento de uma pasta extremamente complexa, como nós temos na saúde ou também se isso acontecesse na educação. E temos, obviamente, que ter paciência. Eu não sou assim tão paciente, mas pelo menos consigo entender muito bem.

O que eu não consigo entender e também não consigo admitir como argumento válido é que nós tivemos uma troca de Governo e essa troca de Governo veio com uns *soundbites* a dizer: nós entramos neste Governo com humildade, com mudança de paradigma e damos apreço à pluralidade. Mas, depois, usa-se como argumento das bancadas da coligação, supostamente: OK, nós não fizemos, mas vocês também não fizeram. Então, aquilo que vilipendiavam no passado, estão a aprender muito rapidamente e estão a fazer exatamente o mesmo, arrançando uma desculpa: o Governo anterior não fez. Mas se tinha o argumento de que querem uma mudança paradigma e iam ser diferentes, estão a ser exatamente iguais.

Consigo compreender, a Sra. Secretária mudou, consigo compreender esse atraso, não tenho qualquer problema com isso. Tenho problema com as bancadas da coligação a dizerem a mesma desculpa. E aquilo que era um grave problema do Governo anterior, estão a fazer exatamente igual e com os mesmos argumentos!

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Não, não! Somos diferentes!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Pedro Pinto, tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Pedro Neves, essa acusação que nos endereça não é válida, porque há uma diferença entre o que nós estamos fazendo e aquilo que a bancada do PS

fazia quando era Governo. É que nós aprovamos o enfermeiro de família e ele vai avançar. E o Partido Socialista não aprovou o enfermeiro de família, ponto. Portanto, há aí uma diferença.

Depois, Sra. Secretária, obrigado pelas respostas e pela intervenção que fez, porque já nos deu a conhecer que, afinal, já há trabalho feito. Já há perspetiva de instalação de um projeto-piloto em São Miguel e de um projeto-piloto na ilha Terceira.

Deputado António Lima (BE): Resta saber é quando!

O Orador: Sr. Deputado Pedro Neves, está ou já não está a ser feita alguma coisa? É muito mais do que o que o Partido Socialista fez. E, portanto, pode a regulamentação não estar feita, mas o processo não está parado. E, portanto, se já se perspetiva haver um projeto-piloto, se já se perspetiva o local onde esse projeto-piloto vai funcionar, obviamente, está faltando complementar o processo, que é a regulamentação em si, mas significa que o processo não está parado. E portanto, Sr. Deputado Pedro Neves, a sua intervenção, obviamente, é desprovida de sentido e não a podemos aceitar.

E, Sr. Deputado Tiago Lopes, veja: V. Exa. esteve quatro anos lá (no Governo) e nem sequer para perspetivar algum local para implementar o projeto-piloto. E porquê? Porque não havia vontade política para o fazer. É tão simples quanto isso. Muito obrigado.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Pedro Neves, tem a palavra.

(*) Deputado Pedro Neves (PAN): Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu pedi logo a palavra porque já sabia que ia intervir, porque nós sabemos que o Sr. Deputado Pedro Pinto nos iria iluminar com as suas intervenções.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Eu sou a vossa luz!

O Orador: E eu sabia que tinha, obviamente, que retorquir. Sinto-me impelido em responder ao Sr. Deputado Pedro Pinto sobre a diferença entre o pensamento do CDS e do PAN. Para o CDS, aquilo que é aprovado mas não é executado não é a mesma coisa do que aquilo que é reprovado mas não é executado, porque aquilo que é aprovado mas não é executado não é a mesma coisa do que ser reprovado e não ser executado. Para o PAN, é exatamente a mesma coisa. Para mim, ou há ação, ou há teoria. Há teoria e depois há ação.

E veio do seu argumento. Consigo compreender que, Sra. Secretária, pela troca de testemunho, há um atraso. E foi o argumento do Sr. Deputado Pedro Pinto, e muito bem, concordo. O que eu não concordo, o que eu não admito neste Plenário é, por um lado, ter a retórica da mudança de paradigma, mas, depois, usam-se como argumentos para desculpar, e não estou a falar do Sr. Deputado Pedro Pinto, mas arranjamos desculpas: nós não executamos, mas o PS também não fez. E, então, nós estamos bem. Enquanto estamos aqui com o travão e arranjamos as desculpas esfarrapadas. Pelos vistos, para os açorianos, e os açorianos estão a ver, é exatamente a mesma coisa entre termos algo reprovado e não executado, de algo que é aprovado mas não é executado. Para o PAN é exatamente igual. E a bancada da coligação devia repensar nos seus argumentos, esses argumentos de usar como desculpa o Governo anterior.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Acabei de dizer que a Sra. Secretária disse que já havia local!

O Orador: Eu pergunto: quantos anos mais é que vão arranjar desculpa? Se o Governo anterior não fez, nós não nos sentimos impelidos em fazer. E os açorianos ficam bem com isso. Não, não podem fazer isso! Se querem ser

mudança, não podem usar esse argumento. Se há um atraso, admito, não há qualquer problema em um atraso. Agora, esses argumentos, já chega!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, faça favor.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Deputado Pedro Neves, cuidado com o microfone.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Pedro Neves, nenhuma desculpa, muita mudança.

Olhe, a primeira mudança é que foi com esta maioria que foi aprovado, finalmente, o enfermeiro de família. Primeira mudança, uma mudança muito significativa.

Diz-me V. Exa. que o projeto não existia. Não, foi aqui apresentado. E o Partido Socialista chumbou a proposta.

Diz-me V. Exa.: bem, mas o passado é o passado. Sim, mas o passado tem que ser estudado, o passado deve ser conhecido, não serve para desculpa nenhuma, serve para aprender, serve para que todos o conheçam e para que todos percebam a responsabilidade de cada um.

Diz-me V. Exa. o seguinte: tem que ser regulamentado. E o Partido Socialista apresentou uma proposta nesse sentido. Claro. E o que eu lhe tenho a dizer, da parte do PPM, é que vamos votar favoravelmente esta iniciativa. E só votamos favoravelmente porque consideramos que é útil e que é uma iniciativa que merece o nosso apoio, portanto, ou seja, que seja regulamentado, ponto.

Portanto, não há aqui a defesa do impossível. Não. Há aqui que dizer que o Partido Socialista ou o próprio Sr. Deputado Tiago Lopes teve essa oportunidade, teve responsabilidades entre 2016 e 2020 e não o fez. Bom, dir-me-á V. Exa.: bem, mas isto não interessa. Interessa para o debate político. É evidente que interessa. E, portanto, não foi feito. Não foi feito durante a maioria do Partido Socialista.

E aqui assumiu-se esse compromisso, que deve ser regulamentado. Ainda não foi

e já deveria ter sido. Pois, é evidente que sim. E é por isso que vamos votar favoravelmente a proposta do Partido Socialista. Portanto, com total frontalidade, é para fazer mesmo e é para ser executado.

Que não venham agora atirar pedras, porque Jesus Cristo... Desculpem as citações bíblicas, mas, desde que comecei a receber várias mensagens de pessoas que adoram as minhas citações bíblicas, eu comecei a utilizar cada vez mais, porque já vi que é uma ótima forma de comunicar.

E, por isso, o que eu quero aqui referenciar é que o Partido Socialista utiliza a velha lógica bíblica. Não atirem pedras. Não atirem a primeira pedra. Eu posso apresentar dezenas e dezenas de exemplos de diplomas que não foram regulamentados pelo Partido Socialista. Isto é importante? É importante referenciar isto. É importante referenciar que o Partido Socialista nesta matéria... E esta legislatura ficará marcada por muitas coisas, inclusivamente, Sr. Deputado Pedro Neves, por algumas que V. Exa. aqui apresentou e que foram aprovadas pelo PPM. Ficarão marcadas por muitas iniciativas. E uma das coisas que irá marcar também esta legislatura é a criação do enfermeiro de família. Eu tenho muito orgulho de pertencer ao património deste Governo, que o PPM apoia e integra. E é por isso que eu acho que é importante dar celeridade a este processo.

E o Partido Socialista vem, agora, aqui, com uma pressa que nunca teve antes. Sim, senhor, não faz mal. Chegou agora, mas não há problema nenhum. Pode entrar no pelotão e pode puxar esta carruagem, sendo certo que nós estamos lá à frente e V. Exas. estão cá atrás.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Pedro Neves, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Estêvão, já é muito conhecido aquilo que você faz: agarra a citação de uma pessoa, esmigalha, deturpa, desvirtua e, depois, a citação passa a ser diferente e usa isso como argumento. E dizem que, supostamente, é hábil. Eu não vejo habilidade.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O que é que eu citei mal?

O Orador: E você vai ter que ouvir! Agora, vai ter que ouvir!

Que não houve diploma no passado. Primeiro, eu nunca disse isso. Não fui eu, enganou-se no Deputado. Eu nunca disse isso.

Segundo, o passado não interessa. Também nunca disse que o passado não interessa.

O que não interessa e eu não posso admitir é que se use como argumento de desculpa para justificar a ausência da execução de um diploma com o passado. Não é que o passado não é importante. O passado é extremamente importante para demonstrar o que foi bem feito e o que foi mal feito, se vamos melhorar ou fazer diferente. Eu não disse que o passado não interessa. Não esteja é a tentar desvirtuar aquilo que eu disse!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Mas quem é que disse isso?

O Orador: Aquilo que eu disse é que não se vai é desculpar a falta de execução porque no passado também não o fizeram.

E, depois, diz que é importante referenciar o passado. Sem dúvida nenhuma que é importante referenciar o passado. Não é importante é tentar arranjar como dano colateral as minhas citações para tentar atacar novamente outro partido e usar o meu nome para isso, o qual também não admito, Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Se me quer citar, cite-me como deve ser e com a interpretação exata daquilo que eu quis dizer.

Você é muito bom na história, e eu tenho uma memória muito boa. Não é uma memória histórica, mas é uma memória de um passado recente. E sei bem aquilo que disse, como disse e a interpretação que devia ser relativamente ao meu argumento.

E vê-se, obviamente, que a coligação, quando usa como argumento que no passado também não se fez, não é apenas porque no passado se fez ou não se fez, porque é que o PS fez ou não fez, é tentar arranjar uma desculpa de porque é que nós ainda não fizemos.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Mas está a favor ou contra?

O Orador: E aí é que é essa diferença, de uma coligação que disse que era a mudança de paradigma, aquilo que era diferente. Não é tentar arranjar desculpas. Essa é a diferença, Sr. Deputado.

E não tente usar as citações sobre aquilo que interpretou ou não! Seja com citações bíblicas ou não, para mim, é completamente irrelevante se usa ou não usa. Tente ser mais claro quando me tenta citar. É apenas isso. Já disse isso noutros diplomas, quando tenta arranjar uma citação daquilo que eu não disse.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Tiago Lopes.

(*) Deputado Tiago Lopes (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Como eu já tive oportunidade de dizer hoje, da parte do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, aquilo que nos interessa é, efetivamente, o presente desta Região, do presente para o futuro.

E eu poderia ter falado no passado, mas não falei.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Não convém! Se fosse eu, também não falava. É um ato inteligente.

O Orador: Eu penso que importa ter memória histórica e repor a verdade. E falando do passado, importa referir que o enfermeiro de família não vai surgir

agora nem vai ser criado agora. O enfermeiro de família foi implementado pioneiramente em experiência-piloto em 2011 nesta Região, a par de uma outra experiência-piloto em território continental.

A partir daí, foram regulamentadas competências específicas para o enfermeiro de família, ...

Secretária Regional da Saúde e Desporto (*Mónica Seidi*): Foi regulamentado nessa altura? Não foi!

O Orador: ... foi criada a especialidade de enfermagem de saúde familiar, em articulação com a experiência-piloto que foi desenvolvida no Centro de Saúde de Vila Franca do Campo e com a Escola Superior de Enfermagem do Porto. Foi trabalho feito na governação do Partido Socialista. Portanto, não se pode querer apagar o passado e dizer que agora é que se vai criar o enfermeiro de família, quando a experiência-piloto já foi iniciada em 2011.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

E esta estratégia de dizer que agora vão ser criadas experiências-piloto, a mim preocupa-me. Já foi criada uma experiência-piloto em 2011, passaram-se 12 anos, vamos a caminho do terceiro ano desta legislatura, 25 mil euros por ano para um grupo de trabalho que nada fez, e agora vai ser criada uma experiência-piloto?! Para quê?

Secretária Regional da Saúde e Desporto (*Mónica Seidi*): Escondeu o regulamento? Onde é que está o regulamento?

O Orador: V. Exas. desculpem-me, mas eu atrevo-me a dizer e a citar alguém que me é muito próximo: “Algo de errado não está certo”, quando se recua 12 anos atrás para implementar experiências-piloto, que já deram um contributo muito forte para o desenvolvimento da especialidade de enfermagem de saúde familiar no nosso país.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado,

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Pedro Neves, você (que é o tratamento que você gosta), quando se dirigir a mim, dirija-se com respeito, com o respeito que eu tenho tido também por si!

Vem você dizer que o cito mal?! Eu não o citei, eu interpretei-o. E interpreto quantas vezes eu quiser e da forma como eu quiser, se eu achar que é assim que devo interpretar as suas palavras!

Em nenhuma circunstância, por mais alto que fale, ...

Deputado João Vasco Costa (PS): É uma coisa que o senhor nunca faz!

O Orador: ... por mais alto que se dirija, você (você!) alguma vez me irá condicionar em relação ao pensamento político! Percebeu?

Portanto, a interpretação que eu tive, que tenho e mantenho é que, para você, o passado não interessa, porque você está a dizer que estão a arranjar desculpas em relação ao passado. E eu quero dizer a você que não arranjo desculpas nenhuma, que apenas afirmei aquilo que é um facto, que é: o Partido Socialista nunca executou esta medida. Isto não é nenhuma desculpa, é um facto. E eu meto quantas vezes quiser no meu discurso político. E é bom que você perceba isso!

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

Deputado Berto Messias (PS): Que arrogância!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

E eu agradeço que vocês deixem de usar a palavra “você”. Há uma forma de se

dirigir aqui que tem que ser respeitada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto.

(*) **Deputado Pedro Pinto (CDS-PP)**: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional, Srs. Membros do Governo:

Muito brevemente, Sr. Deputado Tiago Lopes, vou fazer de conta que acreditei na sua última intervenção.

Ora, se o enfermeiro de família já foi um projeto-piloto, uma coisa implementada, se por causa disso já houve avanços ao nível do ensino com a Escola de Tecnologias da Saúde e Enfermagem (salvo erro) do Porto, se já houve isso tudo, onde é que está o enfermeiro de família nos Açores? Primeira pergunta.

Segunda pergunta: se já existia isso tudo, como é que o Partido Socialista foi aprovar a iniciativa em 2021, para criar o enfermeiro de família?

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Ó Sr. Deputado Tiago Lopes, eu estava a fazer um esforço muito grande para acreditar naquilo que V. Exa. estava a dizer, mas o problema é que a realidade desmente a sua declaração. Portanto, há aqui qualquer coisa que não bate certo. Onde é que está o enfermeiro de família criado nessa bendita experiência-piloto? Que, obviamente, terá que ter tido uma regulamentação. Então, isto é muito mais grave! Onde é que estão esses documentos na Secretaria? O que é que lhes aconteceu?

E, portanto, Sr. Deputado Tiago Lopes, se calhar, vamos parar por aqui, porque, se já existiu ou se existe esse enfermeiro de família, porque é que o Partido Socialista tem aqui esta iniciativa para regulamentar rapidamente, em 30 dias, o enfermeiro de família?

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Berto Messias (PS): Isso são argumentos de primária!

O Orador: E, portanto, Sr. Presidente, eu fico-me por aqui. Talvez seja melhor passarmos à votação.

Muito obrigado.

Presidente: Eu também acho, Sr. Deputado.

Eu peço aos líderes que se abeirem.

(Pausa)

Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Sra. Secretária Regional da Saúde, tem a palavra.

Secretária Regional da Saúde e Desporto (Mónica Seidi): Prescindo.

Presidente: Prescinde.

Sr. Deputado Pedro Neves, tem a palavra.

(*) Deputado Pedro Neves (PAN): Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Estêvão, compreendo perfeitamente, eu não estou aqui para tentar condicionar a sua interpretação, aquilo que diz, aquilo que deixa de dizer. Para mim, o que eu acho falta de respeito é tentar arranjar dentro da minha citação, aquilo que eu pretendi dizer. E o Sr. Deputado Paulo Estêvão já fez isso por inúmeras vezes comigo. O resto, a mim, não me interessa.

E nunca tentei desrespeitar apenas porque falo mais alto. Aliás, o Sr. Deputado faz exatamente da mesma forma. Pode usar o que quiser, pode dizer o que quiser sobre as minhas intervenções, não tenho qualquer problema com isso. Obviamente, tenho problemas sobre aquilo que eu digo ou sobre aquilo que eu

quis dizer.

Não tentar arranjar uma desculpa sobre o passado. Nunca na vida iria fazer isso. Apenas, da mesma forma como eu não gostei do passado, também não quero que, para o presente e o futuro, use como desculpa o passado para justificar aquilo que podemos ou não podemos fazer. E foi exatamente aquilo que eu quis dizer.

Nunca quis, obviamente, faltar-lhe ao respeito só pelo “você”. Isso, obviamente, é algo que possa haver um esquecimento, tratá-lo por você e não por V. Exa. E não foi por falta de respeito.

Contudo, se voltar V. Exa. a fazer o mesmo, eu vou ter exatamente a mesma intervenção, se não citar como devia.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Tiago Lopes, tem a palavra.

(*) Deputado Tiago Lopes (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, Sr. Deputado Pedro Pinto, Sra. Secretária Regional da Saúde, Sras. e Srs. Deputados, eu penso que deve ser do cansaço da semana não nos recordarmos, eventualmente, pelo menos alguns dos intervenientes não se recordam daquilo que nós aprovámos em 2021. Eu recordo que o Decreto Legislativo Regional dispunha de um artigo para a regulamentação da atividade do enfermeiro de família, o artigo 7.º, que eu vou passar a ler, se não se importam, que justifica o voto favorável do Grupo Parlamentar do Partido Socialista e que justifica a existência do enfermeiro de família desde 2015: “Transitoriamente, até à existência de número suficiente de enfermeiros detentores do título de enfermeiro especialista em Enfermagem Comunitária na área de Saúde Familiar, atribuído pela Ordem dos Enfermeiros, as funções de enfermeiro de família definidas no presente diploma são exercidas, preferencialmente, por enfermeiros detentores do título de enfermeiro que venham exercendo estas funções desde

2015.” Portanto, esta redação foi proposta pelo Governo. Passo a citar novamente: “(...) por enfermeiros que venham exercendo estas funções desde 2015.”

Portanto, o Governo e todos nós concordámos que os enfermeiros de família estão a exercer funções desde 2015, mas, por este diploma, transitoriamente, até todos terem o título de enfermeiro especialista, têm a necessidade dessa regulamentação para exercerem essa atividade.

Portanto, agora, vem dizer que não existe enfermeiro de família?! Se não sabe onde eles estão, Sr. Deputado Pedro Pinto, então é muito difícil de ajudá-lo nessa matéria.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Pedro Neves, o Sr. Deputado Pedro Neves fez um exercício de tentar coagir-me em relação àquilo que eu interpreto. Eu quero deixar-lhe bem claro que nem o senhor, nem ninguém neste mundo, absolutamente ninguém, me consegue coagir ou tentar limitar aquilo que eu quero dizer. Se eu quero dizer uma coisa, vou dizê-lo, seja perante quem for. Se não me conhece, ficar a conhecer-me.

Eu interpreto que, para o senhor, o passado não interessa. Essa foi a interpretação que eu fiz das suas palavras. E mantenho a interpretação e o direito de a fazer! Aliás, como V. Exa. já interpretou as minhas palavras e já interpretou até a entrada de iniciativas minhas, que fez a sua interpretação.

Portanto, eu quero dizer-lhe: nem o senhor, nem ninguém, alguma vez, neste mundo, ninguém, absolutamente ninguém, me irá, nunca, condicionar em relação

àquilo que eu quero dizer! Aquilo que eu quero dizer, digo, em qualquer sítio, em qualquer local e perante seja quem for! E, portanto, é isso que é importante e que eu quero transmitir.

Deputado João Vasco Costa (PS): Olhe que não, Sr. Deputado!

O Orador: E, portanto, vou-lhe dizer que o que eu lhe disse é que o Partido Socialista nunca implementou o enfermeiro de família, facto. É património deste Governo.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Ouça, Sr. Deputado Tiago Lopes!

O Orador: Foi aprovado por este Governo.

Mais, a regulamentação não está feita e é necessária. E é por isso que o PPM vai votar favoravelmente esta iniciativa, porque reconhece que a regulamentação, e é óbvio, é uma coisa óbvia, não está feita. E por não estar feita, tem que ser aprovado. E esta é a posição do PPM.

Quanto ao resto, Sr. Deputado, respeite a minha liberdade, que eu respeito a sua.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Estêvão, pelos vistos, eu não conheço V. Exa. e V. Exa. não me conhece a mim.

Da mesma forma que me tenta interpretar de alguma forma, eu disse a V. Exa. que, se voltar a fazer uma citação de interpretação errada, eu voltarei, obviamente, a intervir.

Da mesma forma que eu não consigo condicionar V. Exa., não quero sequer condicionar, da mesma que ninguém me consegue condicionar.

E se acontecer novamente, vamos ter aqui a discussão de lana-caprina entre nós os dois, dois Deputados de dois partidos diferentes, porque temos, obviamente, uma situação em que não admitimos que ninguém faça aquilo que para nós é um

alerta vermelho.

Contundo, Sr. Deputado, nunca na vida o tentei condicionar, tento simplesmente dizer aquilo que eu pretendo dizer. E não é o Sr. Deputado achar à partida que eu estou a faltar ao respeito, que eu vou deixar de o dizer. Isso é uma interpretação também sua relativamente a se eu respeitei ou não respeitei.

Por isso, Sr. Deputado Paulo Estêvão, pelos vistos, o Sr. Deputado também não me conhece.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão e Sr. Deputado Pedro Neves, os senhores já não estão a discutir o diploma. E esta latitude acabou. Portanto, ao abrigo do Regimento, os senhores estão advertidos para se recentrarem no diploma. Caso contrário, o Presidente vai-vos tirar a palavra.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação a este diploma, o que é importante referenciar é que, nesta questão da regulamentação, o Partido Socialista não o conseguiu fazer antes, não teve essa preocupação, porque nem sequer teve a preocupação de aprovar um diploma, nem sequer teve a preocupação de provocar e de permitir que esse diploma viesse aqui a ser discutido. Aliás, quando veio aqui a ser discutido, quando foi aqui analisado, foi reprovado pelo Partido Socialista.

E é por isso que estes factos interessam, porque são factos, porque marcam a história deste processo. E a história de qualquer processo é importante.

E é por isso que, da nossa parte, da parte do PPM, é evidente que temos que assinalar isto, porque é um facto. E é um facto que nós valorizamos.

E, mais do que isso, em nenhum momento, o PPM considerou que esta proposta não fazia sentido ou que esta proposta não tinha um contexto positivo, que é o atual. Ou seja, não existindo regulamentação, evidentemente, o Partido Socialista

aproveitou essa oportunidade e apresentou aqui este diploma.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Pedro Neves, tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quero dizer que, obviamente, foi na legislatura anterior, é um facto, houve um diploma e ele foi reprovado.

Neste momento, nesta legislatura, também é um facto que foi apresentado um diploma e ele foi aprovado.

Também é um facto que não foi executado.

Também é um facto o que eu disse nesta bancada, que há desculpa, porque nós somos seres humanos, houve uma passagem de testemunho entre Secretários Regionais da Saúde. E é por isso que isto, obviamente, não foi implementado.

Lamento que neste Parlamento se use sempre como desculpa, para justificar o injustificável, que no passado foi feito como foi feito. E, então, já temos desculpa para que, no presente e no futuro, nós possamos fazer com o pé no travão.

É por isso que o PAN se sente um pouco desagradável com os argumentos que foram feitos. Ou estão a dizer, à partida, que no Continente também não se faz e, então, aqui, apesar de nós termos a nossa competência, também não precisamos de ter assim tanta rapidez para o fazer.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Vamos votar o Projeto de Resolução – “Regulamentação urgente da atividade do enfermeiro de família”.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Projeto de Resolução n.º 181/XII foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Avançamos na nossa agenda para o ponto 21: **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 182/XII – “Prorrogação do prazo para apresentação do relatório final da Comissão Eventual para a Reforma do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores”**. É uma iniciativa apresentada pelo Grupo Parlamentar do PPM.

Para justificar a urgência, ou não é necessário?

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam com este pedido de urgência façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O pedido de urgência foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos ao ponto 22: **Projeto de Resolução n.º 182/XII – “Prorrogação do prazo para apresentação do relatório final da Comissão Eventual para a Reforma do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores”**.

Pergunto se há inscrições. Não havendo, vamos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

Secretário: O Projeto de Resolução n.º 182/XII foi aprovado, com 23 votos a favor do PS, 19 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN; e 1 voto contra do Deputado independente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado para uma declaração de voto.

(*) Deputado Carlos Furtado (Independente): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo (a bancada está quase vazia):

Votei contra esse Projeto de Resolução, porque eu acho que é inaceitável que a Comissão Eventual para a Revisão do Regimento da Assembleia Regional esteja

há mais de dois anos para rever esta matéria e que tenha vindo a pedir prorrogações atrás de prorrogações do prazo. Não é aceitável.

Isso leva-me à velha máxima do Frei Tomás: “Faz o que ele diz, não faças o que ele faz.” Agora mesmo, acabamos de votar favoravelmente um Projeto de Resolução que apontava o dedo ao Governo por não ter regulamentado um DLR. Afinal, as Sras. e os Srs. Deputados que compõem a Assembleia Regional estão há mais de dois para fazerem uma revisão do Regimento e não se terminam.

Tanto mais que, mês após mês, temos o problema que temos, que é: chega-se à tarde de sexta-feira e temos o problema para resolver dos tempos, porque não sabem fazer a gestão dos tempos. E as coisas vão acontecendo.

Portanto, é tempo de recentrar o debate e perceber porque é que se está levando tanto tempo a fazer uma revisão de um documento, que já devia ter sido revisto, já devia estar em prática há muito tempo.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como Presidente da Comissão, assumo a responsabilidade pela demora na elaboração do Regimento, total responsabilidade, mas devo testemunhar o carácter construtivo de todos os partidos que estão representados na Comissão, no trabalho de consensualização que se conseguiu obter e o facto, também, de esse trabalho já estar concluído da nossa parte, em termos de proposta inicial. Está agora na Presidência do Parlamento. E será ainda alvo de mais uma análise posterior, assim que os contributos chegarem todos à Comissão.

Portanto, em relação ao trabalho, este Regimento esteve duas décadas em vigor, tenho a certeza de que a reforma que está a ser feita é uma reforma ambiciosa, que permitirá melhorar os trabalhos do Parlamento.

E o mérito é de todos os que integram a Comissão, este Parlamento, de fazer esta reforma, que é uma reforma ambiciosa e que vai marcar o futuro do Parlamento dos Açores.

Entretanto, é evidente que falta concluir o processo a partir do momento em que estiverem recebidos os diversos contributos.

Quanto ao trabalho que está a ser feito e a algum eventual atraso no trabalho da Comissão, pronto, é da minha inteira responsabilidade.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Não havendo, avançamos para o ponto 23 da nossa agenda: **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 183/XII – “Comparticipação financeira das obras do Furacão Lorenzo”**, apresentado pelos Grupos Parlamentares do PSD, CDS-PP e PPM.

Para justificar a urgência, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão. Faz favor.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Trata-se de um Projeto de Resolução em que a urgência é evidente. Estas verbas são absolutamente essenciais para acudir a um problema que é um problema grave na Região Autónoma dos Açores, que urge resolver. E para isso é necessário que as diversas entidades envolvidas, nomeadamente o Governo da República, cumpra os seus compromissos. E é por isso que é urgente.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Rui Martins.

(*) **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para o CDS, além de subscrever, obviamente, aquilo que foi a intervenção e a justificação dada pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão, consideramos que é urgente exatamente pelo facto de se estar a aproximar o Orçamento do Estado, ou seja, tornar público um documento prévio e depois a sua votação. E esta matéria,

obviamente, a ser uma deliberação desta Assembleia, carece de tempo para poder, o Governo da República, então, incorporar aquilo que são estas pretensões. Isto, por um lado.

Por outro lado, porque também nos parece que é uma discussão que já fizemos...

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... neste mesmo período legislativo, no âmbito de um debate de urgência provocado pelo PPM.

E o facto de ser uma matéria que já está discutida, no fundo, é dar algum seguimento àquilo que foi discutido, porque todos os partidos manifestaram as suas posições. O que está aqui em causa é, única e exclusivamente, saber se os partidos neste momento consideram que é importante ou não é importante fazer saber à Assembleia da República e ao Governo da República, atempadamente, aquilo que é a vontade deste Parlamento, de que se possam inscrever e arranjar mecanismos para aquelas problemáticas, que o Sr. Secretário das Finanças, aqui, também, nos elucidou, relativamente ao PACS, às obras do furacão Lorenzo e aos investimentos que o Partido Socialista iniciou, e bem, em 2020, que possam ser ressarcidos de acordo com os mecanismos que António Costa propôs ao Governo Regional, que era através de fundos comunitários, mas que, agora, no âmbito do PACS, se percebe que tudo o que sejam investimentos feitos antes de 01 de janeiro de 2021 não poderão ser candidatados a este fundo e, por sua vez, a Região não poderá ser ressarcida de investimentos que o Partido Socialista iniciou, pagou, e bem.

Muito obrigado.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado José Eduardo, faça favor.

(*) **Deputado José Eduardo (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Sobre o pedido de urgência em análise, existem algumas nuances que, para nós, merecem algumas considerações no que respeita a este tema. Depois de já tantas vezes ter sido debatido este assunto, a última ainda esta semana e, bem recentemente, na aprovação de uma Resolução do mesmo teor, ainda restam muitas dúvidas que os Deputados desta Casa, apesar de terem solicitado esclarecimentos, ainda não foram esclarecidos, sobre os esforços e desenvolvimentos levados a cabo por parte do Governo Regional, por forma a obter melhores respostas por parte do Governo da República para os constrangimentos referidos.

E noto que, por diversas vezes, quer em Comissão, quer em Plenário, o Governo foi questionado por documentos e provas concretas das insistências realizadas junto do Governo da República, mas nunca tais documentos foram disponibilizados.

Ademais, existem, por outro lado, documentos que nos demonstram, pelo contrário, que é a Portos dos Açores e o Governo Regional a não quererem o lançamento de um aviso extraplano antecipado...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E a urgência, Sr. Presidente!

O Orador: Para justificar o voto à urgência. Estou a justificar o porquê do meu voto.

... para concurso ou financiamento por fundos comunitários, com a justificação de ainda não ter o projeto da obra concluído, pelo que é nosso entendimento que existem matérias que necessitam de melhor análise e de uma cuidada ponderação, a fim de melhor habilitar os Deputados desta Casa a decidirem de forma mais ponderada sobre essa Resolução.

E o que mais nos preocupa de todos os debates que sobre esta matéria têm vindo a esta Casa é a ausência de respostas por parte do Governo Regional quanto ao projeto do Porto das Lajes das Flores, que, passados quase três anos após tomar posse, ainda não conseguiu trazer à luz aquele documento, que, pelos vistos, e

segundo a própria resposta do Governo Regional, a autoridade de gestão do PACS, este projeto é um elemento essencial para despoletar todo o restante processo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Peço desculpa, mas isto não é justificação de urgência!

O Orador: Posto isso, entendemos que a urgência solicitada não colhe sem que o assunto seja debatido em Comissão e sem que toda a documentação e as questões colocadas em debates anteriores sobre este assunto sejam cabalmente esclarecidas.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, nós temos que ter a capacidade de olhar ao espelho, ver o que é que acabamos de fazer e o que é que o Sr. Deputado acabou de fazer. O Sr. Deputado fez exatamente a mesma coisa que fez o Sr. Deputado Rui Martins. E eu não ouvi ninguém levantar a voz. Exatamente a mesma coisa, minhas senhoras e meus senhores!

Vamos votar o pedido de urgência.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: O pedido de urgência foi rejeitado, com 23 votos contra do PS, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 1 do Deputado independente; 19 a favor do PSD, 3 do CDS, 2 do BE e 2 do PPM.

Presidente: Sr. Deputado Carlos Furtado, para uma declaração de voto, tem a palavra.

(*) **Deputado Carlos Furtado** (*Independente*): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na impossibilidade regimental de poder intervir na discussão da urgência, utilizo a figura de declaração de voto para mencionar que votei contra a urgência porque entendo que esta matéria merece a devida reflexão, o devido debate. E, sinceramente, não seria, seguramente, às oito e meia da noite de hoje, sexta-feira, que teríamos condições para fazer um debate conforme a matéria assim o exige. Além disso, também entendo que, tendo sido aprovado, por unanimidade, há cerca de dois meses nessa Assembleia uma matéria idêntica a esta, o envio à República, novamente, de um Projeto de Resolução do mesmo teor, podíamos ser considerados na República como Deputados com práticas semelhantes às do homem de fraque, que é aquele senhor que bate todos os dias à porta do credor até que o homem lhe pague. Portanto, eu acho que não é uma prática agradável nem uma prática bonita para a responsabilidade parlamentar que temos. Portanto, até por esta razão, fazemos aqui um compasso de espera para analisar devidamente a matéria em Comissão e, depois, sim, voltar aqui a esta Casa. Eu acho que é a forma mais indicada de lidar com o assunto, com a delicadeza que este assunto merece.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Ricardo Vieira, para uma declaração de voto.

(*) **Deputado Ricardo Vieira** (*PSD*): Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Enquanto florentino, é como profunda tristeza que marco que este assunto não vai ser debatido, porque, por um lado, se o regime jurídico das inspeções técnicas de automóveis ligeiros foi motivo de debate de urgência, eu acho que o incumprimento da República em relação aos florentinos também deveria ter sido.

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Eu lamento profundamente que este assunto se continue a desenrolar. Este já seria o terceiro debate acerca dos incumprimentos da República em relação ao furacão Lorenzo. Já seria o terceiro debate, tudo porque a República não cumpre com as suas responsabilidades.

Nós poderíamos ter este debate até às 3h, 4h da manhã, todos os Plenários, *ad aeternum*, que a República vai continuar sempre sem pagar as suas responsabilidades.

Mas mesmo que tivéssemos que debater, os florentinos mereciam que isto tivesse sido debatido hoje, apesar de a hora ser tardia.

É só, Sr. Presidente.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Rui Martins, tem a palavra. Faça favor.

(*) Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Devo dizer, obviamente, como tinha já dito durante a urgência, até exatamente pela argumentação utilizada anteriormente, que lamento profundamente que agora as iniciativas sejam prejudicadas pelo adiantar da hora. É uma novidade neste Parlamento. Ou, pelo menos, quem usa esse tipo de argumentação, parece-me...

(Aparte inaudível)

Pode rever as declarações de voto e vai ouvir o que eu estou a dizer.

De qualquer das formas, lamento profundamente.

Por outro lado, devo dizer que o que estava em causa e o que está em causa com este documento, aliás, o trabalho em Comissão parece-me que será uma redundância daquilo que foi o debate que nós tivemos neste período legislativo, porque a realidade é que nos apercebemos daquilo que foram dificuldades que são encontradas agora, exatamente pela demora que levou a que o Governo da República cumprisse com os seus compromissos com os açorianos. Não foram compromissos com o XIII Governo Regional e não foram com o XII Governo Regional, foram compromissos com os açorianos. E, obviamente, os Governos estavam mandatados para fazer as devidas formalidades. Óbvio. Mas foram compromissos com os açorianos, compromissos de solidariedade.

E o que nós verificamos neste momento é que, por um lado, aquilo que foram decisões tomadas em Conselho de Ministros não estão a ser cumpridas. E é exatamente esse alerta que nós estávamos aqui a reforçar. E eu julgo que até as declarações de todos os partidos no debate que foi levado a cabo esta semana foram exatamente neste sentido. No fundo, este Projeto de Resolução é uma síntese daquilo que foi o debate e daquilo que foi a concordância em exigir à República que, no fundo, assumisse os seus compromissos com os açorianos.

E, por outro lado, tem a ver com a questão, que para o CDS foi uma novidade, que teve a ver com o PACS e o facto de ficarmos a saber que, neste momento, há uma impossibilidade de se conseguir aceder àquilo que foram os gastos com os investimentos que foram levados a cabo ainda com o Partido Socialista no poder, e bem. Porquê? Porque pegou no Orçamento Regional e fez os investimentos, porque se impunham esses investimentos. Havia a solidariedade e o anúncio da solidariedade da República. Foi negociado numa fase posterior que essa

solidariedade seria através de mecanismos comunitários e de programas, neste caso o PACS.

E, agora, sabemos que o PACS, afinal, não pode absorver verbas nem de reconstrução, apenas de novas obras, por um lado, e, por outro lado, apenas investimentos que tenham sido executados a partir de 01 de janeiro de 2021, o que, obviamente, prejudica aquilo que é o compromisso que a República fez com a Região Autónoma dos Açores, sobretudo naquilo que foi a resposta rápida que se impôs e que foi tomada pela autonomia açoriana e pelo Governo dos Açores, que, obviamente, deu resposta à Região e àquilo que foram as necessidades mais imediatas.

E, por isso, lamento profundamente que, no fundo, os partidos aqui representados, agora, no fundo, não vejam esta urgência, até para que se faça esta discussão, que se faça esta nota e que se dê esta nota ao Governo da República antes e atempadamente, para que possam ser consignadas no Orçamento do Estado as verbas devidas.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado José Eduardo, para uma declaração de voto, tem a palavra.

(*) **Deputado José Eduardo (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

O Partido Socialista, ao votar contra a urgência, contra este pedido de urgência, fê-lo com a convicção e com a explicação que foi dada sobre esta matéria. E penso que fui muito claro ao referir-me a esta minha justificação e à justificação deste Grupo Parlamentar.

Não porque não se entenda que aquela é uma obra fundamental e estruturante para a ilha das Flores e para a Região e porque já foram feitos três debates, mas também já passaram três anos e ainda não há projeto para esta obra que tanto se esperava do Porto das Lajes das Flores, que estivesse concluído, ensaiado e já lançada a

empreitada.

No entanto, como justifiquei, por muito que os Deputados com assento nesta Assembleia se tenham esforçado por perceber quando é que este Governo terá o projeto concluído, quando irá lançar o concurso para a empreitada, sempre fomos remetidos para datas incertas e para respostas inconclusivas, por isto a necessidade de votar contra a urgência, para que essas respostas sejam dadas em Comissão, para assim melhor habilitar os Deputados a defenderem na República aquilo que tanto ansiamos nas Flores, que é a obra concluída.

Os florentinos merecem um Governo que fale a verdade e não os tente ludibriar, merecem ser ouvidos e precisam que a obra avance o mais rápido possível, sem dilações e truques de política, pois são muitos os constrangimentos provocados e são significativos os impactos na frágil economia da ilha das Flores.

Presidente: Sr. Deputado, declaração de voto...

O Orador: As Flores e os florentinos não podem esperar mais.

Sr. Presidente, aproveito para entregar na Mesa, mais uma vez, um documento que comprova aquilo que é o adiar e o ludibriar dos florentinos com notícias evasivas, ...

Presidente: Ó Sr. Deputado, isso é uma intervenção!

O Orador: ... publicado há 422 dias, 1 hora e alguns minutos.

Presidente: Sr. Secretário Regional das Finanças, pede a palavra para... Não há protestos a declarações de votos. Defesa da honra? Faça favor, tem a palavra.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Defesa da honra, porque, de facto, vindo, ainda por cima, de um florentino é ofensivo para este Governo, como penso que para o Governo anterior, vir de um florentino dizer ou fazer esquecer que o Governo da República não está a cumprir as suas obrigações.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

A preocupação dos Deputados do Partido Socialista e, nomeadamente, dos Deputados das Flores devia ser, em primeiro lugar, fazer com que o Governo da República cumprisse as suas obrigações.

E, hoje, com tudo o que já foi faturado, já vamos em mais de 55 milhões de euros de responsabilidades, isto só nos 85% que foi comprometido.

Deputado Berto Messias (PS): Isso é defesa da honra!

O Orador: 55 milhões de euros. As obras não param. O que parou foi a reflexão do Sr. Deputado do Partido Socialista, das Flores, e o Partido Socialista de defender os interesses dos açorianos e dos florentinos em primeiro lugar.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Berto Messias (PS): E o projeto?

Presidente: Sr. Deputado José Eduardo, para dar algumas explicações, tem a palavra.

(*) Deputado José Eduardo (PS): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Penso que nada daquilo que proferi desta bancada foi ofensivo. São factos. E aquilo que é fatural...

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

(Duarte Freitas): Facto é que o Governo da República não paga!

O Orador: Eu apenas falei do Governo Regional e, portanto, da falha do Governo Regional para com as Flores.

Deputado Carlos Freitas (PSD): E umas palavrinhas do Governo da República!

O Orador: Aliás, no último debate, quis achar que eu estava a ofender o Governo e a Secretária. Foi a Secretária que disse, no último debate sobre esta matéria, que os últimos ensaios do novo molhe serão entregues na segunda semana de julho pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil. Mais uma vez, é falso, porque no dia 09 de agosto sai a notícia do Laboratório a dizer que estava em ensaio o modelo.

Também, a Sra. Secretária (página 51 do Diário das Sessões de 16 de junho) disse que durante o mês de agosto faria a revisão do projeto e lançaria a obra ainda no final de agosto ou no início de setembro. Isto é que é ofensivo para os florentinos!

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

(Duarte Freitas): Não sei com que cara vai encarar os florentinos!

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra para uma declaração de voto. Faça favor.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Cada Grupo Parlamentar votou de acordo com a forma como entendeu votar. Eu vou explicar porque é que o PPM votou a favor. Em primeiro lugar, porque é evidente, porque a iniciativa é nossa. Em segundo lugar, porque é justa.

Podem dizer alguns: bom, mas nós já tomamos uma decisão sobre isto. Já aqui deliberámos. E o problema ficou resolvido? Não ficou resolvido. Em dezembro de 2020, o Governo da República responsabilizou-se para fazer uma transferência de 20 milhões de euros. Como o Governo atual tomou posse em novembro, essa transferência não foi feita. E não foi feita também em 2021! E não foi feita em 2022! E não foi feita em 2023! Isto prejudica gravemente a Região Autónoma dos

Açores, porque são recursos que o Governo da República se responsabilizou para transferir, para ajudar os Açores, porque a solidariedade foi de palavras, foi de compromisso naquela altura por parte dos órgãos de soberania. E esse dinheiro nunca chegou.

E cumprir com os Açores é ser leal ao povo dos Açores, é ser leal aos interesses dos habitantes da ilha das Flores. É cumprir aqui aquilo que é a nossa obrigação, que é dizer ao Governo da República: não vamos parar de apresentar iniciativas enquanto não cumprirem os seus compromissos perante o povo dos Açores! Agora, amanhã, depois, enquanto o compromisso não for cumprido!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Sr. Presidente, o que é que pensará um florentino neste momento, quando lhe disserem: bem, mas o Governo da República irá financiar 200 milhões de euros em relação ao Porto das Lajes? O que é que se dirá se não paga os 20 milhões que está há três anos para pagar? O que é que se dirá? E porquê? Qual é a explicação para que não se cumpra um compromisso? A única explicação é que há aqui uma perseguição política, uma motivação política, há aqui um mártir. E esse mártir é o povo da ilha das Flores, que está a ser utilizado como instrumento político para ferir o Governo dos Açores, para conseguir a mudança política nos Açores que o Partido Socialista quer obter.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

E peço desculpa, Sr. Presidente, por ter feito esta referência ao Partido Socialista. Devia ter feito esta referência ao Governo da República. E é assim que termino.

Não nos cansaremos, nunca, Sr. Presidente. Não nos cansaremos, nunca, de reivindicar aquilo que serve os interesses dos Açores, de reivindicar aquilo que é essencial para a reconstrução do Porto das Lajes das Flores, porque eu sou do Grupo Ocidental. E o que vos posso dizer é o seguinte: sem um porto a funcionar nas condições de inverno que nós estamos a enfrentar, é sujeitar aquela ilha, aquele povo, a um martírio. E é para isso que nós temos que fazer tudo o que está ao nosso alcance.

E tenho muita pena, mas muita pena, que, hoje, uma maioria tenha inviabilizado aqui a aprovação...

Deputado Berto Messias (PS): A chicana política!

O Orador: ... de um Projeto de Resolução que servia os mais altos interesses dos Açores!

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Deputado José Contente (PS): O Parlamento plural é só quando lhe convém!

Presidente: Pergunto se há mais inscrições para declarações de voto. Não havendo, vamos ler a proposta de deliberação final: A Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores propõe que a Assembleia declare findo o período legislativo de setembro.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de deliberação final foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Estão encerrados os nossos trabalhos.

Boa noite a todos.

Eram 20 horas e 43 minutos.

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Manuel José da Silva Ramos

Vilson Filipe da Costa Ponte Gomes

Partido Social Democrata (PSD)

Jaime Luís Melo Vieira

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

Lubélio de Fraga Mendonça

Documentos entrados

1 – Projeto de Decreto Legislativo Regional:

N.º 96/XII – <http://base.alra.pt:82/iniciativas/iniciativas/XIIEPjDLR096.pdf>

Assunto: Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 18/2004/A, de 13 de maio, que adapta à Região Autónoma dos Açores os Decretos-Lei n.ºs 550/99, de 15 de dezembro e 554/99, de 16 de dezembro, que, respetivamente, estabelecem o regime jurídico da atividade de inspeção técnica de veículos a

motor e seus reboques e o regime jurídico das inspeções técnicas de automóveis ligeiros, pesados e reboques

Proveniência: PS/PAN

Data de Entrada: 2023 – 09 – 11

Comissão: -----

URGÊNCIA E DISPENSA DE EXAME ME COMISSÃO

2 – Proposta de Decreto Legislativo Regional:

N.º 65/XII – <http://base.alra.pt:82/iniciativas/iniciativas/XIIEPpDLR065.pdf>

Assunto: Regime jurídico da carreira especial dos trabalhadores dos matadouros da Rede Regional de Abate da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 09 – 12

Comissão: Política Geral

Data-Limite de Parecer: 2023 – 10 – 27.

3 – Projetos de Resolução:

N.º 181/XII – <http://base.alra.pt:82/iniciativas/iniciativas/XIIEPjR181.pdf>

Assunto: Regulamentação urgente da atividade do enfermeiro de família

Proveniência: PS

Data de Entrada: 2023 – 09 – 13

Comissão: -----

URGÊNCIA E DISPENSA DE EXAME EM COMISSÃO

N.º 182/XII – <http://base.alra.pt:82/iniciativas/iniciativas/XIIEPjR182.pdf>

Assunto: Prorrogação do prazo para apresentação do relatório final da Comissão Eventual para a Reforma do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: PM

Data de Entrada: 2023 – 09 – 13

Comissão: -----

URGÊNCIA E DISPENSA DE EXAME EM COMISSÃO

N.º 183/XII – <http://base.alra.pt:82/iniciativas/iniciativas/XIIEPjR183.pdf>

Assunto: Participação financeira das obras do Furacão Lorenzo

Proveniência: PSD/CDS-PP/PPM

Data de Entrada: 2023 – 09 – 13

Comissão: -----

URGÊNCIA E DISPENSA DE EXAME EM COMISSÃO

4 – Requerimento:

Assunto: Limpeza das ribeiras, linhas de água e sumidouros da Região

Autor: José Pacheco (CH)

Data de Entrada: 2023 – 09 – 08

Referência: 54.09.00 – N.º 712/XII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIreque712.pdf

Assunto: Projeto terminal de logística na Praia da Vitória

Autores: Berto Messias, Francisco Coelho, Tiago Lopes e Rodolfo Franca (PS)

Data de Entrada: 2023 – 09 – 13

Referência: 54.02.03 – N.º 713/XII.

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIreque713.pdf

5 – Informações:

Assunto: Solicitação a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 96/XII (PS/PAN) - Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 18/2004/A, de 13 de maio, que adapta à Região Autónoma dos Açores os Decretos-Lei n.ºs 550/99, de 15 de dezembro e 554/99, de 16 de dezembro, que, respetivamente, estabelecem o regime jurídico da atividade de inspeção técnica de veículos a motor e seus reboques e o regime jurídico das inspeções técnicas de automóveis ligeiros, pesados e reboques

Proveniência: Vasco Alves Cordeiro, Presidente do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2023 – 09 – 11;

Assunto: Despacho n.º 08/2023/GPPSDA, a informar Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que, nos termos previstos nos n.ºs 1, 5 e 8 do art.º 33.º do Decreto Legislativo Regional n.º 36/2021/A, de 30 de novembro, alterado pelo do Decreto Legislativo Regional n.º 15/2022/A, de 2 de junho, que aprova a Orgânica dos Serviços da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nomeou para o cargo de Assistente (100 horas/mês) do Grupo Parlamentar do Partido Social democrata (PSD), Dércio Silveira Ribeiro, auferindo a remuneração mensal de 622,30 € (seiscentos e vinte e dois euros e trinta cêntimos), em regime de trabalho a tempo parcial, com efeitos a partir de 12 de setembro de 2023, inclusive

Proveniência: João Bruto da Costa, Presidente do Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2023 – 09 – 12;

Assunto: Despacho n.º 09/2023/GPPSDA, a informar Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que, nos termos previstos nos n.ºs 1, 5 e 8 do art.º 33.º do Decreto Legislativo Regional n.º 36/2021/A, de 30 de novembro, alterado pelo do Decreto Legislativo Regional n.º 15/2022/A, de 2 de junho, que aprova a Orgânica dos Serviços da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, exonerou o Assistente do Grupo Parlamentar do Partido Social democrata (PSD), Bruno Manuel Alves Pires, com efeitos a partir de 12 de setembro de 2023, inclusive

Proveniência: João Bruto da Costa, Presidente do Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2023 – 09 – 12;

Assunto: Solicitação a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores de urgência em Comissão do Projeto de Resolução n.º 181/XII - Regulamentação urgente da atividade do enfermeiro de família

Proveniência: Vasco Alves Cordeiro, Presidente do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2023 – 09 – 13;

Assunto: Solicitação a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores de urgência em Comissão do Projeto de Resolução n.º 182/XII - Prorrogação do prazo para apresentação do relatório final da Comissão Eventual para a Reforma do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Paulo Estêvão, Presidente do Grupo Parlamentar do PPM

Data de Entrada: 2023 – 09 – 13;

Assunto: Solicitação a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da

Região Autónoma dos Açores de urgência em Comissão do Projeto de Resolução n.º 183/XII - Participação financeira das obras do Furacão Lorenzo

Proveniência: João Bruto da Costa, Catarina Cabeceiras e Paulo Estêvão, Deputados dos Grupos Parlamentares do PSD/CDS-PP/PPM

Data de Entrada: 2023 – 09 – 13;

Assunto: Solicitação de substituição integral do Projeto de Resolução n.º 148/XII (CH) – Recomenda ao Governo Regional a implementação do Cheque Saúde nos Açores

Proveniência: José Pacheco, Representação Parlamentar do CHEGA

Data de Entrada: 2023 – 09 – 14;

Assunto: Solicitação de substituição integral do Projeto de Resolução n.º 179/XII (CH) – Recomenda ao Governo Regional, obedecendo ao código de contratação pública, recorrer ao serviço de empresas para assegurar a limpeza das ribeiras, linhas de água e sumidouros da Região

Proveniência: José Pacheco, Representação Parlamentar do CHEGA

Data de Entrada: 2023 – 09 – 15.

6 – Relatórios:

Assunto: Sobre o Projeto de Decreto-Lei que – Regulamenta a Lei n.º 90/2021, de 16 de dezembro, que altera o regime jurídico aplicável à gestão de substituição - MS - (Reg. DL 126/XXIII/2023) - Audição n.º 123/XII - GR

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2023 – 09 – 14.

7 – Diários:

Consideram-se aprovados nesta Sessão Plenária os Diários n.^{os} 112, 114, 116, 117 e 118.

O redator, André Silva